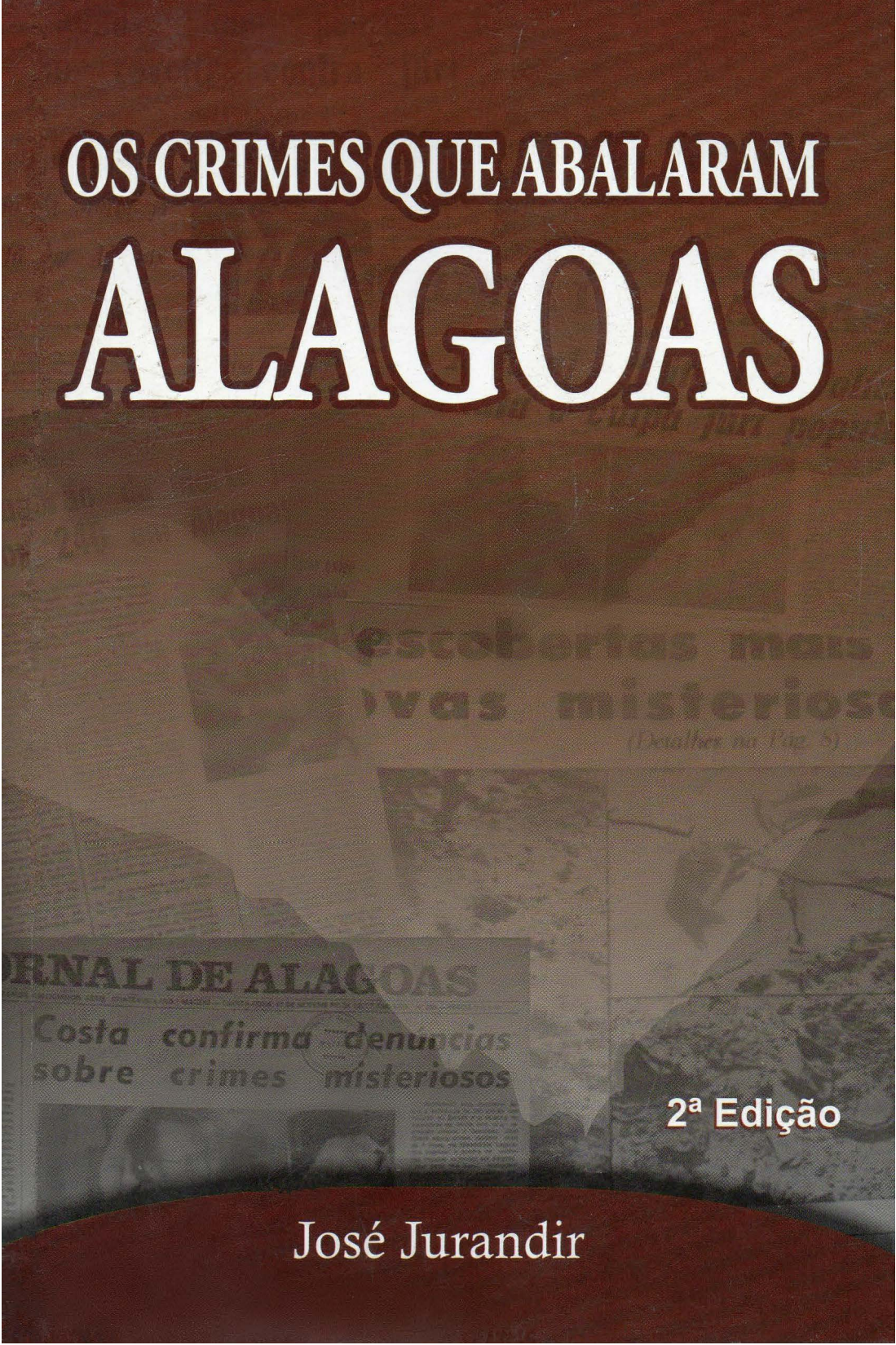
OS CRIMES QUE ABALARAM

ALAGOAS



2ª Edição

José Jurandir

OS CRIMES QUE ABALARAM ALAGOAS

José Jurandir

OS CRIMES QUE ABALARAM ALAGOAS

1556 a 2006

2ª edição

MACEIÓ - ALAGOAS - BRASIL
2013

Organizador
Geraldo de Majella Fidelis de Moura Marques

Capa: Jorge Santos
Revisão: Sidney Wanderley
Diagramação: Ademir Guimarães MTB 276
Digitação: João Alberto Ribeiro

Impressão e Acabamento
Imprensa Oficial Graciliano Ramos

Catalogação na Fonte
Departamento Técnico da Imprensa Oficial Graciliano Ramos

J95c Jurandir, José.
Os crimes que abalaram Alagoas: 1556 a 2006 / José Jurandir. – Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.
300p. : il.

Bibliografia: p. 300
Anexo: p. 289 – 299
ISBN 978-85-914027-0-0

1. Crimes – Alagoas. 2. Política – Alagoas. 3. História – Alagoas. I. Título.

CDU: 343.232(813.5)(091)

Indice

Prefácio 09
Explicações do Autor 15
Introdução: Por que se mata tanto em Alagoas? 17

1ª Parte
Bispo devorado por índios 25
Esquartejado em Porto Calvo 27
A morte de um herói 33

2ª Parte
Padre morto em tocaia 41
Padre assassinado em Palmeira 44
Pena de morte no Pilar 47
Massacre na praça dos Martírios 50
A morte de Delmiro Gouveia 52
Pai de Lampião morto pela polícia 63
Prefeito de Palmeira assassinado 67
Coronel de Piranhas assassinado 69
O tiroteio no hotel Bela Vista 71
Quem matou Campelo? 74
Assassinato de prefeito de Murici 76
Lampião foi morto em Angicos? 78
O trágico comício na Ilha das Cobras 94
Joaquim da Palmeira, o malandro matador 97

Tragédia na Rua do Comércio 98
Pai de deputado é assassinado 102
Derramamento de sangue em eleição 106
A morte de Ulisses, pai de Floro, o vingador 109
Oséas mata Campos Teixeira 126
"Estou baleado, me acudam" 127
Tomba morto Joaquim Resende 131
Vereador assassinado em Arapiraca 132
Deputado também é assassinado 133
O tiroteio na Assembleia 138
Morre chefe da segurança da Assembleia 152
Exército atingido pela violência 153
Médico assassinado em Maceió 155
Morte de Zeca Leôncio 157
O padre e o compadre 158
Calheiros matam deputado 159
Prefeito assassinado em Olivença 160
Deputado assassinado em Maceió 161
"O vingador do sertão" 165
Morte de Barrinho 180
Tomba secretário de Segurança 181
Assassinado suplente de deputado 186
A morte do poeta 187
Morte de Robson Mendes 189
Vereador morto em Bebedouro 190
Prefeito de Marechal assassinado 191
Morto prefeito de Maragogi 192
Enéas de Olivença 193
Calheiros matam prefeito 194
Mataram Valter Mendes 195
Morte de comandante 196

Professora Elza 197
A chacina dos Ferro 198
Morte de Antenor Claudino 201
Médico assassina filha 202
Máfia do melaço e morte de Pedro Calheiros 203
Fotógrafo mata prefeito 205
Adeildo Nepomuceno 207
Ex-prefeito assassinado em Arapiraca 209
Prefeito de Belém assassinado 210
Cabo Henrique mata Ernesto 211
Assassinado dono do Mafrial 213
Ciganos matam professora 215
Ex-prefeito mata secretário 216
Quem matou o juiz Gabriel? 217
Tragédia em hospital 219
Coronel morto no Mafrial 220
Morte de Paulo Calheiros 221
Tomba Evanildo Omena 226
Quem matou Tobias Granja? 227
Chacina da Tapera 230
Caso biólogas 232
Comandante do exército assassinado 233
Conselheiro mata esposa 234
Assassinado pai de ex-governador 236
Chacina em Mata Grande 237
Outro prefeito é morto em Belém 239
Morte do pai do cantor Geraldo Cardoso 240
Delegado Ricardo Lessa é metralhado 242
Assassinado presidente da Casal 244
A morte de Renildo 246
PC Farias, um cadáver que não quer calar 248

Caso Sílvio Viana 251
A chacina da Gruta 253
Ex-prefeito e esposa metralhados 256
Chacina de Roteiro 257
Outros crimes 258
O assalariado do gatilho 274
Tabela da morte 275
O matador de aluguel 276
Crimes sem solução marcam Alagoas 278
Canto Fúnebre 280
Cabo é morto em conflito no Mato Grosso 283
Justiça falida 285
Anexo 289
Bibliografia 295
Sobre o Autor 297

Prefácio
A etnografia do crime em Alagoas

Geraldo de Majella[1]

> "O objetivo da política oligárquica é o uso exclusivo e arbitral do poder, o poder sem compartilhamento, mesmo que para isto haja o emprego da violência material para a submissão e extermínio dos adversários. As disputas oligárquicas são verdadeiras guerras pelo poder, as chamadas "guerras intestinas".
>
> Dirceu Lindoso[2]

José Jurandir de Oliveira é um jornalista com longa trajetória em Redações, sempre trabalhando em editoria de polícia nos principais jornais impressos do Estado. Trabalhou em várias Redações, no Rio de Janeiro, no jornal Luta Democrática, do lendário deputado Tenório Cavalcanti, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Em Alagoas, passou pelas Redações do extinto Jornal de Alagoas, então o mais antigo diário de Alagoas, da Tribuna de Alagoas e da Gazeta de Alagoas.

[1] Geraldo de Majella é historiador, presidente do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (Iteral); é autor de *Execuções Sumárias e Grupos de Extermínios em Alagoas* (1975-1998), Maceió, Edufal, 2006.
[2] Dirceu Lindoso é etno-historiador, alagoano de Maragogi e autor de *Formação de Alagoas Boreal*, Maceió, Edições Catavento, 2000, p. 177/178.

Os segredos e meandros do jornalismo, aprendeu-os com os mestres da época: José Cabral Irmão [Zito Cabral], Rodrigues de Gouveia, Nunes Lima e Gouveia Filho. O contato diário, por mais de três décadas, o transformou num especialista no jornalismo policial.

O trabalho cotidiano, ofício do repórter, consiste em ir às delegacias e presídios entrevistar agentes do Estado na área da segurança pública, familiares de vítimas da violência, e até mesmo em manter contatos com protagonistas da violência. Esse contato nem sempre é fácil, porque é necessário estabelecer os tênues limites entre o repórter e a fonte.

A fonte, no mundo criminal, para o repórter pode ser o assalariado do crime (pistoleiro de aluguel), o mandante, o autor intelectual, por exemplo. Nesses casos e nas diversas circunstâncias, o papel do jornalista é buscar de modo fidedigno e o mais ético possível a notícia. Nessa busca o mais importante não é só a notícia, mas o êxtase que rondam as redações: o furo de reportagem.

A quase obsessão pela exclusividade, sem esquecer também o zelo pela fonte, mesmo num ambiente tão insólito como o das delegacias de polícias, os presídios e até mesmo nos contatos pessoais com os criminosos, pode-se afirmar, no caso do José Jurandir de Oliveira, serviu como combustível que o moveu nos mais de quarenta anos como profissional de imprensa.

O escritor utilizou-se de fontes primárias e também, em grande medida, da sua vasta experiência profissional para escrever *Os Crimes que abalaram Alagoas*. A etnografia do crime escrita por José Jurandir é certamente o primeiro trabalho feito em Alagoas a abranger um período tão extenso. Os dados pesquisados cobrem a história de Alagoas de 1556 a 2006, sendo a primeira parte de 1556 a 1817, em que o território hoje compreendido por Alagoas pertencia a Pernambuco. A segunda parte estende-se de 1817, quando o sul

do território de Pernambuco se torna independente e passa a ser denominado de Alagoas, até 2006.

Há uma referência bibliográfica, *Sangue*, de Antonio Góis[3], hoje uma raridade; só é possível lê-lo na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas ou em alguma biblioteca particular. Antonio Góis faz um relato corajoso e apaixonado da violência política vivenciada em Alagoas durante a década de 1930, quando inúmeros assassinatos políticos ocorreram, muitos com o envolvimento direto de policiais. Um deles ficou célebre em Maceió, o do suplente de deputado federal Rodolfo Lins de Albuquerque, ocorrido em frente à Chefatura de Polícia, no dia 7 de março de 1935.

O período 1950 a 2006 é o mais bem explorado no livro, no qual se acham registrados com maiores detalhes os assassinatos, chacinas, crimes passionais e, também e essencialmente, as renhidas disputas pelo controle do território e pelo poder político em Alagoas.

A violência foi o meio encontrado para se operar politicamente em Alagoas no século XX, e o aparelho de Estado foi o mantenedor dessa prática. Não é para admirar – os mais jovens, até que podem – quando se afirma que a violência política no passado foi um fator essencial na formação de nossos dirigentes políticos.

É que na atualidade, a despeito de vivermos sob a égide de uma Constituição federal originária de uma assembleia nacional constituinte e há vinte e seis anos do final da ditadura militar e do início da transição democrática, em Alagoas ainda existem zonas cinzentas, ou seja, territórios dominados por políticos que, segundo a Polícia Federal, fazem parte de organizações criminosas.

O que diferencia os políticos do passado envolvidos com a criminalidade e os do presente talvez seja a modernização dos atos criminosos e a inserção deles no aparelho de segurança pública, recrutando

[3] Góis, Antonio. *Sangue*. A edição é de 1941, prefaciada por Jayme de Altavila.

agentes públicos para o crime e transformando-os em assalariados de organizações criminosas com atividades diversas. No passado os políticos contavam com "exércitos particulares". E, de um modo geral, não se envolviam com latrocínio e roubos, sequestros e assaltos. Mantinham códigos rígidos de honra e áreas territoriais definidas de atuação.

A violência se institucionalizou e fez crescer um sentimento de medo e insegurança na sociedade alagoana. O Estado foi apropriado por essa gente, e como consequência imediata houve a fragilização das instituições estatais. Os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo foram dominados por dentro.

A convivência cotidiana de governadores e outros políticos com criminosos é parte da permanente articulação entre política e criminalidade. É do conhecimento público que essa aliança tácita em determinados momentos, e escancarada em muitos outros, funcionou como salvo-conduto para a impunidade, por muitas décadas; não é exagero afirmar, por todo o século XX, em Alagoas.

A naturalização da violência e a sua utilização política criaram na sociedade alagoana ilhas de refúgio e poder. Entre elas, a mais famosa organização criminosa clandestina de Alagoas, o Sindicato da Morte. Essa "entidade" se fez "respeitável", e seus "honoráveis dirigentes" contaram sempre e constantemente com o apoio dos governadores, em todas as épocas. Em alguns casos tornaram-se aliados e cúmplices, sendo recebidos solenemente em Palácio.

Essa sinalização de poder irradiava por todo o território alagoano. A certeza de que os "honoráveis dirigentes" exerciam influência nos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), em igual amplitude nos municípios se reproduziu.

O trabalho minucioso realizado no levantamento dos crimes contra a vida, expostos no livro, abrirá linhas de pesquisas para os estudiosos desse tema e os que estudam a política alagoana e nordestina, pois os fatos se inter-relacionam.

O trabalho etnográfico realizado pelo jornalista e escritor José Jurandir é claríssimo nesse aspecto: são mais de duas centenas de homicídios com marcada caracterização política. São prefeitos, vereadores, secretários, deputados estaduais e federais, advogados, jornalistas, sindicalistas, médicos, militares e civis, somados aos pistoleiros de todos os lados envolvidos.

A experiência profissional de toda uma vida é que o fez pensar numa catalogação dessa natureza: o arquétipo do pistoleiro, descrito por José Jurandir, o situa no universo alagoano e nordestino do século XX.

> "Homem de vida curta (raramente um morre de velhice), a figura lendária do pistoleiro nos sertões do Nordeste, tem uma característica: é católico, analfabeto, filho de pais agricultores, é frio, calculista e, no mais das vezes, demonstra mansidão. [...] Muitos cultivavam o habito de carregar um longo rosário no pescoço, quem sabe, pra, nas suas contas, contabilizarem os crimes que praticam, e, na sua fé, se protegerem dos inimigos, livrando-os de faca e bala."

Os Crimes que Abalaram Alagoas vem a público depois de ter ficado muitos anos engavetado, preso, trancafiado, e aqui me valho da linguagem policial. O autor resolveu em boa hora publicá-lo. E Alagoas passará a contar com um valioso trabalho que trata do seu passado mais longínquo e mais recente de violência tenebrosa e da impunidade atávica. Valeu a pena ter esperado tanto tempo. Boa sorte, José Jurandir.

Maceió, Jatiuca, 11 de dezembro de 2011

Explicações do Autor

Devo, a quem for ler este modesto e despretensioso trabalho, algumas explicações. São explicações, a meu ver, necessárias, para melhor situar o leitor.

Inicialmente, cabe-me dizer que me gratifica intimamente oferecer ao respeitável público ledor um livro diferente no jornalismo investigativo, na área policial, porquanto preocupou-me publicar um levantamento minucioso de fatos sangrentos, obedecendo, até certo ponto, a uma ordem cronológica desses episódios.

Aqui está o resultado de uma cuidadosa pesquisa, que custou-me, portanto, décadas de colheita de informações, subsídios, elementos suficientes para relatar caso por caso com a devida precisão. Isso, muitas vezes, se torna enfadonho e até exaustivo para quem o faz. É natural.

Quando me despertou o interesse por essas histórias de crimes, que sempre me fascinaram, ainda na minha adolescência, não pensava em um dia reuni-las para a publicação de um livro. Eu anotava tudo sobre os casos de que tinha conhecimento, mas, apenas por curiosidade. Mais tarde, já como profissional de imprensa, aí, sim, eu criei gosto mesmo por assuntos policiais e passei a me interessar, de verdade, fazendo matérias investigativas sempre que sabia de determinado caso. Nas funções de repórter policial e repórter especial em vários jornais por onde passei, preocupava-me levantar, a fundo, casos de repercussão, histórias de assassinatos que mereciam ser rigorosamente apurados.

Em começo de 1999, o meu colega jornalista Mendonça Neto (falecido) convidou-me para escrever sobre os crimes ocorridos no

Estado, nos últimos 50 anos, numa revista que iria publicar com assuntos de Alagoas. Topei. Fui rever o que tinha acumulado, selecionei os maiores crimes aqui ocorridos nas últimas cinco décadas, e a Revista Almanaque Alagoas publicou o material, sob o título Os 50 maiores crimes da nossa história.

Quando saiu na Revista essa cronologia de crimes, o Mendonça me chamou e deu-me a ideia: escreva um livro sobre todos os crimes de repercussão em Alagoas, aproveitando sua experiência nessa área. Com o seu incentivo, passei a pesquisar mais, ouvindo pessoas que testemunharam os fatos ou deles tiveram conhecimento de perto, fazendo anotações, apurando e "checando" um a um. Desci ao fundo do meu arquivo e, assim, fui reunindo o material que faltava para a feitura deste trabalho, concluído com centenas de crimes rumorosos perpetrados no território alagoano.

Quero, aqui, mencionar outros colegas que contribuíram com esta obra, fornecendo-me informações: jornalistas Ródio Nogueira (falecido) e Cícero Santana e o tambem comunicador Antero Almeida. Ao amigo João Alberto Ribeiro, o meu agradecimento pela colaboração dada a este trabalho.

E, concluindo: com a publicação deste livro, a minha intenção é apenas registrar nos anais da história de nossa pequenina Alagoas, com certa tristeza, esses lamentáveis fatos, para o conhecimento dos nossos jovens e de todos aqueles que não vivenciaram a época de muitos desses tristonhos acontecimentos ou deles nunca ouviram falar, para que os repudiem e os vejam como exemplos danosos no nosso desenvolvimento sociopolítico e cultural.

Aqui está, simplesmente, sem estardalhaço, sem fantasia, a história seca, pura e crua de 450 anos dos crimes que mais alcançaram repercussão nesta boa terra, e alguns até repercutindo fora daqui.

Introdução:
Por que se mata tanto em Alagoas?

A violência e a impunidade em Alagoas têm suas raízes fincadas nos primórdios de nossa história, ou seja, quando ainda este território pertencia ao Estado de Pernambuco. Era província de Pernambuco. A violência, aqui, está entranhada na vida social e política das pessoas, onde as desavenças, ao invés de serem resolvidas através do diálogo, do bom entendimento, encontram solução no bacamarte, nos confrontos armados ou nas tocaias, nas famigeradas emboscadas. Entre o diálogo e a bala, aqui se prefere a última. Está na cultura do povo que sempre foi e continuará sendo assim. O gérmen da violência está no sangue do povo, não obstante esta terra ser privilegiada pelos seus encantos e belezas naturais e orgulhar-se de ser o berço dos marechais e dos grandes vultos da intelectualidade brasileira.

Quando um dia alguém comparou o mapa de Alagoas com um revólver, tinha razão, e descobriu, na sua lúcida observação, que o destino e a triste sina deste povo estão simbolicamente traçados no formato do seu próprio mapa territorial, que é o de sofrer com a violência e a criminalidade.

Apenas uma mera coincidência, não restam dúvidas, mas uma atroz ironia do destino é o nosso mapa assemelhar-se ao desenho de

uma pistola ou de um revólver. Faltou somente a mão do atirador. Mesquinha a nossa sorte.

Sabe-se, também, virando as páginas de nossa história, que o primeiro bispo do Brasil, Dom Pero Fernandes Sardinha, foi morto e comido cru pelos índios caetés, nossos primitivos, nas costas do Pontal de Coruripe, após o religioso salvar-se de um naufrágio.

Nos últimos 60 anos, principalmente logo após o término da II Guerra Mundial, uma onda arrasadora de crimes de toda natureza tem varrido Alagoas, de ponta a ponta, do sertão à Capital, com a violência transformando o Estado numa terra sem dono e sem lei. São crimes políticos, vinganças pessoais, casos passionais, questões de família, crimes organizados, sob a tutela do macabro e misterioso Sindicato da Morte, além, é claro, da desenfreada violência urbana, que campeia assustadoramente nos últimos anos.

Em Alagoas, mata-se por quaisquer motivos, os mais fúteis e injustificáveis, portanto. Uma simples discussão numa briga de galo, num campo de futebol, numa mesa de bar, ou numa barraca de praia, é motivo para um crime de homicídio. Aqui, os crimes se sucedem, a cada instante, numa marcha célere e voraz. O alagoano vive assustado, com medo, apreensivo, assombrado, em permanente estado de pânico, vendo o momento de facilmente tombar morto, vítima das balas assassinas.

Apesar de a violência já fazer parte da cultura do nosso povo, nunca se matou tanto em Alagoas como nos dias atuais. Para um Estado pequeno, como o nosso, onde as principais famílias se conhecem, e sua população vive, na sua maioria, do trabalho diário e da labuta no comércio ou na agropecuária, é uma realidade preocupante.

Mesmo levando-se em conta o infeliz preconceito e a dosagem de exagero do sulista para com o Nordeste, especialmente por parte da imprensa, há de se reconhecer que não foi à toa que os jor-

nais do Sul, em certa época, cognominarem Alagoas de o "Estado da morte", tantos os episódios sangrentos aqui verificados.

Detendo, atualmente, o maior e mais alarmante índice de criminalidade do País, em termos proporcionais, tido como o lugar onde se acham e alugam, facilmente, pistoleiros os mais frios e experimentados no gatilho, homens afeitos para executar qualquer tipo de "serviço", Alagoas caminha, a passos largos, para o pior estágio que um povo juridicamente organizado pode atingir, dentro do contexto sociopolítico de uma Nação.

O sindicato da morte em Alagoas, cuja criação se perde no tempo, pois é uma organização criminosa que se confunde com a própria história do Estado, entidade misteriosa, que, para muitos, parece não mais existir, continua vivo e atuante, sobrevivendo através dos anos e ao longo de muitas gerações. Ele não tem sede conhecida, não tem organização jurídica, muito menos diretoria identificada pela sociedade, mas funciona regularmente bem.

Quantos alagoanos que amam esta terra se viram obrigados a abandoná-la, do dia para a noite, para não morrer? Dezenas deles ainda vivem, hoje, em lugares incertos e não sabidos, porque temem voltar para Alagoas.

Quem, daquela época, não se lembra do advogado Hermes Brandão Vilela e do também criminalista Nelson Gonçalves Brandão, que atuaram no caso do cabo Henrique, no final da década de 70 e início dos anos 80, como advogados de defesa?

Naquele episódio, também atuou, na defesa, o jornalista e advogado Tobias Granja, assassinado no centro de Maceió. Quem não lembra o pecuarista e tabelião público de Poço das Trincheiras, ex-prefeito daquele município, José Medeiros, então estudante no curso de Direito do CESMAC, que teve de fugir de Alagoas, para não morrer, no início da década de 80, morrendo longe da família e da terra natal, vítima de grave enfermidade que o acometera?

E tantos e tantos outros.

Chega-se, infelizmente, à terrível conclusão de que, em Alagoas, quem fala, ou mata ou morre ou corre. Transformou-se, portanto, numa Terra Sem Lei. E, aqui, eu apenas conto essa trágica história.

Dos que estiveram marcados para morrer naquela época, e que não saíram do Estado, só lembro estar vivo o conhecido advogado criminalista Diógenes de Albuquerque Tenório, que também funcionou na defesa do cabo Henrique.

Um fato curioso e trágico sempre ocorreu e ocorre em Alagoas; estranho, inclusive, pois quem pede segurança de vida à SSP – Secretaria de Segurança Pública, que também já foi Secretaria do Interior, e hoje é Secretaria de Defesa Social, parece apressar a sua própria morte.

Os exemplos são numerosos. Não foram poucos os que tombaram crivados de balas logo depois de haverem solicitado segurança aos órgãos de Segurança do Estado.

Uma pergunta a sociedade teima em fazer, a todo o momento, e que continua no ar, sem uma resposta convincente:

De quem é a culpa por tudo isso?

E nós indagamos:

Será que a causa da violência e da criminalidade em Alagoas não está ligada à impunidade?

Será que a causa não é a falta de segurança ao cidadão?

Não será a omissão dos nossos governantes?

Não será a deficiência no aparelho Policial?

Quem sabe, não será a interferência política (o coronelismo)?

Ou é simplesmente um fenômeno sociológico?

São indagações que pairam no ar, para cada um tirar suas conclusões, sem antes, porém, destacar estes versos, ilustrando a introdução do nosso despretensioso trabalho jornalístico:

É o Estado da morte.
Tornou-se terra sem lei.
É uma pena, eu bem sei,
Essa nossa triste sorte.
Pode ser fraco ou ser forte,
Ter poder, força e dinheiro;
Se não for sagaz, matreiro,
Termina entrando na bala.
Em Alagoas, quem fala,
Ou mata, ou morre primeiro.

Mas eu não quero nem matar, nem morrer, nem correr. O que quero é continuar falando ou escrevendo a verdade, "sem exagero e sem medo", no dizer do saudoso Genésio de Carvalho, notável jornalista alagoano que pertenceu aos quadros redatoriais do jornal Gazeta de Alagoas, uma das mais brilhantes penas deste Estado, ao lado de Antônio Sapucaia (hoje desembargador aposentado), Valmir Calheiros, Zadir Cassela, Donizete Calheiros e Carvalho Veras, antecedidos de outros não menos valorosos, verdadeiros "monstros sagrados" do nosso jornalismo, quais sejam Luiz Silveira, Costa Rego, Oséas Cardoso e Arnon de Mello, para não citar tantos outros, a quem reverencio em nome dos já citados.

Quero é continuar na minha Alagoas, meu berço natal, escrevendo ou falando somente a verdade, com ética e responsabilidade, sem o menor ranço de perseguição a quem quer que seja, com isenção e imparcialidade, respeitando a dignidade de todos, e, assim, esperando merecer de todos o devido respeito.

Nos meus mais de 40 anos de jornalismo e radialismo, nunca escrevi uma linha ou disse uma palavra sequer, caluniando, difamando ou assacando inverdades contra a honra de ninguém. Sempre pautei minha vida profissional no caminho da verdade, graças

a Deus, que me dotou desse iluminado espírito e concedeu-me o infinito dom de não gostar de mentiras.

Este livro foi lavrado desse jeito, como eu sou pessoal e profissionalmente.

Aqui, os fatos são narrados sem enfeite, sem floreios, sem sensacionalismo. É, apenas, um trabalho de pesquisa, um levantamento de ocorrências, de casos registrados. É uma cronologia dos crimes de repercussão ocorridos em Alagoas, no período compreendido entre 1556 e 2006, somando-se 450 anos, portanto.

1ª PARTE

(1556 a 1816)

Bispo devorado por índios

Local onde foi morto o Bispo Sardinha

O primeiro bispo do Brasil, Dom Pero Fernandes Sardinha, após salvar-se de um naufrágio, quando a nau Nossa Senhora da Ajuda, em que viajava de Salvador, Bahia, sede da Diocese, para Portugal, afundou nas costas do Pontal de Coruripe, em Alagoas, no dia 16 de junho de 1556, foi morto e comido cru pelos índios Caetés, que habitavam a região. O local da cena macabra teria sido em terras pertencentes, hoje, ao município de Barra de São Miguel.

Além do religioso, mais 91 náufragos foram mortos pelos índios, constituindo-se nos primeiros crimes de morte em terras de Alagoas e no maior massacre de que se tem notícia neste Estado.

Dom Pero estava no Brasil há, apenas, cinco anos, desde a criação da 1ª diocese, em 1551.

Um conflito entre dom Álvaro, filho do governador-geral da Colônia, Duarte da Costa, e o bispo Pero Fernandes fez o religioso tomar a decisão de ir até Portugal, para apresentar suas queixas ao rei, dom João III, contra Álvaro, "rapaz solteiro, abusado, violento, que não hesitava em incendiar aldeias indígenas inteiras, apenas para demonstrar sua prepotência".

O bispo Pero Fernandes Sardinha condenava de público, em seus sermões, os excessos do jovem, a quem reputava como elemento de vida desregrada e dissoluta, apoiado pelo pai, o governador-geral, que aqui chegara, em 1553, trazendo o filho Álvaro Costa e mais 260 pessoas, entre elas o padre José Anchieta.

Dom Pero embarcou, em Salvador, em maio de 1556, encontrando a morte de forma tão bárbara e cruel, num ritual canibalesco, devorado pelos índios alagoanos, que não aceitavam de bom grado, como outras tribos, a tomada de suas terras por invasores portugueses.

Após a morte do bispo, Mem de Sá, que assumira o Governo-geral, em revide, autorizou o massacre dos caetés.

Esquartejado em Porto Calvo

Herói para muitos e traidor para alguns outros, Domingos Fernandes Calabar, inteligente e estratégico militar brasileiro, foi preso, enforcado e esquartejado em praça pública, na então vila Porto Calvo, pelas oito horas da manhã do dia 22 de julho de 1635, em plena juventude, pois contava apenas 25 anos de idade, a mando do governador da capitania de Pernambuco, Mathias de Albuquerque. Sua fértil cabeça sonhadora e as suas postas sangrentas foram penduradas nas entradas da povoação, para símbolo de vingança dos seus patrícios.

Alimentando por Calabar profundo ódio e insaciável ira e grande rancor, Mathias de Albuquerque tencionava matá-lo a traição, não conseguindo seu intento porque o elemento contratado para cometer o ato, um primo de Calabar de nome Antonio Fernandes, morre trespassado na sua própria espada, arma que seria utilizada para o crime.

Por volta de abril de 1632, a luta entre holandeses e portugueses estava praticamente empatada. Os portugueses resistiam sob o comando de Mathias de Albuquerque, auxiliado por um negro embranquecido, Henrique Dias, por um índio cristianizado, Felipe Camarão, e por um guerrilheiro quase invencível, Calabar.

Reconhecendo a inteligência, habilidade em guerrilhas, agilidade em combates e abnegado espírito de que era possuidor, os holandeses, numa atitude de ousadia, procuraram conquistar Calabar para suas fileiras. Em troca, ofereciam-lhe dinheiro e honras. O jo-

vem cabo de guerra e exímio conhecedor do território, apesar de viver oprimido e humilhado pelos portugueses, que o ridicularizavam por ser ele mestiço, recusou energicamente as vantagens oferecidas, embora reconhecesse que Portugal nada fizera pelo Brasil e, muito menos, a Espanha.

Não era apenas Calabar, mas a população também estava desgostosa com o domínio dos portugueses e espanhóis. Os holandeses exploraram este estado de espírito de pernambucanos e novamente, procuraram atrair o mameluco alagoano para guiá-los. Este, vendo melhores perspectivas de progresso para o Brasil com os holandeses, resolveu ajudá-los, abandonando os espanhóis e portugueses.

Com sua passagem para o lado dos holandeses, Calabar desequilibrou a guerra. Ele não apenas guiou os holandeses, como também ensinou-lhes tática de emboscadas e ataques ostensivos. A partir daí, os holandeses venceram todos os embates contra os portugueses. Mathias de Albuquerque, prevendo a derrota final, empregou todos os meios para que Calabar votasse as suas fileiras.

Em carta do holandês Aldienbert, datada de 14 de novembro de 1631, aos seus superiores, sobre Calabar ele destaca: "Apesar de ter sofrido injustiça de seus patrícios, por ser mulato, recusou-se a aceitar o nosso oferecimento de dinheiro e honraria".

Também Weerdenburg, em relatório de 26 de abril de 1632, apresentado ao Conselho Supremo das Índias Ocidentais, declarava: *"Conseguimos, com muito custo, e por intermédio de um nosso agente de propaganda, a adesão do bravo e inteligente cabo de guerrilhas, Domingos Fernandes Calabar. Conhece a fundo o território e se deslocou ao nosso lado pela convicção, pois recusou a recompensa que V.Sa. lhe havia mandado. Diz estar certo de que, conosco, sua pátria irá melhor de que com os espanhóis e portugueses".*

No mesmo relatório, está destacado trecho da carta de adesão escrita por Calabar, em que ele afirma que se mudou sem querer

recompensa, e conclui: *"Vim para melhorar minha terra, que não tem liberdade de espécie alguma".*

Destemido, ágil, habilidoso em guerrilha, Calabar foi um dos primeiros a se apresentar a Mathias de Albuquerque, alistando-se no exército português, quando da invasão holandesa à Capitania de Pernambuco. Mathias de Albuquerque, nobre português, não se interessava pelo valor de um mulato, preferindo tê-lo apenas como mais um elemento nessa guerra entre a Holanda progressista e um colonialismo modorrento de Portugal. Combateu valentemente pelos portugueses durante mais de dois anos, sem, no entanto, ter o seu valor reconhecido.

A passagem de Calabar para o lado holandês, no entanto, levou Mathias de Albuquerque a entender o verdadeiro valor do inteligente alagoano, tal foi a falta que ele fez sentir. Tentou, por isso, trazê-lo de volta, para o que empregou todos os esforços. Enviou-lhe várias cartas, fazendo-lhe vantajosas promessas, todas, porém, recusadas pelo patriota Calabar.

Como os seus bens haviam sidos confiscados (três engenhos e vastas propriedades de terras), Albuquerque prometeu-lhe que estes seriam devolvidos, e mais cinquenta mil cruzados, o posto de Mestre de Campo, o título de Dom e o ordenado que ele pedisse.

Provando sua fulgurante inteligência, cultura e honestidade, existe esta carta de Calabar a Mathias de Albuquerque:

"Depois de ter derramado o meu sangue pela causa da escravidão, que é a que defendeis ainda, passo para este campo, não como traidor, mas como patriota, porque vejo que os holandeses implantam a liberdade no Brasil, enquanto os espanhóis e portugueses cada vez mais escravizam o meu país.

Como homem, tenho o direito de derramar o meu sangue pelo ideal que queira escolher. Como soldado, tenho o direito de quebrar o juramento que prestei enganado. O meu desinteresse é sabido por aqueles que foram os meus chefes.

Quisestes confiar-me um honroso posto na frente de vossas tropas. Recusei. Se os meus bens se acham em terras ocupadas pela vossa gente, não é visível que não só tenho a perder com a minha mudança de bandeira?

Derramei o meu sangue por uma causa que reputava santa e que, entretanto, era a da escravidão de minha pátria. É a causa que vós defendeis.

Com seus atos, os holandeses têm provado melhor que os portugueses e espanhóis. Enquanto nas terras por vós ocupadas existe a mais negra escravidão e tirania, eles não somente protegem materialmente os naturais do País, como lhes dão até liberdade de consciência.

Em Recife e Olinda como na Europa, cada um pensa como quer.

E entre vós?

Vós bem o sabeis. Com o mesmo ardor e sinceridade com que me bati pela vossa bandeira, me baterei pela bandeira de liberdade do Brasil, que é a holandesa.

Tomo Deus por testemunha de que meu procedimento é o indicado pela minha consciência de verdadeiro patriota.

Domingos Fernandes Calabar."

Diante das respostas de Calabar, Mathias de Albuquerque foi entendendo ser ele irredutível, e por isso não desistiu do plano de assassiná-lo.

Frustrado na sua primeira cilada, quando contou com a ajuda do próprio primo de Calabar, Albuquerque valeu-se, então, de Sebastião do Souto, mercenário "que não vexava menos aos amigos que aos inimigos, vindo por isto a ser grandemente odiado por todos".

Sebastião enveredou-se no exército holandês, transformando-se em espião e traidor, o que lhe fez conseguir a entrega de Calabar às tropas portuguesas.

Quando, depois de cercados, famintos e sedentos, os holandeses entregaram-se aos portugueses, pôde, enfim, Mathias de Albuquerque realizar o seu velho sonho.

Albuquerque mandou um dos seus subordinados parlamentares para exigir a entrega do guerrilheiro porto-calvense. O comandante holandês, em resposta, informou àquele general que todos morreriam em seus postos. Foi quando outro gesto digno de um herói teve, novamente, Calabar. Mostrando-se decidido em suas reações, falou: "Aceitai! Aceitai! Mais vale a vossa vida e a dos vossos soldados, que a minha. Eles me humilharão, eles me enforcarão, eles me insultarão até depois de morto, mas ficarei satisfeito com esse sacrifício e serei o primeiro brasileiro que morre pela liberdade da Pátria".

Calabar se entrega, com o compromisso de Mathias de Albuquerque, ao general Alexandre Picard, um dos comandantes das tropas holandesas, de que ele seria submetido a um Conselho de Guerra.

Entretanto, o desejo de vingança de Mathias de Albuquerque era muito forte, fazendo-o quebrar o compromisso e executar sumariamente Calabar, reunindo um Conselho de Guerra e ditando a sentença de morte, logo após o general Picard ter abraçado, chorando, o herói que se sacrificava por um ideal.

Decorridos três dias dessa monstruosa carnificina, já tendo e retirado dali Mathias de Albuquerque, o general Segismundo Van ckkoppe, comandando tropas holandesas, entra novamente na "cidade maldita", manda sepultar os despojos de Domingos Fernandes Calabar com honras militares, e mal deixa de ressoar a mosquetaria obre a sepultura do infeliz idealista, assina a ordem de fuzilamento de toda a população porto-calvense, só não acontecendo isso porque frei Manoel Salvador implora ao general holandês que revogue a sua dura deliberação, tendo Segismundo Sckkoppe, bravo general

flamengo, comutado a pena em cativeiro, ficando, assim, toda a população de Porto Calvo escrava por algum tempo.

Pouco antes de sua morte, escrevia Calabar:

"Vós, os holandeses, oferecestes ao Brasil, oferecestes ao meu amado Pernambuco, a liberdade. O destino não quis que eu assistisse à consumação de vossa oferta, com adesão de todos os pernambucanos, de todos os brasileiros. Eles me chamarão de traidor. Vós bem sabeis que um homem que se bateu, que recusou honras e proventos, não é traidor. Se houve traição, foi uma traição justificada pela nobreza de motivo. E demais, um homem tem direito de derramar o seu sangue pela causa que quiser. Derramei primeiramente meu sangue defendendo o interesse de Castela (Espanha); errei. Morrerei agora pela liberdade, que é a promessa dos holandeses".

Domingos Fernandes Calabar nasceu em território alagoano, Porto Calvo. Sua mãe chamava-se Ângela Álvares. Calabar, ao contrário da maioria da população daquela época, estudou no Colégio dos Jesuítas, conseguindo uma instrução muito acima do nível comum dos homens de seu tempo. Foi batizado em 15 de março de 1610, tendo como padrinho um português, Pedro Afonso Duro, natural de Évora.

Deixou um filho com sua companheira, Bárbara Cardoso, a quem os holandeses batizaram com o nome de Domingos Fernandes, naturalmente acrescido do Cardoso, da mãe.

A morte de um herói

Reconhecido pela história como o grande herói negro nas lutas dos escravos contra colonizadores portugueses, em território de Alagoas e Pernambuco, o bravo líder dos quilombos, o Rei dos Palmares, Zumbi, filho de Porto Calvo e batizado por Francisco, morreu aos 40 anos de idade, em 20 de novembro de 1695, data em que hoje é comemorado nacionalmente o Dia da Consciência Negra.

O mistério sobre a morte de Zumbi continua até hoje, atravessando os anos e passando por muitas gerações. Existe mais de uma versão para sua morte, pois querem muitos historiadores que ele tenha sido aprisionado e morto por uma Expedição chefiada por André Furtado de Mendonça, dois anos após a destruição do Quilombo dos Palmares, em 1693, a mais sangrenta e cruel batalha já travada em solo alagoano, até os dias atuais, com as tropas portuguesas sendo comandadas por Domingos Jorge Velho, Bernardo Vieira de Melo e Sebastião Dias.

Furtado teria sido guiado por um remanescente dos Palmares, preso por alguns moradores da Vila Penedo, que, sob ameaça de morte, levara-o até o esconderijo onde se encontrava Zumbi, com duas dezenas de companheiros, na região da Serra Dois Irmãos, hoje pertencente ao município de Viçosa. O próprio André Furtado teria cortado a cabeça do rei dos quilombos, depois de atacá-lo de surpresa. Levara-a para Recife, onde fora colocada "em um pau, no lugar mais público da praça, a satisfazer os ofendidos e justamente queixosos, e atemorizar aos negros, que supersticiosamente julgavam Zumbi

imortal," conforme consta num comunicado, escrito, do governador da Capitania de Pernambuco, datado de 18 de fevereiro de 1696. Há divergência de data e da autoridade que teria escrito o aludido comunicado. Certos historiadores falam de uma carta de El-Rey ao Governador da Capitania, escrita a 25 de agosto daquele ano.

Na versão de alguns outros pesquisadores sobre a história do Quilombo dos Palmares, Zumbi, ao perceber a derrota à vista, não querendo ser escravo, "reuniu seus mais fiés companheiros e faloulhes com a habitual energia, apontando-lhes, de um lado o cativeiro e a vida, e, do outro, a morte e a liberdade. A sua alma varonil achava forças de lutar com a sorte.".

Vendo-se, portanto, sem mais saída, acossado por seus perseguidores, um exército de mais de 10 mil homens, Zumbi teria corrido até o ponto mais alto da Serra da Barriga, onde ficava o mocambo de Cerca Real dos Macacos, espécie de quartel-general, numa altura de cinco mil metros, e dali pulado para a morte, no que foi seguido por milhares de negros, que, ouvindo o seu líder maior, não hesitaram, e com os olhos baixos e passos firmes, seguiram o chefe, o rei, um após outro, jogando-se no despenhadeiro, numa altura de quase uma légua.

"Os corpos rolaram pelas escarpas da montanha, num suicídio em massa, que só um alto sentimento de liberdade justifica. Estacaram os vencedores, assombrados ante a sublimidade daquela loucura coletiva. Mas, milhares de negros vagavam ainda pelos campos. Faz-se, então, uma caçada feroz. Quase todos foram apanhados, a mão e a laço. Conduzidos para o centro do exército, centenas se deixaram morrer de fome. Centenas de mães mataram os filhos, no delírio daquele imenso infortúnio."

Cercados por todos os lados, os negros reagem como podem. As mulheres lançam água fervente por cima da cerca, e os jovens que ainda não sabiam manejar armas, subiam nas árvores e,

com ganchos, içavam o inimigo, jogando-o para fora da paliçada, onde os negros mais fortes o estrangulavam com as mãos, tamanha era a fúria.

Gritando e morrendo, os vencedores subiam sempre, despedaçando as resistências, derramando-se como rios impetuosos, entre as casinhas de palha, incendiando, prendendo, trucidando.

Com a capoeira, os quilombolas defendem-se do ataque repentino do exército de Domingos Jorge Velho, "fera criada raivosa," a quem se referiu o bispo Francisco Lima, quando o conheceu, como "um dos maiores selvagens com que tenho topado," enquanto o governador da Capitania de Pernambuco, Caetano de Melo Castro, afirmou tratar-se de "gente bárbara e que vive do que rouba", também numa alusão ao bandeirante Jorge Velho e ao exército paulista sob o seu comando. Para um tal Conselho Ultramarino, "os paulistas são piores que os mesmos negros dos Palmares".

Domingos Jorge Velho já havia sido derrotado várias vezes na tentativa de arrasar Palmares e, por questão de honra e muito mais por dinheiro e terras, vinha agora com um batalhão dez vezes superior às forças guerrilheiras de Zumbi. Queria desforra! Seus soldados pulavam as cercas de pau a pique e caíam dentro da fortaleza negra, com o berro entre dentes e sabre em punho. Os negros tomavam-lhe o sabre de um só movimento, fazendo sufocar o seu grito, que desce garganta abaixo, gemido.

Sem medo, desembaraçado, levando na grila do jogo de capoeira, o povo quilombola vai vencendo um a um os invasores, no traçado dos pés e no molejo do corpo, enquanto joga a cabeça para os lados, defendendo-a, vai polindo a sua arte de guerrear, dando um golpe atrás do outro, vencendo um invasor após outro.

Os soldados de Domingos Jorge Velho, ao verem aquilo acontecendo, uma forma de guerrear esquisita, que deixava muitas mortes, recusavam-se de peitar, tamanho bailado de pés daquela

quilombolada, tentavam fugir e eram logo abatidos pelos próprios companheiros, que os acusavam de desertores.

"Quando os atacantes conseguiram transpor a última trincheira, milhares de negros jogaram-se em suicídio, do ponto mais alto da serra ou embrenharam-se pelos campos, sendo, na maioria, apanhados.

Zumbi, embora agindo com muita bravura, sendo um dos últimos a abandonar o "Reduto dos Macacos" e havendo recebido ferimento em luta, conseguiu escapulir do cerco, vindo a ser morto quase dois anos depois".

Que houve suicídio coletivo de milhares de negros, é verdade.

A dúvida que persiste é apenas se Zumbi estava ou não no meio desses seus companheiros negros.

Mas a conclusão a que se chega é que não. Ele fugira baleado, auxiliado por companheiros, refugiando-se na região de Osenga e Sabalangá, na Serra Dois Irmãos, pertencente, hoje, ao município de Viçosa, onde fora capturado e morto por André Furtado de Mendonça, chefe de uma Expedição Policial, no dia 20 de novembro de 1695.

Essa é a versão que mais se aproxima da lógica. É a que mais tem sentido.

É, portanto, a versão mais convincente, até pela data da morte, pois, caso Zumbi tivesse realmente se atirado do cume da Serra da Barriga, na batalha final, teria sido em 1693, quando a República dos Palmares foi destruída por completo. Como a data da morte é conhecida como 20 de novembro de 1695, dúvidas não restam de que ele não morreu atirando-se do alto do rochedo, como ocorreu com tantos companheiros seus.

"O suicídio libertara milhares de negros. Os que sobreviveram foram vendidos para longe. As terras dos Palmares, divididas em lotes, foram dadas aos capitães vencedores".

O primeiro líder dos Palmares foi Ganga Zumba, que comandou uma bem-sucedida resistência contra os brancos. Zumba foi assassinado por envenenamento, sendo substituído por Zumbi, seu sobrinho, que já era um líder respeitado e que se tornou o grande herói dos Palmares.

O famoso quilombo dos Palmares foi constituído por uns 40 negros, chegando a aproximadamente 20 mil homens, que fortificaram-se, estabelecendo em sua república minúscula uma cidadela circunvalada de 13 estacadas de pau a pique, defendidas cada uma por 200 homens, que eram elevados a maior número quando se receava a possibilidade de um assalto. Zumbi residia na sede dessa miniconfederação.

2ª PARTE

(1817 até 2006 – Alagoas já emancipado de Pernambuco)

Padre morto em tocaia

Por questões políticas, o padre e deputado estadual José Vicente de Macedo foi emboscado e morto, a tiros de mosquetão, em terras do engenho (hoje Fazenda) Mataraca, no município de Atalaia, em 1834.

Em 1833, o padre José Vicente de Macedo fora eleito Presidente da Câmara Municipal de Atalaia. Em seguida, candidatou-se a Deputado Geral da Corte, conseguindo ser eleito com larga margem de votos, para o período de 1834 a 1838. Foram eleitos também o padre Rafael de Macedo, parente do vigário (suplente, chegando a substituí-lo na Assembleia Geral), e o padre Inácio Joaquim da Costa, coadjutor do Pe. Macedo, no ofício religioso da freguesia, e ainda os senhores doutor Francisco Remígio de Albuquerque Melo, advogado, Manoel Joaquim Fernandes e Antonio Costa Viana.

Os insatisfeitos com o prestígio do Pe. Macedo, que conseguira movimentar toda a paróquia em favor dos seus correligionários e de si próprio, apelam para a Assembleia Geral e para a Corte, no sentido de anular a eleição, alegando fraude. O mais insatisfeito era o major José Gomes da Rocha, que acusava o juiz de ser bastante condescendente com o padre e seus correligionários, bem como acusava o Presidente da Província de elevar uma diária para dez mil réis para os membros da Assembleia, além de criar cargos desnecessários, contrários aos interesses do colégio eleitoral de Atalaia. O major José Gomes reúne 200 homens armados e marcha para Santa

Maria Madalena das Alagoas (Marechal Deodoro), a fim de depor o Presidente da Província, Manoel Simões da Costa. Este, com um governo de apenas 14 dias, resolve se demitir antes que o major José Gomes chegue a agir. Assume a Presidência da Província o Conselheiro do Governo, doutor João Camilo de Araújo, que, para apaziguar os ânimos, resolve anular a eleição, marcando outra data para o próximo pleito. Neste segundo, o nome do padre e seus companheiros de chapa foram confirmados como no anterior, dando-lhes, assim, a mais expressiva prova da vontade do povo, agravando, mais ainda, os ânimos dos sediciosos.

O Pe. Macedo, após esta grande vitória, prepara-se para embarcar para o Rio de Janeiro, a fim de ser revestido do seu mandato na Corte. Os seus inimigos não se conformaram, chegando mesmo a propor uma renúncia. Como isto não convenceu o Padre, que tinha consciência tranquila de estar representando o desejo dos atalaienses, os inimigos lhe dão o "ultimatum" – deixar Atalaia sem demora.

O sacerdote não compreendeu a gravidade da ordem, uma vez que todos sabiam que em breve ele teria de deixar a sua querida paróquia para uma temporada na Corte. Recebe outras vezes a mes-ma ordem ameaçadora e resolve afastar-se, mesmo que por pou-cos dias. Vai à igreja da Várzea, que construíra com muito carinho, dedicando-a a N.S. da Conceição, a quem confiava todos os seus temores e pedia coragem para não cometer nenhuma arbitrariedade. Em seguida, foi despedir-se dos seus paroquianos. Com uma pe-quena bagagem e acompanhado de um amigo, partiu a cavalo para

o Pilar, onde pegaria uma embarcação para chegar até Santa Maria Madalena das Alagoas.

O caminho margeava o rio Paraíba, passando pelo Engenho Mataraca.

Pouco tempo após a sua partida, o animal que o conduzira é visto sozinho, com os arreios, à porta da Casa Paroquial. Todos se

afligem e começam a investigar. Logo surge a lúgubre notícia: "O Padre Macedo foi morto em emboscada, no começo do Engenho Mataraca. Todos correram para ver o hediondo crime cometido por emboscada. O criminoso, que nunca foi punido, escondeu-se por trás de um pé de mulungu, aguardando a passagem do padre por sobre um enorme lajedo, à beira do rio. Aquele lugar ficou sendo chamado de "Pedra do Sangue", e afirma-se que a mancha do sangue ainda é vista na pedra".

Padre assassinado em Palmeira

Acusado de participar do movimento político que ficou conhecido como guerra dos Lisos e Cabeludos, uma revolução de rebeldes envolvendo duas facções partidárias, em 1844, di-vidindo a sociedade política de Alagoas entre conservadores e liberais, que não estavam defendendo ideologias, programas políticos, táticas ou estratégias diferentes, mas, apenas, visando tomar o posto político da família Sinimbu, destruir essa oligar-quia e ocupar o cargo de Presidente da Província ou de senador ou mesmo deputado, que pouco representava a nível de poder efetivo, já que tudo era decidido pelo poder central, que era a Monarquia, o pároco de Palmeira dos Índios, padre José Caetano de Moraes, foi barbaramente assassinado quando celebrava uma missa, naquele ano, pelas Forças do Governo, através de uma volante comandada pelo major Cobra, incumbida que fora de trazê-lo preso para Maceió.

Nesse confronto entre caudilhos, que, pelos seus respecti-vos poderio ou influência indireta puxavam outras pessoas, grupos organizados, o padre Caetano de Moraes era apenas suspeito de pertencer ao Partido dos Lisos.

"Quando foi dissolvida a Câmara dos Deputados, em 1844, prepararam-se as forças políticas para um novo confronto". O go-verno imperial, no intuito de favorecer politicamente o clã dos Sinimbus, nomeia para Presidente da Província de Alagoas, Ber-nardo Souza Franco, amigo de Sinimbu.

Nomeado presidente da Província, em 22 de fevereiro de 1844, o Dr. Franco foi recebido na província com a máxima desconfiança dos conservadores.

"Tais desconfianças mais se acentuaram quando ele começou a fazer alterações em empregos do corpo militar, cargos de mera confiança, removendo os opositores de Sinimbu".

Foi Padre Moraes que, em 1835, à época, deputado, coordenou um movimento que emancipou Palmeira dos Índios, através da Lei número 10, de 1º de julho de 1835.

Porém, com o seu assassinato, Palmeira foi rebaixada, pelo governo Provincial, à categoria de Distrito, perdendo sua emancipa-ção, pela Lei número 43, de 4 de maio de 1846.

Os filhos do padre assassinado, os irmãos Manoel e José de Araújo Moraes, conhecidos como os irmãos Moraes, resolveram vingar a morte do pai. Reuniram um grupo numeroso, com cerca de 100 homens, todos acostumados à luta e ao banditismo, e passaram a aterrorizar Alagoas, matando, saqueando, invadindo fazendas e povoações, enfim, praticando toda espécie de crimes, os mais selvagens e cruéis, e espalhando o medo e o pânico por todo o interior do Estado.

"O Governo reagiu, enviando um oficial prestigiado, Pedro Ivo Velloso da Silveira, com 100 soldados, para combatê-los". Foi inútil. Voltaram para a capital derrotados.

Os dois irmãos não pararam de atacar. Rumaram para o sertão, de onde foram até Águas Belas, em Pernambuco, onde residia o pai do Barão de Atalaia, membro da família Sinimbu, no meio da qual se encontravam as lideranças dos Cabeludos.

"Cercaram a casa do Barão de Atalaia, que só escapou por ter fugido momentos antes."

Durante quase um ano cometendo as piores atrocidades, em diversos pontos de Alagoas, deixando toda uma população apre-

ensiva e atemorizada, chegou ao fim a época de atuação dos Mo-raes, com a morte desses. Primeiro, de Manoel de Araújo Moraes, que foi assassinado por um caboclo, nas matas de Jacuípe, onde se encontravam os comandados de Vicente de Paula Carvalho, um dos membros notáveis do grupo dos Cabeludos. Depois, de José de Araújo Moraes, que foi morto num confronto com outro bando, em Sergipe.

Pena de morte no Pilar

Os assassinatos de que foram vítimas o senhor de escravos e capitão da Guarda Nacional João Evangelista de Lima e sua esposa, Josefa Martha de Lima, na tenebrosa noite de 27 de abril de l874, na cidade do Pilar, de 9.811 habitantes, dos quais 8.452 eram livres e 1.348 cativos, quando os escravos Prudêncio e Vicente resolveram ajustar as contas com o seu dono, virou a última pena de morte no Brasil.

Os dois escravos, ajudados pelo também escravo Francisco, cujo senhor era o renomado médico e membro do Instituto Arqueológico Alagoano, Joaquim Telésforo Ferreira Lopes Viana, utilizando-se de um punhal no golpe inicial, para depois desfechar-lhe vários golpes de cacete, mataram brutalmente João de Lima, que fora atraído para o hotel que este possuía, local da tragédia, tendo depois seu corpo sido jogado na estrebaria do estabelecimento.

Em seguida, os três rumaram em direção ao Sítio Bonga, onde fizeram o mesmo com a esposa de João. Chamaram-na e, quando ela abriu a porta, desfecharam-lhe um certeiro golpe de punhal no lado esquerdo do peito e a assassinaram a pancadas. Pouco antes,

o escravo Prudêncio tinha ido à residência do médico Telésforo, a fim de atraí-lo para a emboscada, com a ardilosa mensagem de que o capitão João de Lima estava passando mal no hotel, e havia solicitado sua presença. Talvez já desconfiado de alguma coisa, o doutor Telésforo disse que não iria , pois já estava recolhido aos seus aposentos, àquela hora da noite, escapando, provavelmente, de ser mais uma vítima dos cruéis assassinos.

Conforme relato do Jornal do Pilar, o crime fora minuciosamente elaborado, com as vítimas, aos poucos, compondo a ordem das tenebrosas conexões da trama macabra. Assim, compreende-se que o resultado, em parte, foi um sucesso arrasador. Os cadáveres estavam mutilados, cobertos de talhos profundíssimos, com especialidade sobre a fronte e sobre o rosto.

Os escravos roubaram das vítimas alguns pertences, furtaram os cavalos na cocheira do sitio e fugiram. Vicente foi preso no dia 1º de maio, no engenho Hortelã, ao sul da província alagoana. Francisco e Prudêncio abrigaram-se em Pesqueira, cidade da vizinha província de Pernambuco, onde reagiram à prisão, em confronto com a Guarda Nacional. Na resistência, os escravos assassinaram um subdelegado, junto com um praça. Em revide, Prudêncio foi abatido pela tropa. Resolveu Francisco se render. Foi algemado e escoltado para a cadeia de Maceió.

Assim que o inquérito foi concluído e os escravos denunciados pelo promotor público da Comarca do Pilar, Aureliano Numeriano da Silveira, Vicente e Francisco foram indiciados como assassinos do nefasto crime. Passados dois anos de tramitação processual, lavrada a sentença, Francisco foi condenado à pena última.

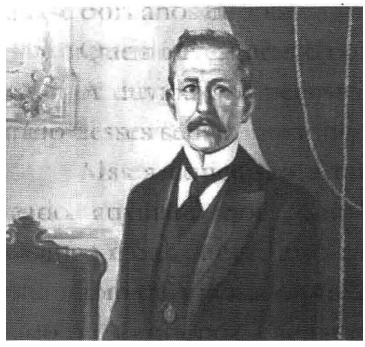
Vicente teve mais sorte: impetrou uma petição de Graça Imperial ao Poder Moderador e teve a vida poupada, pois não houve pronunciamento quanto a ele. Condenado à prisão perpétua, morreu, tempos depois, na cadeia velha de Maceió. O Imperador, porem, negou clemência a Francisco e reiterou a pena de morte, por enforcamento, ao condenado. Entretanto, de forma implícita, D. Pedro II aboliu, a partir desse exato momento, todas as penas de morte, comutando-as em prisão perpétua.

Diante da negativa do pedido de Graça Imperial, o juiz Francisco José da Silva Porto determinou a data de 28 de abril de 1876 – dois anos após os assassinatos – para a execução do escravo Fran-

cisco, que foi transferido da cadeia de Maceió para a cidade do Pilar, onde seria enforcado. O instrumento de suplício foi erigido: dois troncos de 5 metros e meio de altura. Local: Sítio Bonga, exatamen-te onde a esposa de João Lima fora assassinada. Revelam os jornais da época que mais de 2 mil pessoas acompanharam o cortejo maca-bro, no qual Francisco foi levado à forca. Percorreu as ruas do Pilar, acompanhado do carrasco, enquanto a sentença era lida em voz alta, pelo escrivão privativo do Júri. Durante o trajeto, o condenado pediu ao juiz permissão para uma última prece, na igreja do Rosário, no que foi atendido.

No sítio, o público era numeroso, formado por senhores, feitores, curiosos, proprietários de engenho e também por escravos. O sacerdote declamou o "Creio em Deus Pai". Ao sinal do juiz de rufar os tambores, o condenado deu os primeiros passos rumo à morte. Francisco subiu, com coragem, de degrau em degrau, para o patíbulo. Então, saltou e irrompeu em violento som o estrangular de asfixia e ouviu-se o estalar das vértebras cervicais. A cena terrível deixou a enorme plateia de olhos arregalados e visivelmente horrorizada, inclusive algumas senhoras passaram mal ao assistir ao horripilante quadro. Em seguida, o cadáver foi retirado da forca e enterrado no local da execução.

Massacre na praça dos Martírios



Governador Euclides Malta

Durante um comício da oposição, na Praça dos Martírios, em Maceió, onde fica o Palácio do Governo, no dia 10 de março de 1912, foi assassinado a tiros o jovem advogado Bráulio Guatimosim Cavalcanti, 25 anos de idade, filho de Pão de Açúcar, onde nascera no dia 14 de março de 1887. Pertencente a tradicional família daquela cidade ribeirinha do sertão alagoano, Bráulio era recém-formado, em Recife.

Orador impetuoso, tido como um dos mais fervorosos e respeitados tribunos da época, em Alagoas, Bráulio Cavalcanti foi morto juntamente com o tenente Brayuer, pela Polícia do Governo Euclides Malta, que tinha como seu adversário às eleições daquele ano, para o Governo, o coronel Clodoaldo da Fonseca.

Assumindo a Presidência da República, em 11 de novembro de 1910, Hermes da Fonseca, "com a promessa de destruir as oligarquias, o Brasil foi sacudido: usando do Exército e de apoio das oposições locais, os militares revolucionam vários Estados Brasileiros, entre eles Alagoas, substituindo o candidato da oligarquia dos Malta pelo coronel Clodoaldo da Fonseca."

Parente do Presidente da República, o que significava um trunfo importante, pois dava a certeza do apoio governamental e do Exército, Clodoaldo da Fonseca só aceitara definitivamente sua candidatura no dia 25 de dezembro de 1910, quando a oposição, organizada, luta contra as forças governamentais.

"A verdade é que Euclides Malta, que nunca permitira manifestação contrária, manda a polícia terminar com os comícios da oposição. Esta, que agora conta com a aquiescência de Clodoaldo da Fonseca, responde violentamente: de 25 a 27 de dezembro, os comícios se transformam em lutas."

Continuando, sem cessar, as pressões internas e externas, a vitória da oposição é fato consumado. Hermes da Fonseca, alegando o resultado das lutas, pede ao coronel Clodoaldo da Fonseca que retire sua candidatura. Este, por sua vez, responde não estar "disposto a pactuar com políticos sem moralidade que envergonham a República"

Clodoaldo era candidato pelo Partido Democrático, que fazia oposição ao Partido Republicano Conservador.

O Governador Euclides Malta, mesmo usando de todas as forças a que tem alcance, não consegue impedir as atividades da oposição. O reforço policial feito por Euclides Malta resulta no massacre do dia 10 de março de 1912, durante comício da oposição, quando são mortos alguns elementos dessa facção política, entre eles o advogado e brilhante tribuno Bráulio Cavalcanti. Os tiros partiram da Polícia governamental e o revide foi imediato. Dois dias após, sob forte pressão, Euclides renuncia e o situacionismo fica sem candidato. Os três elementos indicados negam-se aceitar a candidatura. Em junho, as eleições dão vitória ao coronel Clodoaldo, que é empossado no dia 10 de julho de 1912.

A morte de Delmiro Gouveia

Delmiro Gouveia

A morte de Delmiro Gouveia, o próspero empresário da Vila Operária da Pedra, em 1917, foi um dos episódios sangrentos que mais ganharam repercussão, na época, não somente em Alagoas, mas em todo o território nacional.

O empresário e industrial Delmiro Augusto da Cruz Gouveia foi morto numa emboscada, no alpendre de sua casa, na vila operária da Pedra, hoje Delmiro Gouveia, no alto sertão alagoano, na noite de quarta-feira, 10 de outubro de 1917, quando lia um jornal, por volta das 8 horas e 30 minutos. Contava ele 54 anos de idade. Cearense de Ipu, onde nasceu em 1863, transferiu-se, com toda a família, para o Recife, após a morte do pai, Delmiro Porfírio de Farias, na guerra do Paraguai, em 1867, Capitão que era do Exército brasileiro.

Segundo o historiador Tadeu Rocha, "no ano de 1917, Delmiro Gouveia não estava morando na casa-grande da fábrica da Pedra. Ele residia, então, num elegante chalé, existente no largo fronteiro à fábrica, porem fora da cerca de arame do grande núcleo industrial sertanejo. Terminada a faina do dia 10 de outubro, uma quente quarta-feira de verão, o pioneiro de Paulo Afonso recolheu-se ao chalé, onde jantou em companhia do seu compadre Firmino Rodrigues, com quem foi palestrar no alpendre lateral esquerdo da residência.

Depois que seu compadre se retirou, Delmiro passou a ler jornais, sentado em uma cadeira de balanço, à luz de forte lâmpada elétrica".

É, ainda, Tadeu Rocha quem relata: "Eram oito e meia da noite, quando três tiros de rifle ecoaram por toda a vila industrial da Pedra. Os tiros foram deflagrados de um corte ferroviário próximo ao chalé. José Alexandre Cordeiro (o jovem Zé Pó), que antes servira o jantar ao coronel Delmiro e seu convidado, foi encontrar o patrão gravemente ferido, agarrando-se nas cadeiras do alpendre. Muita gente acorreu à residência do chefe, que foi conduzido ao seu leito".

Em sua narrativa, o escritor Tadeu Rocha afirma que, "gravemente ferido, Delmiro ainda recebeu socorros do médico da Fábrica da Pedra, Dr. José Maciel Pereira. Dos três tiros deflagrados contra o Pioneiro, uma bala varou-lhe o coração. Poucos minutos teve de vida aquele homem de belo porte e grande resistência física. Nos últimos alentos da existência terrena, Delmiro Gouveia fez a mais cristã das súplicas e mais nordestina das preces: "Valha-me, Nossa Senhora!"Esta prece foi ouvida pelo referido José Alexandre Cordeiro, segundo informações que nos prestou em fevereiro de 1953."

E prossegue Tadeu Rocha: "O grande comércio de peles de caprinos e ovinos, uma pecuária modernizada e a montagem da fábrica de linhas, com a extraordinária façanha do aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, transformaram Delmiro Gouveia na maior autoridade social dos sertões nordestinos. A inveja e o despeito não tardaram em criar duas sérias inimizades ao moderno sertanista: os "coronéis" José Rodrigues de Lima, de Piranhas, e seu parente José Gomes de Lima e Sá, residente em Jatobá, hoje Petrolândia, em Pernambuco. O ódio dos dois parentes armou sicários, que, nas caladas da noite, abateram, traiçoeiramente, a mais importante figura da moderna história econômica do Nordeste".

As suspeitas, as insinuações, o leque de especulações e desconfianças que se abriu, as histórias desencontradas e os estranhos

boatos espalhados formaram uma enorme confusão nos dias que se seguiram à morte do "desbravador do sertão," conforme historia o pesquisador Tadeu Rocha: "Fervilhavam os boatos e multiplicavam-se as insinuações sobre a autoria material do crime, até que as hipóteses recaíram nos derradeiros ausentes do núcleo industrial. Entre estes, estavam os operários José Inácio Pia, que fora despedido da fábrica de linha pelo gerente Adolfo Santos, e seu compadre Róseo Morais do Nascimento, que pedira suas contas. E logo no dia 14 de outubro (uma semana após a morte de Delmiro), surgiram as primeiras acusações a estes derradeiros ausentes, ao que consta dos autos do Processo Delmiro."

Diz Rocha que não foi difícil à Polícia Militar de Alagoas capturar os dois supostos assassinos de Delmiro Gouveia: "o operário José Inácio Pia, apelidado de Jacaré, foi preso no dia 7 de novembro, em Propriá (SE), onde estava de volta à Pedra de Delmiro, para ir buscar sua mulher. Já o operário Róseo Morais do Nascimento foi preso a 10 de novembro, na Usina Pedras, onde estava empregado, no município sergipano de Maruim. Em outro inquérito, feito um ano mais tarde, apareceu Antônio Félix do Nascimento, que era vaqueiro em Água Branca, como terceiro envolvido no crime de 10 de outubro de 1917."

Com a segurança de quem se aprofundou no assunto e de quem conhece o caso nos seus pormenores, Tadeu Rocha nos conta mais detalhes: "À custa de violência de toda espécie, que iam do pisoteamento às constantes ameaças de fuzilamento, o famigerado Capitão Nolasco, da Polícia alagoana, obteve de Jacaré e Róseo a "confissão" da autoria do crime... O mesmo processo foi utilizado em relação ao pernambucano Antônio Félix do Nascimento, que não tinha qualquer parentesco com o cearense Róseo Morais do Nascimento. Denunciados pelo Ministério Público e pronunciados pela Justiça da comarca de Água Branca, esses três humildes serta-

nejos foram submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri daquela Comarca, sendo condenados à pena máxima de 30 anos."

Acha Tadeu que "em nenhum processo criminal, a palavra álibi pode ter mais expressão do que no caso dos finados Róseo Morais do Nascimento e José Inácio Pia. O advérbio latino álibi significa em outro lugar. Era, precisamente, em outro lugar, bem distante do núcleo industrial da Pedra, onde pernoitavam os dois antigos operários da fábrica de linhas, na noite em que Delmiro Gouveia foi covardemente assassinado. Chegamos a esta certeza absoluta, após dois anos e meio do lançamento, em janeiro de 1970, da 3ª edição do nosso livro intitulado *Delmiro Gouveia, o pioneiro de Paulo Afonso*".

O álibi dos dois suspeitos, comentado anteriormente por Tadeu Rocha, lamentavelmente não foi levado em conta, nem pela Polícia nem pela Justiça, durante a marcha do Processo Delmiro. Assim, os dois antigos operários da fábrica da Pedra tiveram suas vidas miseravelmente prejudicadas, pagando por um crime que não cometeram, sofrendo, dessa forma, inominável injustiça.

Na última semana de setembro de 1917 – recorda o biógrafo de Delmiro – os dois pegaram o trem, na estação da Pedra. E foram até Piranhas, onde embarcaram para Propriá, logo nos primeiros dias de outubro. Desceram o rio na canoa Pirapora, em que também viajavam o industrial Manoel de Sousa Brito e o cabo José Marinho de Melo Morais, do destacamento de Piranhas. Róseo e José Inácio pediram emprego ao coronel Neco Brito, que lhes ofereceu colocação em sua fábrica de tecidos, em Propriá. Na terça-feira, 9 de outubro, foram à residência do industrial dizer-lhe que não aceitavam o emprego, por serem baixos os salários.

Na sua sólida riqueza de detalhes sobre o caso Delmiro, o saudoso Tadeu Rocha lembra que, "na quarta-feira, dia 10, (o dia do crime, é bom lembrar) tomaram o trem de Propriá a Aracaju, o qual

pernoitou em Japaratubinha (hoje Muribeca) por motivo de avaria. No dia seguinte, o trem se arrastou até a estação mais próxima, que era o entroncamento ferroviário de Murta, onde se iniciava o ramal da Capela. Ali, na estação de Murta foi, então, que souberam da morte de Delmiro, transmitida pelos passageiros do trem da quinta-feira, saído de Propriá. Viajando nessa data, 11 de outubro de 1917, os dois operários desceram na estação de Maruim, dirigindo-se à usina Pedras, do "coronel" Gonçalo Prado, onde se empregaram como pedreiros".

Procurando robustecer as provas de inocência de Róseo e Pia, o escritor Tadeu Rocha refere-se a uma senhora de Penedo, dona Maria Etelvina Brito Andrade (filha do "coronel" Neco Brito), com quem estivera no dia 4 de maio de 1972, oportunidade em que esta lhe confessara ter sido ela quem escreveu o telegrama, ditado por seu pai, informando o "coronel" Ulisses Luna, de Água Branca, de que Róseo e Pia estavam em Propriá, no dia 9 de outubro de 1917, véspera do assassinato de Delmiro. Ainda em Penedo, o cidadão José Correia Figueiredo confirmara em voz corrente em Água Branca que os verdadeiros matadores de Delmiro Gouveia foram o agricultor Herculano Soares Vilela, seu cunhado Luiz dos Angicos e seu amigo Manuel Vaqueiro.

"No dia 5 de junho do mesmo ano de 1972, em Aracaju, tivemos a grande ventura de conversar com o senhor Florival Garangáu, filho do famoso mecânico "mestre" garangáu, que Róseo Morais do Nascimento viu ser cego de um olho e ouviu discutir fortemente com o chefe da estação de Murta. O senhor Florival Garangáu nos garantiu que seu pai era, de fato, cego do olho esquerdo, era um homem valente e falava muito, pois gostava de dizer a verdade," salienta Tadeu Rocha, concluindo as suas informações.

Até a realização do primeiro julgamento, em agosto de 1919, os três infortunados sertanejos ficaram confinados num deposito de

peles do próprio Delmiro, permanecendo, ali, portanto, por quase dois anos, pois, na época, não havia cadeia pública na região. Foi aí que começou o erro judicial. A Justiça, na ânsia desesperada em dar uma satisfação à sociedade sobre o crime, repetindo os absurdos da Polícia, tomando por base provas frágeis e facilmente contestáveis, condenou os infelicitados trabalhadores, todos ainda jovens, na faixa de vinte e poucos anos de idade, a 30 anos de prisão. A sentença se repetiu em fevereiro de 1922, num segundo julgamento, envolto num emaranhado de dúvidas, erros e falhas gritantes.

É o jornalista João Marcos Carvalho, no seu livro "Delmiro Gouveia", que descreve: "inconformado com a sentença que lhe condenara injustamente, Jacaré fugiu do presídio de Maceió, em novembro de 1920, para onde os três sentenciados foram transferidos logo após o primeiro julgamento, em Água Branca. Foi recapturado um mês mais tarde, em Milagres, no Ceará. Em setembro de 1924 evadiu-se pela segunda vez. No mês seguinte, aos 26 anos de idade, Jacaré foi abatido a tiros por uma força volante alagoana, comandada pelo então capitão José Lucena Maranhão, o mesmo que, quatro anos antes, assassinara, em Mata Grande, o agricultor José Ferreira da Silva, provocando a revolta de seus filhos, que acabaram optando por entrar no cangaço. Um deles era Virgulino Ferreira da Silva, que se tornou o temível Lampião.

Ao completarem a metade da pena (15 anos), em 1932, Róseo e Antônio Félix foram soltos, e Róseo, que tinha a simpatia do capitão Tasso Tinoco, então interventor federal em Alagoas (e que nunca acreditou em sua culpa), foi nomeado servente da portaria do Palácio do Governo. "Antonio Félix, por sua vez, desapareceu, sendo que dele nunca mais ninguém teve notícias."

Somente em 1982 é que a inocência dos acusados começou a ser provada, através de uma cuidadosa revisão no processo, feita pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Os descendentes de Róseo Morais do Nascimento iniciaram a Ação por intermédio do

criminalista Antonio Aleixo Paes de Albuquerque e do historiador Moacir Medeiros de Sant'ana, ambos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil e, também, professores da Universidade Federal de Alagoas. Os causídicos provaram que Róseo e Jacaré estavam em Sergipe na hora e no dia do crime, o mesmo ocorrendo com Antônio Félix, que também não estava na Vila da Pedra, naquele 10 de outubro de 1917.

Mesmo com os acusados, na época, apontando testemunhas que comprovariam a inocência dos três, jamais o fato foi investigado pela Polícia, demonstrando, assim, a falta de interesse das autoridades em esclarecer a verdade. O que havia – isso ficou claro – era uma conspiração para condená-los, encobrindo os verdadeiros culpados, que jamais foram identificados.

Róseo Morais, segundo contundentes provas reunidas pelo pesquisador e advogado Moacir Medeiros e pelo criminalista Antonio Aleixo, fora barbaramente torturado para confessar um crime que não cometeu. Ele, que nascera no povoado Brejo Santo, no Ceará, em 3 de julho de 1886, faleceu em Maceió no dia 24 de março de 1979. Em 1983, portanto, quatro anos após a sua morte, a Justiça reconheceu sua inocência, reconhecendo igualmente a inocência de José Pia (Jacaré) e Antônio Félix, seus companheiros de desventura.

Delmiro Gouveia era dotado de invejável visão empresarial e empreendedora, com um espírito iluminado de verdadeiro comerciante. A prova foi a sua incrível e rápida recuperação de desastre sofrido no Recife, onde morava e negociava com peles e couro, exportando para o mundo. Tendo construído o Hotel Internacional, um dos melhores do Brasil naquela época, Delmiro construiu também o Mercado do Derby ou Mercado Modelo, incendiado e completamente destruído no dia 1° de janeiro de 1900, pela Polícia, para vingar-se de umas bengaladas dadas por Delmiro no então Vice-presidente da República, Rosa e Silva, que era pernambucano.

Com o incêndio, perdeu tudo o que possuía, e foi decretada a sua falência.

Em setembro de 1902, perseguido no Recife por ter raptado uma jovem menor de idade, filha bastarda do então governador de Pernambuco, Segismundo Gonçalves, temendo ser preso, atravessou as divisas e veio para Alagoas, indo residir inicialmente em Maceió, para, em 1903, fixar-se definitivamente no lugarejo Pedra, município de Água Branca.

Distante 18 quilômetros de Água Branca, o pequeno arruado Pedra tinha apenas cinco casas, e tudo faltava, inclusive água potável, que tinha de vir de longe, no trem da estrada de ferro Piranhas-Jatobá.

Graças a sua visão pioneira, em 1913 o "coronel" Delmiro instala, na Pedra, a sua fábrica de linhas, já tendo inaugurado a iluminação elétrica no povoado, com a força da hidrelétrica de Paulo Afonso, na época chamada de Angiquinhos. Trouxe da Itália para a sua região os cinco primeiros automóveis que por aqui chegaram, sendo dois da marca Fiat. À mesma época inaugurou a primeira estrada de rodagem na região e outras estradas foram sendo construídas, ligando a sua povoação a Garanhuns, Quebrangulo, Palmeira dos Índios, Água Branca, Mata Grande e Paulo Afonso, somando-se, ao todo, 520 quilômetros de estradas.

Construindo uma Vila Operária moderna, Delmiro, já conhecido como o "Rei das peles no sertão", adotou regras sociais para a convivência no lugar. Ali, os comerciantes não pagavam impostos municipais, enquanto ninguém andava com o pé no chão, a camisa fora das calças ou fumando em cachimbo de barro. O álcool deixou de ser consumido no vilarejo e todos despertaram para o trabalho e para o comércio.

Recorda o escritor Mauro Mota, em 1914, que "Pedra tem a melhor luz elétrica do Brasil. Tem ruas de bangalôs, pintados de branco, para os operários, água filtrada e encanada, jardins, telégrafo, sor

veteria, banda de música, teatro, tipografia, alfabetização compulsória para crianças e adultos, prêmios para os que aprendessem a ler mais depressa, distribuição gratuita de material escolar, ordem e justiça social, e não tem ladrões, vigaristas, desordeiros nem prostitutas."

Durante anos, a fábrica inglesa de linha de coser Machine Cottons tentou comprar a fábrica de linhas da Pedra. Obteve resposta negativa de Delmiro, que ainda informou aos concorrentes que estaria adquirindo uma fábrica de tecidos com 2 mil teares, para produção de brins, morins, bramantes e cambraias. Delmiro resistia, mas acuado. Confidenciou, mais de uma vez, para os amigos, que se sentia ameaçado de morte pela Machine Cottons e que duraria muito tempo.

Triste ironia, mas, com a morte de Delmiro, a Machine Cottons adquiriu toda a maquinaria e a marca dos produtos da fábrica da Pedra. Selecionou parte desse material, e o restante das máquinas foi destruído e jogado no fundo do rio São Francisco.

Uma série de conjecturas foi levantada sobre a morte de Delmiro, nos dois anos que se seguiram ao seu assassinato, fatos que acabaram ligando inúmeros personagens à tragédia, ressaltando-se uma possível conspiração internacional, que apontava para o lado da Machine Cottons, questões de terra, desavenças políticas, vingança de ex-empregados e até mesmo crime passional. Abriu-se enfim um leque de causas prováveis da eliminação do homem que desbravou o sertão alagoano.

A verdade é que a Delmiro não faltavam desafetos. O "coronel" José Rodrigues Lima, chefe político de Piranhas, era um deles. Afirmando que as terras nas quais a firma de Delmiro extraía lenha e barro para tijolos lhes pertenciam, mandou expulsar de lá o pessoal da Companhia Fabril de Gouveia. Inconformado, Delmiro teria mandado homens armados ao local para garantir a continuação dos trabalhos. Rodrigues teria jurado vingança.

Quase ao mesmo tempo, surge uma desavença com José Gomes de Sá, político influente em Jatobá (hoje Petrolândia), dando o que falar. Após anos de domínio total na região, Sá perdeu o poder para Aurélio Gomes Meneses, apoiado por Delmiro. Já teria prometido que "isso não vai ficar assim".

A proibição do jogo do bicho na Vila da Pedra também chegou a ser apontada como possível causa da morte de Delmiro, bem como a possibilidade de o "coronel" ter sido morto a mando de algum marido traído ou de um concorrente afetivo. No entanto, nenhum episódio ocorrido naquele ano leva a tal conclusão, a não ser pelo fato de o dono da fábrica da Pedra ter em sua vida pregressa a marca de numerosos casos de amor.

"Delmiro mantinha uma tropa de 300 burros e jegues, com a qual realizava caravanas regulares pelos sertões, levando sal, farinha de trigo, querosene, bacalhau, louças, tecido etc., trocando esses artigos com seus fregueses de Floresta, Piranhas, Pesqueira, Uauá e outras localidades" – historia João Marcos Carvalho, no seu livro "Delmiro Gouveia".

Um fato curioso e que pouca gente sabe é que Virgulino Ferreira, que mais tarde se tornou famoso, ao entrar para o cangaço e ficar conhecido como Lampião, foi um dos tropeiros de Delmiro, pelas estradas poeirentas dos sertões. Foi almocreve no grupo de Delmiro Gouveia.

Está no livro "Delmiro Gouveia": "Certa vez, ao escapar do cerco de uma volante, Lampião deixou para trás seu caderninho de anotações". Nele, versos para Delmiro:

"Eu, em toda minha vida,
Nunca fui cabra de peia;
Antes de ser cangaceiro,
Respeitei a vida alheia;
Trabalhei e almocrevei
P'ra seu "Delmiro Gouveia".

Delmiro Gouveia, visando proteger seus comboios de jumentos pelas estradas sertanejas, contava com guardas especiais, comandadas por famosos cangaceiros da época, como Sinhô Pereira, Luiz Padre e Augusto Firmino. O jovem Virgulino Ferreira, valente pernambucano de Serra Talhada, somente se tornou cangaceiro quase cinco anos após ter trabalhado como almocreve de Delmiro.

Delmiro Gouveia foi sepultado, numa cerimônia simples e num túmulo comum do cemitério de Água Branca, na tarde de 11 de outubro de 1917.

Os poetas repentistas da região não perderam a oportunidade de mais uma vez enaltecer a figura carismática e empreendedora de Delmiro Gouveia, dedicando-lhe seus improvisos:

"Quando o enterro de Delmiro
Pela rua foi passando,
Parece que a gente ouvia
A cachoeira chorando".

Hoje, no local onde existiu o chalé em que morava Delmiro e onde ele tombou crivado por balas de três tiros de rifles, encontra-se um monumento de mármore branco, em cuja placa de bronze se lê:

"Aqui o evangelizador dos sertões, e fundador da Pedra, Delmiro Gouveia, tombou mortalmente ferido pelas balas de sicários assalariados, no dia 10 de outubro de 1917".

Pai de Lampião morto pela polícia

O assassinato do agricultor José Ferreira da Silva, em 1920, em Mata Grande, pela Polícia alagoana, foi o estopim que incendiou o coração dos seus cinco filhos homens, entre eles Virgulino, o terceiro deles, mais tarde conhecido e celebrizado pela alcunha de Lampião, o Rei do Cangaço, reacendendo em seus espíritos de sertanejos rudes a inclinação para o crime e para a vingança. Os rapazes, que, com exceção dos dois mais novos, já viviam metidos em encrencas e desavenças, há cerca de três anos, antes da morte do pai, desde que moravam em sua terra natal, Vila Bela (hoje Serra Talhada), em Pernambuco, onde começou tudo, através de brigas com vizinhos de terras, havendo conflitos sangrentos entre eles e as famílias Saturnino e Nogueira, encontraram motivo justificável para ingressar de vez no cangaço, tornando-se os mais perigosos e ferozes bandoleiros das caatingas, principalmente o Virgulino. Os dois mais novos tornaram-se cangaceiros anos depois.

Virgulino, Levino e Antonio, os irmãos mais velhos, mas todos com idades inferiores a vinte e cinco anos, já viviam envolvidos com o cangaceiro Antônio Matilde, parente deles, no grupo do conhecido cangaceiro Antônio Purcino, que morava na região de Mata Grande, onde tinha instalado o seu "quartel-general", quando então o tenente José Lucena de Albuquerque Maranhão, da Polícia de Alagoas, que comandava o Batalhão Militar sediado em Mata

Grande (depois é que passou a comandar o Batalhão de Santana do Ipanema, com a sua extinção) resolveu perseguir os bandidos, foragidos daquele município, depois de terem prisão preventiva decretada pelo juiz da Comarca, doutor Miguel Torres, ocorrendo o cerco à casa dos Fragoso, que resultou na morte do velho José Ferreira da Silva, que ali se encontrava. Isso era uma manhã chuvosa de maio de 1920, antes do café, tendo o pai de Virgulino, homem ordeiro, pacato e trabalhador, avesso à violência, e que tanto aconselhava os filhos para uma vida honesta e pacífica, sido morto a tiros de fuzil, encontrado caído na sala da casa, por cima de um balaio, com uma espiga de milho numa das mãos, que despalhava. Sua esposa, Maria Vieira da Soledade, mais conhecida por Maria Jacoza, fora acometida de um ataque cardíaco, tendo morte imediata, já em consequencia da circunstância e perseguições policiais sofridas pelos filhos, que já vinham envolvidos na vida do crime.

Após a determinação do juiz de Água Branca para prendê-los, e terem procurado proteção na fazenda "Cobra", de propriedade do "coronel" Ulisses Luna, no mesmo município, sem, no entanto, recebê-la, Virgulino, dois irmãos e o parente Antonio Matilde se refugiaram em pontos diferentes, separados uns do outros, temendo a perseguição policial e numa estratégia para enfrentar a Polícia.

O escritor sertanejo Bezerra e Silva, no seu livro "Lampião e suas façanhas" descreve que "os Ferreira foram declarados bandidos e, imediatamente, passaram a sofrer perseguição da polícia, com aquela vida de sombra e água fresca desaparecendo. O velho José Ferreira, reconhecendo a gravidade da situação, resolveu não mais permanecer ali, pois possivelmente a Polícia voltaria a atacá-los, e, se isso acontecesse, resultaria em mortos e feridos. Assim, resolveu fixar residência no sítio "Engenho", no município de Mata Grande, perto de Santa Cruz do Deserto".

Foi no sítio "Engenho", bem próximo a Santa Cruz do Deserto, que morreram os pais de Lampião, que só veio a ganhar esse apelido alguns anos depois, já no cangaço, nos seus constantes confrontos com a Polícia, onde demonstrava impressionante habilidade e rapidez no atirar, com seu rifle formando verdadeiro farol na escuridão.

"A polícia de Alagoas exercia severa perseguição aos cangaceiros, e a volante chefiada pelo então tenente José Lucena de Albuquerque Maranhão saiu em demanda do sítio "Engenho", à procura dos Ferreira. Ao chegar a volante ao local, cercou a casa e deu ordens de prisão aos que estavam lá dentro, sendo recebida a bala" – recorda Bezerra e Silva.

O grupo de Antonio Purcino foi, de repente, se tornando conhecido e ganhando fama através da atuação de Virgulino e seus irmãos. Carismático por natureza e dotado de extraordinária agudeza de espírito, Virgulino não se sentia bem em ser chefiado. Pretendendo ser chefe de bando, resolveu organizar um grupo, iniciando com seus irmãos Levino e Antonio Ferreira, além de outros já conhecidos na vida do crime, como Sabino, Félix Mata Redonda e Moita Braba. Conseguiu formar um grupo com aproximadamente cem homens, todos escolhidos a dedo, passando a atacar vilas, cidades, fazendas e povoados, praticando todo tipo de selvageria e barbaridade. Além de Zé Saturnino, de Serra Talhada, seu maior inimigo era o tenente Lucena, que havia morto seu pai, como também o culpava pela morte de sua mãe.

Com um grupo rigorosamente organizado, composto de "cabras" os mais experimentados no gatilho e reconhecidamente destemidos, Virgulino implantou o terror e o pânico, durante 18 anos, nos sertões de Alagoas, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará, que sofreram impiedosamente o flagelo do cangaço. Procurando sempre justificar o seu procedimento com

a morte do pai e da mãe, Virgulino transformou-se numa furiosa e indomável fera dos sertões nordestinos, cometendo vingança, saqueando, matando, assaltando, tocando fogo em casas e fazendas de supostos inimigos, enfim, praticando os piores atos de atrocidades e banditismo daquela época, em todo o Nordeste, até ser morto em 1938, em Angicos, no estado de Sergipe.

Prefeito de Palmeira assassinado

Lauro de Almeida Lima

Era 26 de fevereiro de 1926, quando foi assassinado, no centro de Palmeira dos Índios, o Prefeito daquele município, Lauro de Almeida Lima, o coronel Lauro Almeida, de 40 anos de idade. O assassino foi o coletor estadual conhecido apenas por Gusmão, chefe da Coletoria naquela cidade.

Sabe-se que existia uma rixa política entre o Prefeito e o coletor.

No dia do crime, momentos antes, Lauro Almeida prendera, pessoalmente, um desafeto político que provocava arruaças no centro da cidade, inclusive dirigindo achincalhes e ofensas morais contra a figura do chefe do Executivo. O coronel (Guarda Nacional) Prefeito dirigiu-se até onde se encontrava o provocador, dando-lhe voz de prisão, amarrando-o, e o ia conduzindo pelo meio da rua, a pé, em direção à cadeia pública, quando, passando em frente ao prédio onde funcionava a Coletoria Estadual, numa rua que sai da Praça da Independência, onde hoje funciona a agência do Banco do Brasil, ouviu a voz de Gusmão, que já se encontrava à porta da repartição: "Solte o homem, covarde!" , no que Lauro reagiu, respondendo: "Não se

meta!'' Pronto! Foi o suficiente para, num gesto rápido, o coletor sacar de um parabelum e atirar contra o Prefeito. Lauro Almeida, também de arma em punho, tentava atirar contra o inimigo, acionando o gatilho, porém sem conseguir, um só disparo, já que a sua arma enguiçou, fazendo-o partir para cima do opositor, na tentativa, naturalmente, de tomar-lhe a arma, quando recebeu certeiro e fatal tiro na testa, caindo ao solo, já sem vida.

Gusmão fugiu do local da tragédia utilizando-se de um cavalo que se encontrava amarrado ali próximo, pertencente a um matuto que viera para a feira, e tomou destino rumo à localidade Olho d'Água do Acioly, hoje cidade de Igaci. Assim que chegara ao pequeno arruado, na casa de um parente, foi também executado, tendo como o autor do crime de vingança um filho do Prefeito, Lauro de Almeida Lima Filho, Laurinho, que teria saído no encalço do assassino do pai, acompanhado do delegado Américo e de dezenas de palmeirenses, utilizando ele um veículo que se encontrava à porta da Prefeitura, quando o coronel-Prefeito fora trucidado. Laurinho deflagrou vários tiros contra o coletor, mas, não satisfeito, ainda passou várias vezes com o carro por cima do corpo, estendido na estrada, esmagando-o. E as pessoas que o acompanharam, revoltadas, cortaram as orelhas de Gusmão, quebraram-lhe as pernas e tocaram fogo no corpo.

Um fato curioso, por que não dizer interessante: esse carro, Lauro Almeida havia adquirido de Delmiro Gouveia, e fazia parte do lote de cinco veículos que Delmiro comprara na Inglaterra, para o seu trabalho na Fábrica da Pedra.

Com a morte de Lauro Almeida, assumiu a Prefeitura de Palmeira dos Índios o vice-prefeito, Juca Sampaio – Manoel Sampaio Luz –, até a realização das eleições, quando foi eleito, pelo voto direto, o comerciante Graciliano de Oliveira Ramos, que se tornou, mais tarde, um dos maiores romancistas brasileiros.

Coronel de Piranhas assassinado

Poucas horas depois de pedir segurança de vida ao governador Costa Rego, na tarde de 28 de agosto de 1927, o coronel (Guarda Nacional) José Rodrigues de Lima, chefe político do município de Piranhas e correligionário do governador, foi assassinado, por volta das 22 horas, na calçada da igreja do Livramento, em Maceió. Ele retornava da sessão do cinema Floriano Peixoto, em demanda ao hotel Luso Brasileiro, no centro da Capital, onde estava hospedado. À tarde, ele esteve com o governador, em Palácio, quando revelou sua preocupação de ser morto, e solicitou garantias de vida.

Sobre a memória do coronel Zé Rodrigues de Piranhas, como era conhecido, pesava a pecha de ser ambicioso, perverso e desonesto, sendo inclusive denunciado como autor intelectual do assassinato do coronel Delmiro, mas fora impronunciado. Ele sempre negou a acusação de que foi vítima. Pouco mais de quatro meses antes de ser assassinado, o coronel foi indiciado no inquérito policial que apurou o atentado sofrido pelo tenente José Lucena de Albuquerque Maranhão, emboscada em que foi morto o capitão Eutíquio Rafael de Madeiro, ocorrida no dia 6 de abril, no município de Água Branca. Estranhamente, a morte do coronel de Piranhas não chegou a ser denunciada.

O desembargador Hélio Cabral, falecido recentemente, numa pesquisa feita sobre a vida e morte de quatro coronéis do sertão

– Delmiro Gouveia, Manoel Rodrigues da Rocha, seu avô, Ulisses Luna e o próprio José Rodrigues –, publicada em 2005, num opúsculo sob o titulo "Coronéis do sertão e Sertão do São Francisco alagoano", diz textualmente: "Mesmo quando se pretende tombar a cidade de Piranhas para o Patrimônio Nacional, não se ouve falar do cacique que contribuiu para o desenvolvimento urbanístico da cidade, a exemplo do seu solar, influenciado talvez pela passada presença de engenheiros franceses e ingleses que estiveram ali, no fim do século XIX, por ocasião da construção da estrada de ferro, ligando Piranhas a Jatobá, em Pernambuco".

E, mais adiante, atesta Hélio Cabral: "Desconhecido até então o local onde estavam depositados os restos mortais do Coronel, sabido que não repousavam em Piranhas, demos uma busca nos cemitérios desta Capital (Maceió), onde não encontramos quaisquer registros. Entretanto, nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, através de suas coleções do Jornal de Alagoas e da Gazeta de Notícias, em suas edições de 29 e 30 daquele mês de agosto – órgãos da imprensa que circulavam entre nós – noticiaram o fato e o sepultamento da vítima no cemitério São José (cemitério Novo – Trapiche), às 16 horas do dia 29 de agosto de 1927, quando se fez presente o governador Costa Rego, na pessoa de seu Ajudante de Ordem Salustiano de Andrade".

Quando do seu trucidamento, o coronel instalava em sua cidade um moderno curtume, cuja maquinaria adquirira na Alemanha, para onde mandara seu filho Erasmo – falecido há poucos anos, no Recife – fazer um curso de Química. Com a sua morte, tudo desmoronou. Toda essa maquinaria foi vendida, muitos anos depois, a Joaquim Resende, de Pão de Açúcar, para onde fora levada.

O tiroteio no hotel Bela Vista

Hotel Bela Vista

A disputa política entre Osman Loureiro, então interventor, e Silvestre Péricles, fez o sangue correr, mais uma vez, em Alagoas, em 1935, quando o hotel Bela Vista, no centro de Maceió, que servia de quartel-general da campanha de Silvestre, onde ele costumava se hospedar, sempre que chegava à Capital alagoana, procedente do Rio, onde vivia, foi invadido pelas forças policiais do interventor Loureiro.

Tudo teve origem na Revolução de 30(1930), que, como consequência, fez os Estados serem administrados por interventores. Em 1934, houve a promulgação de mais uma Constituição brasileira, que, entre outras coisas, estabelecia competência de as Assembleias Constituintes dos Estados elegerem seus governadores. Aqui, em Alagoas, o próprio interventor Osman Loureiro lançou-se candidato, garantindo, logo, o apoio de boa parte dos deputados que iriam compor a Constituinte, que seria instalada em maio de 1935. Outro que decidiu sair candidato foi Silvestre Péricles de Góis Monteiro, alto funcionário federal, no Rio de Janeiro, e irmão do então ministro da Guerra, general Góis Monteiro.

A partir daí começaram as agressões, de uma e de outra parte interessadas na disputa pela sucessão governamental, levando Alagoas à intranquilidade e ao medo, numa das mais tumultuadas fases da sua história, a ponto de as instituições, inclusive a imprensa, serem diretamente atingidas pela onda de violência.

No dia 7 de março de 1935, por volta das 14 horas, os irmãos Romeu de Avelar e Deloriasano de Moraes, jornalistas, diretores do periódico "A IMPRENSA", intimados a comparecer à 1ª Delegacia da Capital, resistiram. Tendo conhecimento da ocorrência, Silvestre vai a socorro dos irmãos, seus correligionários, levando-os para o Hotel Bela Vista.

Já no hotel, são surpreendidos pela presença de um comando da guarda-civil, tendo à frente o senhor Alfredo Sampaio, fortemente armado, e que tentou invadir o edifício, sendo impedido por uma rápida ação do tenente PM Capela, que era subdelegado de um bairro da Capital.

Silvestre teria tentado apaziguar a situação, quando tentaram alvejá-lo, com um tiro partido do meio dos policiais. O candidato teria revidado, disparando sua arma, iniciando-se ali forte tiroteio. Ao seu lado estavam oito correligionários. Terminado o tiroteio, Silvestre vai até à sacada de seu apartamento, quarto do hotel, e nota que seu irmão Edgar, genro do interventor e chefe da Polícia Civil, estava ferido, juntamente com três auxiliares. O candidato aproxima-se do irmão, que era seu adversário, e declara que o mano teria sido ferido pelos seus próprios policiais. É quando chegam ao local Rodolfo Lins e Adauto Viana, aconselhando Edgar a se retirar para cuidar do ferimento.

Dali, seguiram para o Quartel do então 20º BC (Exército) a fim de pedir garantias de vida para o candidato Silvestre e seus correligionários, que continuavam aboletados no Bela Vista, dirigindo-se em seguida ao Palácio do Governo, na tentativa de negociar uma

saída para o impasse criado, onde foram mal recebidos, retornando em direção ao hotel, sendo metralhados, no percurso, em frente à Chefatura de Polícia. O autor dos disparos foi um guarda civil de nome Barbosa, assassinado, poucos anos após, no bonde em que viajava, nas proximidades do Mercado Municipal. Rodolfo Lins morreu no local e Adauto Viana ficou gravemente ferido. Enquanto isso, pistoleiros e políciais tentavam, outra vez, invadir o Bela Vista, como também a residência de Baltazar de Mendonça, onde funcionava a redação do jornal O Estado. Outros jornais de oposição, como A Notícia e A Imprensa, tiveram suas sedes invadidas, até que o Exército passou a garantir a ordem na cidade.

No tiroteio do hotel Bela Vista, também tombou crivado de balas o funcionário da Prefeitura de Maceió Ezequiel Rodrigues de Amorim, que pouco ou quase nada tinha a ver com a situação.

Quem matou Campelo?

O assassinato do jovem médico José Campelo de Almeida, 26 anos, nos arredores da cidade de Anadia, em meados de 1930 (final de ano de 1935, provavelmente), tragédia que ganhou repercussão, à época, em todo o interior do Estado, provocou uma avalanche de dúvidas, insinuações, suspeitas, acusações e conjecturas as mais diferentes, que duraram por muito tempo, no seio da sociedade anadiense, ansiosa pra saber quem, na verdade, teria matado Campelo de Almeida, até que um senhor de engenho da região, na hora da morte, chamou o vigário da paróquia para confessar ter sido ele quem mandou matar o doutor Campelo.

Pertencente a uma das mais tradicionais e conhecidas famílias da região, o médico teria sido assassinado por alguns familiares, conforme apurou a Polícia, na fase das diligências, num processo repleto de falhas e erros primários. A Polícia teve pressa em encaminhar à Justiça a peça do inquérito, eivada de contradições e desencontros, sem provas concretas capazes de apontar o verdadeiro mandante. A Justiça, por sua vez, acatou as conclusões a que chegara a Polícia, dando ao crime a conotação de natureza passional, surgindo o nome de um primo da vítima, Menezes de Almeida, como acusado, e uma prima de ambos, a jovem Antonieta Almeida Ribeiro, como pivô do homicídio, uma vez que a moça, que já havia sido namorada do primo Menezes, namorava, na época, com a vítima. Tanto Menezes como um irmão de Antonieta, Liberalino, foram presos e submetidos a julgamento popular.

Anos depois, eis que surge a versão, tida como verdadeira, sobre a tragédia: uma transação de negócios de gado entre o pai do Campelo de Almeida e o "coronel" José Marques, do engenho Cabugi, teria sido o motivo do crime. O senhor de engenho teria mandado matar o pai do médico, numa emboscada, na fazenda Estiva (hoje Santa Cruz). O pistoleiro confundiu o rapaz, que na ocasião montava o cavalo do seu genitor, disparando vários tiros de rifle contra a inditosa vítima, por engano, apenas pelo fato de esta se encontrar vestindo um capote escuro pertencente ao pai e montando o animal utilizado frequentemente por ele, nos seus deslocamentos, para a cidade de Anadia e outras localidades.

O nome do médico Campelo de Almeida é emprestado, hoje, à praça principal da cidade de Anadia, sua terra natal.

Assasinato do prefeito de Murici

A morte do fazendeiro Elias Alves da Silva, de 65 anos e pai de 10 filhos, no sítio Cajá, de sua propriedade, no município de Murici, em 1937, relatada pelo Jornal de Alagoas, na época, como um crime perpetrado com requintes de crueldade, e que fora apontado como mandante o Prefeito do município, José de Freitas, quando também houvera destruição de bens da propriedade, foi o motivo do também assassinato do Prefeito, dez anos depois.

Na noite de 4 de fevereiro de 1947, em plena festa da padroeira de União dos Palmares, Santa Maria Madalena, no meio da rua, em frente à igreja matriz, onde se encontrava com sua esposa, Edília, foi morto com trinta e uma facadas o Prefeito de Murici, José de Freitas, 40 anos, por três filhos de Elias, que foram presos momentos após, quando tentavam fugir do local.

No seu livro *Major Barros da Pedra Branca*, o jornalista Joaldo Cavalcante, bisneto da personagem que dá título à obra, conta que pouco tempo depois da morte do major Barros, em 1936, o engenho Pedra Branca fora negociado com o proprietário da Usina São Semeão. O engenho integrava um universo de outras cento e cinquenta e seis propriedades no município. No fechamento da transação, a família Barros recebeu o sítio Curral dos Bois, onde seu pai viveu por um bom tempo.

No seu relato, Joaldo recorda que, "quando a Pedra Branca foi negociada, em 1937, Murici já dobrara o número de imóveis rurais: trezentos e quinze. Logo o engenho mudou novamente de

mãos, sendo repassado ao Prefeito do município, José de Freitas, casado com Edília, filha do dono da São Semeão".

Ainda historia Joaldo Cavalcante: "Pedra Branca se limitava com o sítio Cajá, pertencente à família dos quarenta homens, como era falada na cidade a prole do senhor Elias Alves da Silva. O major enfrentou muitos conflitos relacionados a limites territoriais. Houve desavenças por corte de madeiras, momentos de muita apreensão por desentendimento em torno do controle da área, mas os Elias respeitavam o major. Entretanto, o problema nunca chegou a ser resolvido. José de Freitas recebeu a Pedra Branca e com ela, herdou também a área conflagrada. O controle definitivo da propriedade sob litígio gerou morte e enlutou famílias".

Lampião foi morto em Angicos?

Familiares de Virgulino

Como acontece com todo mito quando morre, com Virgulino Ferreira da Silva, o "Rei do Cangaço", não poderia ser diferente. A morte de Lampião, na grota de Angicos, hoje município de Poço Redondo, em Sergipe, em 1938, num massacre executado por uma força volante da polícia alagoana, onde também foram trucidados, a bala, sua companheira Maria Adelaide (Maria Deia), a Maria Bonita, e mais nove cangaceiros, abriu um gigantesco leque de imaginações, histórias e estórias as mais pitorescas e incríveis, lendas as mais criativas, fruto da imaginação fértil do povo, boatos e especulações dos mais variados gostos, enfim, o episódio de Angicos fez surgir uma série indescritível de invenções populares, de toda ordem, espécie e natureza.

Á grota de Angicos, que serviu de último esconderijo a Lampião e seu bando, foi cercada pela volante do tenente João Bezerra, composta de 49 homens, por volta das quatro horas da madrugada chuvosa de quinta-feira, 28 de julho de 1938. A tropa de policiais alagoanos, após atravessar, em barcos, o rio São Francisco, do lado

de Piranhas, para Sergipe, enfrentando a caatinga espinhenta e chapadas pedregosas, numa caminhada penosa, cercou a grota e abriu fogo contra o bando. Os cangaceiros, em número de 40 ou 50, aproximadamente, não tiveram chance de reagir à altura. Lampião, Maria Bonita e mais nove companheiros (Luiz Pedro, Enedina, Moeda, Alecrim, Colchete, Macela, Elétrico, Mergulhão e Quinta-feira) foram mortos e, em seguida, degolados. As cabeças decapitadas dos cangaceiros, colocadas em latas vazias de querosene, percorreram várias cidades do sertão alagoano até chegar a Maceió, onde ficaram expostas, por alguns dias, na Santa Casa de Misericórdia. Depois, já embalsamadas, foram levadas para a Bahia, onde ficaram durante 31 anos, no Instituto Nina Rodrigues, em Salvador, para, em 1969, por decisão da Justiça, graças à luta travada nesse sentido por um filho do cangaceiro Corisco e Dada, professor Sílvio Bulhões, que foi adotado pelo antigo pároco de Santana de Ipanema, padre Bulhões, serem sepultadas em um cemitério da Capital baiana. Os pais de Sílvio não se encontravam na grota de Angicos por ocasião do massacre.

No célebre massacre de Angicos, a volante sofreu três baixas, com um morto e dois feridos, enquanto – estima-se – cerca de 30 bandoleiros tenham escapado ao tiroteio.

Decorridos 73 anos do sangrento episódio de Angicos, as dúvidas ainda permanecem, com opiniões e pontos de vista favoráveis e contrários à morte de Virgulino Ferreira. Versões e suposições as mais diferentes e histórias as mais desencontradas e estapafúrdias são oferecidas à sociedade, ainda hoje. Verdades, mentiras, versões que têm lógica, outras, não, tudo isso forma, ainda, um grande mistério em torno do que realmente aconteceu na madrugada friorenta daquela quinta-feira de julho de 1938, na grota de Angicos.

Não são poucas as pessoas que não aceitam ter Virgulino Ferreira, o Lampião, sido morto no histórico tiroteio de Angicos. Ele teria, para quem defende esse ponto de vista, deixado o cangaço,

antes, e fugido para bem longe. Teria abandonado o cangaço e ido viver no Sul do País. A sua morte não passara, portanto, de uma farsa, pois teria havido um acordo entre fazendeiros, políticos e a Polícia alagoana para Lampião abandonar o cangaço.

Pertencente à corrente dos que discordam da versão dando conta de que Lampião morrera no massacre de Angicos, naquela madrugada chuvosa de julho de 1938, o cidadão Joaquim Ferreira, de 91 anos, ainda parente de Virgulino, nos contou, em sua residência, no bairro de Imbiribeira, no Recife, em 1991, onde residia, à época, uma história incrivelmente interessante sobre o polêmico episódio da morte de Lampião. Afirmou "seu" Joaquim, também conhecido como Josias Ferreira Neto, que ele não morreu na grota de Angicos ou fazenda Angicos, em Sergipe, que pertencia ao sogro do Tenente João Bezerra. "Lampião, nascido como eu em Vila Bela, hoje Serra Talhada, Pernambuco, e meu amigo de infância, não morreu na fazenda Angicos. Ele deixou o bando antes da cilada que matou Maria Bonita e mais nove cangaceiros."

De acordo com as afirmativas de "seu" Josias, Lampião fora embora para Goiás, juntamente com o irmão Ezequiel e um cabra de sua confiança, o Luiz Pedro, abandonando o resto do bando, inclusive a mulher, Maria Bonita, em quem já não mais confiava. Em Goiás, numa fazenda, Lampião morrera, em 1981, aos 84 anos de idade. Seu irmão Ezequiel, que esteve em Serra Talhada, em 1986, para pegar a certidão de nascimento para aposentadoria como trabalhador rural, foi quem revelara o fato a algumas pessoas de sua confiança.

Conforme a versão de "seu" Josias, o tenente João Bezerra, convidado pelo sogro, dono da fazenda em que lampião se encontrava, esteve numa reunião com o Rei do Cangaço, quando acertou tudo: Lampião deixaria o cangaço, iria embora, e seria massacrado o resto do pessoal, a seu modo (o tenente escolheu uma maneira fácil: envenenamento) e levaria a prova para o coronel Lucena Maranhão,

comandante do Batalhão da Polícia, sediado em Santana do Ipanema, no caso, as cabeças dos cangaceiros.

Questionado sobre o que teria feito Bezerra para levar a cabeça supostamente de Virgulino, que esteve exposta em algumas cidades alagoanas, inclusive Santana do Ipanema, sendo reconhecida por muita gente como sendo realmente a do Rei do Cangaço, "seu" Josias não pestanejou para explicar: "Quase ninguém conhecia Lampião. Havia um cangaceiro muito parecido com ele. Então, o tenente vestiu as roupas que Lampião deixou – todos os seus costumeiros trajes – no cangaceiro que parecia com ele, e, quando cortou as cabeças dos cangaceiros mortos em Angicos, furou os olhos de todos eles, não permitindo a fácil identificação de nenhum. Até os óculos usados por Lampião foram colocados no cangaceiro, bem como outros objetos de uso pessoal do Rei do Cangaço, para parecer muito mais com ele".

Indagado se ele não achava que foi uma grande covardia de Lampião deixar os amigos morrerem em seu lugar, o nosso entrevistado respondeu afirmativamente, ressaltando: "Era o jeito ele fazer isso. Lampião não podia mais continuar no cangaço. Ele me confidenciou na casa do doutor Audálio Tenório, em Águas Belas, Pernambuco, na última vez em que estivemos juntos".

Lembrou "seu" Joaquim que, numa entrevista concedida ao Jornal de Alagoas, logo após o tiroteio em Angicos, o próprio tenente João Bezerra, talvez sem querer, fez afirmativas que, hoje, decorridos 73 anos do episódio, servem para confirmar a versão defendida por ele. Afirmara o militar ao órgão Associado, numa edição do mês de agosto de 1938, que "não recebi ordens do comandante para evitar esse ou aquele meio de dar cabo a Lampião. Recebi ordens para exterminar o cangaço".

Não satisfeito, ainda, com a história contado por "seu" Josias sobre a misteriosa trama, permitindo Lampião sair vivo e aparecer

morto, mesmo estando vivo, perguntamos ao nosso entrevistado por que Lampião viveu tanto tempo no anonimato e nem sequer suas pessoas mais próximas, como o irmão e os seus filhos, nunca revelaram nada sobre o esquema (a farsa), mesmo sabendo que pouca gente daquela época existe mais. O velho Josias foi lacônico na sua resposta, sustentando categórico nas suas declarações e narrando a versão por ele defendida: *"Foi um pacto moral de vida e morte estabelecido entre Lampião, o tenente Bezerra e seu sogro, para nunca o segredo ser revelado enquanto Virgulino fosse vivo"*.

"Seu" Josias admite a versão de envenenamento e não tiroteio na grota de Angicos, com uma observação: "houve envenenamento antes de ter ocorrido o simulado tiroteio, mas Lampião ali não se encontrava".

Há também os que acreditam que Lampião morreu no tiroteio de Angicos, agarrado de surpresa pela Polícia alagoana, sob o comando do tenente João Bezerra, quando dormia com o bando, segundo a versão oficial, apresentada pelo próprio tenente, que, logo depois do massacre de Angicos, grota que fica bem perto do rio São Francisco, recebeu a patente de coronel.

Entretanto, em meio a esse emaranhado de dúvidas, há os que acham que foi diferente: ele morreu na grota de Angicos, mas foi envenenado, e o tiroteio foi apenas simulado pela Polícia.

Antigo membro das forças volantes pernambucanas e, depois, integrado ao batalhão de Polícia, no Recife, o tenente João Gomes de Lira, conterrâneo de Virgulino, a quem combateu, pertencente às famílias Flor e Jurubeba, fundadores de Nazaré, que já foi Algodões, lugarejo situado no município de Serra Talhada (antiga Vila Bela–Pernambuco), onde Virgulino também nasceu, no seu livro *Lampião, Memórias de um Soldado de Volante*, descreve detalhadamente o que sabe sobre a morte do Rei do Cangaço: "Às quatro da manhã do dia vinte e oito de julho, quinta-feira, do ano de 1938, despertou o

famoso Rei do Cangaço, com uma pesada descarga de balas, tendo, naquela manhã friorenta, o bandido Virgulino Ferreira sido morto com todo seu grupo, nove homens e duas mulheres".

Prossegue João Gomes na sua narrativa: "A morte do famoso cangaceiro explodiu no mundo como uma das maiores bombas de alegria". Odilon (o sargento Odilon Flor, das famílias Flor e Jurubeba, de Nazaré) emprestou a metralhadora e ficou aguardando o chamado do tenente Bezerra, mas o que viu foi tudo o contrário.

Na manhã seguinte, chegou a notícia de que o tenente Bezerra tinha brigado com Lampião, acabando com todo seu grupo. E vinha com as cabeças para Pedra de Delmiro, onde, com muita curiosidade e ansiedade, todo o povo aguardava a chegada delas. Inclusive, os sargentos Odilon Flor, Davi Jurubeba, Euclides Flor e o soldado Cirilo de Souza Araújo, que pertencia à volante do sargento Euclides Flor. Chegando as cabeças em Pedra de Delmiro, foram expostas para quem quisesse ver. Ao avistar os nazarenos, o tenente João Bezerra falou para o público: "Vai chegando três homens de Nazaré que conhecem muito bem Lampião. Nasceram e se criaram juntos. Logo vão mostrar destas cabeças qual é a de Lampião". Logo a reconheceram. Completamente emocionado, as lágrimas começaram a cair dos olhos de Euclides Flor. David Jurubeba vendo aquilo, perguntou-lhe porque estava chorando. Ele respondeu dizendo que Lampião era seu inimigo pessoal e em momento nenhum pouparia a vida um do outro. Mas, de acordo com os boatos que circulavam em toda a cidade, de que o bandido havia sido morto envenenado, isto o fazia ficar seriamente constrangido, pois um pernambucano valente, macho como era Lampião, na alavanca do rifle, era para ser morto brigando como homem, como na realidade era ele, não covardemente, como circulavam os boatos.

Está no livro de João Gomes de Lira: "O sargento David Jurubeba viu um soldado que havia feito parte da diligência chamar o

tenente João Bezerra para fazerem o dividendo, que estava na hora. O tenente respondeu ao soldado que tivesse calma, que iria arranjar uma coisa melhor para ele. Com esta resposta, o soldado, demonstrando grande raiva e gestos indisciplinados, respondeu que não queria saber de conversa, que o tenente não viesse com tapeação, pois o que queria era o dele. Se o tenente pensasse em promovê-lo a cabo, podia disto desistir por completo, que numa Polícia como era a de Alagoas, não queria ser nem coronel Comandante da Força. Com estas palavras, o soldado jogou o fuzil aos pés do tenente Bezerra. O sargento Jurubeba, vendo aquela gravíssima insubordinação do soldado, o chamou a um particular, perguntando-lhe o motivo daquele afobamento. Respondeu que havia, em Angicos, pegado a bolsa da Maria Bonita, e o tenente Bezerra pediu a bolsa ao soldado para guardar, dizendo que a bolsa com ele estava garantida, e que depois resolveria. Por se tratar de um seu superior, o soldado confiou, aceitou. O que viu depois foi o tenente distanciando-se e fazendo-se até de desconhecido. Confessou para Davi que Lampião havia sido morto envenenado. Dizia, porém sabia que se o tenente Bezerra soubesse, mandaria matá-lo".

Da mesma conversa entre o referido soldado e o sargento Jurubeba, destaca-se: "Também declarou o soldado ao sargento Davi que Lampião tinha, além de outros, como principal coiteiro, o marchante Pedro Cândido, homem que Lampião tudo na vida confiava, por se tratar de um velho conhecimento e amizade. O revoltado soldado repetiu mais para o sargento Davi que Lampião havia sido morto envenenado e que o autor da morte foi o coiteiro Pedro Cândido, amigo dos inimigos de Lampião".

Prossegue João Gomes no seu livro: "O sargento Odilon Flor, em seguida, dirigiu-se à famosa Grota de Angicos. Ali deparou-se com várias cenas que lhe causaram estranheza, como sejam: inúmeros urubus mortos, porque comeram os corpos ali abandonados. Os

outros ficaram doentes, sem puderem voar. Isto foi um sintoma que nunca se viu no pássaro preto, morrer porque comesse uma carniça. Só em Angicos se viu tal fenômeno. O soldado conhecido por Nevoeiro, que pertencia à força de Odilon Flor, foi também ao local. Dizia Nevoeiro que nunca tinha visto urubu morto porque comesse carne humana ou outra qualquer. Comentava ele que o número de urubus que se encontravam no chão, batendo as asas sem poderem voar, era grande, sendo achados pelos soldados e por todos que por curiosidade chegaram até a Grota de Angicos".

O advogado e político pernambucano Wandenkold Wanderley, ex-vereador do Recife, em vários mandatos, e ex-deputado estadual naquele Estado, era estudante de Direito, à época, quando uma turma de universitários, fazendo ele parte dela, ao ser anunciada a morte de Lampião, seguiu do Recife até Angicos para observar a cena. Os estudantes ficaram estarrecidos com o que viram e observaram em Angicos. Todos retornaram crentes de que, na realidade, foi o cangaceiro morto por meio de uma forte droga. O doutor Wandenkolk, por exemplo, foi um dos que sempre afirmaram não ter dúvida de que Lampião foi morto envenenado.

Ainda sobre o assunto, fala João Gomes em seu livro: "Cada pessoa que chegava ao local, retirava-se com as suas impressões. Os comentários giravam de um lado para outro, como se diz, de cima para baixo e de baixo para cima, mas tudo só caía na pessoa do coiteiro Pedro Cândido, que dizem ter injetado, numa garrafa de vinho, bebida que o bandido Lampião bebia com todo sabor e prazer, certa quantidade de veneno. Diziam também que o marchante Pedro Cândido envenenou os pães que levou para o café que, de arremate, numa cédula de papel de cigarro, levou um forte veneno em pó. Chegando ao coito ficou de cócoras, encostado ao fogo. Acendeu um cigarro. Neste momento, sutilmente, soltou dentro da panela, que estava no fogo, com carne, o pó e temperou

a dita panela bem temperada. Realizado seu plano, Pedro Cândido vexou-se para se retirar, argumentando que estava vexado, pois precisava ir à cidade e que, por causa dos afazeres da fazenda, tinha que voltar cedo. Lampião insistiu, dizendo que esperasse pelo almoço, que já estava pronto. Pedro Cândido, acostumado a fazer refeição no coito, naquele dia agradeceu, dizendo que já tinha almoçado leite. Retirou-se, e, na frente, dentro dos matos, escondeu-se, de onde ouviu o chefe dizer a Luiz Pedro: Compadre Luiz, estamos desgraçados! Fomos miseravelmente traídos pelo Pedro Cândido! Ouvindo estas palavras, Pedro Cândido retirou-se a toda, indo chamar o tenente Bezerra, dizendo: O serviço está feito e bem feito. Logo o tenente Bezerra viajou com quarenta homens em cima de um caminhão, avançando a toda, rumando para a Grota de Angicos. Deu assim o tenente Bezerra rápido cabo ao desumano cangaceiro Lampião e a todo seu pessoal, que ali se encontrava. Ainda afirma o Dr. Wandenkolk Wanderley que, em palestra com o Sr. Pedro Cândido, o mesmo lhe revelou todo o ocorrido, inclusive disse que possuía uma grande mercearia e uma farmácia, tudo com o dinheiro que Lampião tinha lhe dado. Um ano depois da morte de Lampião, foi Pedro Cândido encontrado misteriosamente morto."

Eu lembro que, em 1977, assisti a uma entrevista do ex-cangaceiro Asa-Branca, no programa Fantástico, da rede Globo, quando o antigo "cabra" de Lampião afirmou ter o seu chefe escapado do famoso tiroteio de Angicos e que vive numa fazenda, no Estado de Minas Gerais, levando-me a recordar do que ouvi, quando criança, de um cidadão de nome Sebastião Vieira da Silva, que morou em minha cidade natal – Maribondo – durante algum tempo, até o ano de 1965, mais ou menos, que não se cansava de contar ter se avistado com Lampião, em 1961, na cidade de Três Corações, em Minas Gerais. Este encontro aconteceu por intermédio de um compadre

de Virgulino e primo de Sebastião, que também residia naquela cidade mineira, afirmação que coincide exatamente com as declarações de Asa-Branca, feitas anos depois, na televisão.

A pesquisadora e escritora Aglae Lima de Oliveira, que se dedicou a investigar temas como o cangaço e assuntos relacionados a figuras místicas do Nordeste, como o Padre Cícero, num artigo publicado no jornal Gazeta de Alagoas, edição de 8 de abril de 1973, sob o título "O fenômeno social do cangaço", refere-se à controvertida morte de Lampião da seguinte forma: "Continua em discussão o tema Cangaço, considerado quente, fascinante, curioso, apresentando material vasto, grosso e inesgotável, além de oferecer estudos no campo jurídico, científico, sociológico, econômico, estratégico e folclórico".

E aí a própria pesquisadora pergunta: "E a sua principal figura continua viva? Dizem que sim. Asa Branca afirma ter visto Virgulino Ferreira da Silva – Lampião – numa exposição de animais, e várias pessoas admitem que ele esteja morando em Minas, onde seria rico fazendeiro".

No mesmo artigo de Aglae há afirmativas do antigo cangaceiro Sinhô Pereira, de quem Lampião foi cabra e seu conterrâneo, de Serra Talhada, e de quem só se afastou quando ele (Sinhô Pereira) resolveu abandonar o cangaço, sendo substituído por Lampião, no comando do Grupo. Afirma Pereira: "Tenho procurado Lampião por toda a parte. A possibilidade de encontrá-lo vivo é mínima. Eu, pelo menos, discordo da existência de Lampião. Se Lampião fosse vivo, a primeira pessoa que ele procurava era a mim. Éramos bons amigos. A correspondência, dele para comigo parou em julho de 1938".

Quando eu estive, em 1991, em Serra Talhada, como repórter doJornal de Alagoas, cobrindo a realização do Plebiscito, ocorrido no 7 de setembro daquele ano, para saber a opinião do

povo daquela cidade do sertão pernambucano se merecia ou não ser construída a estátua do temido bandoleiro Virgulino Ferreira – Lampião, em sua cidade natal, com o resultado sendo favorável à construção do monumento, com 1.746 votos SIM contra apenas 519 NÃO, entrevistei dezenas de pessoas daquele município, inclusive o deputado federal Inocêncio de Oliveira, que votou a favor da estátua do cangaceiro e emitiu a seguinte opinião: "O contraste entre o bem e mal é necessário, para que você, mostrando o mal, dignifique e glorifique o bem". Para ele, "Lampião é tão história, que virou lenda".

Entrevistei, também ali, duas netas de Lampião, filhas de Expedita Ferreira da Silva, todas morando em Aracaju, que não esconderam a alegria em ver o avô sendo homenageado. "Valeu a pena. O povo saiu espontaneamente às ruas para votar e defender Lampião" – afirmou Lúcia Ferreira Nunes, funcionária pública federal, ambas residindo, como igualmente a mãe, até hoje, na Capital sergipana.

Depois de ouvir o Prefeito da cidade, Ferdinando Feitosa, que manifestou sua confiança em saber que "a partir de agora o turismo vai entrar em Serra Talhada," conversei com o Presidente da Casa da Cultura, Tarcisio Rodrigues, autor da iniciativa da estátua, medindo 40 metros de altura, que até hoje não foi construída.

Mas, ainda em Serra Talhada, pude conversar com uma comerciante da família Ferraz, que nos confessou ter ouvido de Ezequiel Ferreira da Silva, irmão de Lampião, quando ali esteve para visitar parentes e adquirir um documento para a sua aposentadoria, exatamente isso: "Lampião morreu em Goiás, em 1981", o que vem a confirmar a versão oferecida pelo cidadão Joaquim Ferreira Melo, o "seu" Josias.

Lendo a reportagem que fiz, sob o título "Lampião não morreu em Angicos", publicada na edição de 1º de setembro de 1991, no Jornal de Alagoas, o ex-deputado Alonso de Abreu, de Arapi-

raca, (falecido), apressou-se em telefonar para o jornal, fazendo o seguinte comentário: "Eu vi as cabeças de Lampião e Maria Bonita, às 7 horas da noite de 29 de julho de 1938, em Delmiro Gouveia. Retirei as duas de dentro de uma lata de querosene e constatei serem as mesmas que apareciam nas fotos. Se as fotos eram deles, as cabeças também eram deles".

Sob o título "Polícia usou veneno", o jornalista Roberto Villanova escreveu matéria para o Jornal de Alagoas, publicada na edição de 28 de julho de 1991, onde relata: "Para os pesquisadores mais atentos, só havia uma maneira de a Polícia penetrar na Grota de Angicos, sem ser notada pelos cangaceiros: se o bando não tivesse colocado sentinelas, hipótese totalmente descartada, em vista de se tratar de um cuidado elementar de segurança. Então, os cangaceiros estavam dormindo e foram pegos de surpresa, antes do dia amanhecer".

O jornalista prossegue na sua matéria: "mas, em 1968, o diagnóstico do médico–legista pernambucano, Antonio Carlos Vila Nova, publicado no Jornal do Brasil, edição de 28 de abril, sacramentou o que ainda resistia como hipótese: a tese do envenenamento. Somente através desse meio não convencional, a volante policial poderia ter acesso ao esconderijo inexpugnável e, ao final, comemorar apenas uma baixa, a do soldado Abdon".

Sobre o fato ocorrido na grota de Angicos, a matéria conta como foi: "Lampião morreu e não se soube o que pretendia, ao convocar a Assembleia-geral de todos os comandantes de grupos. Desde quando voltou da sua excursão pela Bahia, onde sofreu duras baixas, Lampião decidiu atuar no eixo Sergipe-Alagoas, utilizando como técnica a divisão do bando e a nomeação de novos comandantes.Em julho de 1938, ele marcou a reunião para a grota de Angicos. Todos os comandantes compareceram, exceção de Corisco, que estava com seu grupo na fronteira de Sergipe com a Bahia e se atrasou. Corisco só chegou à Piranhas, na margem do

rio São Francisco, na madrugada do dia 28, e ainda ouviu os disparos feitos pela Polícia, que invadiu Angicos".

A traição que levou Lampião à morte não se deu com o coiteiro Pedro de Cândido, como muita gente pensa, mas com Joca Bernardo, um vaqueiro que produzia queijos. Bernardo tinha recebido uma encomenda do juiz de Direito de Pão de Açúcar, que ia casar uma das filhas. Pedro Cândido, encarregado de providenciar mantimentos para o bando, foi comprar o queijo, mas Joca recusou vendê-lo, dizendo que estava comprometido.

Pedro de Cândido não aceitou a desculpa, e como era homem considerado violento, levou todo o queijo que Joca Bernardo tinha em casa. Joca não gostou, mas não reagiu, na hora. Logo depois, procurou o sargento Aniceto, que se encontrava na delegacia de Piranhas, e contou: "Sargento, saber eu não sei não, senhor. Mas, se o senhor quiser, pode prender o Pedro de Cândido, que ele diz onde está Lampião".

Joca Bernardo contou o episódio dos queijos e ajudou o sargento a tirar a conclusão lógica: se precisava de tanto queijo, era para alimentar muita gente. E, se era para alimentar tanta gente, só poderia ser o bando de Lampião, pois todos sabiam de seu envolvimento com o cangaceiro, de quem recebia dinheiro, favores e cobertura.

Aniceto, então, foi até à estação ferroviária de Piranhas e mandou o telegrafista Valdemar Damasceno se comunicar com o tenente João Bezerra, que havia saído para Delmiro Gouveia com uma volante. Os termos do telegrama passado por Valdemar foram os seguintes: "tenente tem boi no pasto". O tenente Bezerra regressou a Piranhas.

A morte do soldado Abdon é atribuída, pelos pesquisadores que recusam a tese do tiroteio, ou seja, defendem a tese do envenenamento, à própria polícia. O cerco ao bando foi feito pela madrugada. Estava chovendo, como é natural, no mês de julho. A volante do tenente Bezerra se dividiu, seguindo por três veredas, no meio

da caatinga. O soldado Abdon teria sido morto pelos próprios companheiros. Esses pesquisadores sustentam que a Polícia prendeu os pais de Pedro Cândido, ameaçando matá-los, caso ele, o coiteiro, não voltasse ou não executasse o plano elaborado, de levar alimentos envenenados para Lampião. O coiteiro gozava de toda a confiança do bando, de modo que não teria sido difícil executar a missão.

Quando a Polícia invadiu o esconderijo, às quatro horas da manhã de 28 de julho de 1938, os cangaceiros já estavam sem forças para reagir. A tese de envenenamento justifica-se pelo fato de alguns urubus, que comeram as vísceras dos cangaceiros degolados terem aparecidos mortos. Mas o tenente João Bezerra reagiu, enquanto viveu, a essa hipótese, embora, em entrevista ao Jornal de Alagoas, tivesse respondido à pergunta de como a Polícia alagoana se portou no combate a Lampião com palavras que acabaram aumentando suspeitas: "Não recebi ordens do governador para evitar esse ou aquele meio de dar cabo a Lampião. Recebi ordens para exterminar o cangaço".

Em 1926, quando Lampião visitou o Juazeiro, sendo recebido pelo Padre Cícero, dele ganhou a patente de Capitão (Guarda Nacional), conseguida através do seu amigo, doutor Floro, o deputado federal Floro Bartolomeu, para combater a famosa Coluna Prestes, comandado pelo jovem revolucionário Luiz Carlos Prestes. Com forte quantidade em armas e munição, o capitão Virgulino e seu bando deixaram Juazeiro e novamente se embrenharam nas caatingas, mas nunca perseguiram Carlos Prestes.

Um dia do ano de 1931, no lugarejo Santa Brígida, na Bahia, Lampião avistou, pela primeira vez, a mulher Maria Adelaide, também chamada Maria Dea, que era casada com o sapateiro José Pedro, mais conhecido por José Neném, e apaixonou-se por ela. A beleza da jovem baiana, que devia ter aproximadamente uns vinte anos de idade, fez com que Virgulino esquecesse que era perse-

guido pela Polícia. Passou de uma semana para outra na Fazenda Malhada da Caiçara, onde residiam os pais de Maria: José Felipe de Sousa e Maria Dea de Oliveira. Daquela viagem mesmo, o temido cangaceiro já partiu com Maria Dea na garupa do possante animal que possuía. Ela, sorridente, despediu-se do marido com um simples olhar e duas palavras, apenas: "Adeus, Zé". No grupo, ela recebeu logo o nome de "Santinha" para, depois, ser conhecida até o fim da vida por Maria Bonita, dada a sua encantadora beleza. Dessa união nasceu, numa tarde do ano de 1932, nas caatingas do município de Porto da Folha (Sergipe), a menina Expedita Ferreira, que foi criada por um amigo de Lampião, Manoel Severo, na Fazenda Exu, naquele município. Hoje, Expedita mora em Aracaju, é casada e mãe de duas filhas.

Há algumas divergências quanto à data verdadeira de nascimento de Virgulino. Por isso, tivemos o cuidado de pesquisar profundamente essa parte, recorrendo, inclusive, a uma das melhores fontes, qual seja a paróquia onde ele foi batizado, que é Floresta, em Pernambuco. Lá, consta ter Virgulino nascido no dia 4 de junho de 1898, no sítio Passagem das Pedras, na localidade Serra Vermelha, próximo ao povoado Nazaré (antigo Algodões), município de Vila Bela, hoje Serra Talhada. Chegamos, portanto, a uma conclusão exata do seu nascimento.

No livro de João Gomes de Lira, consta, na íntegra, a certidão que foi copiada do livro da Paróquia de Floresta, em que foi lavrado o batismo de Virgulino. O documento está assim redigido: "Diocese de Pesqueira (Pe.), Paróquia de Floresta, em Pesqueira: certifico que, revendo os livros de termos de batizados realizados nesta Paróquia, foi encontrado o seguinte: Livro 15, fls. 146, do ano de 1898, a três de setembro do mesmo ano, na capela de São Francisco, batizei solenemente a Virgulino, nascido a 04 de junho de 1898, filho legítimo de José Ferreira e Maria Vieira da Soledade, desta freguesia. Foram

padrinhos: Manoel Pedro Lopes e Maria José da Soledade. Do que mandei passar este termo que assino: Pe. Cônego e Vigário Joaquim Antonio de Siqueira Torres".

Nada mais continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original. (I.T.A.) Ita-In-Fidel-Pároco Hi. Matriz de Floresta, 06 de agosto de 1961".

Assim, na madrugada de 28 de julho de 1938, quando do massacre em Angicos, onde pode ter morrido Lampião, contava ele, naquele fatídico dia, com quarenta anos, um mês e vinte e quatro dias de idade.

O trágico comício na Ilha das Cobras

Era janeiro de 1948. Desenrolava-se a campanha para as eleições daquele ano, que seriam realizadas a 11 de janeiro, quando seriam escolhidos os novos prefeitos e vereadores. Uma caravana de deputados estaduais, da UDN, entre eles Mário Guimarães, Joaquim Leão e Mello Mota, foi para a cidade de Coruripe, ali se juntando ao também deputado Luiz Coutinho, representante local, para apoiar política e moralmente o seu candidato à Prefeitura, no dia 4 daquele mês, quando seria realizado um majestoso comício naquela comuna do interior alagoano.

Bem próximo à cidade, existia um ajuntamento de casas de taipa e palhoças, um pequeno arruado, que bem poderia constituir-se em um bairro da cidade, de nome curioso e estranho: Ilha das Cobras.

Um dos chefes políticos locais e também delegado de Polícia, Sr. Moacir Beltrão de Castro, não perdeu tempo em mandar logo informar aos caravanistas que o comício que eles pretendiam realizar somente poderia acontecer no local denominado Ilha das Cobras, com a recomendação de que não aceitaria nenhuma crítica ao governo do Estado. O recado foi recebido pelos parlamentares e todos do grupo de apoio ao candidato a Prefeito como uma surpresa estarrecedora. Todo mundo, perplexo, ficou sem entender.

O deputado Mello Mota, que também era médico e, por algumas vezes, no passado, atendera a família Beltrão, dirigiu-se, acompanhado, para a casa dos Beltrão, visando obter um local melhor para a realização do ato público. Os diálogos mantidos nada rederam. Mesmo reconhecendo tratar-se de homens ilustres, apesar de oposicionistas, a matriarca da família, Dona Santa, nada conseguiu dos filhos, um, também médico, o doutor João Beltrão, que insistiu em não abrir mão de realizar um comício em hora que iria coincidir com o dos udenistas. E, como eram da terra, teriam a preferência pelo centro da cidade.

Desiludidos do intento, os udenistas conformaram-se em realizar o comício na Ilha das Cobras, dirigindo-se para o local munidos de lampiões abastecidos por álcool ou querosene, em três caminhões, com considerável acompanhamento popular, pois a rede de iluminação pública não chegava até ali.

Foi Mello Mota quem informou ao escritor e também médico Luiz Nogueira, haver mandado colocar um caminhão de frente e os outros dois do outro lado, descrevendo a realização do comício:

"Começamos o comício. Antes, porém, vimos aproximar-se do local o destacamento de Coruripe: o cabo, à frente, e mais quatro ou cinco soldados armados de fuzil. Ficamos preocupados, pois aquele aparato teria de despertar, em todos nós, dúvidas sobre o comportamento que iriam ter aqueles soldados. Além dos soldados, logo depois, vimos que também se aproximavam vários membros de família Beltrão, podendo citar o médico João Beltrão de Castro, o Sr. Moacir Beltrão, o Sr. João Beltrão de Castro, pai, e outros, cujos nomes não tenho na memória, além de duas ou três irmãs do primeiro, sem falar nos aderentes".

Em dado momento - lembra Mello Mota, no livro de Luiz Nogueira, A solidão dos espaços políticos - viu quando o doutor João Beltrão conversou em voz baixa com o cabo do destacamento, que se encontrava perto do caminhão que servia de tribuna, estando os soldados

mais distanciados, coisa de mais ou menos 30 metros. O médico João Beltrão queria saber do cabo se o governador estava sendo atacado pelo orador que fazia uso da palavra, o deputado Mário Guimarães, antecedido de um cidadão por nome de Antonio Rocha.

A partir daí houve um disparo de arma de fogo, seguindo-se de vários outros, num tiroteio que pode ter durado entre 3 a 4 minutos. O primeiro morto foi o senhor Lindolfo Simões, irmão do candidato a Prefeito, atingido por uma bala no coração. Mais dois, cujos nomes não foram lembrados por Mello Mota, tombaram mortos. Ainda no local do acontecimento, o cabo do destacamento negou que os soldados houvessem atirado contra o povo, com a sua ordem, afirmando, ainda, que o primeiro tiro teria sido disparado pelo delegado Moacir Beltrão, que fora assassinado no local, a punhaladas, pelo Sr. Lindolfo Simões. Ainda saíram feridos, na fuzilaria, a senhorita Ivete Beltrão, que apontou como autor do disparo o deputado Luiz Coutinho, e um outro irmão do delegado Moacir Beltrão. Os feridos foram atendidos pelo médico Mello Mota, acompanhado pelo padre Jeferson Carvalho.

Após o sepultamento dos que tombaram na tragédia da Ilha, o deputado Mello Mota viajou para o Rio de Janeiro, onde procurou o general Góis Monteiro para lhe falar das loucuras do irmão governador, ciente de que ele não tinha exato conhecimento das coisas que andavam acontecendo em Alagoas, e, para as quais, não obteve compreensão. Mello Mota relatou ainda que o governador Silvestre Péricles esteve em Coruripe, no dia do sepultamento, pela manhã, onde ameaçou que, ao voltar para a Capital, mandaria prender os deputados udenistas.

Como resultados desse trágico episódio, foram presos os membros do Diretório da UDN em Coruripe e os deputados Joaquim Leão e Mário Guimarães, escapando, estranhamente, da mesma punição, o deputado Luiz Coutinho.

Joaquim da Palmeira, o malandro matador

Conhecido como Joaquim da Palmeira, tipo vistoso, bem apessoado, envolvente no conversar, o que bem pode se chamar de "bom papo", carregando pinta de bom malandro, ele levava a vida disfarçando como camelô ambulante, negociando com bugigangas e ouro, na região de Palmeira dos Índios, na década de 40, quando matou, no povoado Palmeira de Fora, o comerciante João Vitorino, seu compadre, tendo atraído a vítima para uma cilada, cujo local era um sobrado antigo, abandonado, alegando que, naquele local, existia uma botija. Matou o comerciante e roubou muitos dos seus bens. Foi preso, sentenciado, mas, mesmo assim, colocado em liberdade condicional, algum tempo depois.

Transferindo-se para Maceió, casou com dona Maria zoroatá, viúva de uma figura muito conhecida na capital, Brás Próspero Hehovah da Silva Coroatá.

Em idos de 1948 matou uma senhora rica, juntamente com a filha desta, no bairro de Jaraguá, e as enterrou no fundo de quintal da casa das vítimas, roubando os bens da inditosa mulher. Já se preparava para matar a sua própria esposa, chegando a cavar a cova, no fundo do quintal da casa onde moravam, quando foi denunciado e preso. Por ordem do governador Silvestre Péricles, a Polícia amarrou o cruel assassino num caminhão que levava presos para trabalhar nas ruas de Maceió, sendo o bandido arrastado por uma corda presa à carroceria do veículo, pela praia da Avenida da Paz, até a morte.

Tragédia na Rua do Comércio

Oséas Cardoso

Foi no dia 27 de janeiro de 1950, pelas 17.30 horas, no interior da Farmácia Pasteur, na Rua do Comércio, em Maceió, que o deputado estadual Oséas Cardoso, após ser atacado pelos irmãos Pinho de Deus, revidou matando a tiros Policárpio Pinho Filho e ferindo gravemente Valdomiro Pinho de Deus.

O Jornal de Alagoas, em sua edição de 28 de janeiro, dia seguinte à tragédia, publica: "Uma brutal cena de sangue registrou-se ontem, às 17.45 horas, no interior da Farmácia Pasteur, localizada à Rua do Comércio, entre o deputado estadual Oséas Cardoso e os irmãos Policárpio Pinho Filho e Valdomiro Pinho de Deus".

Noutro trecho, o mesmo jornal detalha o ocorrido: "Àquela hora, era intenso o movimento de pessoas naquela nossa principal artéria, quando surgiram estampidos partidos da citada farmácia. Com as porta fechadas, a farmácia guardava o corpo de uma das vítimas e o Sr. Oséas Cardoso, que, cercado por seus irmãos e autoridades Policiais, narrava o lamentável ocorrido".

E, prossegue o Jornal de Alagoas: "nossa reportagem, acercando-se do deputado Oséas Cardoso, ouviu: encontrava-me comprando remédios, quando surgiram os irmãos Policárpio Pinho e Valdomiro Pinho, respectivamente funcionários da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Rede dos Ferroviários de Per-

nambuco e Alagoas, quando o Sr. Valdomiro Pinho, dirigindo-se a mim, disse-me que o Dr. Armando Wucherer desejava ter comigo uma palestra. Imediatamente disse ao Sr. Valdomiro que eu estava com um automóvel parado na Rua 2 de dezembro e que, devido à inconveniência do local, ele dissesse ao Dr. Armando que viesse ali, pois eu o esperaria. Como prometi, aguardei a chegada de Dr. Armando Wucherer, a quem, como inspetor Federal de ensino na Faculdade de Direito, sempre dispensei estima. Esperei e nada. Quando já estava para sair, os irmãos Pinho chegaram, e, de modo ameaçador, foram dizendo: deputado bandido, você vai falar na Assembleia Legislativa que eu passei na faculdade por haver fornecido propinas ao Dr. Armando Wucherer e aos outros professores?

"Protestei, dizendo-lhes que era pura invenção e, sorrindo para os mesmos, disse-lhes que ficassem descansados que isso não aconteceria, porque nem ao menos ninguém me havia abordado sobre o fato. Nesse instante, os mesmos chamaram-me de covarde e que somente apanhando era que poderia aprender melhor, e, quando menos esperava, recebi um forte soco no rosto, que me deixou tonto. O Sr. Valdomiro Pinho, então, juntamente com seu irmão, agarram-me nas mãos e aplicaram-me murros violentamente. Com bastante esforço, desliguei-me das mãos dos agressores e recuei num salto para defender-me. É quando o Sr. Policárpio Filho, arrastando da cintura um revólver preto, também recuou, aí se deu o desastre, apesar de ter gritado que não me desmoralizassem. Saquei então do meu revólver, detonando contra os mesmos, que também fizeram disparos, não me atingindo, porém. Nesse momento acorreram ao local vários guardas-civis, que segurando o Sr. Valdomiro Pinho, evitaram que o mesmo me assassinasse, uma vez que seu irmão Policárpio estava ao solo mortalmente ferido".

Na mesma edição do Jornal de Alagoas, de 28 de janeiro, Valdomiro Pinho, com um tiro à altura da quinta costela esquerda, deu o seu depoimento: "Ao passar pela Rua do Comércio, defronte à Farmácia Pasteur, juntamente com o irmão "Copinha" (Policárpio Pinho Filho) ouvi o Sr. Oséas Cardoso dizer: - Capangas do Dr. Silvestre-". Meu irmão, então revoltado diante daquelas palavras, avançou para o mesmo e disse que as repetisse. Oséas não repetiu, e, de maneira covarde, recuou e abriu o paletó, sacando de um revólver.

"Eu e meu irmão, então, quando procuramos agarrá-lo, este, sem discussão, acionou o gatilho de sua arma, tendo um dos projéteis atingido o meu saudoso mano no peito esquerdo, o qual caiu morto, fulminado pela bala assassina. *"Pra minha desgraça, nesse momento, também atingido por um dos projéteis do criminoso, chegaram vários guardas-civis, que, sem se inteirarem do incidente, agarraram-me violentamente, desarmando-me e, ainda, prendendo-me".*

Preso em flagrante, ainda no interior da farmácia, o deputado Oséas Cardoso foi conduzido para a Penitenciária Estadual.

A Assembleia Legislativa, reunida a 30 daquele mesmo mês, portanto, três dias após o incidente sangrento, recusou-se a conceder licença para que o seu deputado fosse processado, oportunidade em que o deputado Aurélio Viana, ex-udenista e, agora, no Partido Socialista, fez um pronunciamento: "Eu vi a agressão ao deputado Oséas Cardoso pelos irmãos Waldomiro e Policárpio Pinho. Foi o parlamentar pessedista insultado, depois agredido fisicamente, e, então, em legítima defesa, usou o recurso extremo da sua arma.

"Afirmo sob minha palavra de honra, pela dignidade de meus filhos que tanto amo, que Oséas Cardoso tudo fez para evitar aquela desgraça toda e só matou em legítima defesa. Matou para não ser desmoralizado, *"Matou para não morrer."*

O mesmo Jornal de Alagoas, em sua edição de 25 de fevereiro daquele fatídico ano de 1950, uma semana após ser assassinado o pai do deputado Oséas Cardoso, publica pequeno trecho de discurso, no Senado, do senador Ismar de Góis Monteiro' irmão do governador Silvestre Péricles:

"O *demônio anda solto em Alagoas: não pára, não cansa, enlutando lares, ceifando vidas, traz a família alagoana em constante sobressalto. Da terra não sai o cheiro característico de enxefre, mas o cheiro de pólvora homicida, o odor do sangue de suas vítimas".*

Pai de deputado é assassinado

Dono da pensão Aurora, que ficava nas imediações da igreja do Rosário, na Rua Moreira Lima, centro de Maceió, onde também residia, o comerciante João Paes Cardoso foi brutalmente assassinado, por volta do meio-dia de 17 de fevereiro de 1950, uma sexta-feira, véspera de "sábado de Zé Pereira," com a cidade já vivendo o contagiante clima carnavalesco, depois de ter sua residência invadida por um grupo de bandidos, resultando, também, em ferimentos nas filhas Nair e Marieta.

A cidade foi de repente tomada por uma aterrorizante onda de boatos e contraditórios alarmes, enchendo a população de medo, pânico e apreensão, principalmente pelo fato constatado pelas vítimas de que os agressores pertenciam às fileiras da Polícia Militar do Estado, o que foi, posteriormente, solenemente confirmado.

Para chocar ainda mais os familiares das vítimas, a tragédia foi noticiada, em edição extraordinária, pela Rádio Difusora de Alagoas, pertencente ao governo do Estado, com o desrespeitoso título de "Um bandido que morre," sendo a informação repetida por diversas vezes, entremeada por músicas carnavalescas, ficando nitidamente comprovado o intuito de zombaria e deboche à memória do assassinado.

No mesmo dia do atentado, por volta das 14 horas, os irmãos Edson, José e João Cardoso, temendo ser também assassinados, pois foram informados de estarem sendo caçados por elementos da polícia, procuraram asilo na residência do então coronel Mário Lima, comandante do Exército em Alagoas, amigo da família, que

foi informado da presença dos irmãos em sua casa pelo também amigo dos Cardoso, Pedro Alves de Oliveira. Mário Lima rumou para sua residência, acomodando os irmãos nas dependências reservadas aos seus filhos, e, em seguida, entrou em contato com o secretário de Segurança Pública (à época, Secretário do Interior), Tenente-Coronel Alfredo Quintela, mantendo com este o seguinte diálogo: "Quintela, os irmãos do deputado Oséas Cardoso estão em nossa casa, alegando que elementos da Polícia, além de terem matado seu pai e ferido duas irmãs, estão a procurá-los com intenções sinistras. Que há, na verdade, a respeito de tudo isso?" Quintela respondeu: "Mário, asseguro-lhe que de nada sei, porém, julgo ter sido providencial a lembrança desses rapazes de se refugiarem em sua casa. O homem (referindo-se ao governador) está lá em fúria, perguntando a todo o mundo se já foram encontrados os irmãos do deputado Oséas Cardoso".

O deputado Oséas Cardoso encontrava-se no Rio de Janeiro, para onde viajara a 6 de fevereiro, em companhia do senador Ismar de Góes Monteiro, onde se exilaria durante o ano de 1950.

Enquanto isso, o governador Silvestre Péricles, no seu estilo debochado e irônico, cheio de desaforos, atrevimento, irreverência e petulância, concedia entrevista a "O Cruzeiro," revista de maior circulação e conceito em toda a América Latina, à época, disparando absurdos contra os seus inimigos: "Trouxe vocês, jornalistas, aqui, para se certificarem que não existe preso político em Alagoas. O último salafrário que andou por este xadrez foi o Oséas Cardoso, mas por assassínio. É o autor de vinte e nove crimes de morte só em nosso Estado natal".

Antecedendo essas virulentas declarações, o governador já havia prevenido os jornalistas do "O Cruzeiro," que aqui vieram recolher dois depoimentos, o dele próprio e o de sua mãe, dona Constança. Assim que recebeu os dois famosos repórteres, David

Nasser, considerado exímio redator de textos, e, o segundo, Jean Manzon, corajoso fotógrafo, bom documentarista, e ambos, habituados com grandes reportagens internacionais, considerados como "correspondentes de guerra", Silvestre, carrancudo, cabeleira revolta e olhares intolerantes, foi logo intimidando: *"Sou a fera que vocês procuram. Jornalistas indiscretos, aqui, eu trato à chibata".*

Passado esse momento tenso, o governador convida os dois profissionais da imprensa para saborear água de coco, e, nos intervalos, passa a falar sem a menor autocensura: "Isso aqui vai mal. Muito mal. O sangue correrá em Alagoas. Ah! Mas não serei eu quem irá derramá-lo. É o povo. Um dia, a massa esgotada em sua paciência, quase sem limites, irá à Assembleia e botará fogo naquilo. Os deputados são os piores inimigos do povo. São piores que os comunistas. Mías, todos têm medo de mim. Quem pensar sequer em levantar a mão contra mim está assinando sumariamente a própria sentença de morte. Sou rápido no gatilho".

Foi nesse momento que Silvestre abriu o paletó e mostrou um revólver 38, cano longo, e o cinturão de balas.

- Faço o bicho virar peneira. Não tenho capangas. Ando sozinho. Vou a qualquer lugar, mas não se atrevam a mexer o dedinho. "Eles gostam dessa coisa boa que é a vida."

Fecha o paletó e continua falando, já no terceiro coco:

"Imunidades? Aqui? Só quem tem imunidade são minha mãe e as minhas filhas. Nem eu mesmo".

Leva os jornalistas para uma exposição de gado e compara:

"O Zebu é, em matéria de boi, o mesmo que Oséas Cardoso em política: carne de má qualidade, pouco leite e lentidão mental."

E, mais adiante: "Falam os inimigos de Alagoas em intervenção, mas intervenção neste Estado, só a bala. Enquanto esses desavergonhados dizem que Alagoas é cenário de intranquilidade e vio-

lência, Alagoas progride e todos os juízes informaram ao Superior Tribunal Eleitoral que eles estão mentindo. Há um grupelho de intranquilos. São os ladrões que já não podem roubar com a conivência do Governo. Esses intranquilos são os assassinos, criminosos da pior espécie, e se amedrontam porque sabem que não concordamos com os seus crimes, os seus vícios, das suas taras. Para que o Brasil saiba quem é essa gente, saiba que, na Assembleia, entre 32 deputados, existem cinco assassinos, e a Assembleia não tem consentido que eles sejam julgados. E cito os seus nomes: Melo Mota, Joaquim Leão, Mário Guimarães, Luiz Coutinho e, o quinto, é o deputado Oséas Cardoso, lombrosiano com vida pregressa cheia de latrocínios, autor de 29 crimes de morte, mata para roubar".

Prosseguindo no seu trovejar de palavras ríspidas contra os inimigos, o governador diz que *"certos homens, ou sub-homens de Alagoas, me espantam por suas inversões, por seus desequilíbrios morais. A Assembleia reclama uma intervenção em Alagoas. E u reclamo uma intervenção na Assembleia, composta de criminosos em sua maioria. Uma Assembleia de tarados".*

Concluindo, refere-se ao seu irmão Ismar: "O Ismar para mim é um homem que morreu. É um boboca. Ele não se deu conta do abismo em que caiu. Está servindo aos inimigos de Alagoas e do Brasil, contra os Góis, tanto ele como o Edgar. Daí a razão por que eu evito falar no nome dele. Além disso, homem não chora. Quem chora é fêmea".

E, assim, a 18 de fevereiro de 1950, a revista "O Cruzeiro" divulgou para todo o Brasil o que acontecia em Alagoas, numa reportagem rica em ilustrações, sob o título: "Sou rápido no gatilho".

Derramamento de sangue em eleição

O sangue correu estuoso pelas ruas estreitas de Mata Grande, no alto sertão do Estado, na manhã quente de 3 de outubro de 1950, dia da eleição, quando ocorreu cerrado tiroteio envolvendo membros da família Malta e adversários, liderados pelo Prefeito Moacir Peixoto, que era casado com uma moça daquela família, transformando-se aquele conflito no maior massacre já visto em Alagoas até então, quando morreram, crivados de balas, três pessoas dos Malta: Eustáquio de Albuquerque Malta, 50 anos, e seus filhos João Ubaldo, de 18, estudante, e Maria Sônia, 16, também estudante, morrendo também o empregado da família, Napoleão Henrique de Souza, 25 anos, além de mais onze pessoas feridas, entre elas o senador Ismar de Góis Monteiro, irmão do então governador Silvestre Péricles.

Tudo foi premeditado e cuidadosamente planejado. O palco sinistro do teatro sangrento foi a Rua Gabino Besouro, onde morava Eustáquio Malta, no centro de Mata Grande, escolhida estrategicamente pelos inimigos dos Malta para o local da chacina. A finalidade do atentado, como tudo faz crer, era o extermínio da família Malta, que pertencia ao PSD (Partido Democrático Social) e União Democrática Nacional (UDN) e apoiava a candidatura de Arnon de Mello ao Governo do Estado, em oposição ao grupo liderado por Silvestre.

Eustáquio Malta presidia o PSD no município, e seu irmão, Antonino Malta, a UD . Este morava numa outra rua, e era um dos candidatos a deputado estadual. Ambos tinham como principal adversário no município o prefeito Moacir Peixoto, que foi responsabilizado pela chacina, com vários capangas pernambucanos e o apoio do chefe do destacamento policial da localidade, sargento Miguel Pereira, um dos assassinos do pai do deputado Oséas Cardoso, episódio ocorrido no início daquele ano, em Maceió, cena sangrenta que já relatamos em capítulo anterior.

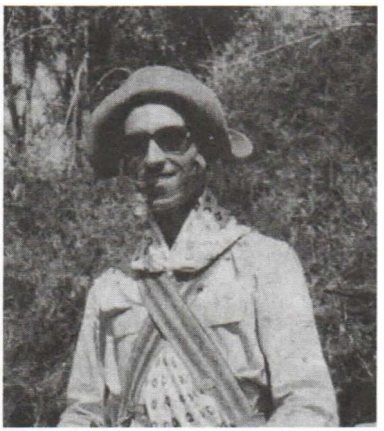
Num depoimento seguro, com detalhes, Homero Malta, irmão de Antonino Malta, assim descreve a tragédia: "Mais ou menos às 8.30 horas, eu ia passando pela Rua Gabino Besouro, quando ouvi o Prefeito Moacir Peixoto dizer para o delegado: Prepare os cabras. Corri e avisei ao senador, que não quis acreditar. Pouco depois Eustáquio saiu da sua casa, e, ao passar em frente à farmácia, encontrou-se com o prefeito, já rodeado de alguns capangas. Ouvi claramente quando Moacir lhe disse: "Você hoje me paga", respondendo então Eustáquio: "Vocês já querem provocar." Foi o suficiente para que viesse a ordem fatídica: "Atira nessa peste"! A fuzilaria começou. Eustáquio caiu baleado, mas ainda empunhou um revólver e atirou num capanga de Moacir. esse momento saiu de sua casa Maria Sônia, para socorrer o pai, caído na sarjeta, com uma bala que penetrou pela fronte e saiu pela nuca. Eustáquio viu assim sua filha cair ao solo, e, em seguida, o seu filho João Ubaldo, de 18 anos, serem mortos à traição, com um tiro pelas costas, quando procurava entrar em casa, para apanhar uma arma. Logo mais uma senhora saiu corajosamente para socorrer Eustáquio. Arrastou-o até a porta de sua casa e no momento de puxá-lo para dentro, foi testemunha da cena mais horrorosa e dantesca que já lhe passou pelos olhos. Um soldado da Polícia ia passando e, ao divisar Eustáquio ensanguentado e pedindo socorro, exclamou: "Esse peste ainda está

vivo?". Bateu-lhe com a coronha do fuzil no rosto, e disparou um tiro no ventre, que o acabou de matar. Sobre o empregado Napoleão, não sei como foi ferido. Apenas vi quando ele entrou em casa de Antonino, arrastando-se, para morrer pouco depois".

Sobre aquele fatídico episódio, quando se realizavam as eleições gerais em todo o País, o jornalista Luciano Carneiro, o único repórter que documentou as graves ocorrências de Mata Grande, publicou sensacional reportagem na revista "O Cruzeiro", tendo como título "Correu sangue em Alagoas", com texto e fotos do próprio Luciano.

Eustáquio Malta e seus filhos Ubaldo e Sônia

A morte de Ulisses, pai de Floro, o vingador



Floro Novaes no cangaço

Manhã arejada de uma terça-feira, 3 de dezembro de 1951. A brisa saudável das manhãs sertanejas dominava o tempo. Entre cinco e seis horas é assassinado, na localidade denominada "Lagoa dos Bois" ou "Lagoa do Bom Nome", bem próximo ao povoado "Capim," hoje cidade, com o nome de Olivença, então pertencente ao município de Santana do Ipanema, no alto sertão de Alagoas, o agricultor e marchante Ulisses Gomes Novaes.

Ulisses dirigia-se à feira da povoação Capim, quando foi emboscado e morto com vários tiros de rifle 44, que lhe atingiram a testa, fulminando a vítima instantaneamente. O cadáver foi encontrado com o crânio esfacelado por várias coronhadas, e os miolos espalhados pelo chão arenoso da estrada, misturando-se sangue, areia e pequenos pedaços do seu corpo. Os pistoleiros haviam emboscado o velho Ulisses em uma baraúna, na beira da estrada, dentro do mato cheio de moitas, cerca do labirinto e catingueiras.

Por ser dia de feira na localidade, muitas pessoas passaram cedinho e viram a horrorosa cena na estrada, só que ninguém queria servir de testemunha ou pelo menos comentar sobre aquela "bagaceira". Por isso, somente duas horas depois é que o filho mais velho da vítima, Floro Gomes Novaes, que anos depois veio a tornar-se famoso nacionalmente como o "pistoleiro vingador", tomou conhecimento do acontecido, através de um morador da fazenda de seu pai, de nome José Caboclo. Floro encontrava-se na Fazenda "Boa Vista", casa de seus pais adotivos, que não ficava muito longe do lugar da tragédia, e imediatamente dirigiu-se ao local da estrada onde ocorreu o crime, encontrando o pai morto, com os pés para o lado da estrada e a cabeça para o lado da cerca.

Os pesquisadores Clerisvaldo B. Chagas e França Filho, no seu livro *Floro Novaes, herói ou bandido?*, destacam: "Em torno de dez metros do morto, a massa encefálica espalhava-se com pedaços de couro cabeludo". Um cachorro procurava devorar os miolos espalhados pela areia quente do sertão. Floro, na sua pouca idade, sentiu dois choques de uma vez: a imagem macabra de seu pai e a cena terrível do cachorro. Esta última o marcou para sempre, sendo o motivo maior do ódio pelo assassinato do genitor. Floro testou seus nervos pela primeira vez. Aguentou firme o que estava vendo. Pegou um lenço vermelho que o velho usava para limpar o nariz quando tomava torrado, e com ele recolheu os pedaços dos miolos, guardando-os sujos de areia, do que sobrara da caixa craniana.

A família Vieira, suspeita, desde o momento do crime, como mandante, também fora olhar o corpo, juntamente com várias outras pessoas do "Capim". Quiseram levar o cadáver para aquele lugar. Floro foi duro e disse que quem mandava no corpo do seu pai era ele, e que o iria levar para ser sepultado no cemitério público de Jacaré dos Homens. O que fez.

Menos de uma semana depois, Floro retornava da feira de Jacaré, quando encontra o famoso poeta-repentista e violeiro Rafael Paraibano, que incontinênti, manifesta seus sentimentos pela morte de Ulisses, no que Floro, depois de agradecer a atitude do repentista, sem esconder a fúria e ódio que alimentava, demonstrando seu pensamento de vingança, exclama: "É, seu Rafaé, mas o mundo está cheio de gente, e o bom é que morra um bocado de fios da peste mesmo!".

Tudo começou quando um dos membros da família Vieira, Eriberto Barros, cunhado de Enéas Vieira, em conversa com o pai de Floro, dissera que iria mandar matar, junto com seus parentes, o agricultor por nome de Manoel Roberto. Os Vieira mandavam em boa parte do sertão alagoano.

Apesar de Manoel Roberto ser tido como pessoa dada a "conversinhas" e "nove horas", gostar de futricas, fofocas e picuinhas, conforme informações do próprio Floro, Ulisses, que era compadre, tanto de Eriberto como de Manoel Roberto, achou que o ele não merecia castigo tão duro, até porque era pai de dez filhos, que precisavam dele, vivo. Pensando em evitar o que estava para acontecer, chegando à casa, disse para sua esposa, Guiomar, o que ouviu do seu compadre Eriberto, e que iria também avisar ao compadre Manoel.

Ulisses procura Manoel Roberto e o aconselha a ir embora daquele lugar, no que este reage, dizendo que não tinha motivos para deixar sua terra. O pai de Floro, coitado, termina contando a trama de Eriberto para eliminá-lo, pensando apenas em salvar o outro compadre do perigo que o acercava. Manoel Roberto, ao invés de agradecer pelo aviso e deixar aquela localidade, preferiu procurar o então delegado de Santana do Ipanema, "seu" Caroula, que se interessou em saber quem lhe revelara essa história, e Manoel Roberto não titubeou em afir-

mar que provava tudo com seu compadre Ulisses, que lhe havia revelado a trama. Ulisses é chamado à Delegacia, juntamente com os Vieira, que negaram peremptoriamente qualquer interesse naquele sentido, ficando o velho Ulisses como mentiroso. Ele, que não possuía até então sequer um inimigo, acabava de ganhar os primeiros, e sentia sua vida em iminente perigo. Em conversa, posteriormente, com o compadre Manoel Roberto, lamentava: *"Em que buraco você me meteu!"*

Apenas uma semana depois do encontro, na Delegacia de Santana, Ulisses era brutalmente assassinado, o mesmo ocorrendo com o seu compadre de cabeça fraca, Manoel Roberto, duas semanas depois, também emboscado, na localidade "Pedrão", povoado de Olho d'Água das Flores, próximo a Capim.

Passado um mês da morte do pai, Floro, aconselhado pela família, resolvera ficar algum tempo em São Paulo, para onde viajara. Mas, naquele Estado do Sul, pouco demorou. Voltou a Alagoas, onde encontrou muita perseguição. Embora dizendo a todos que nada tinha contra os matadores de seu pai, os Vieira, segundo informações de pessoas da região, o perseguiam.

Floro passou a saber dos nomes de todos os envolvidos na morte de seu pai: Os Vieira-Eriberto Barros, Enéas e João Vieira – como autores intelectuais. E os Jacinto-irmãos João, José e Cintinho-vizinhos de terras de Ulisses, como autores materiais, além de um morador destes, de nome Joaquinzinho. Foram intermediários: Telécio, dono de uma farmácia-loja, em Poço da Cacimba, localidade também próxima a Capim, além de Adeildo Nepomuceno e seu pai, Joel Marques, de Santana do Ipanema, como fornecedores de armas e acobertadores, segundo o próprio Floro. Adeildo e Joel teriam pedido para soltar os assassinos de seu pai no mesmo dia em que foram presos.

o começo de uma tarde quente de 5 de outubro de 1952, um domingo, no povoado Capelinha, município de Major Izidoro, dia

de feira na localidade, inicia-se o mais temeroso e turbulento ciclo de vingança de que já se teve notícias em Alagoas, de seis décadas para cá, somente precedido pelos episódios sangrentos causados pelos endiabrados irmãos Moraes, em meados do século XIX, ou pelas façanhas sanguinárias do temido Virgulino Ferreira, Lampião, que aterrorizou parte do território alagoano, nas décadas de 20 e 30, até ser morto pela Polícia deste Estado, em terras de Sergipe.

Na sua incontida sede de vingança, Floro mata o primeiro envolvido no trucidamento de seu pai. Ele assassinou João José, dentro da bodega do subdelegado de Capelinha, de nome Bida, a tiros de revólver Colt 45, não esquecendo de antes, de arma em punho, exclamar: "Cabra, você nunca mais mata pai de homem". Atirou por duas vezes, enquanto João José, rindo, negava o seu envolvimento no crime e tentava sacar seu revólver.

Floro fugiu, seguindo no mesmo dia para a cidade de Água Branca, onde ficou por algum tempo, refugiado, até quando resolveu ir morar com o deputado Marques da Silva, na cidade de Arapiraca, de onde novamente voltou à casa da mãe de criação e foi viver sua vida normal, por algum tempo.

Saliente-se, porem, que Floro assassinou o segundo implicado na morte de seu pai, em Água Branca, durante o tempo em que lá ficou. Coincidentemente, descobriu Joaquizinho, o morador de João José que participou da chacina, trabalhando na limpeza de um barreiro, e o eliminou.

Durante cinco anos, Floro viveu uma vida sem envolvimento com crimes, até porque estava se organizando para não falhar em suas tentativas, só querendo investir contra os inimigos seguro e na hora certa. Eis que, num dia de Santo Reis, 6 de janeiro, ano de 1957, Floro mandou um sujeito por nome de "Bicho Velho" eliminar Artur, um senhor que o andava tocaiando, a mando dos inimigos. O crime ocorreu no então povoado Craíbas, que perten-

cia à Arapiraca. A família de Floro sempre negou o envolvimento dele nesse assassinato.

Outra vítima da vingança foi Telécio, comerciante em Poço da Cacimba. Acusado de ter sido o intermediário das armas mandadas por Adeildo e seu pai Joel Marques para assassinar Ulisses, Telécio foi morto dentro do seu estabelecimento comercial, no dia 21 de janeiro de 1957, no cair da noite, por um homem disfarçado de mendigo, recebendo um tiro de parabelum, à altura do peito esquerdo. Todos os indícios levaram a Floro, que teria se passado por mendigo para matar seu desafeto, apesar de ele ter negado o fato, em entrevista concedida ao repórter Tobias Granja, do jornal Gazeta de Alagoas, anos depois.

Foi grande a perseguição sofrida por Floro, após a morte de Telécio, tendo Adeildo Nepomuceno como mentor, o que fez o filho de velho Ulisses correr de Alagoas, indo se homiziar em terras do "coronel" Chico Romão, no município de Serrita, sertão de Pernambuco. Muitos amigos de Floro foram presos e torturados para dizer do seu paradeiro.

De volta a Alagoas, após algum tempo em Pernambuco, Floro passa por Santana do Ipanema, o que motivou, de repente, toda a cidade tomar conhecimento da sua presença ali, correndo fortes boatos de que ele estaria em Santana, para matar Adeildo Nepomuceno, então Prefeito do município, o que o deixou assustado. Esse fato fez Adeildo procurar imediatamente um grande amigo de Floro, o fazendeiro Antonio Vieira, cujo sobrenome nada tinha a ver com os Vieira do Capim, homem muito respeitado em Jacaré dos Homens, pedindo a sua intercedência junto ao seu inimigo, para que fosse formulado um acordo entre ambos, pois via em Vieira a única pessoa capaz para isso, dada a forte amizade entre os dois.

Mandando chamar Floro, na presença de Adeildo e alguns amigos seus, Antonio Vieira propôs ao amigo um acordo nos se-

guintes termos: Floro deixasse de perseguir Adeildo e vice-versa. enhum faria nada para contrariar o outro. Floro aceitou o acordo com Antonio Vieira, dizendo que assim o fazia somente em consideração ao amigo. Não obstante o pacto ali firmado, Floro não deixou de mostrar a Adeildo o seu eficiente Colt 45, revólver que o acompanhava desde que começou a sua série de vinganças, dizendo para ele que já o emboscara duas vezes, uma no Recife, e, a outra, em Maceió, à porta do "Parque Hotel", não conseguindo, o seu intento. No entanto, conforme declarações de Sebastião Dionísio da Fonseca, primo legítimo de Floro, após selado esse acordo, que perdurou, Adeildo passou a fornecer munição e armas para Floro, sendo portador destas, periodicamente, o próprio Sebastião, também conhecido como Basto, morador da cidade de Santana do Ipanema.

Floro chegou a pensar, como comentava com amigos e familiares, que, firmado esse acordo, não iria mais haver mortes entre essas famílias envolvidas no episódio que vitimou seu pai.

Eis que, numa terça-feira, à noite, 26 de julho de 1957, Floro recebe um aviso seguro de que seria assassinado na manhã do outro dia, com toda certeza. Foi aí que ele armou um plano estratégico e eficaz, conseguindo, antes da hora marcada para morrer, matar os homens contratados para eliminá-lo, entre eles, um irmão de João José e Cintinho, por nome de Veridiano.

Após esse episódio, os Vieira resolveram partir para um acordo igualzinho ao que fora celebrado entre Floro e Adeildo Nepomuceno. Para isso, procuraram o mesmo Antonio Vieira, fazendeiro em Jacaré dos Homens, amigo de Floro. a "Fazenda Massapê" ficou acertado que nem Enéas com a família perseguiriam mais Floro, nem Floro perseguiria mais os Vieira. Como aconteceu com Adeildo, Floro também aceitou o pacto feito pelo seu grande amigo Antonio Vieira, principalmente agora, que já havia casado, e isso facilitaria a vida com a esposa.

Com a morte de Antonio Vieira, menos de um ano após o acordo, tudo foi "quebrado", e os Vieira voltaram, segundo o próprio Floro, a persistir no maldito intento de eliminá-lo. Vários planos arquitetados pelos Vieira foram frustrados, inclusive um em que usavam o famoso cigano Daniel Ferraz como provável autor material de sua morte (de Floro). Daniel fora contratado por Enéas.

Como tudo tem a primeira vez, ocorreu, dez anos após a morte do velho Ulisses, o primeiro encontro entre Floro e Enéas. Foi numa manhã de 14 de setembro de 1961 que os dois grandes inimigos se depararam. O lugar foi Poço da Cacimba, na festa de Nossa Senhora das Dores, padroeira da localidade, que pertence a Olivença.

Eram umas oito ou nove horas daquele dia, e Floro havia chegado ao lugar para tomar uma injeção, numa farmácia ali existente, que não era a farmácia do Telécio, que fora assassinado, e cujo crime foi atribuído a Floro. Tendo amarrado seu animal à porta de uma bodega, de repente avista Enéas, sentado à porta do Inspetor de Polícia da povoação. Instintivamente reage: *"É aquele fio da peste que está ali? Vou matá-lo, agora".*

Enéas, muito arisco e desconfiado, percebeu quando Floro pegava as armas nos alforjes da sela e correu ligeiro, como um gato, para dentro da casa do Inspetor. Floro ainda atirou, mas, devido à rapidez do Prefeito de Olivença, que ali tinha ido para um batizado, a bala atingiu a parede, estragando o reboco.

Enéas saiu na porta dos fundos da casa, fugindo pelo quintal, sem reagir, salvando-se, assim, o Prefeito de Olivença do primeiro atentado que sofreu.

Floro deixou Poço da Cacimba bastante contrariado, por não ter conseguido o seu maior intento: matar Enéas.

Conta-se que Floro disparou apenas um tiro, o que atingiu a parede da casa, não continuando a atirar por obediência a um pedi-

do feito, naquele momento, pelo padre Luiz Cirilo, de Santana do Ipanema, que se encontrava no local.

O sacerdote pedira a Floro que deixasse de atirar, no que Floro respondeu: *"Deixo, Padre, porque o senhor é uma autoridade da igreja e é quem manda em mim".*

Depois desse episódio, Floro, que morava em uma fazenda próxima ao povoado Capelinha, município de Major Izidoro, deixou Alagoas definitivamente, indo morar em Pernambuco, na fazenda Maçaranduba, então município de Bom Conselho, hoje Santa Teresinha, pertencente aos Godói, família da esposa de Floro, dona Zaide, onde permaneceu pouco tempo, mudando-se para o povoado Prata, município de Saloá, ainda em Pernambuco. Dali, finalmente, foi morar na fazenda Mamoeiro, em Itaíba, sertão de Pernambuco, propriedade que recebera de presente de um tio de sua esposa, Zaide, apelido carinhoso de dona Isaura Godoy. Era uma propriedade medindo aproximadamente mil e quatrocentas tarefas, no meio da caatinga.

Foi o último refugio do "pistoleiro vingador" ou o "pistoleiro sem mácula", como o cognominou o jornalista Tobias Granja, numa reportagem publicada no Jornal Gazeta de Alagoas, em 1964.

"Floro não gostava de ser chamado de pistoleiro. Cansava de dizer que pistoleiro era o que matava por dinheiro. E ele nunca fizera isso, como apregoavam seus inimigos. Aceitava porém o nome de cangaceiro, pois ligava esse nome ao homem injustiçado, ao vingador sertanejo", conforme está inserido na página 68 do livro "Floro ovais, herói ou bandido?", de Clerisvaldo B. Chagas e França Filho.

Ocorreu, em 1965, véspera do dia de Reis, o segundo encontro de Floro com Enéas. Vindo de Pernambuco, Floro chegou a Olivença pela noite, acompanhado de alguns homens – 7 ou 8 –, decidido a matar Enéas de qualquer forma.

Dois dos homens passavam por Enéas, sentado na calçada, quando um deles apontou em sua direção, dizendo para o outro: "O homem é esse".

Mais uma vez Enéas mostra agilidade e a desconfiança de que era possuidor, escapando por milagre, como costumam dizer os sertanejos.

Muitos tiros foram disparados em pontos diferentes da cidadezinha, para confundir a todos.

Enéas Vieira saiu baleado na região glútea.

Um irmão de Floro, por nome de João, morto em circunstâncias misteriosas, avistou Enéas, em Olivença, tempo depois, disparando alguns tiros contra ele. Ágil e astuto, Enéas, outra vez, escapa, mesmo baleado num dos braços. João foi preso pelo delegado da cidade, sargento Moacir.

Aconselhado por diversos amigos, inclusive o fazendeiro Zezinho Camilo, do Poço das Trincheiras, em quem confiava, resolve, em meados de abril de 1964, juntamente com Valderedo Ferreira, a quem conhecera, em 1962, quando morava no Prata, em Pernambuco, e de quem veio a ser amigo e companheiro inseparável, por alguns anos, no cangaço, embrenhados na caatinga, entregar-se à Polícia de Alagoas, responderem aos processos presos, se livrarem e ficarem sem contas com a Justiça.

Pessoas influentes fizeram os acertos e montaram tudo para a apresentação dos dois temidos vingadores. Valderedo, a quem eu entrevistei, já agora em 1967, publicando uma série de reportagens sobre ele no jornal Tribuna de Alagoas, tornou-se o Vingador do Sertão, matando parentes na região de Santana do Ipanema e Poço das Trincheiras, onde ele era fazendeiro, vingando a morte de um filho e um irmão. Foram apresentados, na Fazenda de Zezinho Camilo, em Poço das Trincheiras, ao então delegado da Polinter, muito famoso e respeitado, Rubens Quintela (falecido), sendo conduzidos

para Maceió, onde deram algumas entrevistas à imprensa, e voltando para Santana, onde ficaram recolhidos à Cadeia Pública daquela cidade, conforme o acordo celebrado entre amigos dos dois vingadores e a cúpula da Secretaria de Segurança do Estado, cujo titular era o delegado Luiz Augusto de Castro e Silva – Tininho.

Floro e Valderedo permaneceram na cadeia durante seis meses e vinte e oito dias, dos quais seis meses e 14 dias na Cadeia de Santana, enquanto 14 dias ficaram na Penitenciária do Estado, a antiga Cadeia Velha, hoje demolida, na Praça da Independência, em frente ao quartel-geral da Polícia, quando se entregaram na casa do amigo Zezinho Camilo e foram transportados para a Capital, pelo delegado da Polinter.

Depois desse período presos, praticamente sete meses, apesar de gosarem de certas regalias na prisão, resolveram fugir (a ideia foi de Valderedo, conforme me contou, quando eu o entrevistei, como já disse, em 1987, após 20 anos foragido de Alagoas, e tendo voltado com o benefício da prescrição de seus crimes). "Ficamos durante todo esse tempo na Cadeia de Santana, esperando algum favorecimento da Justiça, mas sem aparecer nada, tudo parado, e a gente sofrendo, sem liberdade nem nada, resolvemos fugir" – revelou-me Valderedo, mais de 20 anos depois, detalhando como foi a fuga: "Eu estava armado com meu revólver Smith Western escondido, bem escondido. Falei com o cabo da guarda de nome Xavier, para encontrar com uma mulher no pátio da Delegacia, a uns 50 metros, e ele permitiu. Chamei Floro, e ele me acompanhou. Fugimos à luz do dia. Levamos mais dois presos com a gente. Foi a primeira e a última vez que fui preso. Caímos na caatinga e anoitecemos longe. Dessa vez, viajei para Minas Gerais, Ceará, Paraíba e Bahia. Floro tomou outro rumo. Os outros presos se dispersaram". O ex-prefeito de Olivença, Enéas Vieira de Oliveira, terminou sendo assassinado no meio da feira de sua cidade, às três e meia de uma tarde quente de

verão, dia 22 de setembro de 1970, por Antonio Gomes Novaes, um jovem de apenas 19 anos, irmão caçula de Floro, que nunca conseguiu matar o seu maior inimigo, e costumava dizer: "Se eu morrer primeiro do que Enéas, minha alma vai pretinha para o inferno". Morreu cinco meses depois de Enéas.

Antonio, que não conhecia o ex-prefeito de Olivença, carregava sempre no bolso a sua foto. Um dia de feira naquela cidade, "Tonho" transitava pelo meio da multidão, no local da venda de farinha, quando ouviu um homem perguntar a outro: "Enéas, viu como a farinha hoje está cara?" Ouviu também quando o indagado respondeu, levando um pouco da farinha à boca, para provar a qualidade: "Nada, rapaz, cara foi ontem, em Arapiraca".

O rapaz não titubeou. Tirou a foto do bolso, examinou-a bem e não teve dúvidas: estava diante do homem que matou seu pai.

Rapidamente aproximou-se do inimigo, dizendo que "nunca mais você mata pai de homem", e logo foi atirando no ex-Prefeito, à queima-roupa, descarregando o revólver Taurus 38 em seu corpo. Enéas ainda correu cambaleando e foi tombar, gravemente ferido, numa barbearia, a alguns metros adiante. Antonio foi preso pelo sargento Rodrigues, enquanto a vítima, ainda arquejando, era conduzida para Santana do Ipanema, num jipe, para socorro médico. Morreu antes mesmo de receber atendimento. O acusado foi levado, no mesmo transporte, preso, para a cadeia de Santana, onde aguardou julgamento, sendo absolvido dois anos depois, tendo atuado na sua defesa o conhecido criminalista Eraldo Bulhões.

Na cadeia, soube da morte de Floro, ocorrida numa quarta-feira de cinzas, dia 24 de fevereiro de 1971, no vizinho Estado de Pernambuco, na fazenda Mamoeiro, de sua propriedade, vítima de emboscada.

O jornal Gazeta de Alagoas, na sua edição de 26 de fevereiro de 1971, dava em manchete de primeira página: "Floro morre em emboscada com 5 tiros no coração". No corpo da matéria,

dizia aquele matutino que fora assassinado na manhã da última quarta-feira, quando ia para uma caçada montado a cavalo, em companhia de um jovem chamado Wilson Tenório. Havia sido emboscado por vários pistoleiros que usaram diversas armas, ferindo-o com cinco tiros no peito esquerdo e um na região lom-bar. Dizia ainda que Floro estava sem os seus dois revólveres, dos quais nunca se apartava, e ainda correra quinhentos metros. Floro lutara com espingarda de cartucho, e os inimigos com re-vólveres, mosquetões e rifles.

A mesma matéria ainda dizia que o delegado recém-nomeado de Itaíba, Estado de Pernambuco, onde ficava a fazenda Mamoeiro, sargento Francisco Manoel dos Santos, e o delegado exonerado, José Maria de Melo, diligenciavam em toda a redondeza para efetuar as prisões dos criminosos.

De acordo com a matéria da Gazeta, os depoimentos dos caçadores que chamaram Floro para uma caçada de veado, estavam em contradição, segundo o delegado José Maria.

Enquanto isso, o secretário de Segurança de Pernambuco, bacharel Armando Samico, iria mandar um delegado especial para Itaíba, a fim de presidir o inquérito, e que, na lista dos suspeitos da Polícia pernambucana estavam os nomes de Eliseu Bezerra dos Santos e Sebastião Bezerra dos Santos, ambos caçadores. O motivo da suspeita é que os dois eram inimigos de Floro, por questões de terras surgidas há poucos meses.

Já na edição de sábado, 27 de fevereiro, com texto de Walter Lima e fotos de Arlindo Tavares, o mesmo jornal Gazeta dizia que das seis balas que perfuraram o corpo de Floro, cinco haviam circulado o coração e uma atingido a região lombar. Não eram de grosso calibre. Informava que a Polícia de Itaíba dissera que Floro ainda lutara antes de morrer e fora assassinado à queima-roupa.

O destacamento policial de Itaíba efetuou a prisão de um dos caçadores, Manoel Tenório (faltava Zequinha Lúcio, que não fora encontrado), que haviam convidado Floro para uma caçada no sítio "Praquió", onde Floro fora emboscado e morto. Manoel Miúdo, de 57 anos, que morava no sítio "Caldeirão", próximo à fazenda de Floro, fora quem mandara o recado, através do jovem Wilson Tenório de Carvalho, de 19 anos, ali também residente, convidando-o para a caçada.

A voz que corria na região era uma só: houve traição. A emboscada fora às nove horas da manhã da quarta-feira de cinzas, e, uma hora depois, Floro estava morto. Morrera na luta, disparando dezesseis cartuchos da espingarda. O jovem Wilson dissera que, no momento da emboscada, não havia visto os bandidos, mas apenas os tiros, de dentro do mato, em suas direções. E disse mais que Floro pedira que ele corresse para não morrer e deixasse a espingarda.

O médico da cidade pernambucana de Águas Belas, José Secundino de Souza, amigo da família, foi quem fizera o laudo médico. Deu como *causa mortis*, lesões pulmonares e hemorragia interna em diversas partes do corpo, principalmente à altura do peito esquerdo.

Floro foi sepultado no cemitério de Jacaré dos Homens, em Alagoas, onde estão também sepultados vários de seus ancestrais. O corpo não foi fotografado, por interferência dos familiares, alegando que, se fotografassem o morto, os seus inimigos iriam se rejubilar em ver o cadáver de Floro nos jornais.

Familiares de Floro emitiram algumas opiniões sobre o caso, inclusive dona Guiomar, sua mãe, que achava que se a situação fosse inversa, isso é, se fosse alguém poderoso que o filho matasse, aí, sim, haveria justiça, com investigadores, soldados, até a Polícia Federal para caçarem o filho; mas sendo o contrário, não acreditava que a Polícia prendesse os criminosos. Disse que era bom mesmo que a Polícia fechasse os olhos, pois, assim, poderiam agir. Ela lamentava a prisão de Antonio, o filho caçula, o que matara

Enéas e estava preso em Santana do Ipanema, e, do outro, Maurício Gomes Novais (hoje conhecido como Chapéu de Couro), que se encontrava preso em Sergipe.

Uma tia de Floro, dona Maria José da Fonseca (Dona Neném), que o criou, levantava dúvidas e suspeitas: Floro, que nunca se apartava dos seus revólveres, como estaria desarmado naquela ocasião? Lamentava porque o parente morrera covardemente.

Ficou viúva dona Isaura Godoy (Zaide), e órfãos, Maria das Graças, de 16 anos, e Ezequiel, de 10.

Floro deixou três irmãos: João, Mauricio e Antonio. Desses, apenas um é vivo, o Mauricio Chapéu de Couro. Das irmãs de Floro, todas estão vivas: Terezinha, Floracy, irmã gêmea de Floro, Maria e Elúzia.

Uma semana após o sepultamento de Floro, a Polícia resolve fazer a exumação do cadáver, contra a vontade da família. É que a imprensa, baseada em muita controvérsia e boatos populares, divulga que havia dúvida na morte de Floro, principalmente o jornal Gazeta de Alagoas.

O delegado de Roubos e Furtos de Alagoas, Rubens Quintela, deslocou-se, juntamente com o médico-legista da Polícia de Alagoas, Duda Calado, para a cidade de Águas Belas, e lá manteve contato com o delegado especial de Pernambuco, Severino Torres. Achavam que era necessário fazer a exumação do cadáver de Floro, uma vez que o médico que examinara o morto não era legista e fizera apenas um exame superficial, bem como pelo fato dos comentários duvidosos quanto a sua morte.

Ainda ali, o delegado Rubens Quintela entrou em contato com a viúva de Floro e com dona Guiomar, a mãe, obtendo a permissão para o ato médico. Na verdade mesmo, a família não era contra a exumação. O que não queria é que fossem tiradas fotos, nem se desse publicidade do caso, para não haver regozijo dos inimigos.

Oséas mata Campos Teixeira

Derrotado por Arnon de Mello, nas eleições para governador, em outubro de 1950, o presidente da Caixa Econômica Federal, em Alagoas, Luiz de Campos Teixeira, candidato apoiado pelo então governador Silvestre Péricles, junto a quem gozava de elevado conceito e prestígio pessoal, foi assassinado pelo deputado estadual Oséas Cardoso, na Praça Dom Pedro II, em frente ao prédio da Assembleia Legislativa, dois anos após Arnon governar o Estado.

O crime, de ampla repercussão, aqui e fora do Estado, gerou especulações e muita controvérsia, mas o parlamentar, do bloco governista, assumiu sozinho a culpa e alegou questão de "honra de família." É que Campos Teixeira, fiel escudeiro de Silvestre, teria participado da trama para assassinar o pai de Oséas, em 1950. Dessa forma, foi colocado um ponto final no emaranhado de especulações que dava conotação política ao caso, envolvendo a pessoa do governador.

Após matar Campos Teixeira, Oséas fugiu em direção ao Parque Hotel, ali entrando, e saindo nos fundos do prédio, que dá acesso à Praça dos Palmares, onde fora preso por componentes da guarda civil.

"Estou baleado, me acudam"

A Vila São Francisco, no município de Quebrangulo, estava em festa. Eram as Santas Missões, dos freis franciscanos. O beato Franciscano, como era conhecido Antonio Fernandes Amorim, o grande líder religioso do lugarejo e da região, sempre que se realizavam essas festas religiosas, costumava vestir o hábito, traje próprio de frade ou freira (ele era um padre leigo, criado por franciscanos).

Era uma sexta-feira, 30 de julho de 1954, começando a escurecer, por volta de 18 horas. Um defeito no fio de energia da casa do religioso fizera escurecer a residência. Franciscano chamou um rapaz para consertar o defeito, e, após o conserto, observara que estava queimada a lâmpada do poste que ficava em frente à igreja, ao lado da casa. O próprio Franciscano pediu uma escada e, com uma lâmpada na mão, subiu para trocar pela outra, danificada. Foi quando se ouviram disparos de arma de fogo. Ele ainda desceu dois degraus da escada, falou "estou baleado, me acudam" e caiu desmemoriado. Morreu poucos instantes depois.

As pessoas presentes reconheceram o homem que atirou: Zé Calcutá, como era conhecido um cidadão que morava em Quebrangulo, cujo nome verdadeiro era José Guilherme da Silva, que vivia naquela cidade ribeirinha do Paraíba, sob proteção de alguns

políticos do lugar. O criminoso, acompanhado de um parceiro, não identificado na ocasião, envultou-se na escuridão da noite, desaparecendo mato adentro.

Preso, algum tempo depois, em São Paulo, para onde fugira, foi trazido para Alagoas, onde cumprira pena na Penitenciária Estadual, em Maceió, obtendo liberdade aproximadamente 15 anos após. Calcutá, sempre ocultando a pura verdade dos fatos, fazendo mistério de nomes de mandantes e interessados na morte do beato e criando mirabolantes álibis, terminou por deixar no ar, até os dias de hoje, uma indagação: quem foi mesmo que mandou matar Franciscano?

À época, alguns políticos de Palmeira dos Índios e Quebrangulo ainda foram presos e interrogados, mas pouca coisa sobre o trágico acontecimento foi apurada. Fora a prisão de Calcutá, o suposto complô arquitetado para matar Franciscano foi esquecido com o tempo, não obstante ter se tornado público e notório que os mandantes foram mesmo adversários políticos do então deputado estadual Humberto Mendes, sogro de Muniz Falcão, que era deputado federal e tornou-se governador, eleito pelo povo, no mesmo ano de 1954.

A verdade que é Franciscano, devotado pregador da palavra de Deus, grande orientador espiritual e fazedor de romarias na região, transformou-se rapidamente num carismático líder religioso, a ponto de despertar interesses nos políticos dos municípios circunvizinhos, que procuravam seu apoio em busca de votos. Como aquele ano (1954) era ano de eleição para deputados, o beato resolveu emprestar o seu apoio, como bom condutor de almas que era, às candidaturas de Humberto Mendes, para deputado estadual e o seu candidato a deputado federal. Foi a sua perdição! Isso despertou forte ciumada política nos adversários, que passaram a vê-lo como extraordinário arrebanhador de votos.

O outro grupo político que queria o apoio do religioso era liderado pelo então deputado estadual e médico Remi Tenório Maia, pelo Prefeito de Palmeira dos Índios, Juca Sampaio, e outras lideranças da época.

Filho natural de Penedo, Antonio Fernandes viveu em Chã-Preta até os cinco anos de idade. Aos dez anos foi levado para a Bahia, por padres franciscanos, de onde já retornou rapaz com aproximadamente vinte anos, instalando-se num morro, debaixo da caatingueira, no município sertanejo de Batalha. Ali, o beato começou a conquistar a fé das pessoas através de pregações e rezas. Na sua vida de verdadeiro monge, dormia em esteiras e se alimentava do que traziam para ele, bem assim como se vestia com roupas que pessoas da redondeza lhe doavam.

Chegou à Vila, que hoje tem o nome de São Francisco, em 1937, depois de sofrer perseguições em Batalha, causadas por inveja. Já em 1938 construía a primeira capela e a casa de morada, que era um pequeno orfanato e também lugar de orações, época em que fez realizar a primeira festa de São Francisco. Procurou desenvolver o lugarejo, que era um antro de prostituição e todo tipo de vício, transformando-o em um lugar de rezas, fé e romarias. Dotou o vilarejo de luz elétrica a motor e de um potente serviço de alto-falante.

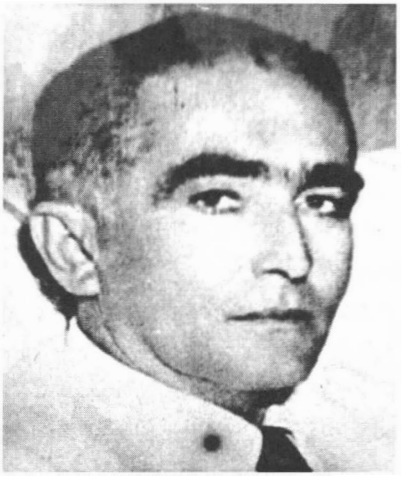
Conflitos religiosos com um padre chamado Moisés fizeram Franciscano abandonar a Vila e ficar durante quase um ano em São Paulo, em 1948, retornando em seguida, e dando continuidade ao seu trabalho.

Franciscano foi assassinado quando completaria 35 anos de idade, faltando apenas 15 dias, pois seu aniversário seria a 15 de agosto. Já cuidavam dos preparativos para a data. Inclusive, um boi de 25 arrobas já teria sido presenteado ao religioso para a festa natalícia, e dona Eurídice, esposa de Humberto Mendes, era quem cuidava da organização para os festejos.

Quando morreu, Franciscano já havia entregue a vila aos frades capuchinhos, e o provincial, na época, era Frei Otávio, pertencente aos frades da Província de Lucca, na Itália, ordem à qual pertencia Frei Damião. Tanto que hoje a Vila é dominada pelo Frei Fernando Rossi, que acompanhou Frei Damião ao longo de aproximadamente 50 anos.

Calculou-se em 20 mil o número de pessoas presentes ao enterro do religioso, que se deu na segunda-feira, 2 de agosto, na capela que ele construíra, na Vila São Francisco.

Tomba morto Joaquim Resende



Joaquim Cruz Rezende

Ex-Prefeito de Pão de Açúcar e chefe político da UDN, partido do governador Arnon de Mello, o delegado de Polícia Joaquim Resende foi assassinado no centro do povoado Tapera, hoje cidade, numa manhã de setembro de 1954, a tiros de parabelum, pelos irmãos Elísio da Silva Maia, então Prefeito, e seu irmão Luiz Maia, que alegaram viver sofrendo sérias perseguições da vítima. Inclusive, conforme declarações do próprio Elísio Maia, feitas na fase do inquérito policial, Resende vinha armando várias emboscadas para matá-lo. "Já não aguentava mais" – afirmou Elísio Maia, ouvido pela Polícia. Antes de responder ao crime, abandonou a Prefeitura e foi embora para o Sul do País.

Vereador assassinado em Arapiraca

Benício Alves

Integrante da UDN, em Arapiraca, partido que já não mais estava no Governo, por conta da derrota do candidato apoiado por Arnon de Mello (o professor e advogado Afrânio Lages), o vereador Benício Alves de Oliveira, membro de conhecida família de Craíbas dos Nunes, povoado pertencente, à época, a Arapiraca, foi morto numa emboscada, em 1956. O vereador, com a UDN derrotada, teve de enfrentar ferrenha oposição no município, batendo de frente com os integrantes do PSD, partido do então governador Muniz Falcão, que era, ali, liderado pelo deputado Claudenor de Albuquerque Lima. A base política do vereador assassinado era o então distrito de Lagoa da Canoa.

Deputado também é assassinado

José Marques

Como o vereador Benício Alves, o médico e deputado estadual José Marques da Silva também pertencia às hostes da UDN. Enfrentado opositores virulentos, o parlamentar teve o mesmo fim do vereador e companheiro de partido, sendo emboscado e morto com sete tiros – seis no coração e um na barriga, na principal praça de Arapiraca, que hoje tem o seu nome, na noite de 7 de fevereiro de 1957, na metade de seu mandato de deputado.

A morte de Marques da Silva foi o que se pode chamar de "morte anunciada", pois ele já a previa, avisado que era por amigos e correligionários, chegando a escrever uma longa carta, que se tornou célebre, lida por ele na tribuna da Assembleia, onde denunciava às autoridades do Estado e até ao Ministro da Justiça, que iria morrer. O seu assassinato, infelizmente, não foi evitado. O deputado Marques da Silva se fez acompanhar, por algum tempo, de um segurança, Floro Gomes Novaes, que se tornou mais tarde muito temido e famoso em Alagoas.

Tendo Claudenor de Albuquerque Lima acusado como mandante, líder que era do bloco do PSD, os pistoleiros Francisco e Antonio Cacheado foram os autores materiais, contratados,

segundo eles, por Lau Ferro, de Bom Conselho, para fazer o "serviço". Todos foram a julgamento, anos depois, sendo absolvidos.

Formado em medicina, na Bahia, mas filho natural do povoado Canudos, hoje cidade de Belém, pertencente, à época, ao município de Anadia, Marques da Silva chegou a Arapiraca no início de 1952, aos 27 anos de idade, estabelecendo-se ali com consultório médico e passando a ensinar no Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho.

Vale relembrar, por justiça à história, que, no Governo da UDN, isto é, de Arnon de Mello, a chefia política do município de Arapiraca foi entregue a João Lúcio, inimigo político e pessoal de Luiz Pereira Lima, chefe político oposicionista, pai do deputado Claudenor Lima, e um dos fundadores da cidade, que, na eleição de 1950, apoiou a candidatura do Dr. Luiz de Campos Teixeira ao Governo do Estado.

No livro *Episódios*, de Djalma Falcão, destacam-se trechos sobre esse caso, dando conta de que "na execução dessa tarefa, harmonizavam-se João Lúcio, o delegado de Polícia Vicente Ramos e o deputado Marques da Silva, um jovem médico que se apaixonara em demasia pela política. Segundo acusações dos adversários, Marques da Silva era o mentor das perseguições e violências policiais".

É, ainda, no livro *Episódios* que encontramos registros dessa natureza: "No dia 28 de abril de 1954, sem qualquer motivo ou explicação, a residência de Luiz Pereira Lima foi cercada pela Polícia do Major Vicente Ramos. Travou-se cerrado tiroteio, do qual resultou ser gravemente ferido o deputado Claudenor Lima, posteriormente hospitalizado em Recife".

Mais adiante: "Sem alternativa, uma vez que o governador Arnon de Mello mostrava-se impassível diante dos acontecimentos, Luiz Pereira de Lima, por instâncias de vice-governador Guedes

de Miranda e do deputado Aurélio Viana, foi obrigado a ausentar-se de Arapiraca. Viajou para a cidade de Águas Belas, na fronteira pernambucana, onde se homiziou durante algum tempo."

De acordo com Djalma Falcão, no seu livro, a ausência de Luiz Pereira Lima não apagou a fogueira acesa em Arapiraca. Seus amigos e correligionários passaram a ser hostilizados e submetidos a perseguições policiais.

"Segundo depoimentos de pessoas que testemunharam os acontecimentos – colhi-os em Arapiraca – o delegado de Polícia, cumprindo ordens de João Lúcio e de Marques da Silva, prendia e espancava pequenos agricultores e homens do povo que se proclamavam fiés à liderança de Luiz Pereira Lima. As mesmas arbitrariedades eram praticadas no distrito de Lagoa da Canoa, por ordem do vereador Benício Alves, amigo e correligionário de Lúcio e Marques da Silva" – está no livro *Episódios*.

Há outro registro interessante sobre o fato, no livro de Djalma: "O próprio deputado Claudenor Lima sofreu uma tentativa de assassinato, no sítio Riacho Gergetinga, onde o parlamentar foi emboscado. N'outra oportunidade, a fazenda de sua propriedade foi invadida por um contingente policial armado de metralhadoras. A Polícia, depois de revistar os moradores, assassinou Espiridião Fir mino, pelo simples fato de haver protestado contra as arbitrariedades praticadas pelos policiais".

Data de 4 de dezembro de 1956 a carta-denúncia do deputado Marques da Silva ao Presidente Nacional do seu Partido, a UDN. Há, nela, trechos interessantes e comovedores, senão vejamos: *"Cheguei a Arapiraca no dia 14 de fevereiro de 1952(é uma data que considero importante sublinhar) e ali iniciei meus trabalhos de médico, vendo minha atividade honesta coroada de uma compensação animadora. Ao lado do meu labor na Clínica, tentava realizar um trabalho de estruturação político-partidária em benefício do fortalecimento do meu Partido".*

Noutro trecho, o deputado lembrava que "perdemos em Alagoas as eleições para Governo no pleito de 1955. Não convém denunciar, aqui, as responsabilidades dessa decepcionante e inesperada derrota, e como resultado do nosso insucesso, foi eleito Governador das Alagoas um homem inescrupuloso, insensível e com evidentes marcas criminosas, que servido por uma "entourage" política da pior espécie, infelicita e degrada um povo" (o governador a que ele se refere era Muniz Falcão).

Lá pelo meio da missiva, o deputado destacava: "Por esse tempo, quando ocupava a tribuna da Assembleia, para ler uma missiva do Pároco de minha cidade, o deputado Claudenor Lima, mandante do atentado contra nosso correligionário, Major Vicente Ramos da Silva, em companhia de um capanga, de nome Calu, tentou ostensivamente assassinar-me, sendo detido nessa ameaça pela interferência dos colegas".

O trecho final da carta é demais emocionante e sensibilizador:

"Não ignoro, portanto, a trama que está arquitetada contra minha vida. A impunidade a um crime gera outros crimes. Essa regra não poderia ter exceção em Alagoas. Ontem, era sacrificado o vereador Benício Alves de Oliveira, e eu estou ameaçado do mesmo destino.

O Senhor governador foi e é conivente em todos esses crimes, de notória filiação política. Nem pode ele argumentar que não foi advertido, porque, por várias vezes, tive ensejo de prevenir, da tribuna da Assembleia, a marcha dos acontecimentos do meu município.

Estou agindo no cumprimento do mandato que me foi confiado pelo povo e tenho a consciência tranquila de não ter concorrido de nenhum modo para a desgraça política que pesa sobre Alagoas.

Prefiro morrer com honra a viver sem ela. Não deixarei meu Estado, nem abandonarei minha família e o povo que me elegeu para que, amanhã, meus filhos não tenham vergonha de ouvirem falar em meu nome.

Perdoem-me meus pais, minha esposa e meus irmãos por não lhes ter atendido no pedido para que me ausentasse de Alagoas.

Estou convencido de que meus sofrimentos só terminarão quando meus adversários consumarem seus intentos criminosos.

Se o ponto final dessa verdadeira tragédia for, como tudo indica, minha eliminação pessoal, desejo, apenas, que minha família sofra com resignação e cuide de meus três filhinhos, a fim de que, mais tarde eles possam fazer, por Alagoas e pelo Brasil, o que não me foi possível realizar.

Sei que esses crimes em meu Estado não serão punidos e que, depois de nós, outros tombarão. Tudo o que está acontecendo, presentemente, em Alagoas, faz parte de um programa, friamente esquematizado.

O sacrifício do saudoso vereador Benício Alves de Oliveira e o provável sacrifício de minha família não terão, certamente, o poder de emocionar o resto da Nação, como o martírio do Major Rubem Florentino Vaz, mas valerão como etapas na rude caminhada do aperfeiçoamento dos nossos caminhos políticos.

Essa, senhor Presidente, a confissão que me senti com o dever de transmitir à Direção Central do meu Partido, pedindo a V. Exª. que, consumado meu assassinato, encaminhe esse relatório à Justiça.

Cordialmente, Marques da Silva, médico e deputado estadual".

O tiroteio na Assembleia

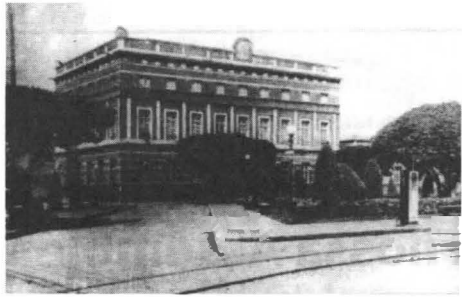


Foto do prédio em 1940, 1950 e 1959

Um carro preto, de uma funerária de Maceió, à frente de dezenas de outros veículos, num grande cortejo, conduzia o corpo do deputado estadual Humberto Mendes, 47 anos, assassinado na véspera, dentro da Assembleia Legislativa, durante tiroteio, quando os deputados se preparavam para votar o *impeachment* do governador Muniz Falcão, genro do parlamentar trucidado. Destino: Palmeira dos Índios, cidade natal da vítima, onde seria sepultado.

Era uma manhã de sábado, 14 setembro de 1957. Desde que o corpo saiu de Maceió, logo às primeiras horas do dia, pessoas das cidades, fazendas, sítios e pequenas povoações que ficam às margens da BR-316 se apinhavam na beira da estrada para ver o cortejo fúnebre passar, tão amplamente divulgado, desde a tarde anterior, pela Rádio Difusora de Alagoas, a única emissora de Maceió, à época. Assim que cessou o tiroteio, no plenário da Casa Tavares Bastos, a estação de rádio não parou de noticiar o fatídico acontecimento.

Depois daquele episódio sangrento, como alguns outros parlamentares que também se encontravam na Assembleia, naquele dia, Geraldo Sampaio não parou na sua vida política, e foi deputado federal,

duas vezes candidato ao governo do Estado, Conselheiro do Tribunal de Contas e vice-governador de Alagoas. Fundou o Grupo de Comunicação TV Alagoas. Já Oséas, foi deputado federal, em dois mandados, até ser cassado pela ditadura militar, no final da década de 60.

Tudo começou com o processo pedindo a cassação do governador Muniz Falcão, iniciativa de Oséas Cardoso, seu ferrenho adversário, e que liderava um grupo de mais 21 deputados oposicionistas. A alegação era de irregularidades no Governo e a falta de providências à situação de violência política no Estado.

aquele dia, Maceió, conhecida como a "cidade sorriso", amanheceu triste, sombria, sem graça, apreensiva e demonstrando medo. Assustadas, as pessoas nas ruas tinham semblantes carregados pela expectativa e pela ansiedade. A tensão era geral.

Era uma sexta-feira, 13 de setembro de 1957.

O suspense, a boataria popular, o clima de pânico já começavam a dominar o centro da cidade, logo às primeiras horas do dia. Existia razão para isso. O motivo era muito especial: estava para ser votado, na Assembleia, na tarde daquele conturbado dia, o *impeachment* do governador Sebastião Marinho Muniz Falcão. Desde as primeiras horas da madrugada, caminhões encostavam à porta de entrada do prédio da Assembleia Legislativa, descarregando sacos de areia, às vistas da tropa federal, que, por determinação do ministro da justiça, Nereu Ramos, aquartelara-se no prédio da Delegacia do Ministério da Fazenda (Tesouro Nacional), situada em frente à Assembleia, na Praça Dom Pedro II. As barricadas, com sacos de areia da praia (segundo a perícia, eram 72) empilhados atrás da mesa da Presidência, evidenciavam o desejo nítido dos parlamentares do bloco de oposição de ir ao confronto armado com os colegas governistas. Já às 9 horas da manhã a trincheira estava arquitetadamente pronta para o combate. O momento do conflito armado era aguardado. Dúvidas

não existiam que ali seria travada, não uma batalha de leis e discussões legislativas, mas, sim, uma sangrenta luta armada.

Na véspera, para comandar pessoalmente e orientar os deputados de oposição, em número de 22, contra apenas 13 do Governo, chega à Maceió o líder nacional da UDN, o senador baiano Juracy Magalhães.

Na parte técnica, tudo estava detalhadamente preparado, nos seus mínimos detalhes, para a cassação do governador. Na parte material, homens, armas e munições de fartura, preparados para a menor reação dos deputados governistas.

A partir das 14 horas, deputados começaram a chegar à Assembleia, formando grupos. O maior, reunindo 22 parlamentares, estava na sala da Presidência. Eram os deputados de oposição. Por volta das 14 horas e 50 minutos, chegaram ao recinto do Plenário os deputados Humberto Mendes, Luiz Malta Gaia, Abrahão Fidelis de Moura e Claudenor Lima, e o filho do primeiro, Valter Mendes. Todos usando capas amarelas e ocupando pontos estratégicos, de onde podiam atingir, com tiros, os colegas que estavam na reunião do grupo dos 22.

Debaixo de um sol causticante e uma temperatura elevada, atingindo os trinta e poucos graus, com um calor sufocante, todos os deputados governistas chegam vestidos de ternos e capas de Chantung por cima, para esconder as metralhadoras que portavam, enquanto no interior da Casa já estavam presentes todos os deputados de oposição, além do observador do Ministério da Justiça, Dr. Arnóbio Wanderley, e o general-senador Juracy Magalhães (todos protegidos pelos sacos que formavam a trincheira montada no período da manhã).

O deputado Humberto Mendes (PTN), sogro de Muniz e líder do Governo na Casa, avisara, assim que chegara ao prédio da Assembleia, subindo as escadarias, na presença de colegas parlamentares e profissionais de imprensa, que "eles (referindo-se aos deputados oposicionistas) só votarão o *impeachment* se passar por cima do meu cadáver".

Os sacos de areia empilhados em frente à mesa da Presidência, amontoados ordenadamente, formavam um muro numa altura de aproximadamente um metro e meio, para servir de proteção aos deputados, na batalha que estava para acontecer.

A sessão estava marcada para a hora regimental: 15 horas. Antes mesmo de ser iniciada, ouvem-se os primeiros disparos.

O primeiro a tombar ferido, com uma metralhadora engatilhada nas mãos, foi o deputado Humberto Mendes, que se arrastou, atirando, indo cair, morto, na sala do café, no mesmo pavimento, com a cabeça encostada na geladeira e a metralhadora ainda em punho.

Humberto Mendes se dirigia ao gabinete da Presidência, que ficava por trás da mesa dos trabalhos, com a metralhadora em punho, já engatilhada, quando recebeu o único tiro que o vitimou (um disparo de revólver, na nuca). Daí para frente foi uma sucessão de tiros incontrolável, um verdadeiro fogo cruzado, saindo do gabinete da Presidência contra o Plenário, e deste para a sala da Presidência. O deputado Claudenor Lima entrincheirou-se por trás do busto de Tavares Bastos, Abrahão Moura e outros deputados se protegeram com as bancas do Plenário, e Luiz Malta Gaia e Válter Mendes, filho de Humberto, na Sala das Comissões. O combate durou cerca de 40 minutos, sem interrupção. No inquérito policial, de acordo com a perícia da época, foram registrados 94 disparos durante o tiroteio, das quais 62 dentro do plenário, e 32 na Praça Dom Pedro II, que fica em frente ao prédio da Assembleia. Mas, na verdade, mais de mil tiros foram deflagrados, contando com os disparos feitos da parte externa do prédio da ALE, tiros vindos de outros prédios das proximidades, inclusive da torre da igreja Catedral e da Biblioteca Pública do Estado, onde havia homens (capangas) também entrincheirados.

O general-senador Juracy Magalhães, ao ouvir os primeiros tiros, disse, ironizando: "Havendo número legal, está aberta a

sessão", conforme ele lembrou, em 1985, em entrevista ao jornalista (repórter) Saulo Gomes, que cobrira o tiroteio para a Rádio Continental do Rio Janeiro, que recorda, hoje: "Vi Oséas Cardoso, conhecido deputado, que tem a cara de guerreiro, empunhando duas pistolas de grosso calibre, e, com incrível facilidade, atirava com as duas mãos".

O Presidente Lamenha Filho, pela primeira vez preside no Plenário da Casa uma "sessão" sem usar o microfone, pois seu comando agora é uma metralhadora. Os trinta e cinco deputados, assessores, funcionários, inclusive taquígrafos, repórteres, correm de um lado para o outro.

Tiros, gritos, confusão, gemidos, sangue derramado pelo chão e salpicado nas paredes, e um saldo de um deputado morto, cinco outros feridos, um jornalista – Márcio Moreira Alves, do "Correio da Manhã", do Rio, e um funcionário da Casa, Jorge Pinto Damaso, também atingidos pela saraivada de balas, dor, aflição, desespero e prantos.

Assim que cessou o tiroteio dentro do Plenário do Legislativo, começou uma segunda sessão de tiros, disparados da torre da Catedral, que fica do lado esquerdo do prédio de Tavares Bastos, onde continuava estendido no chão, com a cabeça encostada à geladeira da sala do café, o cadáver do deputado Humberto Mendes, os outros parlamentares feridos – José Onias, José Afonso de Mello, Virgílio Barbosa, Carlos Gomes de Barros e Antonino Malta –, o jornalista e o funcionário da Assembleia, à espera de socorro. Nesse momento, o fogo era cruzado, com homens atirando da torre da igreja e do prédio da Biblioteca Pública. Comentou-se seguramente que haviam pistoleiros ou guarda-costas (seguranças) entrincheirados nos dois prédios, trazidos que foram, do interior do Estado, por deputados.

Testemunhas da época atestam que os deputados que mais atiraram foram Virgílio Barbosa e Arnaldo Paiva, ambos da oposição, e não Oséas Cardoso, Claudenor Lima e Abrahão Moura, con-

forme foi amplamente divulgado. Inclusive, uma testemunha ocular do episódio sangrento, o fotógrafo do Jornal de Alagoas, Pedro Farias (morreu faz pouco tempo), garantiu que o tiro certeiro, que matou Humberto Mendes, foi disparado do revólver do deputado Virgílio Barbosa e não por Oséas Cardoso, que portava duas pistolas automáticas, segurando uma em cada mão.

Reforçando a afirmativa de colega, o jornalista Rubens Jambo (morto recentemente), e que cobria, também para o JA, os acontecimentos naquela fatídica tarde, recorda, em entrevista ao também jornalista Denis Agra (de saudosa memória) que o alerta para o tiro em Humberto Mendes foi dado ao deputado Virgílio Barbosa pelo também deputado José Onias, que saiu ferido, com um tiro no pulmão, e, na confusão, terminou embaixo de um birô. Virgílio também não escapou das balas e recebeu um tiro, que lhe atingiu o fêmur. Esse tiro teria partido do revólver do deputado Abrahão Fidelis de Moura.

Os outros foram, como José Onias (recebeu ferimento grave no tórax); José Afonso, (atingido na cabeça); Carlos Gomes de Barros (teve o pescoço atravessado por uma bala de metralhadora e ainda foi ferido na face esquerda); e Antonino Malta (foi ferido num braço e na região lombar).

Válter Mendes, posicionado num ponto estratégico, quando viu o pai tombar ferido, informado de que ele estava morto, foi agarrado na Sala das Comissões pelo deputado Siloé Tavares e pelo tenente Áureo de Azevedo França, chefe do polícimento interno da Casa, tendo havido forte discussão entre o deputado governista Ulisses Botelho e o deputado Siloé Tavares, oposicionista, no sentido de estabelecer um pacto de "não agressão". O cunhado do governador, portando uma metralhadora, tentava impedir a saída ou reação dos 22 deputados que estavam reunidos na sala da Presidência. Siloé e Áureo colocaram os seus revólveres nas costas de Válter,

ameaçando: "Se atirar, morre". Se Válter atirasse, mataria certamente os 22 deputados.

Um fato no mínimo curioso ocorreu em meio a toda aquela turbulência e tumulto generalizados. Foi quando o jornalista Cavalcanti Barros, do Diário de Alagoas, jogou-se do primeiro andar da Assembleia para a marquise, deixando surpreendidos todos os circunstantes. Com a queda, sofreu ferimentos leves. Já Rubens Jambo, do Jornal de Alagoas, que era cronista parlamentar da Casa, assim que os primeiros socorros médicos chegaram, não parava de gritar, à frente dos profissionais da medicina, apelando para que fosse evitada a deflagração de novos tiros, pois, a essa altura, o saldo era dos mais negativos, com um morto, feridos, o prédio danificado interno e externamente, além dos móveis do Plenário crivados de balas.

O Exército apreendeu metralhadoras, "Parabelum", revólveres 45 e 38 e bastante munição. Agora, os primeiros movimentos, mesmo de baixa tensão, foram realizados pelos jornalistas, que solicitavam a todo instante socorro médico para os deputados, procuravam auxiliar os feridos e, gritando nos corredores sua condição de profissionais da imprensa, possibilitaram a geração de um sentimento menos beligerante.

Antes do trágico acontecimento, houve manifestação popular, que percorreu as ruas do centro da cidade e ficou defronte ao prédio da Assembleia, pedindo, aos brados e discursos acalorados, que os deputados não votassem o *impeachment*. Deflagrados os primeiros tiros, houve correria na praça. Populares deitavam-se nas calçadas, protegiam-se por trás de árvores, procuravam se homiziar no interior do Parque Hotel, que ficava a poucos metros do prédio da ALE, do lado esquerdo, e algumas pessoas preferiram procurar os fundos da Casa Legislativa, o conhecido "paredão", onde se sentiam mais seguras. Bem que essas pessoas poderiam fugir daquele local, onde

se desenrolava uma das mais horrorosas cenas sangrentas de que já teve notícia Alagoas, mas a verdade é que o ser humano, movido por um natural sentimento de saber das coisas, de acompanhar curiosamente os acontecimentos, prefere, muitas vezes, arriscar a sua própria vida. Foi exatamente isso o que aconteceu naquele funesto entrevero: as pessoas, na ânsia de acompanhar o desenrolar dos fatos, preferiram correr o risco e não se afastar daquele verdadeiro "campo de guerra".

O *impeachment* do governador Iuniz Falcão foi antecedido de fatos sangrentos e administrativos que não se pode ofuscar historiando o sinistro incidente daquele distante 13 de setembro. O tiroteio na Assembleia foi precedido de acontecimentos outros que forçam inevitavelmente mencioná-los, senão a história sobre o caso perderia o seu real sentido e ficaria solta, evidentemente.

Os assassinatos do vereador Benício Alves de Oliveira, da UDN (oposição) em Arapiraca, trucidado a balas, numa emboscada, e do deputado José Marques da Silva, também da UD na mesma cidade, tendo também o deputado Claudenor de Albuquerque Lima, do grupo governista, como acusado de mandante (capítulos anteriores), aceleraram a crise política no Estado, iniciada logo após a posse do governador, em 31 de janeiro de 1956, quando foi instituída a chamada Taxa pró-Economia, Educação e Saúde, batizada pelo povo de Taxa do Açúcar, que incidia sobre os produtos básicos da produção estadual, a saber: açúcar, fumo, arroz e coco, visando fortalecer as fontes de arrecadação do Estado, que iria cobrar impostos de quem podia pagar. Não imaginava o governador que estava, com essa medida, assanhando uma casa de maribondos.

Logo no início do governo de Muniz, o seu vice, advogado Sizenando abuco, que obteve, segundo depoimento do próprio ao autor, 50.856 votos, contra pouco menos de 50 mil do gover nador, já que, de acordo com a legislação eleitoral da época, vice

também era votado, rompeu com o governador e passou a criticá-lo, tachando-o de desleal e incorreto para com ele. Lembrava que, na campanha, foi feito um livro de ouro para eleger Muniz, que estava sem condições financeiras de arcar com a campanha. Na divisão dos cargos de primeiro e segundo escalões, em número de 40, Muniz esqueceu o companheiro de chapa. Fez 39 nomeações. Quando faltava apenas uma vaga a preencher, consultara Nabuco, que dispensou e rompeu de imediato.

Eleito com o apoio de apenas 5, dos 35 deputados da época, Muniz tomou posse apoiado por 23 deputados, ficando a oposição somente com 12. Mas o quadro foi revertido dentro de pouco tempo, ficando o governador com 13 parlamentares na sua bancada, contra 22 da oposição.

Por ocasião do *impeachment* e célebre tiroteio na Assembleia, os 13 deputados da bancada governista eram: Jorge Assunção, José Bezerra, Antonio Moreira, Abrahão Moura, Claudenor Lima, Luiz Gaia, Ramiro Pereira, Humberto Mendes, Ulisses Botelho, Luiz Coutinho, Augusto Machado, Aderval Tenório e Luiz Resende. Já na oposição figuravam: Antonio Gomes de Barros, Carlos Gomes de Barros, Teotônio Vilela, Júlio França, Mário Guimarães, Geraldo Sampaio, Siloé Tavares, Oséas Cardoso, Otacílio Cavalcante, Virgílio Barbosa, José Onias, Lamenha Filho (Presidente da Casa), Machado Lobo, Edson Lins, Hermann Almeida, Arnaldo Paiva, João Toledo, Manoel Borges, José Afonso de Mello, Antenor Claudino, Antonino Malta e Antenor Serpa.

Quatro dias após o tiroteio, com proteção do Exército e num rigoroso esquema de segurança, é votado o *impeachment*, no Instituto de Educação, na Rua Barão de Alagoas, local que foi escolhido para as sessões da Assembleia, num Plenário improvisado. Um momento de emoção maior foi quando chegou, numa maca, o deputado Carlos Gomes, e votou SIM, sem falar, apenas com o

aceno da mão. Na segunda votação, ele já conseguiu balbuciar a palavra SIM.

Estava, assim, após duas votações, afastado do governo de Alagoas o ex-deputado federal pelo PSP Muniz Falcão, que, absolvido pela Justiça, voltou ao Governo quatro meses depois, no dia 25 de janeiro de 1958, completando o mandato em 31 de janeiro de 1961. O gatilho das metralhadoras falou mais alto no dia 13, impedindo uma votação normal.

Dos fatos que marcaram seriamente a convivência entre o Poder Executivo e o Legislativo, para desembarcarem no tiroteio na Assembleia, com o pedido de *impeachment*, o que foi considerado e utilizado como forte instrumento foi exatamente o que o grupo de oposição resolveu definir como o "atentado contra o livre funcionamento da Assembleia Legislativa".

O deputado Oséas Cardoso Paes, o mais rancoroso dos parlamentares que fazia oposição ao governador Muniz Falcão, considerado o seu crítico mais voraz e seu adversário ferrenho, resolveu apresentar, com data de 9 de fevereiro de 1957, denúncia (representação), no Plenário da Assembleia, no dia 23 de abril do mesmo ano, contra o governador, colocando-o como incurso em crime de responsabilidade, definido pela Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Nesse dia, a Assembleia Legislativa elegeu os integrantes da Comissão Especial que daria parecer à procedência da denúncia apresentada por Oséas Cardoso contra o chefe do Executivo estadual. Dela, faziam parte os deputados Hermann Almeida (Presidente), Edson Lins, Teotônio Vilela e José Onias, da UDN; João Toledo, PTN; José Bezerra, PSP; e Jorge Assunção, PTB. Para seu relator, escolheu-se o deputado Teotônio Vilela, que exercia a liderança da UDN na Assembleia Legislativa.

Já no dia 25 de maio, a Comissão Especial, aprovando o parecer do relator Teotônio Vilela, acolhe a denúncia como procedente.

Nessa tramitação, restava, agora, a aprovação da denúncia e a instalação do Tribunal Misto para o julgamento do governador.

Foi escolhido o dia 13 de setembro para a votação em Plenário, exatamente quinze dias após a denúncia ser julgada procedente. Ja dava para antever o desfecho turbulento que se daria no Plenário da Assembleia Legislativa. O que quase ninguém imaginava é que terminaria na tragédia que ocorreu.

Os dias que separaram o 28 de agosto do 13 de setembro já foram de expectativa, tensão, suspense e apreensão no cenário político de Alagoas. E, através dos diretórios nacionais dos partidos com representação na Assembleia Legislativa do Estado, diversos segmentos políticos do País tomaram conhecimento do que estava para acontecer em Alagoas. O próprio Presidente da República, Juscelino Kubitscheck, designou para Maceió, por meio do ministro da Justiça, Nereu Ramos, um observador daquele Ministério.

Não foi àtoa que o senador alagoano Freitas Cavalcante, no fim de agosto daquele ano, encontrou, em Recife, o jornalista Saulo Gomes e uma equipe da antiga Rádio Continental do Rio de Janeiro, e, se dirigindo àquele, disse: "Vá a Maceió no próximo dia 13, pois vais assistir uma batalha. Nós vamos votar o *impeachment* do Muniz Falcão, governador, nem que para isso tenha que morrer gente".

No longo parecer assinado pelo deputado Hermann Almeida, na qualidade de presidente da Comissão Especial de Inquérito formada para apurar o envolvimento do governador em atos de violência praticados por todas as partes do Estado, entre outras coisas é citado o "emprego de ameaças para constranger Juiz de Direito a deixar de exercer atos do seu ofício, emprego de ameaças a violências contra deputados estaduais, a fim de afastá-los da Assembleia e da coagi-los nos exercícios de seus mandatos, infração de lei federal de ordem publica e realização de despesas não autorizadas por lei".

Concluindo o robustecido parecer, Hermann de Almeida afirma que "face ao exposto, não há fugir à evidência da responsabilidade do senhor governador do Estado nos crimes compendiados na denúncia oferecida pelo senhor deputado Oséas Cardoso. Pelo que somos de parecer seja a denúncia considerada pela Assembleia Legislativa do Estado objeto de deliberação, prosseguindo nos termos ulteriores, na forma da lei".

A celebre carta – denúncia do deputado José Marques da Silva, cujo denso e comovedor conteúdo evidenciavam uma morte anunciada, datada de 4 de dezembro de 1956, dois meses antes de ser assassinado, é repleta de trechos que deixava explícito o quadro político alagoano: " ão ignoro, portanto, a trama que está arquitetada contra minha vida. A impunidade de um crime gera outros crimes. Essa regra não poderia ter exceção em Alagoas. Ontem, era sacrificado o vereador Benício Alves de Oliveira, e eu estou ameaçado do mesmo destino. O governador foi e é conivente em todos esses crimes, de notória filiação política".

Acusado abertamente e indiciado em inquérito como mandante do assassinato de Marques da Silva, o deputado Claudenor Lima desabafa, em contrapartida, em entrevista ao Jornal de Alagoas, edição de 26 de fevereiro de 1957: "Em qualquer situação e quaisquer circunstâncias, estarei com o governador. Estarei com ele, pois o meu caso pessoal, moral e político está ligado a ele". As declarações do deputado governista, ainda que não fossem intencionais, só vieram comprometer ainda mais a figura do Governador do Estado.

Em adiantamento a sua denúncia, o deputado Oséas Cardoso destacou, em 2 de maio de 1957: "Não restam dúvidas, portanto, quanto à co-participação do indiciado – governador Sebastião Marinho Muniz Falcão – no assassínio do deputado Marques da Silva e em outros crimes de natureza política verificados no Estado de Alagoas, durante o seu Governo".

O velho fotógrafo do Jornal de Alagoas, Pedro Farias, que esteve na cobertura do fatídico episódio de 13 de setembro de 1957, conversando com o autor deste trabalho de pesquisa investigativa, contou que chegou à Assembleia por volta das 14.30 horas daquele dia, acompanhado do repórter Rubens Jambo. Viu quando subiram às escadarias do prédio os deputados Humberto Mendes e Claudenor Lima, dois dos 13 parlamentares governistas, usando capas amarela por cima do paletó, e, ainda, o filho de Humberto Mendes e, portanto, cunhado do governador, Válter Mendes. Revelou-nos, ainda, Farias que na verdade os deputados que mais atiraram foram Virgílio Barbosa e Arnaldo Paiva, e não Oséas Cardoso, Abrahão Moura e Claudenor Lima, como pensa muita gente.

Enquanto isso, o jornalista Rubens Jambo (falecido) recorda que escapou por milagre no fogo cruzado na Assembleia: "Pulei um fogueira de costas, pois escapei de ser assassinado pelas balas que saíam dos diversos tipos de armas ali utilizadas. Uma ainda passou de raspão sobre minha cabeça" – lembrava o veterano homem de imprensa.

Recuando a história do *impeachment*, Jambo relembra que o "grupo dominante que influenciava em todo o Estado de Alagoas, formado de usineiros, começou e perceber um comportamento independente do governador Muniz Falcão, principalmente pela composição democrática que deu ao seu Governo, com elementos de diferentes Partidos e diversas correntes de pensamentos políticos, criando, aí, uma nova taxa para o preço do açúcar, o estopim de toda essa confusão".

Malgrado pensar assim, o calejado jornalista reconhece, no entanto, que o "pivô" de toda essa balbúrdia ocorrida na tarde de 13 de setembro de 1957, na Assembleia, foi, sem sombra de dúvida, o assassinato do deputado Marques da Silva, bem como o fato

de Muniz trazer para o PSP, partido ao qual era filiado, o deputado Humberto Mendes, seu sogro.

Acrescentou Rubens Jambo, concluindo suas afirmativas sobre o rumoroso acontecimento: "No dia 13 de setembro de 1957, os ânimos estavam exaltados deliberadamente pelos que se opunham ao Governo, voltado para a solução de alguns problemas sociais. Os desestabilizadores do poder destilavam as mais extremadas e radicais provocações contra Muniz Falcão, distorcendo fatos comezinhos, em graves problemas do Governo".

Afastado do Governo, vivendo no Rio de Janeiro enquanto o Estado de Alagoas era comandado por Interventoria Federal do Presidente Juscelino Kubitscheck, que designou alguém de sua confiança para a árdua missão, Muniz Falcão escrevia sérios artigos, no órgão "Associado" O Jornal, na antiga Capital Federal, dos quais transcrevemos o seguinte trecho: "Quando observei que não podia ser socorrido pela Justiça, em tempo útil, procurei convencer os meus adversários de que era preciso sobrestar o desfecho do processo e aguardar o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal. Autorizei gestões nesse sentido, as quais passaram a se desenvolver com bons prognósticos. Todavia, inesperadamente, os oposicionistas deliberaram ativar a luta, encaminhando-a para o seu desenlace, que haveria de participar de característica de violência".

Morre chefe da segurança da Assembleia

Menos de um ano após o tiroteio na Assembleia, quando o tenente Áureo de Azevedo França, chefe do Serviço de Segurança daquela Casa, desempenhou suas funções com eficiência e destemor, atuando durante todo o tempo com a disciplina e a altivez que levara do quartel, sem disparar um tiro sequer em todo o desenrolar do dramático acontecimento, tomba morto aquele militar, crivado de balas, na Rua São Francisco, bairro do Prado, onde residia, no dia 11 do mês de junho de 1958.

o momento do atentado, ferido mortalmente, Áureo passava em frente ao muro do Grupo Escolar José Maria Correia das Neves, acompanhado de uma filha menor de nome Neilte, e se dirigia para a sua residência. A garota teria, aflita, exclamado, em tom interrogativo: *"Por que mataram papai, se ele era tão bom?"*

Foram o tenente Áureo e o deputado Siloé Tavares quem dominaram, na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa, por ocasião do tiroteio naquela Casa parlamentar (já citado no capítulo anterior), o cunhado do governador Muniz Falcão e filho do deputado Humberto Mendes, Válter Tavares Mendes.

Exército atingido pela violência

Nem o Exército Brasileiro escapou da sanha dos criminosos que faziam (e ainda fazem) correr sangue em Alagoas.

Palmeira dos Índios vivia um dos piores momentos políticos de sua história.

No dia 24 de dezembro de 1958, o terceiro sargento do Exército Fernando Ferreira Costa, de aproximadamente 25 anos de idade, foi barbaramente trucidado à bala, com seis tiros de revólver, no centro de Palmeira dos Índios, no entroncamento das ruas Fernandes Lima com Tobias Costa (Pernambuco Novo), que dá acesso à Praça do Açude (Moreno Brandão), pelo pistoleiro João Vital dos Santos, com o envolvimento de três soldados da Polícia Militar, do destacamento local, que ofereceram cobertura para a prática do crime e para a fuga do principal acusado, tendo um deles disparado a sua arma contra a vítima, chegando, inclusive, uma das balas a atingir um menor que passava pelo local.

Identificados logo após a cena sangrenta, foram envolvidos os soldados Manoel Pereira da Silva, Benedito João dos Santos e Paulo Lourenço Alves.

O sargento Fernando fazia parte de uma guarnição do Exército que fora àquela cidade sertaneja garantir a segurança da população, que vivia intranquila e apavorada com o clima político reinante.

ma mulher do "baixo meretrício" local, de nome Gercina (Gercina Pereira da Silva), foi involuntariamente o pivô do audacioso assassinato. A mundana havia sido, por várias vezes, presa e

espancada pelo destacamento policial da cidade. Sentindo-se, segundo ela, perseguida pelos policiais, a exemplo de outras pessoas da cidade recorrera à proteção do contingente do Exército que se encontrava em Palmeira dos Índios, justamente para manter a paz e a segurança da sociedade. A mulher ficou homiziada no Quartel do Tiro de Guerra, onde o Exército montou temporariamente a sede do seu destacamento naquela cidade.

Somente saía do local acompanhada de um militar daquela Corporação. E foi numa dessas saídas que Gercina, acompanhada do sargento Fernando, encontrava-se no interior da loja Bezerra Gomes, na Rua Fernandes Lima, quando foi abordada por um soldado do destacamento da PM que queria prendê-la. Incontinênti, também chegaram ao local o ex-prefeito e chefe político do município, cunhado do governador do Estado, Robson Mendes, acompanhado de um segurança pessoal, João Vital. Houve um desentendimento entre Robson e o sargento do Exército, que afirmou estar cumprindo ordens superiores e não entregaria a mulher para eles levarem a presa. Chegaram mais soldados PMs, que conduziram a mulher até à viatura da Polícia, estacionada a alguns metros do local, exatamente no entroncamento das citadas ruas. O sargento Fernando, sentindo-se desmoralizado no cumprimento do seu dever, sacou uma pistola da cinta e atirou contra os pneus da viatura, que tinha o motor funcionando para a saída. Foi aí que João Vital atirou contra o sargento, seguido de mais tiros, e todos deixaram o local imediatamente, levando a mulher Gercina.

Passado algum tempo, todos os envolvidos tiveram prisão preventiva decretada pela Justiça Militar da 7ª Região, no Recife, cumprindo pena Robson Tavares Mendes e o pistoleiro João Vital dos Santos. Os soldados também foram indiciados no mesmo processo.

Médico assassinado em Maceió

Na tarde do dia 2 de março de 1959, uma segunda-feira, por volta de 2 horas e 30 minutos, em frente à Casa de Saúde Lessa Azevedo, na Rua Cincinato Pinto, centro de Maceió, sofreu atentado à bala o médico João Paulo de Miranda Neto, diretor daquela casa hospitalar, vindo a morrer 50 minutos após, exatamente às 15 horas e 20 minutos, quando recebia cuidados médicos.

O médico acabara de estacionar o seu veiculo à porta da Casa de Saúde, quando um homem magro, alto, aparentando vinte e poucos anos, dele se aproximou e disparou sua arma, por várias vezes, fugindo em seguida no próprio carro da vítima, que ficara com a chave na ignição e o motor funcionando.

No momento da partida, ainda passou por cima das pernas da vítima, que caíra na frente do veículo.

A polícia, numa ação rápida, tomou todas as saídas da Capital e, seguindo informações, dirigiu-se ao município de Atalaia, onde o veículo usado pelo criminoso foi encontrado, num pequeno matagal, na região do sítio Branca (hoje povoado). Daí para a identificação do assassino foi questão de horas. Ele foi preso, na madrugada seguinte, dormindo no mato, tendo ao lado a arma do crime, um revólver calibre 38. Tratava-se de José Miranda, um rapaz de conhecida família da cidade de Atalaia, cujo sobrenome nada tem a ver com o do médico assassinado.

Preso e conduzido para Maceió, confessou o crime, calmo e tranquilo, oferecendo a seguinte versão: há cerca de seis anos, sua

mãe, dona Anita Miranda, teria se submetido a uma melindrosa cirurgia com o doutor Paulo Neto. Esse teria deixado, naturalmente por descuido, o que não deixa de ser negligência, um pequeno rolo de gases no organismo de dona Anita, o que veio, com o tempo, a prejudicá-la sensivelmente. Numa nova cirurgia, no Recife, o material fora encontrado e retirado, mas ela morreu.

O rapaz, que ainda era menor de idade, cresceu alimentando ódio contra o médico, terminando por assassiná-lo.

Várias outras hipóteses foram levantadas nas investigações policiais para justificar tão frio assassinato, mas nenhuma delas encontrou provas suficientes para incriminar, de outra forma, o matador.

José Miranda foi condenado pela Justiça, cumpriu pena na antiga Cadeia Velha, como era chamada a Casa de Detenção do Estado, na Praça da Independência, tornou-se líder de movimentos de detentos, no presídio, e, anos depois, livre da sentença a que foi submetido, deixou Alagoas, indo se radicar no Sul do País, onde vive ainda hoje.

O médico Paulo Neto, egresso da cidade de Garanhuns, Pernambuco, onde nasceu numa família de onze irmãos, foi o fundador da Casa de Saúde Lessa Azevedo, que hoje tem o seu nome.

Morte de Zeca Leôncio

José Leôncio da Silva, ou simplesmente Zeca Leôncio, era uma figura conhecidíssima em Palmeira dos Índios. Trabalhava na profissão de construtor e era compadre e amigo do então Prefeito Robson Mendes. Por discordância política com o compadre, passou a ser dele adversário, votando evidentemente em outros candidatos.

Na noite de 19 de março de 1960 foi sequestrado quando voltava para casa, sendo encontrado morto, dias depois, nas divi-sas de Bom Conselho, em Pernambuco, com Palmeira dos Índios. O cadáver apresentava sinais de sevícias, tendo os olhos e a língua arrancados, braços mutilados e o ventre, rasgado à faca-peixeira, ex-posto para os urubus.

Os irmãos Alba (primeira-dama de Alagoas) e Válter Mendes foram, segundo a crônica policial da época, os suspeitos como mandantes do cruel assassinato. Leôncio teria difamado a família Mendes, no salão do barbeiro Adão, no centro da cidade.

O padre e o compadre

Com esse título, o juiz de Direito Cyro Rocha (falecido) escreveu uma crônica, publicada no início da década de 60, em jornais de Maceió, narrando o episódio envolvendo um padre, um compadre e a esposa deste, que era naturalmente comadre do padre. Lembra o advogado Moura Rocha, em seu livro de memórias, que "a crônica contém alguma ficção, mas os fatos, em essência, são reais e dizem respeito ao nosso primeiro processo-crime de repercussão, perante o Tribunal do Júri de Maceió".

O fato é que a mulher "Netinha", esposa de Denis Barbosa, como era carinhosamente chamada, cometera adultério com o padre Humberto de Araújo Cavalcante, recentemente falecido. O marido os flagrara no quarto de casal de sua residência, na Rua Íris Alagoense, bairro do Farol. Não contendo o impacto emocional e, no ímpeto de homem traído, desfechara, ali mesmo, vários tiros contra a mulher, matando-a. O padre evadira-se subitamente do local.

Puro caso passional.

Era o ano de 1960.

No dia 31 de dezembro de 1961, tendo como advogado de defesa o criminalista José Moura Rocha, Denis é absolvido no Júri Popular por 4 x 3. A tese levantada pelo defensor foi de legítima defesa da honra.

Calheiros matam deputado

Eleito pela região de Flexeiras, o jovem deputado Austeclínio Lopes de Farias Júnior, que descendia de ilustre e tradicional família de Pernambuco, com parentes no município de Flexeiras, foi assassinado pelos irmãos Paulo e Ernesto Calheiros, e ainda um primo, de nome Ermano Calheiros, num anoitecer, no centro daquela cidade, em 1960, por questões políticas.

Austeclínio teria chegado à Assembleia, num movimento das classes trabalhadoras e com irrestrito apoio da juventude da região.

Prefeito assassinado em Olivença

Com várias intrigas contraídas, quer no campo político, quer no campo pessoal, o primeiro Prefeito eleito de Olivença, Gilberto Vieira de Oliveira, foi assassinado no centro da cidade que administrava, a tiros de revólver, no dia 6 de fevereiro de 1961.

Irmão de Enéas Vieira, que mais tarde se tornou Prefeito e também foi assassinado, ambos acusados de participação na morte de Ulisses Gomes Novaes, em 1951, pai de Floro Gomes Novaes, que se tornou famoso como o "pistoleiro vingador" ou o "pistoleiro sem mácula", Gilberto era dono do único Cartório do município, que ficou para a viúva, dona Lourdes Oliveira, pessoa bastante conhecida e de uma família de largo conceito na região.

Deputado assassinado em Maceió

Ex-Prefeito de Mata Grande, o deputado estadual Moacir Peixoto foi assassinado no centro de Maceió, na Rua do Comércio, depois de deixar o prédio da Assembleia Legislativa, no dia 7 de dezembro de 1961, a tiros de revólver, por dois jovens, menores de idade, filhos de Eustáquio Malta e seu empregado Napoleão, ambos também assassinados em Mata Grande, em 3 de outubro de 1950, dia de eleição, numa tragédia que abalou o Estado e ganhou manchetes de revistas e jornais do País.

Recuando na história, onze anos antes da morte do deputado Peixoto, em 1961, exatamente em 3 de outubro de 1950, vamos encontrar a chacina de Mata Grande, patrocinada pelo então governador Silvestre Péricles de Góis Monteiro, que, durante toda a campanha daquele ano, prometia violência contra a oposição, estando Mata Grande em sua mira, onde o Prefeito Moacir Peixoto era o chefe silvestrista, portanto, leal e fiel correligionário do governador.

Enquanto Silvestre governava o Estado, amparado no prestígio do general Góis Monteiro, seu irmão, o senador Ismar, outro dos irmãos, fazia-lhe vigilante e ferrenha oposição, junto a outro irmão, Edgar, ex-governador de Alagoas e ex-presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, em nível nacional.

Tanto que, na noite do dia 2 de outubro, por volta de 9 horas, Ismar tomou um jipe em Maceió, onde já se encontrava há alguns dia

emprestando solidariedade aos correligionários de Arnon de Mello, inimigo figadal de Silvestre, e partiu para Mata Grande, de onde o tribunal Regional Eleitoral já havia recebido alarmantes telegramas dos irmãos Malta, que presidiam os diretórios da UDN e do PSD, partidos que apoiavam a candidatura de Arnon, ao Governo do Estado, contra o candidato de Silvestre, Luiz de Campos Teixeira.

A situação de violência política em Alagoas chegara a tal ponto, naquele ano, que todo o Brasil começara a tomar conhecimento do tenebroso quadro, cujo protagonista, o próprio governador, fazia questão de mandar recados atrevidos a inimigos e adversários políticos e não se cansar de dizer, inclusive em entrevistas, que "sou rápido no gatilho e quem investir contra mim estará lavrando a sua própria sentença de morte. Pode mandar rezar, antecipadamente, a missa de sétimo dia". E, nas suas ameaças, Silvestre intempestivamente declarava: "Ate agora só morreu gente do meu lado. Quando principiar a morrer gente do lado deles, não se queixem". Ele costumava fechar suas afirmativas sentenciando: "O sangue correrá em Alagoas".

Foi alertada por esse clima de turbulência que a revista de maior circulação, à época, no País, "O Cruzeiro", enviou a Alagoas o repórter Luciano Carneiro, que viajou para a cidade de Mata Grande tão logo aqui desembarcou.

Na sua reportagem, publicada em "O Cruzeiro", edição de 21de outubro de 1950, sob o título "Correu sangue em Alagoas", focalizando, principalmente, o episódio de Mata Grande, no dia das eleições daquele ano, Luciano transcrevia o testemunho do senador Ismar de Góis Monteiro: "Aqui cheguei às 8 horas e 15 minutos desta manhã (3 de outubro), tendo logo após falado com o senhor Antonino Malta, presidente do diretório da UDN, que me mostrou um documento de pessoa digna de toda fé, denunciando um plano sinistro para a eliminação desse senhor. Conversamos um pouco e combinamos fazer as eleições num clima de calma. Às 8 horas e 30

minutos, mais ou menos, fui avisado que o senhor Eustáquio Malta, presidente do diretório udenista e irmão de Antonino, estava sendo insultado e provocado na rua".

E, assim, com detalhes, prosseguiu o senador no seu testemunho sobre a tragédia daquele fatídico dia de eleição, falando, inclusive, sobre as vítimas, que viu tombarem ao solo, já sem vida, e outras morrendo depois, fato que já descrevi no capítulo "Derramamento de sangue em eleição".

Recorda o advogado José Moura Rocha, em seu livro de memórias: "Passaram-se doze anos, até o dia 1° de abril de 1962, um domingo, quando a Gazeta de Alagoas publicou o seguinte título principal, em duas linhas – Foram onze anos de dolorosas recordações revividas num dia: Matar para não morrer – seguido da informação principal em uma única linha: Urbano: levado a crime por culpa de impunidades".

Após a chacina de Mata Grande, o então Prefeito Moacir Peixoto exilara-se no estado de Goiás por um período de aproximadamente sete anos; quando voltou a Alagoas, retomou seu domínio político em Mata Grande e elegeu-se deputado estadual.

Os jovens Urbano Eustáquio de Albuquerque Malta, 20 anos, e Gerson Henrique de Souza, 19, filhos de Eustáquio Malta e Napoleão Henrique de Sousa, este empregado do primeiro, naturalmente recordando a infância atribulada, na orfandade, diante da impunidade reinante, resolveram matar o homem que foi o protagonista de toda a tragédia ocorrida no 3 de outubro de 1950 e que teve como mentor a figura do próprio governador do Estado.

E, assim sendo, escolheram o dia 7 de dezembro de 1961 para assassinarem o deputado Moacir Peixoto, quando saísse da Assembleia Legislativa, naquela tarde.

Peixoto passava em frente à antiga Farmácia Minerva, quando foi atingido por uma saraivada de balas, deflagrada pelos dois

rapazes, que, de armas em punho, correram em direção ao Bilhar do Comércio, que ficava onde funcionou até bem pouco tempo as Lojas Brasileiras, sendo presos em flagrante, enquanto o deputado, corpulento, ficara estendido na calçada, ensanguentado, já sem vida.

Menos de dois anos depois, os rapazes foram submetidos ao júri popular, tendo como presidente do julgamento o juiz José Pantaleão Neto, sendo designado para curador dos menores de 21 anos o advogado José Moura Rocha, e, ainda, os também advogados Hebel Quintella e João Teixeira Cavalcante compondo a defesa. A tese levantada foi legítima defesa natural, absolvendo os réus por unanimidade.

"O vingador do sertão"

Valderedo e Jurandir

Valderedo – "O vingador do sertão".

A partir de 1962, e durante todo o resto da década de 60, esse nome, completado por essa simpática legenda que mais parece título de filme do velho Oeste americano, passou a ser ouvido, conhecido e comentado por homens, mulheres, rapazes, moças, velhos e meninos que habitavam as terras áridas e quentes do sertão das Alagoas. não havia uma pessoa daquelas bandas que, pelo menos, nunca tivesse ouvido falar do homem que matava por vingança, que tinha terras naquelas quebradas de caatingas, abandonadas, e que vivia metido no miolo da caatinga seca, misturado com os animais selvagens, alimentando-se de raiz de umburana, farinha de mandioca e rapadura, que sempre trazia no fundo do "bornal" de couro cru.

Por todas as partes, na caatinga ou nas cidades, nas vilas, lugarejos, arruados e povoações, por onde se passasse, o nome de Valderedo, como outro igualmente tão conhecido – o de Floro –, estava sendo elogiado, criticado, lembrado ou, quando não, no mínimo, sendo alvo de algumas leves considerações por parte do povo sertanejo, que o admirava, e sobre quem contava histórias as mais esdrúxulas, histórias absurdas, aventuras esquisitas e inacreditáveis,

coisas e fatos os mais desencontrados e pitorescos, geralmente carregados de um apimentado temperozinho de exagero, muito comum e próprio do misticismo da gente nordestina.

Mas não era só no sertão. Toda Alagoas passou a ouvir falar do "Vingador do sertão".

Quem era, afinal, essa figura que passou a ser idolatrada, querida por uns, odiada por outros, mas respeitada por todos?

Valderedo Ferreira Ramos era um médio fazendeiro na região de Várzea de dona Joana, município de Poço das Trincheiras, no alto sertão alagoano. Até 1959 era um homem pacato, trabalhador, amigo de todo mundo da redondeza, vivendo da roça e da criação de gado. É quando, em janeiro daquele ano, na fazenda dos Marinhos, perto da Várzea, Valderedo e seu irmão Amarílio, montados em cavalos, sofreram uma emboscada. Dirigiam-se à cidade de Santana do Ipanema, levando dinheiro para comprar um caminhão. De repente, homens saltaram de dentro da caatinga e dispararam vários tiros contra eles. Foi o próprio Valderedo que contou a este jornalista, numa entrevista que com ele fiz, para o jornal Tribuna de Alagoas, onde eu trabalhava, em maio de 1986, que "estávamos desarmados, e rolando em cima da cela, fugimos nos animais. Ninguém saiu ferido, mas escapamos por um milagre".

Prosseguindo, disse Valderedo que esses elementos eram seus cunhados e primos, irmãos de sua esposa, e pistoleiros da região, capangas deles. Queriam, segundo Valderedo, "roubar o dinheiro que levávamos para comprar o carro, enterrar a gente no mato, e ficar sem saber quem foi. Tudo isso a mando do meu sogro, o velho Josias. Somente foi descoberto que foram eles porque o rastro foi seguido com as marcas pegadas na areia branca da terra, até o terreiro da casa onde eles moravam" – acrescentou o entrevistado. "No mesmo dia – continuou Valderedo – fugiram da Fazenda e perma-

neceram fora por alguns dias, com medo, porque não conseguiram nos matar daquela vez".

Pronto: a partir daí, Valderedo Ferreira, que até então, conforme já dissemos, era um homem pacato, sem encrencas, vivedor, homem de negócios, preocupado com suas terras (eram mais de 800 tarefas e cerca de 100 cabeças de gado), começou a pensar diferente e a se preparar para o "primeiro encontro que tivéssemos e recebêssemos provocação".

Quando chegamos para entrevistar Valderedo, depois de rodarmos uns 60 quilômetros em estrada de barro, no meio da caatinga, montados no carro de reportagem da Tribuna, percorrendo estradas de pedregulho e muito acidentadas, vencendo intermináveis cercas de labirinto, no meio daquele sertão "brabo", ele estava sentado numa cadeira de balanço, no alpendre da casa, com uma pistola de um lado e um revólver do outro, num pé de serra, na região da Várzea. Paramos o carro no pátio do casarão de amplos alpendres. Éramos cinco: eu, o repórter-fotográfico Josival Monteiro, o motorista e mais duas pessoas acompanhantes, que serviam de nosso guia na espinhosa missão de entrevistar o mais sagaz e temido dos matadores do sertão, há 50 anos. Esses guias, o meu amigo Francisco Rocha e sua esposa, que era da região, filha de um dos melhores amigos de Valderedo, Ronalso Vanderley, foram quem contactaram com o temido "Vingador do Sertão", acertando a entrevista.

Ouvi do próprio Valderedo, antes de se começar a entrevista, que eu o avisei ser apenas uma conversa franca, aberta, coerente e honesta sobre sua vida, seu passado de crimes e violência, suas aventuras amargas, sua família e suas perspectivas para o futuro na sua volta a Alagoas, 20 anos depois, quando todos os processos contra ele já estavam prescritos: "Eu aceito tranquilamente ser entrevistado, só não gosto de certos jornalistas que usam os

jornais para mentir, dizer coisas absurdas e inventar histórias que nunca aconteceram".

Até então Valderedo só havia sido entrevistado uma vez em toda sua vida. O repórter (jornalista) Tobias Granja, em setembro de 1964, o localizou, também dentro da caatinga, por meio de amigos, tendo com ele longa conversa. "Menino bom aquele (Tobias), não devia ter morrido do jeito que morreu. Covardia de malvados pistoleiros, bandidos e safados" – afirmou Valderedo, recordando o Tobias, e lembrou: "Foi a última vez que eu o vi foi quando ele me entrevistou, a pedido do seu Ronalso" (Ronalso Wanderley).

Acusado de ter matado mais de cem pessoas, ele nega, mas entra num amargo e duro relato sobre as perseguições que sofreu, e quando iniciou seu rosário de crimes, caracterizando-o como o "Vingador do Sertão".

Do dia da primeira emboscada, em janeiro de 1959, para uma nova investida, passaram-se quatro anos. Valderedo deixou de ser aquele homem tranquilo de antes, sem maldade – conforme ele próprio afirma – e passou a viver em permanente expectativa e tensão. Comprou um revólver da marca Smith & Wesson, munição em fartura e um rifle cruzeta. O revólver, até o momento desta entrevista, ainda era o mesmo. Só o retirava da cintura para tomar banho ou para dormir.

Numa manhã de sábado, como outra qualquer, pelas 9 horas do dia 11 de agosto de 1962, Valderedo, o filho José Ferreira Ramos, de 13 anos, e o Irmão Amarílio Ferreira, além de cinco outras pessoas, viajavam numa camionete, dirigida por Valderedo, com destino à feira de Poço das Trincheiras, quando, ao descerem uma ladeira e passarem por perto de umas pedras, num raso de catingueira, foram abordados por vários homens armados de mosquetão, que estavam escondidos por trás dos lajedos, na espreita. Eram os cunhados, primos e o sogro de Valderedo.

Houve cerrado tiroteio. Mais de 50 tiros foram detonados. O carro ficou rendado de balas e atravessado na estrada. Valderedo sacou do seu Smith & Wesson e disparou toda a munição do tambor. Não pode remuniciar. Com uma bala alojada nas costelas ("nunca tirei, nem nunca vou tirar. É uma lembrança daqueles tempos duros" – diz ele), Valderedo conseguiu fugir por dentro da caatinga, rasgando o peito nos xique-xiques e mandacarus. No local, ficaram mortos seu filho, seu irmão e os cinco passageiros da camionete. Recorda Valderedo que era uma menina, uma mulher e três homens "que havíamos apanhado na estrada".

– Entrei no mato, todo ensanguentado, com o revólver sem munição, e passei pela casa do seu Ronalso (Ronalso Wanderley). De lá, fui embora – conta Valderedo.

Diz Valderedo que não procurou hospital, pois os bandidos tinham prestígio, e onde ele estivesse, em alguma cidade da região, eles o mandariam matar. Medicou-se no mato, recebendo auxílio de amigos. Os saqueadores – assim qualifica Valderedo – foram acobertados por Adeildo epomuceno (assassinado em 1977) e pelo deputado Siloé Tavares (morreu de doença). Esse, Valderedo não esconde que tinha muita vontade de matá-lo. "Mas o peste era difícil de ser visto fora da cidade, e sempre bem acompanhado por guarda-costas. Fui embora e nunca pude botar no Siloé".

Escapou. Do Adeildo, "eu não tinha ódio, porque ele deu cobertura, mas parou por aí, enquanto o Siloé, não, atiçava, incentivava os bandidos para me matar".

Desde o balaço que sofreu, quando perdeu seu filho de 13 anos e o irmão, Valderedo se embrenhou na caatinga, ali permanecendo por sete longos e tenebrosos anos, "onde provei de tudo que era ruim, porque bom mesmo não tinha nada" – destaca ele.

Com pouco tempo que estava vagando pelas caatingas, sem rumo nem prumo, já tendo, inclusive, vendido boa parte do gado para se manter nas longas caminhadas, subindo e descendo serra, sem sossego nem guarida, montou uma tocaia, no pé de uma cancela, na Várzea de dona Joana, e matou Marinho, seu cunhado e primo legítimo (os pais eram irmãos). Valderedo estava entrincheirado, com três homens de sua confiança. Marinho vinha distraído, acompanhado de dois capangas. Os dois correram. Marinho ficou estendido no meio do caminho, sem vida.

Um cunhado de Marinho e primo de Valderedo, Renato, que participou da emboscada em que morreram o filho e o irmão de Valderedo, se apresentou à Cadeia de Santana, e ficou preso, juntamente com um irmão. "Esse, mataram pouco tempo depois que estava preso. O Renato morreu dentro da cadeia, numa invasão ao prédio do Governo. Três homens entraram armados, renderam o soldado de plantão, e assassinaram Renato, na cela, enquanto seu irmão ficou baleado. Foi morto, seis meses depois, em Caruaru" – relata Valderedo.

Apesar dos indícios darem conta de que quem praticou essas mortes foi Valderedo, este se defendia dizendo que "não, eu mesmo, não, nem sei quem foi".

Quando eu lhe perguntei: O senhor é acusado de mais de 100 mortes durante o tempo que passou foragido dentro do mato. Isso é verdade?

– Coisa nenhuma. Eu nem lembro bem, isso foi exagêro da imprensa, na época. Eu matei... um, dois, três... não sei.

Num dia de feira, no caminho do Poço das Trincheiras, é assassinado Josias Ferreira, tio e sogro de Valderedo, pai dos cunhados do "Vingador do Sertão", que, por sinal, estava também no atentado em que morreram o filho e o irmão de Valderedo. O velho foi morto juntamente com o burro que o transportava para a feira. Com ar

de graça e ironia, Valderedo esboça leve sorriso e demonstra satisfação ao falar sobre esse caso, resumindo: "Josias foi morto com burro e tudo".

Valderedo para um pouco de falar, pensa em alguma coisa, balança com a cabeça num gesto afirmativo, pensativo, e recorda: "Em 1962, eu tinha duas fazendas de gado, com 800 vacas, garrotes, vinte e quatro bois de carro, duzentas criações de ovelhas e uma camionete".

Depois, acende mais um cigarro, dá umas duas tragadas, fita-me, e volta à sua narrativa: "Eita tempo duro, aquele, tempo de bicho brabo. No meio do mato, chegava, às vezes, a ficar três dias sem comer e sem ver ninguém oito a dez dias. Era uma vida muito séria, não era brincadeira".

Normalmente, andando pelas serranias e serrotes, dormindo em furnas de pedras ou debaixo de paus, em rede armada, conduzia o seu arsenal, formado de um mosquetão (MB–1908, arma do Exército), o seu inseparável revólver Smith & Wesson calibre 38, muita munição, um punhal e uma pistola calibre 45 (também de uso do Exército), que recebera do seu amigo José Fernandes, de Palmeira dos Índios. Carregava sempre as duas armas (a pistola e o revólver), que nos mostrou, durante a entrevista, sendo fotografado com elas nas mãos.

Valderedo percorreu, durante os sete anos que viveu no meio das caatingas, todos os Estados do Nordeste, exceto o Maranhão. Esteve na Paraíba (várias vezes, escondido), Pernambuco, Bahia (ali conheceu Antonio da Dina, famoso bandoleiro, filho de Água Branca, que vivia naquele Estado há muito tempo), Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas (somente até Palmeira dos Índios. Nunca desceu para a zona da Mata).

Entre tantos episódios ocorridos com ele, no mato, procurando ora se homiziar na casa de um amigo, ora na casa de outro, tendo recebido apoio, tantas vezes, dos Godoy, de Garanhuns, por quem demonstrava profunda estima e gratidão, Valderedo fala de

um que confessou ter lhe marcado profundamente. Estava na fazenda Lageiro Bonito, de Aldemar Medeiros, "o maior amigo de todos os tempos que eu já tive, pois sei que ele seria capaz de morrer por mim e eu morreria por ele" – salienta. Eram 3 horas da manhã, dormia numa rede, e um amigo, Moacir Valença, em outra, quando o meu cachorro latiu: Moacir ouviu o manejar de uma arma, presumivelmente fuzil. Pulou da rede, se entrincheirou por trás de uma umburana e deu um tiro de mosquetão, sem saber em quem, a esmo. Foi aí que ouviu uma rajada de metralhadora com nada menos de duzentos tiros.

– Fugi, juntamente com o meu amigo Moacir. E dessa vez fui parar na Paraíba. Lá, fiquei por algum tempo, sempre no mato – assinala Valderedo.

as suas andanças pelas caatingas, os deslocamentos eram feitos a pé, em lombo de animais, em cima de cargas de caminhões, encoberto por lona, e, vez por outra, viajava de jipe.

Para Valderedo, a pior época para ele era o inverno. "O sofrimento dobrava... era um sofrimento brabo, ô sofrimento da peste!"

Com a polícia, houve apenas dois tiroteios. Disse que não gostava de trocar tiros com polícia. "Polícia é polícia, e eu não brigo com polícia". Ele estava numa casa de fazenda, certa feita, e a polícia disparou mais de 100 tiros em direção à residência. "Eu fugi quando conheci que era a polícia. Ela queria me matar, não era me prender. Os políticos de Santana mandavam a polícia me matar".

– Como era mesmo sua vida antes de entrar no mundo do crime? – indaguei.

– Ah! Era uma vida normal, voltada toda ele para o trabalho e para a luta pela sobrevivência. Eu levei toda minha vida, até os 30 anos de idade, trabalhando. Fui caminhoneiro durante 14 anos,

viajando para São Paulo e Recife. Quando estava em casa, cuidava das criações de gado, do cercado, fazia negócios nas feiras de gado... era uma vida assim.

Contou Valderedo que tinha 18 anos incompletos quando foi "sorteado" para o Exército. Veio para Maceió se apresentar. Assentou praça no 20º Batalhão de Caçadores. Ficou no Exército pelo período de quase dois anos. "Não nego. Aprendi muita coisa e muita tática no Exército, que vieram a me servir depois, quando já estava embrenhado no mato, naqueles sete anos de sofrimento".

Por Valderedo ter a fama de bom atirador, tido como um dos melhores que já deu no sertão de Alagoas, perguntei se, no Exército, ele cuidava das armas. Respondeu incontinênti: "Não, eu cuidava dos cavalos. Era o que sabia fazer melhor naquele tempo. Depois, aprendi a mexer com arma. Hoje, não, mas no tempo de mato, eu desarmava qualquer arma de grosso ou fino calibre".

Em meados do mês de abril de 1964, Valderedo foi procurado pelo seu compadre Zezinho Camilo, fazendeiro no município de Poço das Trincheiras, que lhe propunha que se entregasse ao delegado Rubens Quintela, da Polinter, e respondesse aos processos preso, se livrasse e ficasse um homem sem contas com a Justiça. Valderedo, pela confiança que afirmava ter no seu compadre Zezinho, resolveu aceitar.

Ficou combinado que a apresentação seria na própria casa de Zezinho Camilo.

Valderedo guardou as armas em casas de amigos, vendeu alguns garrotes que ainda restavam em sua propriedade, e, no dia e hora marcados, foi para a casa do seu compadre. Lá chegando, já encontrou Floro e o delegado Rubens Quintela. Entregou-se.

Trazido para Maceió, num jipe da Secretaria de Segurança Pública, foram colocados na antiga Penitenciária do Estado (conhecida como cadeia velha), que ficava onde hoje é o estaciona-

mento de carros e barracas de artigos populares, em frente ao quartel-geral da Polícia. Ali, Floro e Valderedo permaneceram apenas 14 dias. Foram recambiados para Santana do Ipanema, onde ambos respondiam processos–crimes.

Numa tarde quente de outubro daquele mesmo ano, depois de seis meses e vinte e oito dias na cadeia, dos quais seis meses e quatorze dias em Santana, "esperando algum favorecimento da Justiça, mas sem aparecer nada, tudo parado, e a gente sofrendo, sem liberdade" – revela Valderedo – "resolvemos fugir da cadeia".

– Eu estava armado com meu revólver Smith & Wesson, escondido, bem escondido; falei com o cabo Xavier para ir encontrar uma mulher no pátio da Delegacia, a uns 50 metros. Ele permitiu. Chamei Floro, ele me acompanhou, e fugimos à luz do dia. Levamos mais dois presos com a gente. Foi a primeira e a última vez que fui preso. "Caímos na caatinga, anoitecemos longe".

Disse-me Valderedo que, dessa vez, viajou para Minas Gerais, Ceará, Paraíba e Bahia. Floro tomou outro rumo. Os outros presos se dispersaram. "Eu queria responder aos meus processos direitinho, mas conheci que não estava havendo interesse nenhum para os processos andarem. Tudo parado, e nós mofando na cadeia. Não tinha outra alternativa senão fugir".

Sobre o delegado Rubens Quintela, Valderedo disse tratar-se de "um homem de bem, ótima pessoa. Não me perseguiu nem nunca me maltratou. Alias, tratava a gente com muito respeito e decência. Fomos conversando durante toda a viagem, entre o Poço das Trincheiras e Maceió, quando íamos presos".

– Como e onde o senhor conheceu Floro?

– Conheci Floro através de amigos meus e dele, na divisa do sertão de Alagoas com Águas Belas, pouco tempo antes de a gente ser preso, ter se entregado ao delegado Rubens Quintela. Floro era um rapaz bom, mas muito perigoso. Não merecia confiança. O meu

conhecimento com ele foi só durante dois anos. Nesses dois anos, eu somente ficava com ele dois ou três dias, no máximo. Evitava permanecer por mais tempo ao seu lado. Floro matava seus próprios companheiros de grupo. Era um perigo.

Foi através de Floro (conhecido nacionalmente como o pistoleiro vingador ou o pistoleiro sem mácula, conforme o cognominou o reporte Tobias Granja, em várias reportagens, publicadas na Gazeta de Alagoas e, posteriormente, na revista "O Cruzeiro"), que Valderedo conheceu o famoso bandoleiro dos sertões da Bahia, de nome Antonio da Dina. "Ainda estive com ele, por alguns dias, naquele Estado, mas depois o abandonei; viajei sozinho para o Ceará, Minas Gerais, e em seguida, para o Estado de Pernambuco. Ele era filho de Água Branca, aqui praticou alguns crimes, e foi embora para a Bahia, ainda muito jovem. Também era muito perigoso e não merecia muito confiança".

Em 1969, depois de ficar durante sete anos atirado dentro da caatinga, misturado com os bichos e se alimentando com raiz de pau, rapadura e farinha seca, Valderedo resolveu ir embora de Alagoas. Já havia matado todos os seus inimigos mais ferrenhos, aliás, todos os que participaram da chacina em que morreram seu filho e seu irmão. "Quem não morreu, foi embora" – garantia Valderedo, com uma observação: "Tem, hoje, ainda, alguns descendentes deles por aí. São sobrinhos, primos e outros parentes (parentes meus, também), mas esses não têm nada a ver com o que aconteceu naquele tempo. Já encontrei até alguns deles. Nada contra esses eu tenho".

Deixando Alagoas, Valderedo foi embora para o Sul do País, tendo antes passado algum tempo no estado do Maranhão. Morou em Goiás, Mato Grosso, e conheceu algumas partes do Norte do Brasil.

Antes de sair de Alagoas, ele casou com outra mulher, da qual tem três filhos. Aqui, ficaram três, vivendo na região de Várzea de

dona Joana, onde nasceram, na Fazenda de Valderedo, deixados com a sua mãe, irmã dos inimigos (primos e cunhados) de Valderedo.

Com ar de recordação, Valderedo diz não esquecer os melhores amigos que tinha: Luiz Maia (irmão de Elísio Maia), de Pão de Açúcar; Zezinho Camilo, do Poço; Sinhozinho Malta, do sítio Caldeirão, em Palmeira dos Índios; Pompílio Brandão, de Mata Grande; José Fernandes, de Palmeira dos Índios; Ronalso Wanderley, de Poço; a família Godoy, de Garanhuns; e o velho Ademar Medeiros, também do Poço das Trincheiras.

Um fato interessante em relação ao velho Ademar Medeiros: "a última vez que eu votei, em Alagoas, foi em 1958, e votei em seu Ademar para Prefeito. A minha família tinha cerca de 100 eleitores, naquela época, e eu liderava o pessoal" – relembra Valderedo.

Apesar dessa grande amizade que unia Valderedo e Ademar Medeiros, com o filho, José Medeiros, ex-prefeito do Poço das Trincheiras, era diferente, pois existia inimizade. "Essa inimizade foi por causa de um tiroteio que houve na Várzea de dona Joana, num dia de comício, com uns bandidos que queriam me matar. Morrerem quatro, me parece, e o Zé Medeiros, que estava no local, não gostou. O problema foi dele. Eu, apenas, me defendi de morrer" – afirma.

Pedi para ele definir a figura do pistoleiro assalariado: "Nenhum pistoleiro assalariado presta. Todos são sem confiança. São bandidos que não merecem outra coisa senão morrer. O homem que vive de ganhar dinheiro para matar, não presta para viver". Quando estive com Valderedo, pude perceber nele a preocupação com seus negócios que deixara lá no Sul do País, também com sua família (filhos, mulher e seus irmãos no sertão alagoano) e com a prescrição de seus crimes, na Justiça.

"Sou, hoje, um homem avesso à violência e ao crime. Não pretendo mais matar ninguém, a não ser que me ataquem" – enfatiza.

Percebia-se claramente em Valderedo sua vontade de voltar a fixar-se na sua terra natal – Poço das Trincheiras –, participar de política, disputar algum cargo e refazer-se na vida.

O destino assim não quis. Morreu três anos depois, com 59 anos de idade, consertando uma cerca de arame, em uma pequena propriedade, na Várzea de dona Joana, de um fulminante ataque cardíaco, infarto, provavelmente. É a vida! Passou por tantas situações difíceis, momentos amargos e cruéis, circunstâncias de toda natureza, escapou de tiroteios e tocaias, mas a morte escolheu para ele esse fim.

Vou, agora, exprimir a minha impressão sobre Valderedo; antes de conhecê-lo, pessoalmente, e quando me decidi entrevistá-lo: era outro o Valderedo que conhecia. Bem diferente. Por isso, surpreendi-me no nosso encontro pessoal. O avesso da figura que marcou a minha adolescência. Outra coisa do que eu sabia sobre ele.

Na minha juventude, eu via e ouvia a crônica policial descrevendo Valderedo com sendo um bárbaro, cruel, um bandido, um verdadeiro facínora, uma fera acuada no mato, o terror dos sertões.

Quando embarcamos no carro da Tribuna com destino ao sertão alagoano para localizar o temido "Vingador do sertão" dos anos 60, estava convencido de que iria encontrar um sujeito mal encarado, bruto, estúpido, descortês, sem modos nem boas maneiras, sem habilidade no tratar e desprovido, portanto, de gentileza e decência no diálogo. Mas, audacioso repórter que sempre fui, nutrido pela coragem profissional e abastecido pelo combustível da necessidade de buscar a informação, fascinado por esse tipo de matéria, lá me vejo eu na estrada, sertão arriba, para abordar o "homem". Eu e a equipe de que já falei em páginas anteriores. Lá fomos nós.

Deparamo-nos com um homem rude, é verdade, mas polido, tratável, gentil e solícito. Figura hospitaleira e de uma amabilidade surpreendente e incrível. Fala mansa e pausada, com gestos envol-

ventes, conversa explicada, sem embaraço, dizendo as coisas sem rodeios, sem metáforas, direto, incisivo.

Puro engano, o meu, antes de conhecê-lo pessoalmente.

Pude observar, durante as andanças pelas caatingas do sertão de Alagoas, em busca do famoso e destemido Valderedo, um fato irrefutável. O povo sertanejo tinha por ele um respeito incomum, uma espécie de idolatria e veneração. Dava, facilmente, para notar isso. Estava estampado no rosto de cada um o carinho que aquela gente dedicava a ele.

Ouvimos alguns depoimentos interessantes sobre Valderedo, saídos da boca daquela gente simples, humilde, de homens e mulheres ingênuos, enfim, de sertanejos e sertanejas de todas as idades, que conheceram, conviveram ou, pelo menos, ouviram os mais velhos falar da figura lendária do "Vingador do sertão".

Para as pessoas que moram nos municípios de Poço das Trincheiras, Santana de Ipanema, Olivença, Maravilha, Carneiros, Dois Riachos, Cacimbinhas, Olho d'Água das Flores, Major Isidoro, Ouro Branco, além de Água Belas, em Pernambuco, encravada na linha divisória dos dois estados, Valderedo "nunca foi bandoleiro, pistoleiro, capanga ou cangaceiro saqueador". Todos o veem como um "injustiçado, vítima de interesses políticos, um vingador".

Numa pequena propriedade rural, no município de Olivença, encontramos um cidadão, agarrado com um arado puxado a bois, que se identificou apenas pelo nome de Antônio, que foi taxativo ao afirmar que "conheci o Valderedo quando ele tinha seus 25 anos de idade e era camionhoneiro, rodando daqui para Recife e São Paulo. Era um moço bom, rapaz agradável e amigo de todos. Não era de briga com ninguém, e sempre vivia para o trabalho".

Como "seu" Antônio, outro que conheceu Valderedo na juventude foi o "seu" Américo Dias de Souza, morador num sítio no município de Poço das Trincheiras, lembrando que "eu era tangedor

de gado, na estrada, em 1959, quando ele sofreu uma emboscada, parece que foi a primeira da sua vida, vindo a se saber depois que foram os seus primos e cunhados, querendo roubar o dinheiro que ele e o irmão levavam para comprar um caminhão. Até aí Valderedo era um rapaz tranquilo, homem bom, nunca tinha se ouvido falar numa pequena encrenca dele, aqui na redondeza. Era moço vivedor, voltado somente para o trabalho, suas terras e suas criações de gado".

A professora Margarida Lima, do município do Poço, afirmou que o "defeito que Valderedo tinha até matarem seu filho e seu irmão, barbaramente, era gostar de forró. O maior dançador de forró que conheci, até hoje. Muitas vezes dancei com ele, perto da Várzea de Dona Joana, mesmo depois que ele entrou na vida do cangaço, da bagaceira. Ele chegava, tarde da noite, com muito cuidado com a polícia, caía no forró e ia até altas horas da madrugada".

Dona Gerusa Felismina, uma velhinha de seus 90 anos, confessa que andou com Valderedo nos braços, quando ele tinha seis meses de idade. "Era um menino esperto, bonito, dos olhos castanhos. Quando cresceu, me queria muito bem, e eu também a ele".

Morte de Barrinho

Delegado da Polinter – Polícia Interestadual – em Alagoas, o bacharel Albérico Barros foi assassinado na madrugada de 5 de julho de 1964, no bairro do Poço, onde residia, ao retornar de uma festa, em casa de pessoa de sua intimidade.

Tido como um homem muito duro, atroz, violento, conforme depoimentos de pessoas que viveram sua época, Barrinho, seu apelido familiar, era acusado de ter participado das maiores atrocidades já cometidas em nome da lei, na Capital e no interior do Estado.

Por força da função policial, contraiu uma teia de inimizades em toda Alagoas, segundo consta nos anais da história da Segurança Pública.

Inicialmente, auxiliar da mais alta confiança do então delegado Rubens Quintela, da Polinter, terminou com ele se desentendendo. Depois que foi a Brasília, levando um relatório para o Departamento de Polícia Federal, que controlava essas Delegacias, nos estados, tornou-se delegado da Polinter, substituindo Quintela.

Concluída a apuração do crime, a Polícia chegou a uma onclusão: os comunistas ou pessoas influentes a eles ligadas teriam mandado matar Barrinho, para se vingar das perseguições sofridas. O que pode ou não ter ocorrido. Mais um dos crimes insolúveis de Alagoas.

Tomba secretário de Segurança

Noite de 2 de abril de 1965. O secretário de Segurança Pública do Estado(ou secretário do Interior) bacharel Luiz Augusto de Castro e Silva, "Tininho", é assassinado, à porta de sua residência, na rua Jangadeiros Alagoanos, bairro de Pajuçara, com vários tiros de revólver Taurus, calibre 38, cano longo, arma essa apreendida pela polícia, com um dos matadores. A rajada de metralhadora deflagrada na ocasião não conseguiu atingir o alvo.

A prisão dos acusados foi questão de horas, identificados como sendo o radialista (locutor da antiga Rádio Educadora Palmares de Alagoas) Ronardo (com r) Rodrigues Chaves, apelidado de "My Friend", e Carlos Félix Martinez, motorista profissional, cujo nome verdadeiro era Eloy de Assunção França, vulgo "Cabeleira".

"My friend" foi preso em Recife, no Alto José do Pinho, à Rua Macaíba, 119, no bairro de Casa Amarela, onde residiam parentes seus, enquanto "Cabeleira" foi capturado na Praça da Independência, no centro de Maceió.

Em depoimento à Polícia, "My Friend" confessou ter sido o autor dos disparos contra o secretário de Segurança, juntamente com seu comparsa "Cabeleira", quando Tininho chegava à sua residência.

O "serviço", segundo os dois interrogados, na acareação, fora contratado por Luiz Vieira de Lima, vulgo "Cabeção", funcionário da Assembleia Legislativa, que se dizia enviado por um seu amigo,

cujo nome afirmara ser doutor Moura, e que, para a realização do "trabalho, receberiam a importância de 600 mil cruzeiros, que seria repartida entre os dois, após o devido pagamento, a ser efetuado por "Luiz Cabeção", no Bar Trianon, na Rua 2 de Julho, antiga Rua da Lama, centro de Maceió.

Dirigiram-se, então, para o local onde seria realizado o crime, seguindo Carlos Martinez, na kombi placa 32-69, de sua propriedade, e "My Friend", na lambreta placa 277-AL. A kombi foi estacionada num local próximo ao Moinho Nordeste, no bairro do Poço, e dali seguiram os dois, na lambreta, que mais adiante foi também estacionada em frente a uma igreja, localizada na Avenida Dr. Antonio Gouveia. A essa altura, já estava cumprida a primeira etapa do plano. O restante do percurso até a residência de Tininho foi a pé. Esperaram pouco tempo, cerca de 40 minutos. Ao parar a Rural Willys oficial, para abrir o portão de sua residência, recebeu o primeiro tiro, que foi disparado por Carlos Felix Martinez, seguindo-se de vários disparos feitos por "My Friend", que acobertava o seu comparsa.

Secretário do Interior (Segurança Pública) no Governo do major Luiz Cavalcante, quando eclodiu o golpe militar de 64, Tininho comandava, pessoalmente, as prisões de políticos contrários ao regime. O advogado e Procurador da Assembleia Legislativa, José Moura Rocha, foi um dos presos de Tininho, que, segundo informações, teria patrocinado e participado das sessões de tortura que sofrera Moura Rocha.

Ocorre que doutor Moura, como milhares de outros brasileiros suspeitos de subversão, estivera preso, durante oito meses, quando da chamada Revolução de março de 64, o célebre golpe militar que irrompeu em 1964.

Ficou recluso na Penitenciária Estadual, a antiga Cadeia Velha, como era mais conhecida, na Praça da Independência, centro de Maceió.

Nada provado, de acordo com o Inquérito Militar instaurado, segundo o próprio Moura Rocha, que fora acusado por duas solitárias testemunhas, uma delas o doutor Ib Cerqueira, e ao término de oito "puxados" meses fora colocado em liberdade.

De volta à sua residência, no convívio fraternal da família, continuava sendo vigiado ostensivamente, com um camburão da Polícia postado nas imediações de sua casa, todas as noites, causan-do constrangimento a ele e seus familiares, conforme lembra doutor Moura, relatando, em detalhes, a ideia que lhe veio à cabeça: "Uma santa e ingênua burrice nos aconselhara a procurar pessoalmente o coronel Jurandir Acioli, um oficial alagoano, de Viçosa, comandante do 20º BC, repartição militar que fora a responsável por nossa pri-são e, bem assim, por nosso afastamento da docência que mantínha-mos na Universidade Federal.

"A ingenuidade em procurá-lo fora a vã esperança de esclarecer e fazer cessar a vexatória coação policial, expressa na presença da viatura postada à nossa porta, a cada noite.

"Sem subterfúgios, o comandante nos garantira que nada fora apurado quanto à nossa atuação subversiva; por isso, haviam-nos liberado". E ainda blasonara: "sua soltura e a autorização de retorno à Universidade foram determinadas pelo Exército".

"O coronel Jurandir nos indagara a quem atribuíamos tal prática. Não tivemos a malícia de silenciar ou de deixar investigar, na hipótese de demonstrar interesse na reclamação. De pronto respondemos: Ao sogro do Dr. Ib Cerqueira. Essa resposta traria horríveis consequências. Ib Cerqueira havia sido uma das duas testemunhas que nos acusaram, no Inquérito Mi-litar da tal subversão, em 1964, e seu sogro era o secretário de segurança pública de Alagoas, em exercício, Dr. Tininho, um antigo juiz de futebol local".

Poucos dias após esse encontro, o Dr. Tininho seria assassinado.

A Polícia queria, a todo custo, que Moura Rocha incriminasse o deputado federal Abraão Moura, seu parente e amigo, de quem fora assessor, na Câmara, o que ele não fez.

Presos, na cadeia da Praça da Independência, José Moura Rocha (cela especial), Luiz "Cabeção", Eloy Assunção França, o "Cabeleira", e Ronardo Rodrigues Chaves, o "My Friend", eis que, no dia 19 de novembro de 1966, às 6 horas e 45 minutos da manhã, um dia de sábado, "Cabeleira" assassina "Cabeção", em sua cela. No mesmo dia, às 12 horas e 45 minutos, no pátio do presídio, à hora do almoço, "My Friend" também é assassinado, por outros presos. Tudo muito estranho!

No início de 1967, Moura Rocha é absolvido pelo Tribunal do Júri e deixa Alagoas, com a mulher e os filhos.

Volta a sua terra em 1980. Hoje reside em Maceió. "Cabeleira" fora transferido dos presídios de Alagoas para o Rio de Janeiro, onde também fora assassinado. Depoimento do Dr. Moura Rocha sobre o último capítulo desse triste episódio: "Mas ainda não concluída a macabra queima de rastros da trama criada para sustentar a farsa, restava vivo um co-réu, que seria assassinado na Penitenciária do Rio de Janeiro. Ele declarara algumas vezes, ser familiar de políticos importantes do Estado de Alagoas. Talvez haja sido para lá transferido, por isso. Em seguida à ocorrência da morte dos dois primeiros, fora posto na prisão dos sargentos, na sede do comando da PM. Depois, transferiram-no para a cadeia de Marechal, a primeira Capital do Estado. Afinal, seria transferido para o Rio de Janeiro, onde encontraria idêntica morte.".

Agora, sobre a figura do "My Friend", quero detalhar o seguinte: ele era radialista profissional, vindo do Rio de Janeiro, onde trabalhara na Rádio Difusora Duque de Caxias, como locutor, e chegara a Maceió, em 1964, com uma carta para a direção artística da Rádio Educadora Palmares de Alagoas, cujo diretor era o radialista e

jornalista Ailton Villanova. Ailton, incontinênti, o levou à presença do diretor-geral da emissora, padre Fernando Iório, que autorizou aproveitá-lo no quadro de comunicadores da estação.

Assim, "My Friend" passou a integrar o *cast* de locutores da emissora pertencente à Diocese de Maceió, onde, segundo o próprio Ailton, ele desfrutava de um bom ciclo de amizades e era um excelente companheiro. "Era comunicativo, sempre bem–humorado, zeloso no trabalho, cordial, atencioso e simpático com os colegas, enfim, uma grande figura humana e profissional", recorda Villanova, completando: "Surpreendeu a todos os companheiros da Palmares o seu envolvimento nesse episódio . Causou espanto, até".

Assassinado suplente de deputado

o início de 1966, foi assassinado, em Maceió, no bairro do Farol, proximidades do Hospital dos Usineiros, o suplente de deputado estadual Miguel Fidélis de Moura, membro de tradicional família do interior do Estado. Juntamente com ele, também foi morta a sua então mulher, Lenita Fidélis de Moura, quando esperavam transporte, num ponto de ônibus que ficava em frente a uma casa comercial denominada Socimita.

Os acusados foram José Ivanovithe Fernandes Moura – "Vitinho Fidélis" – e o irmão Aloísio Fernandes Moura, parentes das vítimas.

Miguel Fidélis teria assassinado sua própria esposa, passando a viver maritalmente com Lenita, irmã da esposa assassinada, sua cunhada, portanto, tia dos acusados.

Além do mais, Miguel era suspeito na morte do pai de Vitinho e Aloísio, senhor José Fernandes.

A morte do poeta

Efigênio Moura

Madrugada fatídica de 3 de setembro de 1966. Chegava à sua residência, na Rua Clodoaldo da Fonseca, no bairro Xucurus, em Palmeira dos Índios, por volta de 1 hora, quando foi emboscado e morto, a golpes de faca-peixeira, o poeta e radialista Efigênio Moura, locutor-apresentador da Rádio Educadora Sampaio, onde comandava o programa "Bom dia, Sertão".

Originado por motivos fúteis, o crime não passou de conotação pessoal, motivado por tola discussão, entre vítima e acusado, dois meses antes.

Seu matador, o negociante de animais José Tibúrcio, fora preso um dia após o crime, numa fazenda, no município de Quebrangulo, onde se refugiou.

Ficou três anos na cadeia e, submetido ao júri popular, foi absolvido por maioria de votos. Quase ninguém da sociedade palmeirense entendeu, talvez somente os respeitados e competentes (?) membros do Conselho de Sentença. Causou grande constrangimento à maioria da população de Palmeira dos Índios o resultado do julgamento.

A morte de Efigênio Moura alcançou grande repercussão em Alagoas, pela figura conhecida que ele era, notadamente no mundo da poesia e da comunicação.

Exatamente no ano em que transcorria o décimo aniversário de sua morte, Zé Tibúrcio era assassinado, a tiros de revólver, quando jogava sinuca, eu um bar, no centro de Palmeira dos Índios.

Era 5 de fevereiro de 1976, pelas 10 horas da manhã.

Para a sociedade palmeirense, o assassinato de Tibúrcio não passou de um ato puramente de vingança. Ele pagara pelo bárbaro crime que cometera. Poucas são as pessoas de Palmeira dos Índios que não têm a certeza de que Zé Tibúrcio fora morto por familiares de Efigênio, cujo clã está na região de Viçosa, Pindoba, Atalaia e Anadia.

Morte de Robson Mendes

Robson Mendes

Na madrugada de 26 de março de 1967, dia de feira em Palmeira dos Índios, é assassinado na localidade Mata-Burro, próximo ao então povoado Bola (hoje cidade Estrela de Alagoas), à época município de Minador do Negrão, o ex-prefeito de Cacimbinhas e de Palmeia dos Índios, e ex-deputado estadual cassado Robson Tavares Mendes, de 37 anos, vítima de emboscada feita por seus próprios guarda-costas (seguranças) José Crispim e Zé Gago.

Envolvido numa teia de inimizades políticas e pessoais, homem de temperamento forte e com história de violência na família, carregando o trauma da morte do pai, Humberto Mendes, deputado morto no tiroteio na Assembleia, em 1957, Robson estava acompanhado dos pistoleiros Zé Crispim e Zé Gago quando foi assassinado.

Menos de um ano antes de ser morto, Robson Mendes sofrera, no mesmo local, atentado a bala, saindo ferido.

Sua morte foi atribuída ao fazendeiro José Fernandes Maia, de Palmeira dos Índios, de quem era inimigo e a quem teria mandado matar, não se concretizando o plano graças à interferência de amigos, que reverteram a situação. Os dois pistoleiros – Crispim e Gago – seriam os executores de Zé Fernandes.

Vereador morto em Bebedouro

Jorge Omena

Com base eleitoral no bairro de Bebedouro, em Maceió, onde também residia, o jovem vereador Jorge Omena foi assassinado, em 1968, naquele bairro, quando chegava à sua residência, próxima à Praça Lucena Maranhão. Membros da família Calheiros foram responsabilizados pela morte, tendo como provável autor material Pedro Barbosa Cedrim Calheiros.

Jorge Omena era tido como benfeitor naquele bairro, e seu trucidamento foi chorado por todas as classes sociais, segundo informações.

Prefeito de Marechal assassinado

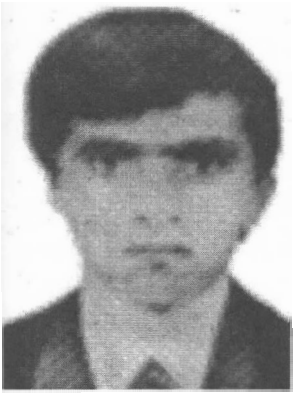
Prefeito de Marechal Deodoro, Edval Lemos foi assassinado, em frente a sua residência, quando se dirigia ao prédio da Prefeitura daquele município, para o expediente normal. Era 1968. Questões políticas, segundo foi apurado, levaram à morte do Prefeito, cujos acusados foram dois antigos funcionários municipais, membros da família "Gandaia", muito conhecida no município.

O ex-deputado estadual José Afonso de Mello, irmão de Arnon de Mello, foi indiciado e preso como mandante do crime, depois de várias acusações.

Morto prefeito de Maragogi

Era setembro de 1968, dia 16. Brigas políticas no município, envolvendo a família Oliveira Paz e o jovem médico e Prefeito Edvaldo Sena Melo, levaram à sua morte. Muito querido pelo povo de Maragogi, o Prefeito quebrou uma antiga oligarquia política naquele município, contrariando, assim, interesses de muitos. Foi assassinado a tiros por Paulo Vaz de Oliveira, que foi preso e condenado, sendo absolvido, pelo júri popular, alguns anos depois.

Enéas de Olivença



Antonio Novais

Homem temido na região sertaneja, Enéas Vieira de Oliveira, ex-prefeito de Olivença, principal acusado na trama que resultou na morte do marchante Ulisses Gomes Novaes, pai de Floro Gomes Novaes, foi morto no centro de Olivença, no dia 21 de setembro de 1970, pelo irmão caçula de Floro, Antonio, a tiros de revólver.

Prefeito mais de uma vez naquele município sertanejo, Enéas teria escapado de várias emboscadas feita por Floro e seus irmãos, ficando a vingança por conta de Antonio Gomes Novaes, o mais novo deles, morto em acidente automobilístico, em Arapiraca, quando comemorava sua absolvição, dois anos depois.

Calheiros matam prefeito

O jovem Prefeito recém-eleito do município de Flexeiras, Joathan Malta de Alencar, foi morto, segundo a população, por questões políticas, pelos irmãos Paulo e Ernesto Calheiros, em Maceió, no dia 25 de janeiro de 1971, a tiros de revólver.

Os matadores foram presos, submetidos a julgamento popular e absolvidos, sob a tese de legítima defesa da honra.

Mataram Valter Mendes

Com três tiros de revólver, à queima–roupa, pelas costas, foi assassinado, no centro de Maceió, em frente ao antigo Bar Helvética, às 18 horas do dia 19 de outubro de 1971, o ex-deputado e bacharel em Direito Valter Tavares Mendes, filho de Humberto Mendes, deputado assassinado no célebre tiroteio na Assembleia, ocorrido em 1957. Os irmãos Canduta e Doroteu do Cintinho foram os acusados. Fugiram do local do crime e conseguiram deixar Alagoas.

Meia hora antes de ser assassinado, o advogado Valter Mendes havia deixado a sede do Juizado de Menores, de onde era consultor jurídico, e, como de costume, o que fazia todas as tardes, após o expediente, juntava-se a amigos para baterpapo à porta da Helvética. Tanto, que, no momento do atentado, ele conversava com o promotor de Justiça Virgílio da Rocha Marques e o juiz José Agnaldo Sousa Ramos, que saiu ferido numa das mãos.

Valter Mendes tinha 37 anos quando foi morto, a mesma idade em que também foi trucidado seu irmão Robson Mendes, quatro anos antes, no sertão.

Para quem não sabe, o Bar Helvética era um ponto de encontro de intelectuais, boêmios, juristas, juízes, jornalistas e políticos, e ficava nas proximidades da igreja do Livramento, cruzamento das ruas Boa Vista e Senador Mendonça.

Morte de comandante

Homem austero, rigoroso, tipo "Caxias", como costumam chamar pessoas assim, mas muito disciplinado e decente, o coronel reformado Adauto Gomes de Barbosa, oriundo da 7ª Região Militar, em Recife, e comandante da Polícia Militar em Alagoas, foi assassinado à porta do Quartel-Geral da PM, na Praça da Independência, pelo soldado Everaldo Borges, a tiros de fuzil, depois de ter repreendido seu subordinado por estar calçando apenas um coturno, tendo no outro pé uma sandália japonesa. O soldado estava no portão principal da guarda.

Adauto Gomes Barbosa fora secretário de Segurança Pública no Governo Lamenha Filho, de onde saiu para o comando da PM. Everaldo Borges era ex-jogador de futebol num dos clássicos de Maceió.

O crime ocorreu no início dos anos 70.

Professora Elza

Início da década de 70. É morta no bairro Trapiche da Barra, onde residia, a professora Elza Lira. Eram seis e meia da manhã. Ela se dirigia a um ponto de ônibus, naquele bairro, onde deveria apanhar transporte para ir à escola onde ensinava, quando foi atropelada por uma kombi dirigida pelo policial militar conhecido como Severo, que já a aguardava naquele local, conforme depoimentos de testemunhas.

Apurado o crime, a polícia chegou à conclusão de que te-ria sido seu ex-marido, o fiscal de Rendas Domingos Chagas Neto, quem a teria mandado matar. Um certo capitão PM Ramos teria envolvimento no crime, conforme fora apurado.

Tanto Domingos como Severo, autores intelectual e material, respectivamente, foram indiciados, presos e julgados. Cumpriram pena.

Ela era irmã do hoje senador Benedito de Lira, recentemente eleito.

A chacina dos Ferro

Foi por volta de hora da tarde do dia 27 de setembro (dia de São Cosme e São Damião) de 1972 que ocorreu a chacina na fazenda Lavras, no Distrito de Anum, município de Palmeira dos Índios, quando três membros da família Ferro foram mortos por ciganos pertencentes ao bando de Jaime Mouco.

Os ciganos acamparam nas redondezas. Certamente estavam famintos. Quatro dos membros – Cícero Batista da Silva, Genivaldo Caim (Divá), Orlando Caim (Pedroso) e Idelfonso Alves Maciel (Doda) – seguiram uma trilha que levava ao sítio Lavras, de propriedade dos irmãos Francisco e Cícero Omena Ferro.

Estavam os ciganos colhendo batatas, quando foram surpreendidos pela mulher de Francisco, dona Josefa Ferro de Oliveira, que deu o alarme. Francisco saiu de casa para enfrentar os ciganos. Exigiu que devolvessem as batatas colhidas. Foi quando um dos ciganos disse: "Se nem a polícia toma, imagine um sujeitinho atrevido como esse". Daí surgiu violenta discussão, seguida de agressão física. Francisco foi atingido por dois disparos de 38, tombando. Ao ouvir os gritos e os tiros, Cícero, que morava a uns 400 metros, corre armado com uma faca-peixeira. Quando chegou ao local, viu o irmão baleado. Avançou contra os ciganos, que se preparavam para fugir. Levou o primeiro tiro, mas conseguiu segurar e esfaquear um cigano, Orlando Caim. Atingido por mais dois disparos de revólver, caiu. Os ciganos montaram em seus burros e regressaram ao acampamento.

Duas horas após, quando fugiam a caminho do povoado Anum, passaram em frente a fazenda de Elias de Omena Ferro, que se achava consertando a porteira. Elias foi atingido pelas costas, com dois tiros de rifle. Morreu na hora.

Francisco morreu no Hospital Regional Santa Rita, em Palmeira dos Índios, enquanto Cícero, a caminho de Maceió. O cigano Orlando, na fazenda Lavras, bem no meio do curral onde pastavam, tranquilamente, os 30 garrotes de Francisco.

Depois da chacina, o bando de Jaime deixou o agreste em busca do sertão. Os homens avançaram montados, e as mulheres ficaram atrás, a pé, com a recomendação de encontrá-los num lugar combinado.

Foram as mulheres que levaram a polícia até os criminosos. Não que elas tivessem confessado à polícia, quando estiveram detidas na Delegacia de Palmeira dos Índios. "Mulher de cigano não trai. Se trair é liquidada ou, no mínimo, afastada do bando". É uma lei moral adotada nos grupos nômades. Libertadas, as ciganas tiveram seus passos seguidos por um "olheiro" (informante) da polícia.

Foram 19 dias de caçada, sob o comando inicial do delegado da Polinter em Alagoas, Rubens Quintela, e, depois, pelo major Nelson Cipriano, Delegado Regional de Palmeira dos Índios, que contou com o apoio do também delegado regional de Santana do Ipanema, major Estevam Rego.

Revoltados e enfurecidos, principalmente com a morte de velho Elias, parente das vítimas tentaram uma caçada por conta própria, com o visível propósito de vingança. Os Ferro ficaram divididos entre os que queriam justiça com as próprias mãos e os que queriam a justiça de Deus ou a dos homens. Desestimulados pela polícia, eles cessaram a busca, mas prometeram ajuda, que a polícia recusou. Soldados do destacamento de Palmeira, pertencentes à família Ferro, foram temporariamente afastados do serviço e proibidos de usar armas.

Depois de percorrem todo o sertão alagoano, com ligeiras incursões na Bahia, Sergipe e Pernambuco, o major Nelson e sua volante, formada por oito homens, localizaram o bando de Jaime Mouco no povoado Ipojuca, município de Arcoverde, na divisa de Pernambuco com a Paraíba. Os ciganos estavam acampados na fazenda Rio Branco, de propriedade de Antonio Siqueira Brito, que entregou os criminosos.

Nessas diligências, a polícia contou com o auxílio dos irmãos Cícero Ferraz da Silva (Tenente) e José Lucena Maranhão (Lucena), filhos do cigano Daniel Ferraz. Os ciganos Ferraz eram amigos dos Ferro e inimigos do bando de Jaime.

Morte de Antenor Claudino

O ex-deputado estadual e ex-chefe do Gabinete Civil do governador Lamenha Filho, Antenor Claudino da Costa, filho natural de Pindoba, seu principal reduto eleitoral, foi assassinado, a tiros de revólver, na Rua 2 de Dezembro, no centro de Maceió, no dia 3 de janeiro de 1973, sendo acusados os primos Aparecido e Lourival Fernandes Costa, este eliminado, anos depois, no estado de Goiás, por questiões familiares.

Foram presos, julgados e condenados, cumprindo pena de alguns anos.

Médico assassina filha

O médico psiquiatra José Lopes de Mendonça, proprietário da Casa de Saúde que tem seu nome, no bairro de Bebedouro, em Maceió, matou, a tiros, sua própria filha, Rosenilda Mendonça, no quarto em que dormia, num castelo que fica na parte central da Casa de Saúde. Estávamos na primeira metade da década de 70.

O que motivou o crime foi o namoro da moça, que tinha pouco mais de 20 anos, com um rapaz de cor, jogador de futebol, que viera da Bahia. Doutor Zé Lopes não aceitava o relacionamento, pelo fato de o rapaz ser negro. Como ela insistiu, o pai resolveu assassiná-la.

Máfia do melaço e morte de Pedro Calheiros

Acusado, pela polícia, de envolvimento na chamada "Máfia do Melaço" e de vários outros crimes, o comerciante Pedro Barbosa Cedrim Calheiros foi assassinado à porta do restaurante Rainha do Mar, na praia de Jatiúca, por um grupo de policiais militares, sob o comando do coronel Estevam Rego, então delegado da DOPSE – Delegacia de Ordem Política e Social.

Era abril de 1976. Pedro e Ernesto Calheiros e outros tentaram invadir o restaurante, numa madrugada, onde se encontravam os proprietários, casal José Tânio e Marli Pitombeira, para eliminá-los, segundo eles próprios, porque era naquele estabelecimento que se reuniam pessoas ligadas a tal máfia para traçarem planos de ação. O casal sabia demais sobre a atividade criminosa e terminou denunciando às autoridades policiais, inclusive o plano para matá-los, como queima de arquivo.

Nessa madrugada, quando os homens chegaram para cercar a residência do casal, que era no próprio estabelecimento comercial, lá já estava o coronel Estevam e seu pessoal. Receberam ordem de prisão e reagiram, segundo o coronel, tendo a polícia atirado contra eles. Pedro morreu no local, enquanto os outros conseguiram fugir.

A "Máfia do Melaço" era uma organização criminosa que surgiu no começo de 1976, na qual uma quadrilha formada por quase 50 pessoas, inclusive funcionários da Cooperativa dos Usineiros de

Alagoas e do Instituto do Açúcar e do Álcool agia tranquilamente no desvio do mel ou melaço que dava entrada na Cooperativa, mas lá não era armazenado, sendo automaticamente desviado e vendido para outros estados.

Cerca de cinquenta envolvidos nessa máfia foram indiciados, alguns presos, mas nenhum condenado. Quase vinte deles foram executados como queima de arquivo, enquanto outros fugiram de Alagoas.

O próprio casal, José Tânio e Marli, foi embora do Estado e nunca mais voltou.

Fotógrafo mata prefeito

José Maria da Silva

Cajueiro, maio de 1977. O Prefeito recém-eleito João Cabral Toledo, que também era médico e ex-prefeito de Capela, município vizinho, foi assassinado, a golpes de faca-peixeira, dentro do prédio da Prefeitura, numa manhã daquele mês e ano, quando chegava para o expediente normal, por um elemento identificado como José Maria da Silva, vulgo "Foto", apelido que ganhou em alusão à sua atividade de fotógrafo.

Zé Maria era portador de esquizofrenia, distúrbio mental que leva o indivíduo a agir momentaneamente de forma possessiva, e depois voltar ao normal, colocando certas coisas na cabeça como sendo verdade. Apesar de muito ligado à família do médico João Toledo e com ele ter um estreito e afetivo relacionamento, ao ponto de chamá-lo de "meu pai", o fotógrafo "botou" na cabeça que o lugar de Prefeito era dele e não do doutor João. Populares, sem nunca imaginar a que isso poderia levar, alimentavam no deficiente aquela estapafúrdia e doentia ideia de que realmente era ele o Prefeito de Cajueiro.

Numa das suas fortes crises esquizofrênicas, assoumou-lhe à cabeça matar o chefe do Executivo, para, na sua paranoia, assumir o seu lugar. Armado com uma faca-peixeira, esperou o prefeito chegar para o expediente, na sede da Prefeitura, e, quando este subia a

escadaria que da acesso ao Gabinete, o agrediu a facadas. O Prefeito ainda balbuciou algumas palavras, perfeitamente audíveis, dizendo: "Rapaz, que mal lhe fiz para você fazer isso comigo?" O agressor, mudo, não dizia uma palavra sequer, e continuava esfaqueando a vítima, até que funcionários, vendo aquela cena chocante, correram em socorro, dominando o elemento e o entregando à polícia.

"Foto" foi levado para o Instituto Penal São Leonardo, em Maceió, onde cumpriu pena de dez anos, sendo colocado em liberdade, quando voltou a Viçosa, sua terra, tendo procurado a mulher e os filhos. Ela já estava com outro marido.

As pessoas, nas ruas, demonstravam medo do criminoso, que voltou para Maceió, procurando alguns parentes que moravam no bairro Chã da Jaqueira. Depois disso, sumiu, não se sabendo mais notícias do seu paradeiro.

Adeildo Nepomuceno

Adeildo Nepomuceno

Ex-Prefeito de Santana do Ipanema e ex-deputado estadual, uma das grandes lideranças sertanejas, Adeildo Nepomuceno Marques, o "seu Adeildo", como era chamado pelo povo da região, foi assassinado no anoitecer de 28 de janeiro de 1978, quando chegava à sua fazenda, a poucos quilômetros da sede do município (Santana).

Feitas diligências e investigações, a polícia chegou aos agricultores Daniel da Silva, 25 anos, casado, José dos Santos –" arciso" – também 25, solteiro, e Cícero Soares da Silva –"Vimvim" –, de 20 anos, também solteiro, como sendo os matadores. Nenhum dos três sabia ler.

Os três rapazes, eu os conheci no São Leonardo, quando, como repórter, ali estive para fazer uma ampla reportagem para o jornal onde trabalhava, o Jornal de Alagoas, em 1979. Durante a nossa conversa, eles se diziam completamente inocentes e sequer tinham ideia por que a Polícia e a Justiça acharam que foram eles os assassinos. Juravam inocência e não paravam de clamar por justiça, pois "a gente não sabe de nada".

Diziam-me, naquela oportunidade, que teriam sofrido as mais terríveis torturas da polícia para revelar o que nunca fizeram. Durante todo o tempo da nossa conversa, os três repetiam insis-

tentemente que "Deus sabe que nós não matamos ninguém e, por isso, esperamos dele a divina providência, mostrando aos homens da terra os legítimos criminosos. Estamos condenados a 18 anos de prisão. Temos esperanças de, antes de terminar nossas penas, que sejam descobertos os verdadeiros assassinos do seu Adeildo, um homem que era muito bom".

Antigo comerciante em Santana do Ipanema, Adeildo Nepomuceno era um homem de muito prestígio pessoal e político na região sertaneja. Era tido como uma pessoa muito boa e amiga dos pobres, mas, ao lado dessa generosidade, ele era acusado de envolvimento em vários casos de violência e intrigas políticas. Foi perseguido por Floro, "o pistoleiro vingador ou o pistoleiro sem mácula". Adeildo fora acusado da participação na morte do pai do vingador, que tentou, por algumas vezes, assassiná-lo, nunca obtendo êxito, tendo morrido antes de Adeildo. Nepomuceno figurou também como um dos suspeitos no assassinato do ex-prefeito de Cacimbinhas e Palmeira dos Índios e ex-deputado estadual Robson Mendes, em 1967.

Além dos três agricultores foram presas outras pessoas como suspeita no crime, mas, na verdade, o caso nunca foi totalmente esclarecido. A elucidação do crime apontando os três rapazes é duvidosa.

Bem, mais um caso em que são encontrados bodes expiatórios para pagar inocentemente, muito comum em Alagoas.

Ex-prefeito assassinado em Arapiraca

O ex-prefeito José Paulo Moura, do município de Campo Grande, foi assassinado, na Praça Marques da Silva, no centro da cidade de Arapiraca, na madrugada de um sábado, 8 de abril de 1978, pelo sargento da Polícia Militar Pedro Moreira da Silva, o sargento Moreira, com quem tinha desavenças pessoais. No momento do crime, Moura prestava socorro a uma vítima de colisão de veículos ocorrida no local, momentos antes.

Como havera de ser, o caso ganhou ampla repercussão, as mais desencontrada versões, uma série de especulações e uma forte conotação política. Mas Moreira sustentou vingança pessoal porque, segundo ele, sentia-se perseguido pela vítima.

O militar foi preso, indiciado e, submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, foi absolvido.

Cerca de dois anos antes de sua morte, Paulo Moura sofrera atentado à faca, quando desembarcava do trem, em Campo Grande, procedente de Maceió. O atentado fora atribuído a caso passional, com ranço político.

Prefeito de Belém assassinado

O Prefeito José Saturnino da Silva foi morto numa emboscada, no sítio Cabeça Dantas, em Belém, município que administrava há aproximadamente dois anos, eleito que fora nas eleições de 1976, sendo empossado em janeiro de 77. O crime ocorrera no final de l978, cometido por um soldado PM identificado como Ivo Terêncio. Disparando seis tiros de revólver contra a vítima, o militar alagoano alegou sofrer perseguição por parte do Prefeito.

Cabo Henrique mata Ernesto

Ernesto e Cabo Henrique

O fazendeiro Ernesto Cavalcanti Lins, conhecido como Ernesto Calheiros, foi assassinado dentro de sua camionete, em frente ao restaurante Adega do Trapiche, no bairro Trapiche da Barra, em Maceió, na noite de 21 de dezembro de 1978, horas depois de ter executado o administrador de fazendas Silvino Henrique da Silva e mais três outras pessoas, inclusive uma criança, na Fazenda Jundiá, município do Pilar.

Ernesto acabara de estacionar seu veículo, dirigido pelo filho Ernestinho, tendo ao lado o soldado PM Antonio Felizardo, em frente à Adega, quando o cabo PM José Henrique da Silva, filho de Silvino, que se encontrava no local, sabendo de tudo que acontecera, disparara dois tiros de revólver calibre 38 em sua cabeça, matando-o na hora.

Naquele momento, Ernesto encontrava-se conversando com agentes da polícia civil, inclusive seu primo Tito Cavalcanti, que teriam vindo intimá-lo a comparecer à presença do secretário de Segurança Pública, coronel Amaral, que queria conversar com ele, na Delegacia de Plantão. Ernesto perguntara aos policiais: "O velhinho está apavorado? Diga a ele que amanhã eu vou lá".

Foi ao ouvir esse diálogo que o cabo Henrique disparou por duas vezes sua arma, que trazia numa bolsa tipo "capanga", contra a cabeça de Ernesto.

A chacina na Fazenda Jundiá ocorrera por volta das quatro e meia da tarde, quando Ernesto, acompanhado do soldado Felizardo executara essas pessoas por suspeita de roubo de porcos. O pai de Henrique teria comprado os porcos roubados, sem saber da procedência, e que pertenciam ao proprietário do restaurante Adega, o Carlos Alberto, conhecido como "Calinhos da Adega". A partir daí, desencadeou uma guerra entre famílias (Omena e Calheiros), um dos maiores confrontos entre famílias já registrados na história de Alagoas, resultando em muita tragédia ao longo de quase uma década.

O dono do restaurante Adega do Trapiche, envolvido no episódio, sumiu de Alagoas até hoje.

Assassinado dono do Mafrial

Tarde de 4 de setembro de 1979. O empresário José Tavares Malta, mais conhecido como Zequinha do Mafrial, é assassinado, a tiros de espingarda calibre 12, quando saía do trabalho, pelo seu ex-motorista, José Lúcio da Silva – "Zé Biziu".

O Matadouro e Frigorífico Industrial de Alagoas – Mafrial desde a sua fundação enfrentava problemas financeiros. Sociedade de Economia Mista, já teria começado errado: foi inaugurado duas vezes. Uma, pelo governador Afrânio Lages, e a outra, pelo governador Divaldo Suruagy.

Para se ter uma ideia, o Estado injetou, em 1974, recursos que ultrapassaram a casa dos 40 milhões de cruzeiros, entregando o Mafrial ao senhor Zequinha Malta, eleito presidente.

O governo também mobilizou capital de giro, mas, segundo denúncias surgidas à época da sua entrada em operação, o matadouro não dispunha mais dos recursos para iniciar o abate.

A sua criação também provocou, entre antigos abatedores e donos de frigoríficos, em Maceió, uma acirrada questão sobre preço pelo serviço e a obrigação de o abate ser realizado exclusivamente pelo matadouro. Os marchantes reclamavam do preço cobrado, que era maior do que o de outros matadouros do Estado, e da proibição em acompanharem os magarefes na retalhação do animal. Alegaram esses marchantes que o Mafrial beneficiava os subprodutos do boi, mas não ressarcia os fornecedores.

Mas as brigas de família, envolvendo diretamente o Sr. Zequinha Malta e sua mulher, Zoraide Beltrão Malta, eram trazidas à administração do Mafrial. Criou-se, então, dentro da empresa um clima de tensão, e os próprios funcionários admitiam ver a situação se complicar a qualquer momento, pois a Sra. Zoraide, em divergência com o marido, estava proibida de entrar no matadouro.

Apurou-se que o Sr. Zequinha anunciou novo casamento, mas não quis dividir seus bens com a esposa.

Com a sua morte, dona Zoraide acabou assumindo a presidência do Mafrial.

O filho do casal, engenheiro Luiz Beltrão Malta, estranha e curiosamente sofreu atentado a bala, em Ponta-Verde, no dia 26 de setembro de 1980, um ano após a morte do pai, dois dias somente depois que o assassino do seu genitor ganhou liberdade, absolvido pelojúri popular.

Ciganos matam professora

Manhã de verão de 1979. Dois jovens ciganos que estavam acampados, com o bando ao qual pertenciam, no povoado conhecido como Vila Aparecida, município de Tanque Darca, invadiram o Grupo Escolar da localidade e mataram, a tiros, a professora estadual Maria José de Araújo Calheiros – Ziza –, 34 anos, viúva.

Os dois nômades, Aroldo e Remi Ramos, na faixa etária de 20 a 24 anos, eram irmãos, e um deles tentava uma aproximação amorosa com a professora, que não aceitava. Rejeitado, e sentindo-se frustrado na sua intenção, resolveu eliminar a jovem educadora, que residia na cidade de Maribondo, de onde é a sua família.

Combinou com o irmão e perpetraram o intento criminoso quando Ziza se encontrava na sala de aula. Foram presos pelo então delegado regional de Arapiraca, José Rubens Fonseca, e transferidos para o antigo Instituto Penal São Leonardo, de onde fugiram depois de julgados e condenados.

Atuou como assistente de acusação o criminalista Sebastião Barbosa de Araújo.

Ex-prefeito mata Secretário

Ex-prefeito e marido da Prefeita de Palestina, Arabela Paiva, José Ferreira de Melo – Zuza – assassinou, no centro daquela cidade, a golpes de faca, no dia 30 de dezembro de 1979, o secretário da Câmara Municipal, José Humberto – Beto –, por desavenças políticas.

Foi preso e julgado em Maceió, anos depois, e absolvido. Morreu pouco tempo após a absolvição, vítima de caso clínico.

Quem matou o juiz Gabriel?

O juiz aposentado Gabriel de Freitas Soares Goulart, 44 anos, irmão do sargento Adroaldo Goulart, que assassinou o jovem Elpídio Calheiros Filho, em Murici, em 1971, terminando, também, por ser assassinado, na noite de 18 de janeiro de 1978, no bairro do Poço, em Maceió, dentro de sua própria residência, por homens que vestiam fardas da Polícia Militar, corporação à qual pertencia a vítima, foi morto numa manhã de sábado, 20 de setembro de 1980, na área do Mercado da Produção, quando fazia compras.

O crime abriu um leque de especulação. Inicialmente atribuído aos Calheiros, as investigações policiais foram mais além, chegando ao sertão do estado, acreditando-se que teria partido de familiares do ex-prefeito e ex-deputado estadual Adeildo epomuceno, assassinado numa tocaia, em 1978, em Santana do Ipanema, onde era influente líder político.

O juiz, quando era titular da Comarca de Santana, teria entrado em atrito pessoal com Adeildo, numa contagem de votos, o que gerou sua transferência daquela cidade.

ada se conseguiu provar. Pessoas suspeitas foram presas, mas o caso terminou sem elucidação.

Quando foi atingido mortalmente, com um único tiro de revólver 38, na nuca, o magistrado estava com sua esposa, Maria Francisca de Almeida Soares, em frente à residência de número 147, da Rua Cirilo de Castro, Levada, quando abria a mala do carro, uma Belina II, para colocar compras. Foi aí que se aproximou um homem

de cor escura, de estatura média, vestindo calça *jeans*, e disparou um certeiro tiro na sua nuca. Fugiu sem deixar pistas.

Numa entrevista ao Jornal de Alagoas, poucos dias antes de ser assassinado, o juiz Gabriel, que fora acusado de estar tramando a morte do secretário de Segurança, coronel José de Azevedo Amaral, disse que ele é quem estava para ser assassinado. Em suas declarações afirmou que *"já me considero um cadáver, e que vou deixar Alagoas antes que seja morto"*. Não deixou, a tempo de evitar o que ele próprio profetizou.

Tragédia em hospital

Era janeiro de 1981, quando os médicos Francisco das Chagas Oliveira e Nelson Paiva Oliveira, por desentendimentos gerados com um sócio, também médico, Gilson Alcanforado, que juntos administravam o Hospital Santa Maria Madalena, em União dos Palmares, foram mortos à porta daquela casa de saúde, a tiros de revólver, numa ação rápida, sem que pudessem esboçar nenhuma defesa. Os autores materiais: José Elisson e Carlos Fernando, filhos de Gilson Alcanforado.

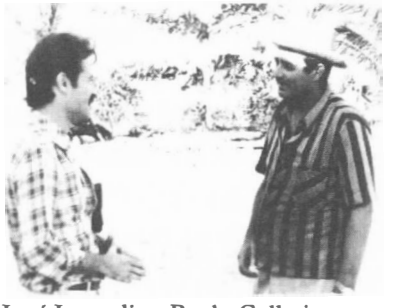
Coronel morto no Mafrial

O coronel PM (reformado) Antonio Monteiro, um dos mais experientes militares da época, tendo passado por várias delegacias regionais, antes de ter exercido, por vários anos, a função de delegado da Sunab em Alagoas, encontrou a morte de forma trágica e muito brutal, na tarde 20 de abril de 1981, dentro do prédio do Mafrial – Matadouro e Frigorífico de Alagoas, onde exercia as funções de diretor-administrativo.

O assassino, o operador de máquinas João Zacarias da Silva, que também morreu quando o coronel reagiu à agressão e disparou toda a carga de seu revólver, fora despedido do Mafrial, dias antes, acusado de roubo de carnes. No dia da tragédia, ele conseguiu penetrar no matadouro e matar o coronel, no seu gabinete de trabalho, utilizando uma faca-peixeira.

Com três facadas na região do tórax e coração, tanto o coronel Monteiro quanto Zacarias, que foi alvejado com cinco tiros, todos disparados pelo militar, segundo informou o delegado de Satuba, Mário Rios, que conduziu o agressor para o Hospital de Pronto-Socorro, em Maceió, morreram a caminho da Unidade de Emergência. Monteiro fora conduzido pelo também coronel Estevam Rego.

Morte de Paulo Calheiros



José Jurandir e Paulo Calheiros

Eram exatamente três e meia da tarde de uma segunda-feira, 1º de junho de 1981, quando um tiro pelas costas, disparado à pequena distância, varou a cabeça do fazendeiro Paulo Cavalcanti Lins, o Paulo Calheiros, 45 anos, que teve morte instantânea. O crime ocorreu em frente à igreja do Livramento, que olha para o Bar do Chopp. Quem o matou foi Ailton da Silva, irmão do cabo Henrique. O cabo estava fora de Alagoas desde que foi julgado e absolvido pela morte de um irmão de Paulo, Ernesto Calheiros, em 1978. Voltou para mandar o irmão matar Paulo, e coordenou tudo.

Após disparar o tiro mortal em Paulo Calheiros, que conversava com um primo, Ailton saiu em disparada pela rua Boa Vista, ainda com a arma na mão, passando em frente ao prédio do antigo Jornal de Alagoas. ão foi reconhecido no momento, mas populares diziam tratar-se o criminoso de um rapaz moreno, trajando calça *jeans* e camisa verde, e de estatura média. Todas as características só levavam a uma pessoa: o cabo Henrique.

O Secretário de Segurança, coronel Amaral, ao tomar conhecimento do que aconteceu, não teve dúvidas em afirmar: *"Foi o cabo Henrique. Ele está em Maceió".*

Poucas horas depois da morte de Paulo Calheiros, as Polícias Civil e Militar empreenderam fortes buscas e diligências para prender os irmãos Henrique/ Omena. Todas as saídas de Maceió foram fechadas. Terminal Rodoviário e Aeroporto foram bloqueados pela polícia. Os irmãos passaram a ser caçados como verdadeiras feras humanas.

Na manhã seguinte ao crime, terça-feira, o ex-soldado da PM Ailton Omena da Silva, 26 anos, foi fulminado com mais de vinte tiros de metralhadora calibre 9 mm e espingarda calibre 12, nas proximidades de uma casa funerária existente na Rua Buarque de Macedo, no centro de Maceió. A vítima estava, juntamente com os irmãos Henrique e Antonio, encurralada em cima dos telhados de algumas residências, para onde haviam ido, após se encontrarem, momentos depois do assassinato de Paulo Calheiros.

Sobre a morte do irmão, o próprio cabo Henrique declarou, no mesmo dia, quando resolveu se entregar à sua Corporação, a PM: "Meu irmão foi executado por membros da família Calheiros, que, juntamente com agentes da Secretaria de Segurança, fortemente armados, participaram das diligências". Segundo Henrique, seu irmão foi morto quando tentava se entregar à Polícia. Disse ainda, que, ao perceber que seu irmão estava morto, resolveu continuar em cima dos telhados de residências das ruas Buarque de Macedo, Libertadora Alagoana e Rua da Praia.

Com um irmão morto e dois outros presos, o cabo, que já se encontrava escondido na casa de número 102, da rua da Praia, depois de ter escalado vários telhados, inclusive o do Palácio Episcopal, que fica defronte à Estação Ferroviária, vendo que todo o quarteirão estava cercado pela polícia, resolveu se entregar, e pediu a presença do subtenente Leone, que estava nas diligências, para sair com ele do interior do prédio, no que foi atendido. Saiu dali para o Quartel-Geral da PM, escoltado por um batalhão de colegas de farda.

Poucas horas após ter sido informado de que seus irmãos José Henrique da Silva, Arnaldo Omena da Silva (este localizado em Atalaia, onde residia) e Antonio Omena da Silva haviam sido presos, enquanto o outro irmão, Ailton, era fuzilado por policiais civis, Evanildo decidiu-se por se entregar à Polícia Militar, indo até o Quartel-Geral, onde pediu para ser levado para junto dos irmãos presos, que, a essa altura, já estavam na Dopse –Delegacia de Ordem Política e Social, no *Campus* Tamandaré, onde também ficava a Secretaria de Segurança Pública, e cujo titular era o coronel PM José Ramalho, pessoa em quem os irmão Henrique/Omena confiavam.

Assim que foi morto Paulo Calheiros, eles (os irmãos Henrique) se encontraram, procuraram se homiziar na Casa Funerária da Rua Buarque de Macedo, de propriedade do senhor Otávio Ramos, casado com uma parenta dos Henrique/Omena, que segundo garantiram todos os irmãos, de nada sabia, sendo, portanto, pego de surpresa.

Desde o começo da tarde do crime em que foi vítima Paulo Calheiros, os irmãos José Henrique da Silva (cabo Henrique), Antonio e Ailton rondavam a área entre a igreja do Livramento e o Banco do Brasil, pois sabiam que Calheiros costumava, todas as tardes de segunda-feira, fazer depósito naquela agência bancária. Viram quando ele entrou para a agência do Banco, mas não atiraram na vítima ali mesmo para os clientes não pensarem se tratar de assalto. Ficaram na espreita. Quando Paulo saiu em direção ao Bar do Chopp, o acompanharam à distância. Ele parou ao lado da igreja. Foi quando Ailton se aproximou e disparou um tiro certeiro na sua nuca. Henrique e Antonio, a alguns metros do local, dando cobertura, ainda fizeram alguns disparos para cima, no intuito de despistar os transeuntes e algum policial, que, porventura, estivesse nas proximidades.

Eu era repórter policial do Jornal de Alagoas, e, alguns meses antes de sua morte, o entrevistei, na fazenda São Cipriano, em Flexeiras, sobre acusações que lhe pesavam sobre a morte do juiz

Gabriel de Freitas Soares, assassinado em Maceió, no dia 20 de setembro de 1980. Paulo Calheiros foi solícito e bastante atencioso para com este jornalista. Atendeu-me da maneira cordial, decente, pelo que guardo, até hoje, gratas lembranças. A entrevista durou mais de uma hora, e ele fez revelações surpreendentes, naquela oportunidade.

O Jornal de Alagoas em sua edição de 2 de junho de 1981, dia seguinte ao assassinato de Paulo Calheiros, publicou, em sua página A-2, matéria sobre o crime, com o seguinte título: "Assassino de Calheiros fugiu com arma na mão". E destaca: "A última entrevista: "Eu não mando matar". Eis, na íntegra, a matéria sobre a última entrevista concedida à imprensa por Paulo Calheiros, quando foi localizado por este jornalista: *"Mandar matar eu não mando, nunca. Quando eu mato, como aconteceu, mas por uma questão da honra e moral, sou homem para dizer que matei"*. Assim declarou Paulo Cavalcanti Lins – Paulo Calheiros – ao repórter José Jurandir, há exatamente oito meses, último encontro mantido com a imprensa. A entrevista foi feita com exclusividade pelo Jornal de Alagoas, na tarde de uma terça-feira, 30 de setembro de 1980, na sua fazenda São Cipriano, no município de Fleixeiras, de onde saiu ontem, com vida, para voltar morto.

O fazendeiro Paulo Calheiros fez questão de dizer, então, que os dois crimes que praticara foram em legítima defesa, "quando respondi a mais de 10 anos de reclusão. É porque meu pai foi atacado, queimaram os nossos canaviais e, depois, os elementos ainda vieram me agredir".

Paulo garantiu, na oportunidade, estar inocente quanto aos assassinatos do sargento Adroaldo Freitas Goulart a do irmão deste, o juiz aposentado Gabriel de Freitas Soares. E mais: de que somente não iria embora de Alagoas, *"para ver se esquecem o meu nome, que já vive interpretado como de elemento que só faz o mal, quando não procuro prejudicar ninguém, porque tenho meus negócios e muita responsabilidade para cumprir"*.

UM HOMEM MARCADO

Por uma série de fatores, Paulo Cavalcanti Lins era um dos homens mais marcados em toda a região. Ele próprio reconhecia isso: *"enquanto 20% da população deste Estado não gosta de mim, tem 80% que são meus amigos e confiam em mim".*

Na entrevista exclusiva concedida ao Jornal de Alagoas, Paulo desabafou suas mágoas contra "alguns elementos da imprensa", em virtude de "uma série de prejuízos que tive, quer de ordem moral ou econômica e, tantas das vezes, social. Enfrento dificuldades tamanhas em determinados lugares onde chego, para tratar dos meus negócios, porque o povo já vive atemorizado com o nosso nome e as nossas fotografias que enxerga nos jornais".

"TENHO ÓDIO DE PISTOLEIRO"

Foram também declarações textuais de Paulo Calheiros na sua última conversa com a imprensa, ao repórter José Jurandir: *"Não gosto de pistoleiro, desse tipo de indivíduo que vive assalariado em troca do gatilho, porque nenhum deles merece confiança. Todo pistoleiro ganha de um lado e de outro para eliminar o seu semelhante. Tenho ódio de pistoleiro".*

"O CORONEL AMARAL É MEU AMIGO"

Disse mais Paulo Calheiros, naquela oportunidade: *"Se eu fosse um bandido, fazia questão de meus filhos seguirem o meu exemplo".* E confessou o orgulho de ser amigo do coronel José de Azevedo Amaral, Secretário de Segurança. "Muitos que não gostam da gente (dele e Amaral) fazem mau sentido desta nossa amizade. O coronel Amaral é meu amigo porque ele conhece que sou um homem de bem. ão ando de bebedeira e bader nando, praticando arruaças, mas tomando conta dos meus negócios".

Tomba Evanildo Omena

a guerra Omena/Calheiros, iniciada em dezembro de 1978, tomba mais um. Dessa vez foi Evanildo Omena da Silva, mais um dos quatro irmãos do cabo José Henrique da Silva, metralhado dentro do posto da Polícia Rodoviária Federal, no Tabuleiro, na madrugada de 1º de janeiro de 1982, em plena comemoração de Ano-Novo.

Evanildo retornava da cidade de Atalaia, onde rompera, ao lado de familiares, o novo ano, dirigindo, sozinho, o seu próprio veículo, quando, acossado por perseguidores, que ocupavam dois outros carros, numa ação rápida, conseguiu descer do veículo e correr em direção ao Posto Rodoviário, para se proteger dos tiros que partiam do interior dos dois outros automóveis. Os agressores, a essa altura, também já perseguiam Evanildo, a pé, conseguindo executá-lo já nas dependências daquela unidade policial.

O corpo de Evanildo, rendado de balas de vários calibres, foi em seguida, levado para o Instituto Médico Legal Estácio de Lima, para necropsia.

Cabo Henrique, absolvido meses antes, em sessão do júri popular, pela morte de Ernesto Calheiros, encontrava-se preso no Quartel-Geral da PM, pelo assassinato de Paulo Calheiros, mas fugiu nessa mesma madrugada, ao saber da morte do irmão. Era o seu segundo irmão assassinado.

Quem matou Tobias Granja?

Tobias Granja

Mais um crime envolto em uma teia de confusão, num emaranhado. Mais um assassinato figurando dentro de um labirinto de indagações. Quebra-cabeça para a Polícia? Será? A bala endereçada à cabeça (nuca) de Tobias, pela lógica dos fatos, comentava o povo, na rua, viria de um caminho conhecido: a briga envolvendo Omena/Calheiros. Por quê? A vítima, inicialmente na condição de advogado de defesa do cabo Henrique, patrono, apenas, apaixonara-se profundamente pela causa, tomando-a para si, puxando-a para as entranhas do seu jovem sentimento, emotivo e sensível. Visceralmente envolvido na causa de defesa do cabo, descambou para o verdadeiro paternalismo, ficando ao lado de todos os familiares do acusado, numa ardorosa atitude de lealdade e destemor. O clima era tenso, negro, conturbado e perigoso.

Fatídico escurecer de 15 de junho de 1982. Rua das Árvores, antiga Ladislau Neto ou do Macena, centro de Maceió. Um tiro ecoou naquele começo de noite. O jornalista e advogado Francisco Guilherme Tobias Ganja, 37 anos, que se encontrava à porta de seu escritório, já de saída, fôra o endereço da bala. Tombou, já sem vida, sobre a quente poça de sangue que formara no local.

O assassinato de Tobias Granja ocorreu menos de um mês depois de ele receber e divulgar uma carta de Henrique, que já não estava mais em Alagoas, após a espetacular fuga do Quartel-Geral da Polícia Militar, onde se encontrava recolhido, depois que foi julgado e absolvido pela morte de Ernesto Calheiros, ocorrida em 21 de dezembro de 1978, no início da guerra Omena/Calheiros, numa brilhante defesa feita pelo advogado Tobias Granja. Além de Henrique, também foi absolvido seu irmão Antonio Omena da Silva, ex-soldado do Exército, que se encontrava com Ailton e Henrique no momento do crime em que foi vítima Paulo Calheiros.

Eis, na íntegra, o bilhete de Henrique a Tobias Granja:

"Meu caro doutor Tobias, por você eu faço qualquer coisa. Você não é somente meu advogado. É meu irmão, é tudo para mim. Longe de meu Estado, de minha família e de meus amigos leais como você, sinto saudades e tenho vontade de voltar. Mas, quem sabe, um dia voltarei a Alagoas. José Henrique da Silva".

Esse bilhete foi fornecido pelo próprio Tobias aos colegas de jornais, com autorização para publicar. Eu mesmo publiquei uma cópia que por ele me foi fornecida, na página de Polícia do Jornal de Alagoas, da qual eu era, nessa época, o editor. O bilhete datava de 22 de maio de 1982. Menos de um mês depois Tobias Granja era assassinado, provando a sua "coragem contra a violência", *slogan* que usaria na campanha de deputado, em que disputaria, com largas chances, uma vaga à Assembleia Legislativa, pelo PMDB.

O empresário Dagoberto Silva – Dagoberto Calheiros – foi acusado de ter encomendado o crime, ser o mandante, e, por isso, fora indiciado.

Nunca foi verdadeiramente provado, e até hoje Dagoberto nega qualquer participação no episódio. Um motorista, conhecido

como Fanta, que trabalhava na região de Flexeiras, teria sido um dos pistoleiros que puxou o gatilho do revólver que matou Tobias. O outro seria Napoleão. Preso durante alguns anos, Dagoberto foi julgado e absolvido, por falta de provas. Os dois acusados de autoria material também estiveram presos.

Mas o cabo Henrique, mesmo fora de Alagoas, não teria esperado pelo resultado da apuração do caso e vingara a morte do seu advogado e amigo. Para ele, o crime fora planejado pelo tenente PM Cavalcanti, parente dos Calheiros, e um homem bastante temido no estado, inclusive dentro da sua corporação, e a quem era atribuído um rosário de crimes. Cavalcanti Lins foi emboscado e morto após deixar o Quartel-Geral, depois do expediente, por volta das 13 horas, dentro do seu Fusca branco, num semáforo da Praça Montepio, a poucos metros do Quartel, no dia 13 de julho, menos de um mês após a morte do jornalista e advogado Tobias Granja.

Correram rumores de que companheiros de farda de Henrique, que não gostavam de Cavalcanti, teriam aproveitado o ensejo para vingar-se, eliminando, assim, o suposto mentor do assassinato de Tobias.

Mas uma outra hipótese não pode ser descartada: pessoas outras, de influência política, que se sentiam profundamente abaladas pela morte de Tobias Granja, virtual candidato no pleito daquele ano, teriam se aproveitado da situação para mandar eliminá-lo.

Sem elucidação, o bárbaro crime de que foi vítima o jornalista e advogado Tobias Granja foi mais um a tomar o caminho dos casos misteriosos em Alagoas, muito comuns aqui (aliás, existe crime misterioso?). A morte de Tobias foi, portanto, mais um a constar no interminável rol dos crimes insolúveis neste estado.

Passados quase 30 anos, uma curta e pranteada indagação continua bailando no ar: quem matou Tobias?

Chacina da Tapera

Wellington Fontes

Noite de terça-feira, 10 de janeiro de 1984. Sentados a uma mesa da Churrascaria Brasília, que fica na entrada de São José da Tapera, pequena cidade encravada no alto sertão do Es-tado, foram trucidados, a tiros de es-pingardas calibre 12, os ex-vereadores João Alves (advogado) e Wellington Fontes (havia disputado a Prefeitura de Tapera em 82), e o popular Gival-do Ferreira da Silva, conhecido como "Negrão". Do massacre, sobreviveram o vereador José Fernandes Pereira de Melo – "Nandes" –, dois trabalhadores rurais da região e um menor de idade, irmão de Givaldo. Eram 19 horas e 30 minutos aproximadamente.

Com exceção do menor, todas as vítimas eram filiadas ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, agremiação partidária fundada no município dois anos antes, pelo vereador dissidente da Arena, Aristeu Rodrigues Souza e os companheiros mortos na chacina. Antigo correligionário do ex-deputado e ex-prefeito de Pão de açúcar Elísio Maia, de quem foi aliado durante 28 anos, Aristeu rompeu politicamente com o velho "cacique", coronel Elísio (Arena), formou um

novo grupo político e apresentaram Wellington como candidato à Prefeitura de Tapera.

À época da chacina, todas as suspeitas recaíram em cima do então Prefeito de Pão de Açúcar, Elísio Maia, principal acusado pelo episódio sangrento, que, segundo familiares das vítimas, teria mandado os pistoleiros Sérgio, Orlando e Antonio da Barra matar os desafetos. As outras pessoas atingidas, como foi o caso do vereador José Fernandes, que recebeu um tiro de 12, nas costas, conforme declararam os parentes, teria sido, apenas, porque estavam à mesma mesa onde se encontravam as duas vítimas.

Policiais da Delegacia de Santana do Ipanema realizaram diligências e prenderam os três acusados de autoria material dos crimes. O Prefeito Elísio Maia, acusado de mandante, teve, depois, prisão preventiva decretada pela Justiça, e ficou recolhido, em casa, cumprindo prisão domiciliar, portanto. No dia 18 de outubro daquele mesmo ano (ano da tragédia) todos os indiciados no caso foram impronunciados pela Justiça, por falta de provas, e colocados em liberdade. Eram decorridos nove meses da matança.

Caso biólogas

Em maio de 1984, Silvana e Jussara, duas jovens biólogas que visitavam Alagoas, foram mortas numa tentativa de estupro, na praia do Peba, município de Piaçabuçu. As duas foram conhecer aquela parte do litoral sul do Estado para realizar pesquisas na região. Conheceram José Dalvino da Silva, vigia da Secretaria do Meio Ambiente do Estado e morador da localidade, pessoa humilde, e que se oferecera para mostrar os melhores pontos turísticos do lugar. Ela prontamente aceitaram e até agradeceram pela companhia de uma pessoa que conhecia tudo naquela área, uma espécie de um voluntário guia de turismo.

A certa altura da visita, ele tentara estuprar as duas jovens. Tendo elas reagido, Dalvino as assassinara barbaramente, a golpes de cacete.

Assassino confesso, foi condenado a 20 anos de prisão, a cumprir no antigo Instituto Penal São Leonardo, em Maceió. Pagou parte da pena, em regime fechado, virou evangélico, foi para julgamento e conseguiu absolvição.

Esse duplo homicídio, na verdade, nunca foi devidamente esclarecido, porquanto deixou muita dúvida para a sociedade a sua apuração. Houve bastante suspeita, à época, de que jovens da classe média alta tivessem participado do crime. Verdade ou não, sobrou para Dalvino, que assumiu sozinho a prática do brutal assassinato.

Comandante do exército assassinado

Era março de 1986. Uma manhã de março. O comandante do 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, antigo 20º Batalhão de Caçadores, coronel Glênio de Carvalho Souza, foi assassinado dentro do quartel da Corporação, no bairro do Farol, pelo soldado Francisco Leôncio da Silva. Preso em flagrante, foi conduzido para a 7ª Região Militar, no Recife, onde cumprira pena por muitos anos.

O comandante do Exército em Alagoas teria repreendido o subordinado, que, num momento de ímpeto, completamente possesso, disparou o fuzil automático leve, que conduzia, matando o coronel, um cidadão civil e mais quatro outros militares. Foi uma tragédia nunca vista antes naquela Unidade do Exército.

Conselheiro mata esposa

"Só eu sei porque agi assim". Foi com essa curta frase que o advogado Luiz Eustáquio Toledo, conselheiro-Presidente do Tribunal de Contas de Alagoas, sempre reagiu quando indagado sobre a morte de sua esposa, Geneide Félix Bezerra, 30 anos, assassinada a tiros dentro do apartamento do casal, na praia de Ponta Verde, tendo ele como réu confesso. O crime ocorreu no dia 31 de julho de 1987.

Tido como um homem sóbrio, de índole pacata, gentil, educado, avesso, portanto, à violência, o ato delituoso surpreendeu a toda Alagoas, notadamente aos amigos, que entenderam, à época, ter havido um motivo "muito superior" para Luiz Eustáquio matar a própria esposa.

Luiz Eustáquio teve uma reação considerada estranha: depois do crime, fechou o apartamento, foi a uma casa funerária, comprou um caixão e se dirigiu à casa do advogado Fernando Tourinho, a quem entregou a chave do apartamento e contou o que havia acontecido, pedindo que ele providenciasse o sepultamento e patrocinasse a causa.

A pena determinada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 1990, e feita cumprir pelo juiz Wilson Moreira, foi de seis anos de prisão, em regime semiaberto, que não prejudicou o cargo exercido pelo réu, no Tribunal de Contas.

Demonstrando elevado grau de disciplina, o acusado, assim que tomou conhecimento da decisão do STJ, antes mesmo de o

mandado chegar à Secretaria de Segurança e ao Quartel da Polícia Militar, se apresentou espontaneamente à Corporação da PM.

Eustáquio, além da tradição da família, fez seu nome no segundo escalão do Governo do Estado, passando por todos os escalões do Executivo, até chegar à Assembleia Legislativa. Presidiu vários órgãos governamentais, inclusive, a então Cohab – Companhia de Habitação de Alagoas.

Assassinado pai de ex-governador

Pai do então ex-suplente de senador, ex-deputado estadual e ex-governador de Roraima, Rubens Vilar de Carvalho, o fazendeiro Luiz Xavier de Carvalho foi morto, de forma brutal, a tiros de revólver, em Delmiro Gouveia, à porta de sua residência, no centro da cidade, em 15 de agosto de 1987, momentos após a visita do então presidente de República, José Sarney, àquela cidade. A vítima contava com mais de 80 anos e era bastante conceituada na região. Não consta que ele tivesse nenhuma intriga.

O crime nunca foi devidamente elucidado, mas atribuiu-se a um segurança da Chesf, na Bahia, identificado por Robério – o "Nego Béro", que trabalhava na vizinha cidade de Paulo Afonso. O criminoso aproveitara o intenso movimento no local para matar o ancião. Ele foi preso, mas, sem provas suficientes para incriminá-lo, ganhou liberdade, sendo morto, pouco tempo depois, em Paulo Afonso, por envolvimento em outros casos naquela cidade, segundo informações. "Nego Béro", que jogara no Guarany, em Maceió estaria extorquindo Luiz Xavier, até quando este, não aguentando mais, resolvera se recusar a dar dinheiro para o elemento. Esse fora o mais provável motivo do crime.

Chacina em Mata Grande

Domingo, à tarde, em Mata Grande. Era 30 de agosto de 1987. Dia de feira livre na cidade. Num dos bares daquela pequena comuna sertaneja, um cidadão identificado por Irineu Quinino, de família conhecida na região, discutiu com os soldados Argentino e Albenildo, do destacamento local da Polícia Militar. Motivo: recusara-se a entregar uma faca-peixeira que conduzia à cintura.

Em meio à discussão, ele escapuliu, sem antes dizer que os militares fossem buscar a arma que ele portava, em sua casa, na fazenda "Placa de Guilé", a poucos quilômetros da sede do município. Ali, ele se juntou aos três irmãos, e esperaram a Polícia.

Os dois policiais foram até à delegacia, comunicaram o fato ao delegado, e, juntamente com outros colegas, rumaram para a localidade "Placa de Guilé", onde morava a família Quinino. Lá, cercaram a casa que estava fechada, mas foram emboscados, pois os irmãos Quinino, entrincheirados em pontos estratégicos, enfrentaram os militares, matando quatro deles – Albenildo da Silva, José Edson dos Santos e Gimesson Simões Marcelino (todos soldados), além do cabo Samuel, que comandava a volante, que eles (os Quinino) levaram como refém, ao fugirem, matando-o e abandonando seu corpo no meio da caatinga. Dois outros soldados escaparam feridos: Argentino e Adelmo.

Todas as vítimas da chacina eram jovens na faixa etária entre 22 e 29 anos, senão vejamos: os soldados Albenildo da Silva, 22; José Edson dos Santos, 24; e Gimesson Simões Marcelino, 29, en-

quanto o cabo Samuel dos Santos contava com 24 anos, apenas. Um detalhe: Gimesson era filho do conhecido advogado criminalista Artanham Marcelino, que, na época, chegou a declarar, no programa Plantão de Polícia, da antiga Rádio Progresso de Alagoas, que "possuo 12 filhos, entre eles, um que é sargento da PM de Alagoas, mas não desejamos qualquer tipo de vingança, apenas que esse bandidos sejam presos e aplicada a devida justiça contra eles".

Resultado: Os irmãos Quinino – José, Aloísio, Irineu e Genival – se embrenharam nas caatingas, que eles conhecem como preás, pois ali foram nascidos e criados, se refugiaram em fazendas de amigos, provavelmente nos Estados de Alagoas e Pernambuco, permaneceram na região, por algum tempo, o suficiente para "baixar a poeira", ninguém foi preso, e informações fidedignas dão conta de que foram embora para algum Estado do Sul do País, nunca mai aparecendo para prestar contas à Justiça.

A população mata-grandense jamais teve notícias do paradeiro dos irmãos Quinino.

O episódio é uma página virada na história sangrenta de Alagoas.

Hoje, decorridos mais de 20 anos, os crimes prescreveram.

Outro prefeito é morto em Belém

24 de junho de 1989. Madrugada de sábado, dia de São João. Depois de visitar, com assessores e amigos, alguns arraiais, o Prefeito José Cícero Santa Rosa, 39 anos, casado, foi assassinado dentro do Bar Xililique, no centro da cidade de Belém, com um tiro de revólver na nuca.

Houve um começo de confusão entre pessoas dos dois grupos políticos do município, quando o Prefeito Santa Rosa chegou ao local, acompanhado de alguns de seus auxiliares. Parentes do ex-prefeito Sebastião Monteiro da Costa não gostaram, entendendo como afronta, já que o estabelecimento, que pertencia a um correligionário deles, não poderia ser visitado pelo adversário, Prefeito do município.

O autor do disparo que ceifou a vida de Santa Rosa foi o jovem Nestor Filho, mais conhecido como "Tozinho", sobrinho do ex-prefeito Sebastião Monteiro. Gerson Alves da Rocha, que acompanhava o Prefeito, ainda revidou, a tiros, atingindo Sidney Monteiro Costa, filho de Sebastião Monteiro. Hoje, Sidney, que é vereador no município, vive em cadeira de rodas, em consequência do balaço recebido. Tornou-se paraplégico.

Morte do pai do cantor Geraldo Cardoso

Ocorrido há mais de 20 anos, no dia 27 de setembro de 1989, no centro da cidade de Palmeira dos Indios, o assassinato do agropecuarista José Cardoso de Albuquerque, 53 anos, pai do cantor Geraldo Cardoso e mais nove outros filhos, o caso, agora, está sofrendo uma verdadeira reviravolta.

O crime deu-se depois que José Cardoso foi abordado pelo delegado Ricardo Lessa (falecido), no posto de gasolina Padre Cícero, na Avenida Vieira de Brito, onde a vítima se achava com seu caminhão carregado de gado (corte e leite), pertencente ao senhor Roney Tenório, que acabara de comprar na feira de Dois Riachos, e Cardoso transportava, com seu carro fretado, para o município de Marechal Deodoro. Lessa, alegando tratar-se de um suposto roubo, exigiu sua presença na delegacia, que fica a poucos metros do local, no que foi atendido, e lá Cardoso mostrou a guia de transporte dos animais, ficando tudo esclarecido. Mesmo assim, segundo relato de testemunhas, Ricardo dissera que ele iria ser levado para a cidade de Viçosa. José Cardoso não aceitou, afirmara ser muito estranha a solicitação, e, imediatamente, retirou-se em direção ao posto de combustíveis, onde estava o seu veículo, sendo seguido pelo delegado e os policiais Antenor Carlota (falecido), Manoel Bernardo de Lima Filho e o sargento José Belaildo dos Santos. Vendo-se perseguido, Cardoso procurou se proteger numa

loja de peças de seu amigo, de nome Abelardo Gomes, onde foi morto por uma saraivada de balas disparadas pelo delegado e os policiais, conforme consta nos autos do processo, na 17ª Vara, em Maceió, pelo que informou Geraldo Cardoso.

A reviravolta desse caso consiste no seguinte: um *site* de São Paulo (Notícias.terra.com.br/Brasil/notícias) divulgou, em outubro de 2008, que o "caso Eloá leva à prisão de suspeitos de mortes em Alagoas". Para quem não lembra, Eloá, morta pelo namorado, é filha do ex-cabo Everaldo Pereira, que se encontra preso no Baldomero Cavalcante.

Há 15 anos foragido, o ex-PM Manoel Bernardo Lima Filho foi preso no dia 3 de outubro de 2008, em São Paulo, como também o sargento José Belaildo. O Núcleo de Combate ao Crime Organizado em Alagoas, através do juiz Maurício Breda, da 17ª Vara, garante que os acusados vão a julgamento ainda este ano. Segundo familiares da vítima, estar nos autos que os acusados citam o nome do ex-Prefeito Mainha, de Quebrangulo (falecido), como mandante do crime, por questões políticas.

Delegado Ricardo Lessa é metralhado

Noite de 9 de outubro de 1991, uma quarta-feira, por volta das 9 horas e 30 minutos, na Rua Mem de Sá, no bairro de Bebedouro, tomba, quase sem vida, o diretor do Departamento de Polícia da Capital, Ricardo Lessa, metralhado dentro do seu automóvel, um Monza, estacionado em frente à casa da família de sua esposa, Maria José Lopes, funcionária pública estadual.

Na emboscada, morreu, também, o segurança pessoal de Ricardo, Antenor Carlota da Silva, 51 anos, casado, com residência no Conjunto Benedito Bentes. Ele aguardava a chegada do delegado Lessa, encostado no outro carro, um Santana, pertencente à secretaria de Segurança, que seria ocupado por Ricardo.

Quando foi metralhado, o delegado, juntamente com o outro segurança José Dantas da Silva, que se encontrava no banco traseiro do veículo Monza, aguardava sua esposa, que tinha ido buscar uma marmita, para depois seguirem para sua residência, no bairro da Serraria. O segurança saiu lesionado levemente e foi medicado na Unidade de Emergência.

Ricardo Lessa e Antenor Carlota ainda foram levados, com vida, no mesmo veículo em que ocorreu o atentado, para a Unidade de Emergência, dirigido pelo motorista Gilson José dos Santos, a pedido da esposa do delegado assassinado, mas já chegaram mortos. Por determinação do secretário de Segurança, Wilson Alfredo Per-

pétuo, os corpos foram necropsiados por legistas do setor de patologia daquele hospital, não sendo, assim, transportados para o IML.

Muito temido no Estado, na função de delegado, e tido como homem de temperamento violento e muito explosivo, Ricardo Lessa, que se envolveu em vários casos sangrentos, mas sempre se destacando como delegado de muita ordem e bastante respeitado, foi agente civil e trabalhou como chefe de serviço em várias delegacias da Capital. Como delegado, a primeira delegacia onde trabalhou foi na Regional de Santana do Ipanema, quando recebeu o título de cidadão honorário do município.

Um leque de suspeitos na morte do delegado foi aberto, desde a chacina em que morreram três policiais pernambucanos, num atentado sofrido pelo então prefeito Hildelbando de Albuquerque, de Águas Belas, até o episódio de invasão, por policiais, da Unidade de Emergência Armando Lages (Hospital do Pronto-Socorro), para matar o agricultor Joanildo Pereira da Silva, responsável pela morte do cabo da PM Josenilton Nogueira. No primeiro caso, teriam sido policiais de Pernambuco, para vingar a morte dos colegas, já que Ricardo Lessa e o ex-Prefeito Elísio Maia, de Pão de açúcar, teriam sido apontados como mandantes do atentado ao Prefeito de Águas Belas, o que foi muito discutido, mas não comprovado. No caso da invasão ao hospital, que ele desvendou, apontando nomes de supostos culpados, teriam sido os policiais indiciados.

Hoje, ainda pagam pena, em presídios de Maceió, o ex-tenente coronel Manoel Francisco Cavalcante e o ex-cabo Everaldo Pereira, acusados na morte de Ricardo Lessa.

Assassinado presidente da Casal

No começo da noite de 1º de setembro de 1992 é crivado de balas, no pátio do prédio sede da Casal – Companhia de Água e Saneamento de Alagoas, na Rua Barão de Atalaia, centro de Maceió, o presidente daquela empresa estatal, engenheiro Sílvio Romero Cavalcante Arruda. Ele recebeu vários tiros de revólver, morrendo no local.

Sílvio Arruda deixava o seu gabinete, na Casal, após mais um dia de trabalho, dirigindo-se ao pátio da empresa. Adentra o veículo e, ao fechar a porta, é abatido, a tiros, todos à queima-roupa. O motorista do veículo por pouco não foi atingido. O pistoleiro consegue fugir, levando a arma utilizada no crime.

Um funcionário do órgão, que cuidava da portaria, disse, em depoimento à Polícia, ter visto um homem de estatura média, moreno, de aproximadamente 28 anos de idade, deixar o local, correndo em direção à Escola Técnica Federal de Alagoas. Outro funcionário da empresa revelou que essa mesma pessoa estava desde o meio da tarde dentro de um bar defronte à Casal.

Num trabalho investigativo bastante rigoroso, expressamente recomendado pelo então secretário de Segurança, Alfredo Wilson Perpétuo, a Polícia não demorou a chegar ao matador, um soldado da Polícia Militar de Alagoas, por nome de Everaldo Galdino dos Santos, cunhado do também engenheiro da Casal Ênio Souza Bonfim, que era chefe da divisão de Obras do Órgão. Até então, o nome

de Ênio não poderia ser vinculado ao crime, visto ser ele pessoa muito bem relacionada dentro da empresa, inclusive gozando de prestígio junto à Presidência.

Com a confissão de Galdino, na delegacia do 2º Distrito, cujo delegado era Cícero Firminiano, e que fora contratado pelo cunhado Ênio para fazer o "serviço", inclusive relatando detalhes como o de que fora levado ao local pelo próprio cunhado, em seu carro particular, agora restava apenas a prisão do engenheiro, o que ocorreu dentro de poucos dias. Em todo momento, ele negou ser o mandante do crime, e que seu cunhado teria feito essa confissão sob tortura da Polícia. "Ele confessou o que não fez" – sempre se defendeu Ênio.

Os dois ficaram presos (Everaldo, no Instituto Penal São Leonardo, e Bonfim, por ter curso superior, no quartel do Corpo de Bombeiros), até que, no dia 19 de abril de 1994, o engenheiro Ênio Bonfim e o PM Everaldo Galdino foram julgados e condenados à pena de reclusão de 18 anos, pela Justiça. Ênio cumpriu um sexto da pena, foi beneficiado com prisão-albergue e voltou a sua atividade normal na Casal. Já Galdino ficou mais de 10 anos na cadeia, ganhou liberdade, e, como era soldado reformado, não foi excluído da Corporação, passando a fazer "bicos" como segurança particular, trabalho que, na época do crime, fazia para o cunhado Ênio. Na função de segurança da Empresa Real Alagoas, foi assassinado em frente ao prédio desta, na Rua Joana D'arc, no bairro Farol.

Até hoje a morte de Sílvio Arruda nunca teve revelado o motivo; nenhuma explicação para o fato, nem ao menos especulação com certo sentido.

Um caso polêmico, mas sem história.

Por que Sílvio Arruda foi assassinado?

Ninguém sabe. Fato estanho. Mais um episódio sangrento que manchou de sangue o território alagoano.

A morte de Renildo

José Renildo da Silva

Considerado como um dos crimes mais selvagens já cometidos em Alagoas, em que políticos são vítimas, o assassinato do vereador oposicionista José Renildo da Silva, do município de Coqueiro Seco, ganhou repercussão nacional. Ele fazia cerrada e ostensiva oposição ao Prefeito Tadeu Fragoso, descambando, em certo momento, para o campo pessoal, não sendo as críticas dirigidas apenas à figura do chefe do Executivo, mas também a sua pessoa.

O jovem legislador foi sequestrado de sua residência, quando dormia, na madrugada de 6 de fevereiro de 1993, sendo seu corpo encontrado em Pernambuco, quase um mês após o crime. O corpo estava num local, e a cabeça bem distante, jogada que fôra no rio Xexéu, no município do mesmo nome, no vizinho Estado.

Tendo como acusados no crime o também jovem Prefeito Tadeu Fragoso e seu pai, José Renato, como autores intelectuais, e os policiais Válter, Paulo de Lima e Luiz Marcelo Falcão na condição dos executores, o caso foi completamente desvendado graças ao depoimento de uma testemunha-chave do assassinato, o caçador José Martins dos Santos, que declarou ter assistido ao vereador sendo

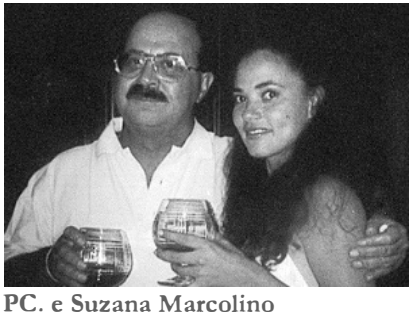
cruelmente torturado e morto, na Fazenda Santa Fé, de propriedade de Renato Fragoso. O caçador, que se encontrava no mato, naquele momento, escondido por trás de alguns matos, viu, segundo ele, a chocante cena e reconheceu as pessoas que dela participavam, como sendo o Prefeito Tadeu Fragoso e seu pai José Renato, bem como os policiais Válter, Paulo de Lima e Luiz Marcelo.

Depois de seis meses de prisão, todos os acusados foram postos em liberdade, exceto o soldado Paulo Lima, porque estava respondendo por outros crimes, já que, segundo a Justiça, "não há nos autos provas que justifiquem as respectivas punições". O processo, ainda hoje, rola na Justiça.

A testemunha ocular do fato, o caçador, pediu permissão à Justiça para ir embora de Alagoas, no que foi atendido, desaparecendo até hoje. O mesmo aconteceu com alguns familiares de Renildo, que deixaram o Estado e nunca mais voltaram.

O caso, à época, alcançou repercussão nacional, até porque o vereador fazia parte de um grupo *gay* com ramificações em todo o Brasil, entidade da qual era ele o secretário-geral.

PC Farias, um cadáver que não quer calar



PC. e Suzana Marcolino

Cercado de mistérios, envolto em muita controvérsia e cheio de especulações, formando um confuso e grande emaranhado de deduções, versões e insinuações as mais desencontradas, o crime de que foram vítimas o empresário Paulo Cesar Farias e sua namorada, Suzana Marcolino, encontrados mortos num quarto da casa de praia de PC, na praia de Guaxuma, litoral sul de Maceió, na madrugada de 22 de junho de 1996, a tiros de revólver, foi um dos episódios sangrentos que mais repercutiram, não só em Alagoas, mas internacionalmente, pela figura que era Farias, quando ganhou notoriedade no episódio do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, de quem fora o caixa da campanha.

PC Farias tornou-se famoso também pelas suas espetaculares fugas dos cercos da Polícia Federal, que tinha ordem expressa para sua prisão preventiva, acusado que era de sonegação de impostos, quando se homiziou na Ásia, onde terminou preso e trazido para o Brasil.

Em torno da sua morte, presumivelmente praticada por Suzana, criou-se um círculo de histórias as mais fantásticas. A namo-

rada, cuja versão oficial é de que se suicidou, provavelmente teria sido assassinada, de acordo com os dados técnicos dos levantamentos feitos no local do crime, e que nunca foram divulgados. Pelas deduções, Suzana, numa noitada de farra com PC, diante de alguma discussão com o parceiro e num momento de incontrolável ira, resolvera acionar o gatilho da arma contra seu namorado. Menos de uma hora depois, alguém a eliminou, conforme mostram exames técnicos realizados por especialistas na matéria, ainda que de forma extraoficial. E a arma para a execução de Suzana, tudo indica, saiu do coldre de um PM.

Surgiu no rumoroso episódio a figura do médico psiquiatra e técnico-legista George Sanguinetti, coronel da Polícia Militar de Alagoas. Ele, voluntariamente, resolveu entrar no caso, "a bem da verdade", segundo afirma. Sanguinetti descarta a hipótese de crime passional. Para ele, não houve suicídio. Foi duplo homicídio. E diz mais: *"Eu acuso: os crimes passaram pelos seguranças do doutor Paulo Cesar Farias. Eles sabem".*

De acordo com George Sanguinetti, "o tiro que provocou a morte de Suzana foi dado à queima-roupa. É típico de homicídio e atípico de suicídio".

O perito Badan Palhares, de São Paulo, veio a Maceió, por mais de uma vez, para acompanhar o caso. No seu laudo, oficial, ele comprovou o fato como se tratando de homicídio e suicídio, o que foi desmentido por Sanguinetti: "Badan Palhares mentiu. Ele realizou uma perícia cheia de erros técnicos. O laudo do médico paulista não diz a verdade. É tudo uma farsa, uma grande farsa. Suzana e PC foram assassinados".

O jornalista Mendonça Neto, ouviu George Sanguinetti, em 1999, para sua revista (extinta) Almanaque de Alagoas, numa matéria com o título "Um cadáver que não quer calar", quando textualmente assim ele se pronunciou: "desde que divulguei, ainda em 26

de junho de 1996, que as mortes de Paulo Cesar e Suzana Marcolino nada tinham de passional, e sim, duplo homicídio, passei a sofrer uma campanha depreciativa à minha imagem. Como não podia se explorar quanto a minha integridade e honestidade, usaram roupagem de louco e insano".

E prossegue Sanguinetti, no seu relato: "Havia um compromisso político dos então detentores do poder em Alagoas, em não apurar o caso PC Farias. Os jornais do Estado eram propriedades ligadas à família Farias, que se dizia satisfeita com as investigações de caso passional, e ao ex-presidente Collor, que sempre declarou que o crime era passional".

– Enfrentei perseguições, ameaças de morte e continuo recebendo proteção à minha vida, por recomendação do Ministério da Justiça. Não saio à noite, não frequento festas ou locais de risco, mas continuei uma luta solitária, clamando por ética, por moralidade, insistindo que o poder político não deve acobertar crimes – destaca ele, para acrescentar: *"acusam-me de insano, de doente mental, apenas para tentar tirar a credibilidade de um professor, há 30 anos na Universidade Federal de Alagoas (centro de medicina e direito). Qual é a minha loucura, a insanidade? A de falar a verdade. De não me intimidar, de não temer aos que matam em Alagoas. Provei para todo o Brasil que as mortes do doutor Paulo César Farias e Suzana Marcolino não foram caso passional. Passional foi o inquérito policial. Uma farsa montada em Alagoas pelos detentores do poder político".*

Caso Sílvio Viana

Tido como o maior cobrador de imposto que Alagoas já conheceu, Sílvio Viana, que exercia a função de coordenador-geral de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda (Coordenador de Arrecadação), foi emboscado e morto no distrito de Ipioca (26 quilômetros ao norte de Maceió), na tarde de 28 de outubro de 1996, quando retornava de sua casa de praia, em Riacho Doce, coincidentemente feriado estadual em comemoração ao dia do funcionário público.

Quando foi morto, Sílvio levava, no banco traseiro do carro, um Fiat Uno, uma pasta de couro preta, contendo ofícios endereçados às 31 maiores usinas sucroalcoleiras do Estado. Nesses documentos, que tinham texto único, Viana intimava os usineiros a cumprirem o despacho do juiz Klever Rêgo Loureiro, da 26ª Vara da comarca de Maceió, que concedeu antecipação da tutela, impedindo que as empresas utilizassem direitos resultantes de todos os acordos da cana própria até então celebrados em Alagoas, ficando, todas, obrigadas ao recolhimento de ICMS.

Inicialmente, depois de serem investigados alguns usineiros que foram intimados, foi criada uma segunda linha de investigação, culminando com a incriminação do cabo PM Sandro Duarte, como autor material, e os fiscais de renda Arnaldo Perciano e Aloísio Tavares, além do agente fazendário Célio Viana (que nada tem a ver com o sobrenome da vítima) como autores materiais. Essas investigações duraram um mês, e tiveram à frente o então diretor do Departamento de Polícia da capital, delegado Flávio Saraiva, que

tinha em sua equipe os também delegados Cícero Torres e Nílson Alcântara, avaliados pela cúpula da SSP como policiais competentes e muito tarimbados na atividade, vistos, inclusive, também, como sérios e bastante experientes.

Em sentença prolatada em 12 de novembro de 1997, o Tribunal de Justiça anula a sentença do juiz da 9ª Vara Criminal, Paulo Roberto Nunes, que havia pronunciado todos os incriminados. O relator do processo, desembargador Geraldo Tenório Silveira, entendeu que a pronúncia apresentada pelo juiz da 9ª Vara não continha fundamentos suficientes para que os réus fossem levados a júri popular.

Tempos depois, o delegado Mário Pedro, no comando das investigações, apontou os nomes do ex-tenente Silva Filho, Fernando Fidélis e o ex-soldado Garibaldi Amorim como os autores materiais do crime, e do ex-tenente coronel Cavalcante como intermediário.

Na verdade mesmo, até hoje o caso continua sem uma completa elucidação.

A chacina da Gruta

Ceci Cunha

Ora apontando um, ora apontando outro, a Justiça de Alagoas viu-se de repente diante de um dos mais polêmicos, intricados e rumorosos crimes já ocorridos no Estado, que foi a tragédia que vitimou a deputada federal Ceci Cunha e mais três familiares, batizada pela imprensa como a "chacina da Gruta".

Momentos depois de ter sido diplomada, no Fórum do Barro Duro, em Maceió, para o segundo mandato de deputada federal, Josefa Santos Cunha, a deputada Ceci Cunha (PSDB), 48 anos, a primeira deputada federal eleita em Alagoas, foi assassinada com um tiro de espingarda calibre 12, na cabeça, no terraço da casa número 284, da Rua Elói Lemos de França, bairro Gruta de Lourdes. A deputada acabara de chegar, e conversava com familiares, quando foi surpreendida pela invasão de homens armados, que já chegaram atirando, morrendo ela, seu esposo, Juvenal Cunha da Silva, 48 anos, o

cunhado, Iran Carlos Maranhão, 33, e a mãe dele, Ítala Neide Maranhão Pureza, de 58 anos.

Eram, aproximadamente, 7 horas e 30 minutos da noite da quarta-feira, 16 de dezembro de 1998. Ceci e familiares conversavam tranquilamente no terraço (varanda) da casa, quando três homens de armas em punho invadiram a residência. Um deles gritou "essa é a Ceci", e começaram a atirar para todos os lados. Um tiro de espingarda calibre 12 quase decepa a cabeça da parlamentar. A saraivada de balas atingiu praticamente a todos que se encontravam no local. Apenas a irmã Claudinete Cunha pôde escapar, fugindo para o interior da residência, indo se esconder debaixo de uma cama.

Desde o momento da tragédia, uma onda de especulações e suspeitas começou a tomar conta de Alagoas. A polícia desprezou outras informações surgidas e começou a trabalhar na linha mais lógica e fácil que havia: o crime partira do ex-deputado federal e primeiro suplente na coligação pela qual a deputada foi eleita, o também médico (ela era médica ginecologista) Talvane Albuquerque.

Apesar de haver outras vertentes de investigação, o inquérito foi concluído apontando apenas Talvane como autor intelectual (mandante), e seus assessores Jadielson Barbosa, Alécio Vasco, José Alexandre dos Santos (Zé Piaba) e Mendonça Medeiros como executores. Assim, os três foram denunciados pelo Ministério Público, que ouviu Claudinete Cunha, irmã de Ceci, declarar: "O autor dos disparos foi o Jadielson. Fui mirada por ele no dia da chacina, há dez dias do resguardo do nascimento da minha filha, vendo meu marido (Iran Carlos) morto no chão, e minha irmã em sangue. Tive a oportunidade de correr e me esconder debaixo da cama". Essa acusação, da única testemunha ocular do caso, está anexada aos autos do processo.

Apareceu no episódio a figura do pistoleiro Maurício Gomes Novaes, o "Chapéu de Couro", informando que Talvanes Albuquerque o teria procurado para matar o também deputado Augusto Farias. Aí a situação se complicou mais ainda, causando uma confusão generalizada, um emaranhado, embaralhando tudo, transformando o caso num verdadeiro "quebra-cabeça". "Chapéu de Couro" foi ouvido até na Câmara Federal, que friamente fazia questão de acusar o ex-deputado Talvanes.

Depois de eleita deputada federal, pela segunda vez, Ceci queixava-se de algumas sequelas com companheiros de partido e de grupo político, mas nunca a ponto de se sentir ameaçada de morte.

Num julgamento histórico, através da Justiça Federal, que durou três dias, todos os réus foram condenados, cabendo ao médico e ex-deputado Talvane Albuquerque, a pena de 103 anos de reclusão, inicialmente. Os outros tiveram penas que variaram entre 75 e 105 anos.

Ex-prefeito e esposa metralhados

O atentado e morte do ex-prefeito José Rodrigues Dantas, conhecido como Zé Miguel, do município de Batalha, no alto sertão, e sua mulher, Matilde de Souza Toscano, na madrugada de 19 de março de 1999, dia do aniversário do político, veio como uma espécie de resposta às palavras duras do governador Ronaldo Lessa, no cargo há menos de três meses, que, na mesma semana do crime, havia declarado à imprensa que o crime organizado em Alagoas teria de chegar ao fim, porque, se os matadores viessem com força, encontrariam igualmente força para combatê-los. Foi o primeiro crime de repercussão no Governo Lessa.

Logo após os assassinatos, abriu-se um leque imenso de suspeita, com várias pessoas apontadas, inclusive, membros da família "Boiadeiro", daquela região, mas, de concreto mesmo, pouca coisa foi apurada, e praticamente quase nada foi provado.

A morte de Zé Miguel representou, à época, o desmoronamento de uma força política e pessoal no sertão, onde ele era respeitado e temido pelos seus adversários políticos. Era um chefe poderoso em toda a Bacia Leiteira de Alagoas.

Chacina de Roteiro

A menos de um mês da eleição estadual de 2006, na noite de 10 para a madrugada de 11 de setembro daquele ano, é emboscado e morto o Prefeito do município de Roteiro, Edvaldo dos Santos Ribeiro (Val do Agenor), quando retornava para sua cidade. Juntamente com ele, também foram fuzilados Benedito Cláudio da Silva – o Bené – e Francisco Souza Ramos – o "Vaqueiro", que trabalhavam para o Prefeito.

O vereador Genival Barbosa da Silva ainda chegou a ser apontado pela Polícia, através da delegacia de São Miguel dos Campos, como o mandante da chacina, sendo até indiciado. Ele acusou a ex-prefeita Maria Helena Jatobá de manipular o inquérito para condená-lo. "Não me conformo estar indiciado em um crime que eu jamais tive qualquer participação" – lamenta o político, achando "muito estranho o delegado Antonio Carlos Lessa ter me indiciado como autor intelectual, e não apontar os autores materiais. Me pegaram para acobertar milionários que circulam pelos salões luxuosos dos três Poderes".

Preso, assim que foi indiciado, Genival Barbosa se considerou vítima de um complô político para jogá-lo na lama e no ostracismo. *"Sou o bode expiatório dessa farsa. Enquanto isso, os órgãos de segurança do Estado conhecem bem os nomes dos mandantes e executores e silenciam. Não matei e nem mandei matar o Val, porque sempre fomos bons amigos".*

Colocado depois de algum tempo em liberdade, Genival aguardava o julgamento, quando foi assassinado, à porta de sua residência, no centro de Roteiro

Outro episódio sangrento em Alagoas que ficou sem elucidação.

Outros crimes

Outros crimes que sacudiram Alagoas, uns com maior, outros com menor repercussão, mas todos maculando o nome do nosso pequenino Estado. Destaco, aqui, alguns deles, aqueles dos quais consegui, senão maiores detalhes, pelo menos, subsídios suficientes para o registro necessário, sem seguir a cronologia, pela ordem das datas de cada um, como nos anteriores, mas merecedores da devida citação.

- No dia 1º de fevereiro de 1991, já no final da tarde, numa emboscada ocorrida na rodovia AL/220, que liga a BR-101 à cidade de Arapiraca, a poucos metros da via de acesso a Limoeiro de Anadia, tombaram sem vida o Prefeito Jorge Cavalcanti Madeiro, de Campo Alegre, e sua esposa, Júlia Cavalcanti Madeiro. Pouco tempo antes, ele já havia escapado de dois outros atentados a bala, saindo ileso. Nunca ficou devidamente esclarecido o duplo assassinato, mas o ex-soldado da Polícia Militar de Alagoas Manoel Joaquim da Silva – Galego –, juntamente com o fiscal de rendas Walter Guimarães (apontado como mandante), além de José Melquíades, Valdécio Odilon da Silva e um filho, funcionário da Prefeitura, foram indiciados, presos e submetidos a julgamento. Somente o ex-militar foi condenado, recebendo pena de 17 anos e 6 meses de prisão. Não demorou muito tempo, fugiu do então Instituto Penal São Leonardo, após receber ordem judicial para se submeter a tratamento

médico. Alguns meses depois, um filho do Prefeito assassinado, Isaú Madeiro, foi abatido a tiros, na cidade de São Miguel dos Campos, durante os festejos juninos. A família descartou que a morte de Isaú, como a morte de seus pais, tivesse motivo político, mas uma coisa é certa: o assassinato de Isaú, morto de forma estranha e sem os criminosos deixarem pista, teve correlação com o trucidamento dos seus pais.

- Ganhou repercussão a morte da freira holandesa Ana Martins Manders, de 69 anos, abatida a tiros de revólver, dentro de sua residência, em Palmeira dos Índios, na madrugada de um domingo, 16 de julho de 1995. Os acusados foram os irmãos Roberto Mendes de Melo e Ranilson Mendes de Melo, de 25 e 27 anos, respectivamente. Sempre juraram inocência, mas foram indiciados, e presos. Ambos negaram o bárbaro crime, chegando a afirmar que *tinham na freira uma mãe que muito os ajudava.*
- O assassinato do fazendeiro Fernando Fidélis, dentro da cela onde se encontrava, no Presídio Baldomero Cavalcanti, por outro detento, no dia 28 de outubro de 2005, provocou uma série de comentários no meio da sociedade, pela falta de garantia à integridade física das pessoas que estão recolhidas ao sistema prisional do Estado, não importando o motivo da prisão. Ele era acusado no crime de que foi vítima o tributarista Sílvio Viana, e de autor intelectual de uma chacina, no interior do município de Pindoba, e ainda aguardava julgamento.
- o atentado sofrido pelo deputado Cícero Ferro, em janeiro de 2004, quando saía de sua fazenda, em "Minador do egrão", ele foi atingido por uma saraivada de balas, espalhadas pela cabeça, tronco, braços, pernas e no maxilar, en-

quanto o seu primo e motorista, José Maria Ferro, recebeu quatro tiros. Ambos sobreviveram. Os acusados, parentes do parlamentar, entre eles José Nilton Cardoso Ferro, ainda hoje se encontram foragidos.

- O trucidamento do delegado de polícia de Canapi, no alto sertão do Estado, sargento PM Claudionor Ferreira Souto, na madrugada de uma sexta-feira, 2 de novembro de 1990, Dia de Finados, abalou a estrutura da Segurança Pública. Ele contava 47 anos e residia em Maceió. Consta que o policial Souto chegara ao local onde foi eliminado, no povoado Santa Cruz, a uns quinze quilômetros da séde do município, na noite da véspera, acompanhado de três soldados e de uma jovem estudante, sua namorada, para uma novena em louvor ao Dia de Todos os Santos, e havia alertado aos seus subordinados que tivessem cuidado, porque o elemento conhecido como "Lourinho", a quem ele não conhecia, vivia jurando matá-lo, porque não gostava de polícia, e que podia se encontrar por ali. Morreu alvejado com três disparos de revólver, dentro da viatura da Polícia. O criminoso, envolvido em roubo de gado e homicídios na região, fugiu caatinga adentro, envultando-se na noite, e sem que os soldados, que estavam a uns quinze metros do veículo, conseguissem capturá-lo.
- Era sexta-feira, 28 de janeiro de 2005, quando foi assassinado o ex-vereador e secretário de Administração da Prefeitura de Minador do Negrão, Jacó Cardoso Ferro. O crime se deu às 13h 38, sendo a vítima atingida por vários disparos de arma de fogo, numa emboscada, na BR-316, no município de Estrela de Alagoas. O atentado foi cometido por dois homens que ocupavam uma moto, enquanto Jacó se encontrava num veículo de marca Uno, de

sua propriedade, acompanhado de mais quatro pessoas, que seriam seguranças e parentes seus. Ao tomar conhecimento do caso, o deputado Cícero Ferro, primo da vítima, em declarações à imprensa lamentou o assassinato do parente: *"o fato só traz mais prejuízos para a família e a cidade. Só tenho a lamentar o que aconteceu"*. Chegaram a citar o nome de Cícero Ferro no episódio. "O pai de Jacó era irmão do meu pai, e ele já me apoiou em eleições anteriores. Fico triste com essas histórias" – afirmou o deputado.

- Agropecuarista no município de Jundiá, José Carlos Pedrosa Calheiros foi morto a tiros, numa emboscada, em Campestre, na região Norte do Estado, no começo da década de 80.
- Irmão de José Carlos, Tadeu Calheiros, comerciante em Maceió, também teve a mesma desventura: foi morto, também a tiros, nesta Capital, igualmente na década de 80.
- O fazendeiro Jose Cardoso da Silva – Cardosinho – foi morto numa emboscada, no bairro do Farol, em Maceió, na tarde do dia 12 junho de 1993, a tiros de espingarda e metralhadora. Juntamente com ele, morreu o estudante Charles Florêncio Belarmino. O duplo homicídio nunca foi elucidado.
- No dia 6 de março de 2001, uma segunda-feira, por volta das 11 horas e 30 minutos da manhã, o Instituto Penal São Leonardo viveu horas de terror e de pânico, com a mais violenta rebelião já registrada no sistema prisional do Estado, nos últimos 40 anos. O motim durou cerca de seis horas e causou cinco mortes.

  Os 441 presos que se encontravam no estabelecimento, iniciaram e movimento de protesto, condenando o sistema penitenciário. Queriam a mudança no regimento, livramento condicional, progressão da pena, o afastamento

de 30 agentes, acusados de torturas, entre outras reivindicações. Alguns detentos invadiram a sala de armas e se apoderaram de seis revólveres calibre 38 e forte munição. Também pegaram facas, serras, tesouras e outros objetos, que usaram como armas, durante a ação. As vítimas estavam envolvidas em mortes e estupros. Os mortos: Sérgio Ricardo Tavares – o "Mata Sogra" – foi decapitado e teve o braço arrancado e jogado fora do Presídio; João Carlos – o "Diabo Louro", Reginaldo Santos, José da Silva e André Bala.

- O bancário Dimas Holanda foi assassinado em Maceió, em 1997, dia 3 de abril. Era de São José da Lage. Crime insolúvel. A sociedade nunca pôde saber quem o matou.
- Luiz Artur, assessor parlamentar na Assembleia Legislativa. Foi morto no bairro da Pitanguinha, em Maceió, em 1986. O inquérito policial apontou como autor intelectual o então Prefeito de Marechal, Danilo Dâmaso, e materiais, dois policiais militares. Nunca houve julgamento. O processo parou na Justiça e prescreveu.
- Outro assessor parlamentar, assassinado na década de 80, foi Marcos Vinicius. Morava em Maceió, onde ocorreu o crime, mas fazia política em Mar Vermelho, interior do Estado, onde contraiu inimizades.
- O músico Anderson Silveira foi sequestrado e, provavelmente morto, em 1993, em Maceió. Morava no bairro Jacarecica, onde houve o sequestro, em 3 de maio de 1993. Até hoje não se sabe do paradeiro do músico. Mistério. Anderson é filho da cantora Nara Silveira.
- O ex-prefeito Ednaldo Miguel da Silva –"Daone" -, de Olho d'Água das Flores, foi abatido a tiros de revólver e pistola, no bairro Cruz das Almas, onde morava, em meados dos anos 90.

- À época, desempenhando suas funções como delegado do município do Pilar, depois de já ter passado por várias outras delegacias no interior do Estado, Márcio Aléxio Pires de Carvalho foi assassinado, na manhã de 21 de abril de 1993, na Rua Formosa, bairro do Prado, em Maceió. Foi vítima de intrigas contraídas no desempenho de suas atividades policiais.
- O Prefeito Lourenço Cardoso, do município de Pindoba, foi morto, durante um tiroteio verificado dentro de um bar, na zona rural do município de Maribondo, em setembro de 1996, dias antes das eleições municipais daquele ano. No conflito, morreram mais dois acompanhantes do chefe do Executivo pindobense, inclusive um que atirara em Lourenço Cardoso, que trabalhava na segurança do Prefeito, segundo testemunha.
- O presidente da Funglaf – Fundação Governador Lamenha Filho, advogado Julio Pereira da Silva, 36 anos, casado, foi encontrado morto, a facadas, no município de Marechal Deodoro, no dia 10 de setembro de 1990. As suspeitas recaíram num menor que com ele fora visto horas antes do crime, mas o caso nunca foi rigorosamente esclarecido. Ambos residiam em Maceió. O menor ainda chegou a ser preso.
- Em julho de 1995, o então Prefeito de São José da Tapera, Ênio Ricardo Gomes, foi morto numa emboscada, na zona rural daquele município. Os motivos do crime, segundo pessoas da região, foram questões políticas. Foi acusado, no caso, no inquérito policial remetido à Justiça, o ex-prefeito de Pão de Açúcar Hermes Maia.
- Dentro da própria corporação, o sargento Erivaldo Marcolino, da Capitania dos Portos, no bairro de Jaraguá, em Maceió, foi assassinado por um colega marinheiro, depois

de rápido desentendimento entre os dois, no começo da década de 2000.

- O temido cabo Gonçalves, reformado da Polícia Militar de Alagoas, acusado no envolvimento em vários crimes no Estado, foi executado, num posto de gasolina, no trevo que dá acesso ao bairro Benedito Bentes, na via expressa, em 1997. Conclusão: Vítima de queima de arquivo.
- Vereador e médico Daniel Houli, do município de Arapiraca, foi assassinado em Maceió, dentro do seu apartamento, em janeiro de 1999. Atribuiu-se o caso a questões passionais.
- Elpídio Calheiros Lins Neto – o Elpidinho Calheiros – foi trucidado, na Rua Belo Horizonte, no bairro do Farol, em Maceió, num atentado a bala, em 1982, Foi vítima da guerra entre as famílias Calheiros/Henrique, que começou em 1978, com as mortes do pai do cabo PM José Henrique da Silva Ernesto Calheiros.
- A estudante Izabelle Gondim foi assassinada pelo namorado, Adalberon de Morais Barros Júnior, em 1997, com um tiro, dentro do veículo do acusado, no bairro Santo Eduardo, em Maceió.
- O engenheiro Bernardo Gondim Rosa Oiticica, 43 anos, filho do usineiro Jarbas Oiticica, um dos acionistas do Grupo Santa Clotilde, em Rio Largo, foi assassinado, a tiros de pistola, dentro do escritório da empresa, por volta do meio-dia de uma sexta-feira, 25 de abril de 2003, pelo próprio primo, Francisco Oiticica Quintela, de 33 anos de idade, no meio de uma discussão sobre a administração da usina. O acusado responde na Justiça pelo crime.
- Filho do ex-prefeito José Paulo Moura, de Campo Grande, no agreste do Estado, Paulo de Queirós Moura se

preparava para disputar a Prefeitura de sua terra, quando foi assassinado, no centro da cidade, em 1987. Teve a mesma inditosa sorte do pai, também assassinado, conforme já tratamos em capítulo anterior, por questões políticas.

- Principal testemunha da morte de Sílvio Viana, o vigilante Edson Vasconcelos – "Eto" –, 36 anos, foi trucidado, com três tiros de revólver, na cabeça, por volta das 11 horas da manhã do dia 9 de novembro de 2002, na Rua Barão de Alagoas, centro de Maceió. Quem atirou, sumiu do local sem ser identificado.
- Fevereiro de 1983. É assassinado, em Palmeira dos Índios, o promotor de Justiça de Major Izidoro, no alto sertão do Estado, Altamir Monteiro Cavalcante. O homicídio teve origem em conflito de famílias, por questões de terras, inclusive, com o cunhado Aloísio de Góes, ex-prefeito de Quebrangulo, de onde a vítima era filho.
- Em 1978, no interior do bar do Chopp, localizado no centro de Maceió, foi assassinado o famoso policial civil Paulo Aguiar. O matador do policial foi o sargento reformado da Polícia Militar de Alagoas identificado apenas por Nivaldo, que teria sido agredido, na véspera do crime, pelo agente. Foi um abalo, na época, dentro da Polícia Civil, pois Paulo era bastante conceituado na sua corporação.
- Num tiroteio verificado na única boate existente na cidade de Canapi, em 1987, foi morto José Jadilson Pedrosa, secretário da Prefeitura daquele município sertanejo. A vítima era filho de Coqueiro Seco, mas já vivia em Canapi há algum tempo. O acusado foi o jovem João Alvino Malta Filho – o Joãozinho Malta.

- Craíbas, madrugada de 1º de novembro de 2000. Fernando Freitas da Silva, de 19 anos, matou os próprios pais, Eunício Vicente da Silva e Jandíria Aureliano de Freitas, a tiros de revólver, e ainda ateou fogo na casa, além de roubar o veículo do casal. Foi preso e encaminhado ao Instituto Penal São Leonardo.
- Motivado por uma discussão, o médico Hamilton Bob Falcão foi assassinado em Maceió, em 1986. O autor do crime foi o também médico Antonio Robson Gomes de Melo, que teve prisão preventiva decretada pela Justiça, sendo posteriormente absolvido pelo Tribunal do júri.
- Depois de sequestrado, o empresário Elias Gonçalves de Melo, dono da Transportadora Itatiaia, foi morto, a tiros, no dia 27 de fevereiro de 1987, no bairro do Tabuleiro, em Maceió. Os acusados como autores materiais do crime, Adenildo Pessoa da Silva, José Cícero Aureliano – "Burra Cega" –, o taxista Mário Rodrigues Santos e o detetive Natanael Marcelino Ferreira Santos, foram presos momentos após o ato delituoso, com eles acusando também o empresário José de Aquino Medeiros, conhecido como "Zequinha da Ucisa", e Antonio José Ferreira de Medeiros, seu filho, como mandantes do bárbaro assassinato. Quando interrogados, os autores materiais disseram que foi planejado, apenas, para ser feito o sequestro e extorquir dinheiro da vítima, mas, no momento que perceberam estarem sendo perseguidos pela polícia, mataram Elias.
- O episódio que ficou conhecido como o "Caso Betinho" ocorreu em junho de 1984, em Maceió. O estudante universitário Roberto Alfredo do Vale Silva – Betinho –, 20 anos, foi sequestrado e morto por policiais civis, conforme

constou nos autos do processo. Oito policiais foram julgados e absolvidos. O crime tivera origem de caso passional.

- O presidente da Câmara Municipal de Paulo Jacinto, vereador José Gracindo Amorim – "Nenê –, 45 anos, foi sequestrado num sábado, 22 de fevereiro de 2003, e encontrado morto, em território pernambucano, no município de Lagoa do Ouro, no domingo, 23. O crime nunca foi elucidado.
- Paulo Henrique Costa Bandeira, professor do Colégio Marista, em Maceió, e do Colégio Municipal de Satuba, foi sequestrado no dia 2 de junho de 2003, e encontrado carbonizado, dentro do seu veículo, no dia 4, em terras da fazenda Primavera, município de Satuba. Preso, acusado pelo brutal assassinato, o ex-prefeito daquele município, Adalberon Morais, cumpriu pena no sistema penitenciário do Estado e está em liberdade.
- O radialista e advogado Roberto Damião Carvalho, noticiarista da Rádio Gazeta AM, atirou na esposa, Verônica Belchior da Silva, e num irmão dela, e, depois, matou-se com a mesma arma. Tanto Verônica como seu irmão foram atendidos no Pronto Socorro de Maceió, e sobreviveram. Era novembro de 1992.
- A vereadora Maria Zuleide Barros, do município de Quebrangulo, foi assassinada pelo marido, ex-vereador José de Barros, em 1996. Ele foi preso, julgado e absolvido. Crime passional.
- Os irmãos Ronald, 22 anos, e Lazínia Mendonça, 28, foram mortos pelo caseiro Jaelson dos Santos, dentro da própria residência, no bairro Gruta de Lourdes, em Maceió, no mês de novembro de 1999. Crime de latrocínio. O criminoso levou objetos, joias e dinheiro, além do carro das vítimas, que moravam sós. Foi preso dias depois.

- O eletricista e artista plástico José Joaquim Araújo Filho foi perversamente assassinado, dentro de sua própria residência, no bairro Ponta Grossa, enquanto dormia, em junho de 1999, dia 2. Ele teria se envolvido numa confusão, num bar, na área do Mercado Público de Maceió, quando viu um policial civil ser assassinado, por um elemento que fugiu imediatamente do local do crime. Ele permaneceu no recinto. Quando a polícia chegou, o levou preso. Foi cruelmente torturado, mas só contou o que vira. Solto, no dia seguinte, ficara em casa, onde foi morto por vários homens durante a madrugada.
- Ganhou repercussão nacional a morte da primeira-dama do município de Lagoa da Canoa, encravado na região agreste do Estado. Dona Maria Goreti Alves Fonseca foi sequestrada na cidade de Arapiraca, à porta do Banco do Brasil, no começo da tarde do dia 1º de março de 1998, e encontrada morta num canavial, no povoado Chã da Imbira, no município de Campo Alegre, três dias após.

  Foi acusado de mandante o empresário Manoel de Souza Melo – "Manoel do Posto". Os motivos nunca foram tornados claros. Versões tão levianas que não convenceram a Justiça, nem a polícia. Nesse intrincado todo, o resultado é que ele foi assassinado, em Arapiraca, dentro do seu posto de gasolina, quatro anos após a morte de Maria Goreti, no dia 21 de abril de 2002.

  Um vereador de Lagoa da Canoa, José Libel Ferro, entrevistado até pelo programa Linha Direta, da Rede Globo, quando se encontrava preso, na Delegacia Regional de Arapiraca, foi acusado de ser o autor material do trucidamento da primeira-dama. Sempre negou, e conseguiu provar sua inocência. Foi impronunciado. Esteve

preso por outros motivos. Apareceu no caso a figura do pistoleiro José Adilson Francelino, que acusou o marido da vítima, Prefeito Lauro Fonseca, de ter participação no crime. Também fez outra acusação: Lauro Fonseca e o juiz Severino Brito mantinham testemunhas do caso em cárcere privado. Hoje, o vereador Libel já não é mais vivo. Foi morto, a tiros, quando se encontrava dentro do seu carro, num posto de gasolina, em Lagoa da Canoa, enquanto o juiz Severino Brito morreu de doença, em casa, na cidade de Arapiraca. E o mistério continua. Mais um crime insolúvel em Alagoas, em meio à imensa lista de tantos outros.

- O jovem engenheiro agrônomo Olival Tenório Costa Neto, 26 anos, foi assassinado em uma churrascaria, na cidade de São Miguel dos Campos, no dia 23 de setembro de 2001, por um soldado da Polícia Militar do Estado, identificado por José Feitosa, depois de uma discussão entre a vítima e o acusado, que se encontrava no estabelecimento com sua família (filhos e esposa). Alegou legítima defesa da honra.
- Vereador em União dos Palmares, José Ailson Paulino de Araújo, 33 anos, conhecido também como "Zé Barraqueiro", foi executado, a tiros, no dia 8 de novembro de 2001, no centro daquela cidade, tendo como acusados Carlos Alberto Oliveira de Almeida e a esposa da vítima. A versão é de crime passional.
- Um crime chocante e muito cruel. É como se define a morte das meninas Mildrilane Gonçalves Pereira, 7 anos, e Hel-len Gonçalves Oliveira, de 8, primas. Elas foram mortas pe-los maníacos Demétrius Sinval Soares Barros, José Carlos de Oliveira Lopes – "Flor" – e Marcos da Conceição dos Santos –"Máfia". Era uma tarde de domingo, 13 de janeiro

de 2002, na cidade de São Miguel dos Campos. As crianças estavam passeando de bicicleta, numa área urbana, mas pouco habitada, quando os facínoras se aproximaram delas e ofereceram doces e bombons. As inocentes aceitaram, já que os conheciam. Eles aproveitaram para arrastá-las para o mato, estuprá-las e, depois, matá-las. Os três monstros foram presos, confessaram a barbaridade que cometeram e foram recolhidos ao sistema prisional, em Maceió, onde se encontram.

- O jovem tenente PM José André do Nascimento, 28, viajava num ônibus da Empresa Real Alagoas, na noite de 1º de maio de 2002, que faz a linha Maceió/Delmiro Gouveia, quando três elementos, armados, passando-se por passageiros, invadiram o coletivo e deram voz de assalto. O motorista parou o veículo. Houve cena de pânico e terror. Roubaram pertences e dinheiro dos passageiros e, ao perceberem o militar fardado, dormindo, atiraram contra ele, matando-o. Os bandidos tiveram uma ação rápida e ágil. O local da tragédia, ocorrida por volta das 22 horas, foi nas proximidades da cidade de Olho d'Água das Flores. A polícia, acionada, chegou ao local imediatamente, e, já no dia seguinte, conseguia prender os três bandidos, todos irmãos e bem conhecidos na região. Trata-se de Natalício Souza Vieira Filho, Ademar Vieira e José Souza Vieira.
- Com matéria assinada pelo repórter Tiago Cordeiro, a revista Época, edição de 8 de abril de 2002, trouxe uma publicação com o título "Barbárie em praça pública", em que fala da morte do jovem Márcio, homossexual assumido, residente na cidade de Maribondo, onde nasceu e de onde é toda sua família. Eis, na íntegra, a matéria: "Na madrugada da quarta-feira, 27 de março, o alagoano José Márcio

Almeida Santos, de 33 anos, circulava pela periferia de Marimbondo, a 80 quilômetros de Maceió, quando foi cercado por um grupo de jovens. Foi apedrejado e espancado com pedaços de pau. Com ferimentos por todo o corpo, foi amarrado em uma moto e arrastado pelas ruas do bairro. Como a cidade, de 15 mil habitantes, não tem hospital, Márcio passou a madrugada em casa e só foi levado à Capital de manhã. Teve traumatismo craniano – e agonizou até morrer, na terça-feira 2. A polícia identificou seis suspeitos do crime. Filho de um fazendeiro da região e sobrinho de um vereador, Márcio fazia serviços domésticos para ajudar a mãe, que vivia sozinha. Morreu como homossexual assumido, militante do movimento *gay* de Alagoas. "Ele se sentia discriminado", disse um amigo à Época. Só neste ano, já houve quatro assassinatos de homossexuais no Estado – o mesmo número de 2001. Essas mortes tiveram requintes de barbárie. Um travesti, conhecido como Priscila, foi encontrado morto, com os olhos arrancados. Outra vítima, Antonio Laudemir de Lima, foi atingido por dez golpes de tesoura. "Mais que em outros locais do País, as mortes aqui na região são marcadas pela crueldade", diz Cláudio Almeida, do Grupo *Gay* da Bahia, que registra casos do gênero em todo o Nordeste".

- Assessora do então deputado estadual Francisco Tenório, na Assembleia Legislativa, Izailda Ferreira da Silva foi sequestrada, por volta das 21 horas do dia 4 de setembro de 2001. Ela se encontrava num ponto de ônibus, no centro de Maceió, depois de mais um dia de trabalho. Seu corpo foi encontrado num canavial, no município de Satuba, alguns dias depois. A acusada, conforme foi amplamente divulgado pela imprensa, foi a tabelià da cidade de Murici, Maria

de Lourdes. Atribuiu-se o crime a envolvimento amoroso da vítima com o esposo da tabeliã.

- A garota Mayara Grazielle de Lima Severo, de apenas sete anos, filha do casal Milton Severo dos Santos, 65 anos, policial civil aposentado, e Vânia Romano de Lima, foi sequestrada, à porta de casa, no bairro Ponta Grossa, Maceió, na noite de 13 de maio de 2002, uma segunda-feira, 19 horas, quando brincava na calçada. O corpo foi encontrado na mesma noite, por volta das 22 horas, num saco plástico, na praia do Sobral. O pai e a amante foram os acusados pelo monstruoso crime. Ele foi preso, julgado e condenado a 19 anos de prisão. A amante, Josete Barros, de 55 anos, auxiliar de enfermagem, teve pena menor.
- Combativo vereador no município de Tanque Darca, e também professor do ginásio local, Renato Lima Filho – Renatinho –, como era conhecido, foi abatido a tiros, no centro daquela cidade, por volta das 9 horas da noite de 11 de junho de 2002. Atuante, e um jovem de boa visão política, Renatinho se destacava na Câmara. Ele foi emboscado exatamente quando retornava da casa de ensino. Um carro com três ou quatro ocupantes estava estacionado a poucos metros do ginásio. Ele vinha a pé, quando foi surpreendido pelos tiros que o vitimaram. Morreu no local. Foi mais um crime remetido para o arquivo dos casos sem elucidação em Alagoas.
- Três crimes ocorridos num espaço de tempo próximo um do outro, no município de Atalaia, na primeira metade da década de 2000, ganharam ampla repercussão, à época. Os dois primeiros tiveram como vítimas um casal de jovens evangélicos (protestantes). Eram irmãos, e foram assassinados de forma estranha, numa estrada da zona ru-

ral. O acusado foi o vereador Gilvan Soares, pessoa bastante conceituada e muita querida naquele município, a saber, pelas expressivas votações que sempre conquistou nas urnas de sua terra. Ele foi indiciado, preso e absolvido por falta de concretas provas do crime. Sempre jurou inocência. Tempo depois foi assassinado, numa invasão a uma churrascaria, no centro de Atalaia, onde também morreram outras pessoas.

No outro crime, a vítima foi a estudante Macléia, uma jovem de vinte e poucos anos de idade que tivera um caso amoroso com o juiz Wiliams de Omena Lopes. O corpo de Macléia foi encontrado num canavial da região. Do relacionamento com o magistrado ficou uma criança, e o assassinato teve como acusada a esposa do juiz Wiliams, que respondeu na Justiça. Crime passional. Assim ficou caracterizado.

- Eleito para o primeiro mandato de Vereador nas eleições de 6 de outubro de 1992, em São José da Lage, Manoel do Rádio, como era popularmente conhecido, foi assassinado antes de tomar posse.

  O crime ocorreu num anoitecer de dezembro daquele ano, dentro de sua Eletrônica, na praça principal da cidade. Dois homens, utilizando um veículo, foram os autores dos disparos.
- Meses depois, um dos pistoleiros presos, foi trazido de um presídio de Maceió, para ser ouvido no Forum da Lage, sendo assassinado numa emboscada quando retornava à capital.
- Atribuía-se à vítima um suposto homicídio, praticado há mais de 20 anos, e mais recentemente um atrito político com um parente do seu primeiro suplente, que assumira o mandato, Paulo Roberto Araújo, o "Neno". Ainda questionou-se a posse de "Neno", mas ele provou inocência no caso, e exerceu o mandato normalmente.

O assalariado do gatilho

Em muitos desses crimes, o braço do pistoleiro de aluguel esteve estendido, engatilhando sua arma. Esses pistoleiros marcaram época nas décadas de 50 e 60 em Alagoas. Eis alguns deles, os mais conhecidos: Adeildo, Procópio, Guaracy, Cícero Canuto, Luiz Gordo, Canduta, Doroteu do Cintinho, irmãos Antonio e Francisco Cacheado, Turista, Pai Velho, Jesus, Alabê, Criança, Calcutá, Zé Preto, José Vital, Canivete, Zé Gago, Zé Crispim, Amâncio José, Manteiga, Lau, Gameleira, Sumiço, Boiadeiro, Pedro Vital, Fumaça, Mata Sete, Manoel da Titia, Chapéu de Couro, Zé Letreiro, Cícero Porqueiro, Wilson, Zé Bodão, Orlando da Barra e Calu.

Homem de vida curta (raramente um morre de velhice), a figura lendária do pistoleiro nos sertões do Nordeste tem uma característica: é católico, analfabeto, filho de pais agricultores; é frio, calculista e, no mais das vezes, demonstra mansidão. Apesar de todos serem vaidosos, apresentavam-se como pessoas simples e humildes. Muitos cultivavam o hábito de carregar um longo rosário no pescoço, quem sabe para, nas suas contas, contabilizar os crimes que praticavam, e, na sua fé, proteger-se dos inimigos, livrando-os de faca e bala.

Tabela da morte

Cada crime em Alagoas tem seu preço. No valor de hoje, um vereador, por exemplo, custa mais ou menos 20 a 30 mil reais. Já um prefeito deve valer em torno de 80 a 100 mil. Tratando-se de um deputado, aí o valor é inflacionado: estadual, uns 500 mil reais, e o federal, na média de 800 mil. Para outras categorias, como empresários, líderes sindicais, profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros etc.), os valores oscilam muito: 100 a 200 mil; enquanto jornalistas, radialistas, padres e pequenas lideranças políticas e comunitárias variam de 20 a 100 mil, por cabeça.

O matador de aluguel

**Jeferson Morais*

Os pistoleiros ou matadores de aluguel carregam algumas características das quais poucas vezes se afastam. A marca de um pistoleiro é o tiro na cabeça, e eles preferem atirar pelas costas da vítima, numa distância mínima. Para esse grupo de assassinos cruéis, não fica bem atirar mais de uma vez para ver sua vítima cair numa poça de sangue, estremecer numa última e desesperada luta pela vida e morrer em questão de segundos. O bom matador não atira mais de uma vez. Ele segue a vítima e atira no melhor momento e ainda fica olhando a queda, como se fosse uma caça, disse-me certa vez uma dessas figuras, numa longa entrevista, observado por um sargento da PM, delegado da cidade de Pão de Açúcar, na década de 80.

Fiquei curioso e perguntei ao facínora o porquê de atirar pelas costas e de um tiro. Ele sentenciou que o matador não deve olhar nos olhos da vítima, até porque para ele não importa quem está executando. A gente recebe o dinheiro e vai fazer o serviço, disse ele. Os pistoleiros também não abrem mão de um bandeira. Esse comparsa fica próximo ao local da execução e depois que a vítima é atingida, faz disparos para o alto e confunde testemunhas. Ninguém sabe de onde surgiram os primeiros disparos. Tudo é feito dentro de um ritual.

*Jeferson Morais, jornalista e deputado estadual.

Se o leitor atentar para alguns dos crimes cometidos em Alagoas, nos últimos anos, pode chegar à mesma conclusão que eu: os pistoleiros de hoje ainda seguem essa regra, principalmente no interior do Estado.

O pistoleiro que me traçou o perfil dos assassinos que atuam de forma impune, principalmente em Alagoas, era um homem de 40 anos aproximadamente, um bigode que mais lembrava aqueles personagens de filmes mexicanos, chapéu preto, uma roupa azul de um tecido que me parece chamar mescla. Era a expressão da morte. Frio e calculista, falava em matar como no meu meio se discute uma pauta. Nascido no povoado Santa Rosa, em Pernambuco, na divisa com Alagoas, era muito requisitado para acionar o gatilho do seu canela seca, nome dado ao revólver calibre 38, de cano longo, no nosso Estado.

Ele marcava cada uma execução no cabo de madeira do 38 com um risco de faca. Nesse encontro já havia 16 marcas.

Crimes sem solução marcam história policial em Alagoas

**Ednelson Feitosa*

A história policial de Alagoas é marcada por crimes misteriosos, casos que alcançam grande repercussão e terminam não sendo apurados pela polícia ou se arrastam na Justiça por vários anos.

A morte de Renildo José dos Santos, que ganhou destaque até nas publicações da Anistia Internacional, ocorreu em 1993. Renildo era vereador em Coqueiro Seco. Ele foi sequestrado em casa. Foi torturado e degolado. O preso aponta o ex-prefeito Tadeu Fragoso como acusado, mas até hoje ele não foi julgado.

O músico Andersson da Silveira foi sequestrado, em Jacarecica, por homens que se identificaram como policiais. Ele foi jogado dentro de um veículo Gol e sumiu. Desde 1994, a cantora Nara Silveira tenta esclarecer o desaparecimento do filho. O policial federal aposentado João Guimarães é citado como suspeito. Ninguém foi preso.

No dia 3 de abril de 1997, o ex-bancário Dimas Holanda foi executado a tiros de pistola, quando descia de seu veículo, no Conjunto Santo Eduardo, na Jatiúca. Esse foi um crime com muitas versões, vários indiciados e nenhum preso.

O crime que teve como vítima o eletricista José Joaquim também alcançou grande repercussão no Brasil e no exterior. Ele foi

*Gazeta de Alagoas, 29/4/2004

assassinado com mais de 20 tiros de pistola e revólver. Joaquim envolveu-se numa confusão de bar, que resultou no assassinato do policial civil José de Melo. Foi preso sem culpa e acusou um grupo de policiais de tortura. Acabou assassinado no interior de sua residência, no bairro do Vergel, no dia 2 de junho de 1999.

O vigilante Ebson de Vasconcelos Silva, o "Eto", também foi vítima de um crime insolúvel. Ele era também testemunha-chave contra o ex-tenente coronel Manoel Cavalcante, no processo da morte de Sílvio Viana, quando foi assassinado no centro de Maceió, em 2002.

Canto Fúnebre

**Ródio Nogueira*

Alagoas entoa o canto fúnebre em louvor de seus mortos numa guerra desigual e covarde. Na década de 50, o matraquear das metralhadoras encheu de sangue lares, pariu órfãos e promoveu o triste desfile de viúvas rumo aos cemitérios, em desespero e pavor. As balas disparadas pelos assassinos destruíram sonhos e esperanças.

A cidade de Arapiraca, apesar dos filhos ilustres, se notabilizou pelo cruel assassinato do jovem médico e deputado estadual Marques da Silva. Atraído para a cilada, o parlamentar foi fulminado pelos tiros de um pistoleiro a serviço do crime organizado. Poderia relembrar outros episódios patrocinados pelos bandidos vestidos de capas longas para esconder suas metralhadoras. Mas prefiro não mexer em feridas, talvez ainda não cicatrizadas.

Entretanto, vamos esquecer décadas passadas e abrir os olhos para a atualidade. Estamos na reta final do quarto mês de 2010. Hoje, o matraquear não é das metralhadoras. É das pistolas 380 e ponto 40. O canto fúnebre continua sendo entoado no rosto sofrido e envelhecido das mulheres que são obrigadas a velar seus defuntos e confortar os filhos, que em prantos choram pelos pais deitados no caixão, com a fisionomia de terror e desfigurados, pelas balas assassinas. Lá fora, o canto fúnebre clama por justiça.

O centro de Maceió é um cemitério sem cruzes e sem túmulos. Em suas ruas o sangue jorra, salpicando as paredes e manchan-

*Jornal Extra, de 30 a 6 de abril de 2010.

do para sempre nossa história, tendo como testemunha os velhos casarios. É uma pena que tenhamos de conviver com tanta brutalidade, enquanto o poder se farta nos subterrâneos de corrupção, matando e roubando.

Temos um parlamento sufocado e dividido. Temos gabirus e taturanas. Temos ladrões do dinheiro público. Temos os deputados do bem. Eu espero que os facínoras que comandam crimes sejam expurgados deste Poder, porque patrocinam a escalada da violência. Um dia, quem sabe, eles tenham de enfrentar uma sentença imposta por um poder mais elevado, que é o câncer.

Mas, enquanto nossos governantes não agirem contra a criminalidade, o canto fúnebre vai continuar entoado nas casas, igrejas e cemitérios. E o exército de viúvas e órfãos vai continuar crescendo, porque a vida não vale mais nada para certos segmentos da sociedade podre e mesquinha. Sociedade esta mesclada de bandidos e corruptos.

Estamos no último dia de abril, e o Instituto Médico Legal, com base em estatísticas, contabiliza 152 homicídios; isto significa dizer que nestes quatro meses 546 pessoas foram mortas. É muito sangue. E, por esta razão, o canto fúnebre é muito recente nos lares. Será que o Governo está preocupado com tantos crimes?. Eu, sinceramente, não acredito nesta possibilidade. Mesmo porque em seus discursos eu não vejo vontade política de reverter a violência em Alagoas.

Porque se tivesse, colocaria as polícias nas ruas para pelo menos tentar diminuir este pouca vergonha que é a matança sem o combate efetivo dos órgãos de segurança pública. Deve, para sua honra e juramento, não proteger os apaniguados do Poder quando se envolvem com crimes. O Governo é responsável pelo destino do seu Estado. E, se não responde à altura, tem de ser responsabilizado pela criminalidade.

É triste, muito triste ter de viver em um Estado onde a vida não tem mais valor. É triste conviver com a violência que bate à sua porta, enquanto, em vez de combater o crime, certas figuras do Poder usam o espaço nobre da imprensa para falar baboseiras. Por esta e outra razões é que vamos continuar vendo os desfiles de caixões e tendo obrigatoriamente de entoar o canto fúnebre.

Cabo é morto em conflito no Mato Grosso

*Deraldo Francisco

Quando fugiu em definitivo de Alagoas, Henrique levou a família (esposa e o casal de filhos) para a cidade de Santa Rita, perto de João Pessoa (PB). Neste período, ele escreveu o livro "Por amor a nosso pai", com as fotos de Silvino, dele e dos irmãos Ivanildo, Antônio, Ailton e Everaldo, na capa.

Depois, viveu pouco tempo no Rio Grande do Norte, onde trabalhou como chefe de segurança. Fugiu para Mato Grosso, onde foi morto em 1987, quando tentava resolver um problema com garimpeiros.

Trabalhando como chefe de segurança da Mineração Jaruana, na cidade de Alto da Floresta (MT), o ex-cabo Henrique se encontrou com a morte. Depois de escapar de dezenas de emboscadas e atentados, ele foi morto quando imaginava não precisar fazer uso do revólver.

Às 15 horas do dia 4 de julho de 1987, Henrique foi chamado pelos empregados da Mineração para tentar resolver um conflito com um grupo estimado em 150 garimpeiros, inconformados com a proibição da exploração de ouro e outros minérios, feita pelo patrão de Henrique.

---

*O Jornal, edição de 21 de maio de 2006.

Na tentativa de negociar com os garimpeiros revoltados, houve um sério conflito. Henrique foi executado a tiros de metralhadora. Com ele, morreram os engenheiros Gustavo Guimarães Rodrigues e Luiz Alberto de Cunha Carvalho. A chacina só foi divulgada pela imprensa uma semana depois, através do Jornal do Brasil. O corpo de Henrique foi sepultado no cemitério Boa Sentença. Quando morreu, o ex-cabo estava perto de completar 40 anos de idade. A morte de Henrique foi confirmada pelos jornalistas José Jurandir e Jeferson Morais, que, numa cobertura exclusiva do Jornal de Alagoas, compareceram à exumação do corpo. A polícia alagoana desconfiou e exigiu a exumação.

A morte do "mito Henrique" foi confirmada, também, pela mãe dele, Amara Omena. "Nem eu acreditei, mas meu filho foi mesmo assassinado", disse, em setembro de 1987.

Justiça falida

*José Jurandir

"A injustiça feita a um homem é um mal contra toda a humanidade" – li, num livro, no meu tempo de estudante.

"Antes tarde do que nunca" – já ouvi muito dos mais velhos.

Faço uso dessas sábias expressões para relatar a você, leitor, o meu caso, o caso de que fui vítima, antes de ser acusado, ao ser réu e permanecer processado durante mais de quatro anos.

Como repórter policial durante muitos anos, fazendo um jornalismo policial investigativo, apurado e cuidadoso, vasculhando porões de cadeias e conhecendo os casos mais espantosos e hediondos, deparando-me com fatos arrepiantes e horrorosos, mas também encontrando casos onde inocentes pagam por verdadeiros culpados, usados como bodes expiatórios, acostumei-me a ver injustiças e aprendi muita coisa dos mistérios e segredos jurídico-policiais. Na minha atividade de jornalista, vi muita gente condenada sem merecer, cumprindo pena no fundo dos cárceres alagoanos, enquanto os culpados passeiam e se divertem sem nunca terem sido molestados pela Justiça.

No meu caso, a Justiça – velha, perra, arcaica e desacreditada como está, cega para alguns e com os olhos arregalados para muitos – demorou, tardou, mas até que chegou. Com certo atraso, mas chegou, e só chegou por ainda existirem nela magistrados íntegros,

*O Jornal, 31/05/1998.

sóbrios, serenos, probos, imparciais, competentes, lúcidos, coerentes, justos, decentes, capazes e dignos da toga que vestem. Ainda existem membros da Justiça incapazes de cometer um ato insano para prejudicar inocentes.

Durante quatro anos, três meses e alguns dias paguei, na Justiça, por um crime que não fiz, não mandei fazer nem sei quem fez. Sofri na própria pele os efeitos de uma Justiça falida, desestruturada, desaparelhada, em que muitos dos seus membros ainda atuam mediante influência de terceiros e no qual processos são fabricados com as ferramentas enferrujadas e obsoletas de inquéritos policiais apaixonados. Peças podres de inquéritos policiais elaborados, muitas vezes, para agradar a alguém influente, são recebidas pela Justiça para a construção de um processo contra alguém. São processos forjados, engendrados, montados, como foi o meu, em que o próprio delegado, agindo com uma paixão desmedida, só olhou um lado, o lado político que estava no Poder, e a quem ele desejava agradar.

Vítima de pesadas calúnias, de mesquinha perseguição política, de uma manobra visando me destruir, de um arquitetado complô, de um embaralhado jogo de interesses, de um engodo nojento e vil dos meus adversários e inimigos políticos, de uma tamanha armação, de uma ardilosa trama montada por meia dúzia de covardes, canalhas e patifes que me odeiam gratuitamente, fui parar na cadeia, mandado para uma cela de segurança máxima, apropriada para bandidos periculosos, assaltantes e sequestradores, por determinação de um juiz que agiu, meu Deus, sem a devida sensatez, naquele momento, e de um promotor levado por informações levianas. Tudo isso, pela imagem de terror que algumas pessoas resolveram fazer contra mim. Eu até entendo a posição dos membros da Justiça.

No fundo do cárcere, tive tempo para meditar, analisar bem as coisas, compreender melhor o que se passava comigo. Na cadeia,

conheci os verdadeiros amigos, entendi melhor a vida. Preso, amarguei momentos de ansiedade e desilusão, revolta e tristeza. Adquiri liberdade, alguns meses depois, isso em março de 1993, mas fiquei processado até pouco tempo atrás, quando o juiz Jairo Xavier Costa, substituto na Comarca de Maribondo, minha terra natal, pela segunda vez me impronunciou, inocentando-me da terrível acusação, por falta de provas. Na primeira vez, há dois anos, a senhora doutora Promotora da Comarca, não sei por que nem por qual razão, apelou contra mim, mandando o processo para o Tribunal de Justiça, que anulou a decisão do juiz.

Há poucos dias, compareci ao fórum de minha cidade e tomei ciência da decisão do juiz. Hoje, livre, sem comprometimento nenhum, volto à minha vida normal graças ao espírito justiceiro do meu antigo colega de imprensa, hoje juiz. Jairo Xavier fez justiça, somente justiça, deixando de lado a nossa amizade. Foi uma decisão sensata, lúcida, desapaixonada.

Hoje, o que desejo aos meus acusadores e algozes é que eles nunca passem o constrangimento, a humilhação, o transtorno e os vexames que passamos eu e meus familiares, durante todo esse tempo. Não desejo a eles o que aconteceu comigo, somente isso. Só o tempo, que é o "senhor da razão", implacável como é, responderá a todos.

À Justiça, que errou, mas que, em tempo ainda, corrigiu o seu próprio erro, resta-me, apesar de tudo, respeito.

Anexo

MACEIÓ, a capital do medo

José Jurandir *

A brutal e assustadora onda de violência que invadiu Maceió, nos últimos meses, é um fato preocupante e nunca visto, portanto, nesta Capital. Assim sendo, o que está acontecendo merece uma atenção toda especial por parte das autoridades que cuidam da segurança Pública no Estado, que precisam, urgentemente, analisarem a situação, traçarem planos concretos e adotarem, com rigor, medidas e ações drásticas e efetivas, atacando o problema com a dose que ele exige, mostrando pulso, energia e determinação, sem medir esforços e nem temer conseqüências.

Maceió se viu, do dia para a noite , transformada numa cidade de tormentos e pesadelos, com sua população aflita e apavorada. Virou a Capital do medo. Essa maléfica onda de violência e criminalidade, nefasta e devastadora, está varrendo a capital dos alagoanos, de canto a canto, de ponta a ponta, sem sobrar área nenhuma que esteja imune do mal. Fazendo derramamento de sangue, que tem manchado vergonhosamente a imagem desta cidade turística, essa tirana onda banha a carinhosa e acolhedora Maceió, por todas as partes, não escapando ninguém; pode ser pobre, rico preto, branco, empresário, estudante, evangélico, católico, comerciante, comerciário, homem, mulher, todos ,enfim, na mira dos endiabrados malfeitores que infestam nossa hospitaleira terra do sol e mar.

Espalhando-se por todo o Estado, da praia ao sertão, a violência desenfreada galopa célere por todas as cidades e lugarejos de Alagoas, mas o caso de Maceió é ainda mais doloroso. Como se não bastassem os assaltos comuns a ônibus e taxistas, que já são tradicionais, aparece, agora, a nova moda: seqüestro. Estão seqüestrando de brincadeira, todos os dias, sem medo de nada, a troco de ínfimos valores, para o resgate. Os bandidos não estão nem mais querendo saber se o alvo do seqüestro é rico ou pobre. Tanto faz. Eles seqüestram qualquer um, até para negociar o resgate pelo valor que recebe um aposentado do INSS, por idade: 350 reais.

Com mais de 50 casos de seqüestro, de um ano para cá, igual número de assaltos a bancos e a ônibus, em alguns desses com vítimas fatais, ocorrendo à luz do dia , como também roubo de veículos, afora pessoas nas ruas, além de aproximadamente 250 assassinatos, no mesmo período, é considerado demais para Maceió , uma capital pequena, onde quase todos se conhecem. De quebra, as sucessivas rebeliões e fugas, em massa, nas unidades prisionais completam o quadro negro que emoldura Maceió. Ressalte - se que, nesse alto índice de homicídios, estão incluídos os freqüentes crimes de queima de arquivo e os que fazem parte do chamado crime organizado, os famosos esquemas, que, no final, são oriundos de uma mesma organização, um braço vigoroso do velho Sindicato da Morte de Alagoas.

A cúpula da SSP (Secretaria de segurança Publica), hoje Defesa Social, precisa endurecer, para os bandidos terem medo e correrem de Alagoas.Como ela tem parceria com a Policia Militar, melhor ainda, pois são duas forças para enfrentar o banditismo. Que as duas instituições de segurança convoquem membros dos Direitos Humanos e façam a eles ver que o trabalho da policia precisa ser feito, e não se combate violência com palavras de amor. bandido é bandido, E como tal deve ser tratado. Os Direitos Humanos estão atrapalhando.

*É jornalista

Fac-símile de artigo publicado em jornais de Maceió

ARTIGO / **JOSÉ JURANDIR**

O último dos 35

Com a morte de Geraldo Sampaio, domingo, 11, também morreu o último dos 35 deputados daquela distante e fatídica sexta-feira, 13 de setembro de 1957, quando deveria ser votado o impeachment contra o governador Muniz Falcão, o que terminou não acontecendo, culminando com o célebre tiroteio na Assembleia de Alagoas, onde um deputado morreu e cinco outros ficaram feridos, além de um jornalista e um funcionário da Casa.

Há menos de dois anos, morria, em Brasília, o penúltimo desses parlamentares envolvidos no histórico acontecimento: Oséas Cardoso Paes, autor da denúncia contra o governador, transformando-se no processo do impeachment. Tanto Oséas quanto Sampaio eram do bloco dos 22 deputados de oposição. A Assembléia, ao contrário de hoje, era formada por 35 parlamentares.

Vi, pela primeira vez, o jovem Geraldo Sampaio, que era deputado federal e candidato a governador do Estado numa frente cívica enfileirada por entusiasmados moços de todas as classes e padrões sociais, chamada de União Renovadora Popular, num comício, em Palmeira dos Índios, em 1965, se não me falha a já cansada memória. Era eu estudante ginasiano. Mas, pessoalmente, só vim conhecer doutor Geraldo na Rádio Sampaio, já em 1969, cujo irmão Gileno era o seu diretor-proprietário e eu era repórter. Seu pai, o velho "cacique" Juca Sampaio, era vice-governador do Estado, e eu, por muitas vezes, o entrevistei.

Fui dos primeiros repórteres da TV Alagoas, em 1981, ao lado de Afrânio Godoy e Antônio Manoel - havia trabalhado comigo na rádio Sampaio-, assim que o doutor Geraldo inaugurou aquela empresa de televisão. Foi a partir daí que começei a ter por ele estima, afeto,admiração e respeito. Eu gostava imensamente do doutor Geraldo. Era um homem bom, leal e cordato.

Visitei o seu apartamento, na Ponta Verde, por várias vezes. Em algumas delas, com os colegas Jeferson Morais e Cristiano Matheus (este já vereador em Maceió).Era salutar e bom ouvi-lo.Muita experiência acumulada. Mestre em articulação política.

Em janeiro de 2007, como assessor do então vereador Cristiano Matheus, (recém-eleito deputado federal, mas ainda no mandato de vereador) pude cuidar dos preparativos para a entrega da Comenda do Mérito Cívico ao empresário Geraldo Sampaio, iniciativa do vereador Cristiano. Solenidade comovedora, na Câmara. Doutor Geraldo chorou, emocionado. Era 25 daquele mês. Ele fazia 79 anos.

Nós sempre conversávamos por telefone, e a última vez faz mais ou menos um mês. Ele me telefonou para saber se eu continuava com Cristiano. Respondi afirmativamente. E ele: " Quero o seu bem, meu filho". Eu agradeci. Foi o nosso último contato.

No sábado, 10, véspera de sua morte, no meu programa de rádio, na Rede Farol Sat, entrevistando o prefeito Cícero Almeida, o seu nome foi demoradamente lembrado. Eu e Cícero Almeida falávamos da grande figura humana que era Geraldo Sampaio, e que estava se despedindo da vida. Seu estado de saúde era gravíssimo. Só um milagre de Deus reverteria aquele quadro. Lamentamos, nós dois, no ar.

Na segunda-feira, 12, pelas quatro e meia da manhã, ouço a notícia da morte de doutor Geraldo, através da Rádio Gazeta de Alagoas.

Fac-símile de artigo publicado no jornal Extra edição 16/4/10

QUINTELA, O XERIFE DO BALDOMERO

José Jurandir

A figura do xerife Rubens Quintela, o mais antigo delegado de Polícia de Alagoas, com mais de 40 anos de batente, atualmente secretário de Justiça e Cidadania, continua merecendo respeito paternal por parte dos mais de 400 detentos recolhidos nos presídios Santa Luzia (feminino), São Leonardo e Baldomero Cavalcanti (masculinos), este último tido como o mais moderno do Nordeste e o de segurança máxima no Estado.

Numa enquete feita pelo EXTRA, ouvindo um universo de aproximadamente 30 reeducandos, o que representa 10% do contingente humano que se encontra no complexo prisional do Tabuleiro do Martins, ficou constatado que Rubens Quintela é tratado como um verdadeiro pai pelos detentos, em quem confiam e depositam credibilidade no seu trabalho.

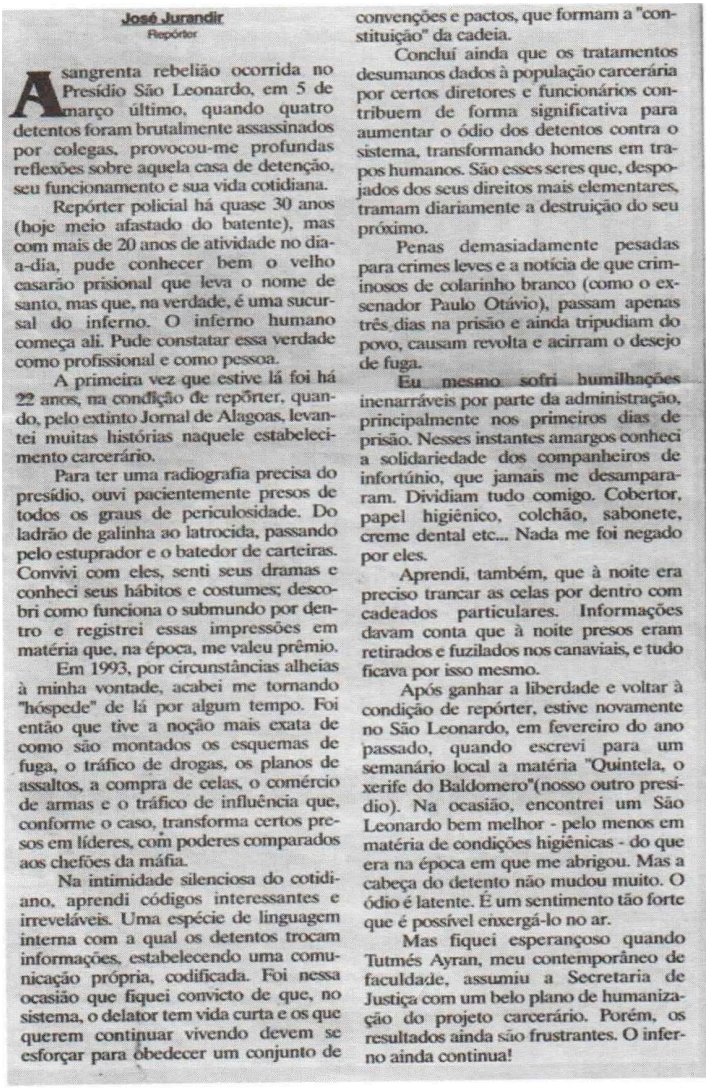
O perigoso delinqüente Carlos José Pereira, o "Carlinhos Arapiraca", por exemplo, chama Rubens Quintela de "avô dos presos", ressaltando que foi ele quem o deu oportunidade de trabalho. Carlinhos, há dois anos no presídio, é o chefe da faxina do módulo 3 do Baldomero Cavalcanti. Para ele, quem "segura os presos aqui é o doutor Rubens, pela sua força moral e respeito para com os detentos".

Outro que nutre forte admiração pelo delegado aposentado Rubens Quintela é o temido pistoleiro Maurício Guedes Novais - Chapéu de Couro. "Tenho medo de o doutor Rubens sair do comando deste presídio, porque, se ele deixar isso aqui, sem dúvida a bagunça e a desordem nos presídios (referindo-se ao Santa Luzia, São Leonardo e Baldomero) existirão. Doutor Rubens tem força moral e carisma para com os presos", diz "Chapéu de Couro", que tem vontade de ir embora para o presídio de Sergipe, pois já tem autorização da Justiça para isso. Mas não foi ainda porque respeita e gosta do trabalho que Rubens Quintela faz nos presídios. "Esse homem é um pai para os presos", qualifica.

Andando tranqüilamente pelos corredores e pátios dos presídios, conversando com os presos e ouvindo suas reivindicações, o que faz costumeiramente, segundo os próprios detentos, o secretário Rubens Quintela não perde a oportunidade de passar pela ala onde se encontra o ex-tenente coronel Francisco Cavalcanti, espécie de poderoso chefão até bem pouco tempo em Alagoas, quando foi preso por porte ilegal de armas e acusado de cometer crimes no Estado. Sempre dirige-se a Cavalcanti o tratando de coronel, e esse, por sua vez, sorridente, trata-o como "doutor Rubens, grande secretário". Foi Cavalcanti quem cognominou Quintela, em outros tempos, de "o anjo da morte". Coisas da vida!

Fac-símile de artigo publicado no jornal Extra edição 21/2/02

Repórte policial descreve um inferno chamado S. Leonardo



José Jurandir
Repórter

A sangrenta rebelião ocorrida no Presídio São Leonardo, em 5 de março último, quando quatro detentos foram brutalmente assassinados por colegas, provocou-me profundas reflexões sobre aquela casa de detenção, seu funcionamento e sua vida cotidiana.

Repórter policial há quase 30 anos (hoje meio afastado do batente), mas com mais de 20 anos de atividade no dia-a-dia, pude conhecer bem o velho casarão prisional que leva o nome de santo, mas que, na verdade, é uma sucursal do inferno. O inferno humano começa ali. Pude constatar essa verdade como profissional e como pessoa.

A primeira vez que estive lá foi há 22 anos, na condição de repórter, quando, pelo extinto Jornal de Alagoas, levantei muitas histórias naquele estabelecimento carcerário.

Para ter uma radiografia precisa do presídio, ouvi pacientemente presos de todos os graus de periculosidade. Do ladrão de galinha ao latrocida, passando pelo estuprador e o batedor de carteiras. Convivi com eles, senti seus dramas e conheci seus hábitos e costumes; descobri como funciona o submundo por dentro e registrei essas impressões em matéria que, na época, me valeu prêmio.

Em 1993, por circunstâncias alheias à minha vontade, acabei me tornando "hóspede" de lá por algum tempo. Foi então que tive a noção mais exata de como são montados os esquemas de fuga, o tráfico de drogas, os planos de assaltos, a compra de celas, o comércio de armas e o tráfico de influência que, conforme o caso, transforma certos presos em líderes, com poderes comparados aos chefões da máfia.

Na intimidade silenciosa do cotidiano, aprendi códigos interessantes e irreveláveis. Uma espécie de linguagem interna com a qual os detentos trocam informações, estabelecendo uma comunicação própria, codificada. Foi nessa ocasião que fiquei convicto de que, no sistema, o delator tem vida curta e os que querem continuar vivendo devem se esforçar para obedecer um conjunto de convenções e pactos, que formam a "constituição" da cadeia.

Concluí ainda que os tratamentos desumanos dados à população carcerária por certos diretores e funcionários contribuem de forma significativa para aumentar o ódio dos detentos contra o sistema, transformando homens em trapos humanos. São esses seres que, despojados dos seus direitos mais elementares, tramam diariamente a destruição do seu próximo.

Penas demasiadamente pesadas para crimes leves e a notícia de que criminosos de colarinho branco (como o ex-senador Paulo Otávio), passam apenas três dias na prisão e ainda tripudiam do povo, causam revolta e acirram o desejo de fuga.

Eu mesmo sofri humilhações inenarráveis por parte da administração, principalmente nos primeiros dias de prisão. Nesses instantes amargos conheci a solidariedade dos companheiros de infortúnio, que jamais me desampararam. Dividiam tudo comigo. Cobertor, papel higiênico, colchão, sabonete, creme dental etc... Nada me foi negado por eles.

Aprendi, também, que à noite era preciso trancar as celas por dentro com cadeados particulares. Informações davam conta que à noite presos eram retirados e fuzilados nos canaviais, e tudo ficava por isso mesmo.

Após ganhar a liberdade e voltar à condição de repórter, estive novamente no São Leonardo, em fevereiro do ano passado, quando escrevi para um semanário local a matéria "Quintela, o xerife do Baldomero"(nosso outro presídio). Na ocasião, encontrei um São Leonardo bem melhor - pelo menos em matéria de condições higiênicas - do que era na época em que me abrigou. Mas a cabeça do detento não mudou muito. O ódio é latente. É um sentimento tão forte que é possível enxergá-lo no ar.

Mas fiquei esperançoso quando Tutmés Ayran, meu contemporâneo de faculdade, assumiu a Secretaria de Justiça com um belo plano de humanização do projeto carcerário. Porém, os resultados ainda são frustrantes. O inferno ainda continua!

Fac-símile de artigo publicado no jornal A Notícia, edição de 21/4/01

Bibliografia

BARROS, Luiz Nogueira. **A Solidão dos Espaços Políticos**. Maceió, Ediculte/Seculte, 1988.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. 1ª edição, Penedo/Al. Artes Graphicas Typografia e Pantação, 1909.

CAVALCANTE, Joaldo Reide Barros. **Major Barros da Pedra Branca**. Maceió, Grafmarques, 2006.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas** (Resumo Didático). Maceió, Sergasa, 1983.

FALCÃO, Djalma. **Episódios**. Brasília, Senado Federal, 1980.

FRANÇA, Clerisvaldo B. Chagas; FILHO, **França, Floro Novais, herói ou bandido?**. Maceió, 1985.

GÓIS, Antonio. **Sangue: subsídios para a história de Alagoas**. Maceió, Esperança, 1941.

LIMA, Mário de Carvalho. **Sururu Apimentado: Apontamentos para a história política de Alagoas**. Maceió, Editora Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2008.

LIRA, João Gomes de. **Memórias de um Soldado de Volante**. Secretaria de Educação de Pernambuco, 1990.

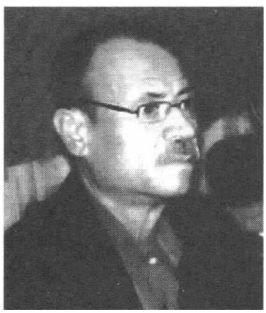
MAJELLA, Geraldo de. **Execuções Sumárias e Grupos de Extermínio em Alagoas (1975-1998)**. Maceió, Edufal, 2006.

NETO, José Bezerra. Zumbi, **O Deus Negro dos Palmares**. Maceió, 2002.

ROCHA, José Moura. **Os ricos não tugem e os pobres não mugem**. Brasília, Dédalo, 2003.

ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia, o pioneiro de Paulo Afonso**. Maceió, Departamento Estadual de Cultura, 1963.
SILVA, José Henrique da. **Por Amor ao Nosso Pai**. Maceió, edição do autor, 1981.
SILVA, Manoel Bezerra e. **Lampião e suas façanhas**. Maceió, Imprensa Oficial, 1969.
VASCONCELOS, Hélio Rocha Cabral de. **Coronéis do Sertão**. Maceió, 2005.

Sobre o Autor



José Jurandir de Oliveira nasceu no povoado Pindoba, município de Viçosa (Alagoas), em 1950. Criou-se e estudou em Maribondo, para onde foi aos quatro anos de idade, e Palmeira dos Índios. Sua família se divide entre uma e outra cidade. O pai, de Palmeira dos Índios, e a mãe, de Maribondo. É neto do fundador de Maribondo, João Antonino (João Gago).

Jornalista e radialista profissional, e também poeta, o autor deste livro começou cedo na vida. Rabiscando em jornais de colégio, com menos de 18 anos de idade era redator do Departamento de Notícias da Rádio Educadora Sampaio, de Palmeira dos Índios, onde também foi apresentador de programas regionais, como o "Bom dia, sertão", criado por Efigênio Moura. José Jurandir comandou esse programa durante um ano, após a morte de Efigênio. Em 1968 foi correspondente do antigo Diário de Alagoas. No ano seguinte, fundou o semanário O Bandeirante, que, durante dois anos, circulou regularmente em Palmeira dos Índios.

Aos 22 anos de idade, no Rio de Janeiro, foi chefe de jornalismo da Rádio Difusora de Duque de Caxias, onde também mantinha dois programas ao vivo: "Rua da Saudade" e "Caxias, Capital Nordeste". Trabalhou no jornal Luta Democrática, de Tenório Calvacanti, "o homem da capa preta", com quem conviveu por algum tempo.

Retornando a Alagoas, foi repórter do jornal Gazeta de Alagoas. Também foi repórter da TV Gazeta e da TV Alagoas. Escreveu para a revista Entrevista, depois de ter sido repórter, durante três anos, do Jornal de Alagoas. Em 1980, Jurandir foi selecionado para o Prêmio Esso de Jornalismo, com as reportagens "A cadeia por dentro" e "Sertão pegando fogo". Também foi repórter dos semanários O Debate e O Momento, entre 1980 e 1983. Em 1984 foi diretor do jornal O Bastidor, periódico político que circulou em Maceió. Ainda foi repórter da Tribuna de Alagoas, em 1986, e voltou ao Jornal de Alagoas, como repórter especial.

Cursou alguns períodos de Direito na Ufal e foi vereador em Maribondo, por algumas legislaturas. Foi assessor parlamentar do vereador Mário Mello, na Câmara de Maceió, e secretario da Uveal – União dos Vereadores de Alagoas.

Exerceu alguns cargos públicos no Estado e, no Governo Geraldo Bulhões, foi diretor da Rádio Difusora. Passou também pelas rádios Maceió AM, Progresso e Milênio, quando igualmente era repórter do quinzenário O Estado e, em seguida, dos semanários Extra e A Notícia. Depois, trabalhou nas Rádios Farol SAT, Maribondo FM e Maribondo WEB e FM.

Foi assessor parlamentar e de imprensa do vereador Cristiano Matheus, na Câmara Municipal de Maceió, e o assessorou também na Câmara Federal. Igualmente, foi assessor do vereador Diogo Gaia.

Faz parte da Associação Alagoana de Imprensa há mais de 30 anos e é membro da Academia Maceioense de Letras. Pertence também a Acadamia Palmeirense de Letras.

Outras obras do autor:

- Assim nasceu Maribondo (Edição do autor, 1973)
- A morte do poeta (Centro Gráfico do Senado Federal, 1987, 1ª edição e Edições Bagaço, Recife 2011, 2ª edição)
- Vila dos conflitos (a publicar)
- Sementes de Inspiração (a publicar)
- Linhas que o tempo escreveu (a publicar)
- A cadeia por dentro – dez anos de reportagens (a publicar)
- Alma de Caboclo (a publicar)
- Como conheci Tenório, o homem da capa preta (a publicar)
- Frei Damião, o Santo do Nordeste (a publicar)

Impressão e acabamento:

IMPRENSA OFICIAL
GRACILIANO
RAMOS

"A naturalização da violência e a sua utilização política criaram na sociedade alagoana ilhas de refúgio e poder. Entre elas, a mais famosa organização criminosa clandestina de Alagoas, o Sindicato da Morte. Essa "entidade" se fez "respeitável", e seus "honoráveis dirigentes" contaram sempre e constantemente com o apoio dos governadores, em todas as épocas. Em alguns casos tornaram-se aliados e cúmplices, sendo recebidos solenemente em Palácio.

Essa sinalização de poder irradiava por todo o território alagoano. A certeza de que os "honoráveis dirigentes" exerciam influência nos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), em igual amplitude nos municípios se reproduziu.

O trabalho minucioso realizado no levantamento dos crimes contra a vida, expostos no livro, abrirá linhas de pesquisas entre os estudiosos desse tema e os que estudam a política alagoana e nordestina, pois os fatos se inter-relacionam."

Geraldo de Majella, historiador

ISBN 978-85-914027-0-0
9 788591 402700